

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO**

**CAPITAL SOCIAL, CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA:
A JUVENTUDE BRASILEIRA**

Rosana Katia Nazzari

Porto Alegre, agosto de 2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO**

**CAPITAL SOCIAL, CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA:
A JUVENTUDE BRASILEIRA**

Rosana Katia Nazzari

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero

Porto Alegre, agosto de 2003.

ROSANA KATIA NAZZARI

**CAPITAL SOCIAL, CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA:
A JUVENTUDE BRASILEIRA**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS

Prof.^a Dr.^a Ivete Manetzeder Keil
Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da UNISINOS

Prof. Dr. Carlos S. Arturi
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS

Prof. Dr. João Pedro Schmidt
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS e professor da UNISC

Porto Alegre, agosto de 2003.

*Dedico este estudo a todos aqueles que
zelam pela alegria e pela paz no mundo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que contribuíram para a realização deste estudo. Entre muitos, destaco algumas pessoas e instituições que foram decisivas para a sua concretização.

Ao orientador e amigo Marcello Baquero, que, com sua luz e sabedoria, me guiou na construção deste trabalho.

À minha família, meus pais e irmãos, que colaboraram, com a sua paciência e compreensão, nos momentos mais difíceis e de indefinições.

Aos diretores das escolas, aos professores das escolas públicas e privadas e ao pessoal das bibliotecas que possibilitaram a realização da pesquisa.

À Jussara Prá, pelo desprendimento e lucidez nas suas sugestões, exemplo de solidariedade e confiança sempre atenta na direção dos melhores caminhos. Ao grande amigo José Otacílio Silva, pelas valiosas sugestões, sempre pronto para estender a mão.

À minha amiga Elizabeth Maria Lazzarotto, pelas revisões morfológicas, gráficas e pelas boas sugestões. Aos amigos Shiguero Iwake e Mauro Meireles, por sua competência e carinho desenhados nas figuras deste estudo.

Ao Diogo, meu companheiro, pela alegria e carinho da fase mais difícil, que deu ânimo para finalizar essa prolongada tarefa.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Delimitação do Estudo.....	15
1.2 Metodologia.....	18
CAPÍTULO 1 - GLOBALIZAÇÃO, CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL.....	26
1.2. A Nova Conjuntura e a Democracia.....	26
1.3 Cultura e Socialização Política.....	35
1.3.1 Os conceitos de cultura política e socialização política.....	36
1.3.2 Mídia, cultura e socialização política.....	48
1.4. CAPITAL SOCIAL E COMUNIDADE CÍVICA.....	51
1.4.1 Gênese e desenvolvimento do conceito de capital social.....	51
1.4.2 Capital social: dimensões de análise.....	58
1.4.3 Capital social e desenvolvimento socioeconômico.....	66
1.4.4 Cooperação sistêmica e comunidade cívica.....	76
1.4.5 O Estoque de capital social na América Latina.....	82
1.4.6 Associativismo horizontal e participação política.....	84
1.4.7 Confiança interpessoal e institucional.....	97
1.4.8 Capital social e socialização política.....	103
CAPÍTULO 2 - A RELAÇÃO ENTRE OS JOVENS E O CAPITAL SOCIAL NO BRASIL	
2.1 Capital Social e Juventude.....	109
2.2 Mídia e Capital Social.....	115
2.2.1 Comunicação e política.....	117
2.2.2 A evolução da <i>mass</i> mídia no processo democrático.....	119
2.2.3 Democracia informacional: a conexão dos cidadãos.....	122
CAPÍTULO 3 - FAMÍLIA E CAPITAL SOCIAL.....	127
3.1 Indicadores de Capital Social.....	130
3.1.1 Perfil da população.....	132
3.1.2 Religião e Capital Social dos jovens.....	140

3.1.3 O capital humano na família.....	145
3.1.4 O capital social na família.....	148
3.2 Percepção da Política no Ambiente Familiar.....	162
3.2.1 Interesse por Política e Empoderamento.....	164
3.3 Empoderamento e Capital Social na Família.....	168
CAPÍTULO 4 - A ESCOLA E O CAPITAL SOCIAL.....	174
4.1 A Eficácia Política na Escola.....	179
4.2 Participação em Movimento Estudantil.....	190
4.3 Os Meios de Comunicação e o Capital Social.....	198
4.4 Informação Política e Capital Social.....	203
4.5 O Capital Social dos Jovens na Escola.....	209
CAPÍTULO 5 - CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA DA JUVENTUDE.....	214
5.1 Capital Social e Avanços Democráticos.....	214
5.1.1 Adesão e avaliação da democracia existente.....	214
5.1.2 Referenciais partidários e ideológicos.....	217
5.1.3 Conceitualização política.....	219
5.2 Confiança Interpessoal e nas Instituições.....	223
5.2.1 Reciprocidade e solidariedade.....	240
CAPÍTULO 6 - CAPITAL SOCIAL: COOPERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS	
6.1 Cooperação entre os Jovens.....	243
6.2 Participação dos Jovens em Atividades Associativas.....	249
6.3 Participação Política e Cidadania.....	270
6.3.1 Eficácia política e capital social.....	276
6.3.2 Respeito aos bens públicos.....	280
6.4 Avaliação do Governo e do Sistema Político.....	283
6.4.1 Aceitação da democracia.....	292
6.5 Perspectivas em Relação ao Futuro.....	294
CONCLUSÃO.....	305
BIBLIOGRAFIA.....	320

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grau de Instrução dos Pais – 1995	146
Tabela 2 - Grau de Instrução dos Pais – 2002	146
Tabela 3 - Preferência Partidária da Família	166
Tabela 4 - Frequência de Confiança Social (Gênero –2002)	235
Tabela 5 - Frequência de Confiança Social (Tipo de escola)	236
Tabela 6 - Frequência de Confiança Social (Capital x interior)	238
Tabela 7 - Frequência de participação em atividades associativas (Gênero)	266
Tabela 8 - Frequência de participação em atividades associativas (Tipo de escola)	267
Tabela 9 - Frequência de participação em atividades associativas (Capital x Interior)	268

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Religião	142
Figura 2 - Decisão da família	152
Figura 3 - Sustento da família	155
Figura 4 - Autodefinição de classe social	157
Figura 5 - Interesse por política	164
Figura 6 - Principais problemas da educação brasileira	185
Figura 7 - Discutir problemas com os colegas	186
Figura 8 - Os alunos deveriam participar das decisões da escola	188
Figura 9 – A escola tem grêmio estudantil	192
Figura 10 - Participação nas atividades desenvolvidas pelo grêmio estudantil	193
Figura 11 - Importância da participação em organizações estudantis	194
Figura 12 - Informação dos Jovens	205
Figura 13 - Significado de democracia	215
Figura 14 - Conhecimento sobre partido político	218
Figura 15 - Autolocalização na escala esquerda-direita	220
Figura 16 - Entendimento de direita e esquerda	221
Figura 17 – Confiança I _ Gostaríamos de saber se você acredita	227
Figura 18 – Confiança II - Nível de confiança social	229
Figura 19 – Confiança III - Nível de confiança interpessoal e social	232
Figura 20 - Solidariedade	241
Figura 21 - Cooperação I	245
Figura 22 - Cooperação II	246
Figura 23 - Mudanças no país decorrentes da participação	256
Figura 24 - Convite para participar de alguma atividade associativa	260
Figura 25 - Participação em associação religiosa	263
Figura 26 - Frequência de participação nas atividades associativas	265
Figura 27 - Participação política convencional	271
Figura 28 - Atividades sócio políticas que costuma participar	273
Figura 29 - Importância da participação dos jovens na política	276
Figura 30 - Por que é importante a participação dos jovens na política	278
Figura 31 - Motivação para os jovens participarem de atividades com outras pessoas	279
Figura 32 - Atitude frente à destruição de alguma propriedade pública	281

Figura 33 - Influência, eficácia e credibilidade política	285
Figura 34 - Interesse por política e credibilidade dos políticos	287
Figura 35 - Principal problema do Brasil hoje	289
Figura 36 - O governo esta resolvendo os problemas	291
Figura 37 - Falando sobre política	292
Figura 38 - Perspectivas dos jovens em relação ao futuro	298
Figura 39 - Perspectivas sobre a situação econômica das pessoas	300
Figura 40 - Oportunidades para os jovens no Brasil	302

RESUMO

O estudo investiga a socialização política e capital social dos jovens brasileiros no início do século XXI, no contexto do debate sobre a consolidação democrática no Brasil. Com base em relevantes investigações de cunho nacional e internacional, estabeleceu-se referenciais teóricos relacionados à socialização, cultura política e capital social necessários para a compreensão da formação do perfil juvenil em termos de elementos que favorecem à democracia. Nas análises, são enfocados aspectos importantes da sociedade e do Estado brasileiros na tentativa de contextualizar os dados obtidos na pesquisa empírica. A juventude é retratada como uma construção histórica e social, e seu perfil é traçado por meio dos impactos conjunturais desencadeados pelo processo de globalização e, também, por impactos estruturais tendo em vista a cultura política híbrida de autoritarismo e democracia na sociedade brasileira. O *survey* aplicado no ano de 2002 nas cidades de Curitiba e Cascavel no Estado do Paraná permite o cruzamento com dados de pesquisas de instituições reconhecidas no meio científico brasileiro e internacional. As respostas de 2.119 estudantes do ensino fundamental (básico e médio), das escolas públicas e privadas, forneceram os dados para delinear os aspectos centrais do processo de socialização política no Brasil, tendo em vista o incentivo das instituições em promover o capital social entre os jovens brasileiros. Por meio de variáveis como confiança, cooperação e participação, observa-se que são baixos os índices de capital social entre os jovens brasileiros, tendo em vista as deficiências das agências socializadoras como a escola, mídia, igrejas e associações comunitárias, entre outras, no sentido de incentivar comportamentos cooperativos e promover a prática dos jovens na afiliação em associações voluntárias. Com exceção da família, as demais agências de socialização política apresentaram limitações na promoção da construção de um senso de responsabilidade cívica e fortalecimento das redes de capital social entre os jovens brasileiros. Um maior grau de socialização política, permitiria uma relação mais favorável entre capital social e democracia.

PALAVRAS-CHAVE: capital social, socialização política, juventude, democracia.

ABSTRACT

The study investigates the Brazilian youths' political and capital socialization social in the beginning of the century XXI, in the context of the debate about the democratic consolidation in Brazil. With base in relevant investigations of national and international stamp, he/she settled down referents related theoretical socialization and political and capital culture social necessary for the understanding of the formation of the juvenile profile in terms of elements that favor to the democracy. In the analyses, important aspects of the society are focused and of the Brazilian State in the conceptualization attempt the data obtained in the empiric research. The youth is portrayed as a historical and social construction, and his/her profile is drawn through the impacts of the situation unchained by the globalization process and, also, for structural impacts tends in view the hybrid political culture of authoritarianism and democracy in the Brazilian society. The applied survey in the year of 2002 in the cities of Curitiba and Cascavel in the State of Paraná allows the crossing with data of researches of institutions recognized in the Brazilian and international scientific way. The 2.119 students' of the fundamental teaching answers (basic and medium), of the public and private schools, they supplied the data to delineate the central aspects of the process of political socialization in Brazil, tends in view the incentive of the institutions in promoting the social capital among the Brazilian youths. Through variables as trust, cooperation and participation, it is observed that are low the indexes of social capital among the Brazilian youths, tends in view the deficiencies of the agencies the socialization as the school, media, churches and community associations, among other, in the sense of to motivate cooperative behaviors and to promote the youths' practice in the affiliation in voluntary associations. Except for the family, the other agencies of political socialization presented limitations in the promotion of the construction of a civic sense of responsibility and invigoration of the nets of social capital among the Brazilian youths. A larger degree of political socialization, would allow a more favorable relationship between social capital and democracy.

KEY WORDS: social capital, political socialization, youth, democracy.

INTRODUÇÃO

A globalização impingiu profundas transformações nas estruturas socioeconômicas e político-culturais de diferentes países ao longo das últimas décadas; alterou o perfil da produção com a abertura de mercados; promoveu a privatização de empresas e um acelerado processo de desenvolvimento tecnológico. Ao lado disso, enquanto as corporações internacionais se viam fortalecidas, os estados nacionais tendiam a se enfraquecer diante do processo de globalização¹.

Os países da América Latina foram afetados por estas transformações. No campo político, apesar dos avanços promovidos pelo processo constitucional, observa-se um crescente sentimento de descontentamento e frustração de parcelas significativas de suas populações com as novas democracias, sugerindo, assim, uma série de indagações teóricas sobre o futuro dos latino-americanos, bem como sobre as possibilidades de estabelecimento de regimes democráticos socialmente reiterados na região. Diante disso, a proposta a nortear a elaboração do presente projeto de tese é a de investigar até que ponto agências socializadoras, como família, escola e meios de comunicação, têm contribuído para a geração de capital social entre a juventude². Para tal, servem de referência, de um lado, os impactos provocados pelo atual contexto de globalização em sociedades periféricas e, de outro, o processo de socialização política a que estão submetidos os jovens brasileiros.

O problema central desta tese consiste, então, em verificar se a família, a escola e a mídia estariam contribuindo para promover nos jovens crenças e valores de confiança e

¹ Nesta direção ver os estudos de Tavares (2000), Furtado (1998), Gonçalves (1999) e Arrighi (1996).

² No decorrer do estudo, os termos “jovens” e “adolescentes” serão utilizados como sinônimos.

solidariedade, de modo a permitir o incremento de capital social. Entende-se como variáveis principais do capital social: confiança, cooperação e participação grupal. Questiona-se, neste sentido, se o processo de socialização política vigente estaria predispondo os jovens a desenvolverem atitudes de apatia e indiferença ou de envolvimento e participação em atividades associativas. Tendo essas questões como referência, parte do pressuposto de que os efeitos do processo de globalização podem incidir sobre a socialização dos adolescentes de forma a aumentar ou diminuir o seu capital social. Isso equivale a dizer que a globalização pode ou não estar contribuindo para revitalizar ou recriar espaços democráticos, para estimular novas formas de cooperação, organização e de participação política, bem como para ampliar a esfera de participação na sociedade civil.

O problema da cooperação social ocupa um lugar central na Ciência Política contemporânea, porém podem existir falhas na produção de benefícios coletivos que poderiam melhorar o bem-estar de toda sociedade. Existem, para explicar estas questões, diferentes formulações, tais como: a tragédia dos comuns, a lógica da ação coletiva, o problema dos bens públicos e o dilema do prisioneiro, entre outras. Na falta de coordenação e compromisso mútuo, são produzidos incentivos para comportamentos não cooperativos, o que torna inviável o bem coletivo.

Os dilemas da ação coletiva preocupam os estudiosos das ciências sociais contemporâneas desde a filosofia ética, a psicologia social, a economia e a política, entre outras. Como resposta para estas indagações, está o conceito de capital social, tanto nas implicações mais gerais em estudos sobre o funcionamento da democracia, quanto na produção de políticas públicas específicas: políticas industriais, de educação, de combate ao crime e à violência, e políticas de melhoria do desempenho da administração pública.

A maioria dos estudos sobre capital social aprofunda-se em questões tais como: a) a natureza de seu declínio b) o caráter apropriado dos indicadores empíricos e; c) a natureza da

sua relação com a democracia, nos estudos de Skocpol, Goldberg e Levi, respectivamente (citados por BAQUERO, 2001).

Os pontos principais dos debates em torno do conceito de capital social apontam para três variáveis principais: a confiança, a cooperação e a participação. A confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e, por sua vez, gera a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por sua vez, alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e incrementa a participação em associações voluntárias.

Assim, “o capital social sustenta que a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre os seus membros e que essas normas são aquelas exigidas para a participação política” (BAQUERO, 2001b, p.36). Desta maneira, o capital social pode ser incrementado pelo processo de socialização potencializando comportamentos participativos e cidadãos.

No entanto, os tipos de comportamentos políticos são fortemente afetados pela confiança interpessoal que gera a cooperação, posturas necessárias para elevar os índices de capital social e incrementar uma cultura cívica. Nessa direção, nos estudos de cultura política, prosperam análises sobre capital social.

Assim, a proposta de estudo ora apresentada busca entender as implicações da socialização política sobre o capital social da juventude no Brasil. Tendo como pano de fundo o cenário e os efeitos da globalização sobre os comportamentos dos jovens, o estudo pauta-se na perspectiva de que a socialização política pode estar mudando os padrões de participação política e de organização democrática, construindo um novo tipo de comunidade cívica, capaz de auxiliar na elaboração de um projeto de desenvolvimento econômico, humano e igualitário.

1.1 Delimitação do Estudo

A definição dos jovens como objeto de estudo deve-se à importância que pode ser imputada à sua participação para a construção de uma cultura política democrática. No entanto, os estudos sobre política nem sempre têm dado a devida atenção ao processo de socialização dos adolescentes ou ao impacto de fatores de ordem socioeconômica, política e cultural em suas atitudes e no seu comportamento. Considerando as lacunas existentes acerca do assunto, mostra-se pertinente a realização de estudos que examinem esta problemática, buscando dimensionar o processo de socialização da juventude e destacar a sua importância para a estruturação de uma cultura política mais democrática e eficiente no Brasil. Sendo assim, a relevância de focar este tema decorre, portanto, da ênfase atribuída à relação entre socialização política e capital social no contexto da globalização, tendo em vista o incremento da democracia e do desenvolvimento do País.

Estabeleceu-se, então, como objetivo central deste estudo, examinar as implicações da socialização política da juventude sobre o capital social do Brasil no início do século XXI. No plano teórico, busca-se revisar os conceitos de capital social e socialização política e identificar os efeitos da globalização sobre o processo de socialização. No âmbito empírico, trata-se de medir os índices de capital social (níveis de confiança, cooperação e participação) dos adolescentes e as suas repercussões na organização de uma sociedade cooperativa, bem como dimensionar a influência do capital social para a estruturação de uma cultura política que incremente valores e práticas participativas.

Dito de outra forma, faz parte dos objetivos deste estudo verificar se as agências de socialização política estariam promovendo níveis maiores de confiança entre as pessoas,

cooperação e participação em atividades grupais entre os jovens, de modo a permitir o incremento de redes de trabalho e de organizações associativas, como as que são típicas dos países desenvolvidos.

Tendo em vista os objetivos propostos, definiu-se como variável contextual a globalização, como variável independente, as agências socializadoras; como variável dependente, a leitura que os jovens fazem das transformações operadas pelo processo de globalização e transmitidas pelas agências socializadoras, refletindo-se em predisposições mais democráticas ou mais conservadoras. O capital social, por sua vez, é a variável interveniente. Isto porque pode ou não modificar as percepções e a leitura que os jovens fazem da globalização, pois quanto maior o capital social, maior a discussão sobre os temas de interesse da comunidade.

As variáveis condicionantes da socialização política dos adolescentes, de acordo com a literatura consultada, são a idade, o gênero, a escolaridade, a situação econômica, a ocupação profissional, a raça, a religião, o efeito de geração e a localização geográfica. Estas variáveis servirão para implementar um estudo comparativo, tentando identificar e medir as diferenças dos níveis de capital social nos locais examinados.

A dimensão empírica deste estudo orientou-se pelos dados coletados no Estado do Paraná, comparados com pesquisa anterior no mesmo Estado e com pesquisas realizadas em todo o País. A população investigada é composta pela amostra estratificada de jovens e adolescentes das escolas públicas e privadas das cidades: Curitiba e Cascavel no Paraná, que são comparados com outras regiões do Brasil.

A partir dos objetivos propostos nesta tese foram construídos seis capítulos. No capítulo I observou-se o impacto da variável macroestrutural globalização e seus impactos na cultura política e nos índices de capital social da juventude brasileira. As mudanças socioeconômicas recentes ampliaram a exclusão e as desigualdades sociais ampliando na esfera política a emergência de novas formas de representação política, conjugadas a crise de legitimidade das

organizações clássicas da democracia.

No Capítulo II percebe-se que, diante das profundas mudanças socioeconômicas e culturais, os jovens vêm recebendo uma gama de novas exigências, desde ampliação de habilidades para o mercado de trabalho futuro, até a construção de novas identidades para a convivência com as alterações verificadas nas estruturas sociais. Além dos capitais convencionais necessários para a aquisição de habilidades dos jovens, enfatiza-se neste estudo a possível promoção de capital social entre eles por meio do processo de socialização política desencadeado pelas agências socializadoras que podem promover sentimentos solidários. São os elementos culturais passados pelo processo de socialização política das gerações anteriores para as novas que podem contribuir para elevação dos índices de capital social e fortalecimento da democracia em um país.

Nesta direção, o Capítulo III traça um perfil do jovem brasileiro na atualidade e de como este vem se adaptando a nova realidade socioeconômica e cultural, a busca de novos símbolos e linguagem para formação de sua identidade, bem como a necessidade de aquisição de habilidades para a convivência com os novos relacionamentos. Neste item enfatiza-se a família, como principal promotora do processo de socialização. Assim, as mudanças na estrutura familiar, sua forma e tipos de famílias foram investigados no decorrer do capítulo.

No Capítulo IV enfatiza-se o processo de socialização por meio da escola. A escola exerce um papel fundamental na elevação dos índices de capital social, já que nas sociedades atuais os jovens passam grande parte do tempo se preparando para a aquisição de capital humano, neste sentido a escola pode contribuir para incentivar sentimentos cooperativos, bem como promover a participação dos estudantes no processo de tomada de decisões. Este aprendizado necessário para que os jovens se sintam eficazes e empoderados diante das questões da comunidade. A escola pode colaborar também para ampliar o senso crítico dos jovens e prepara-los para o aproveitamento saudável do mundo virtual das redes eletrônicas.

Contudo, neste contexto contraditório imposto pela pobreza e pela exclusão, verifica-se a necessidade de construção de uma comunidade cívica como forma essencial de promover alternativas para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades. Neste sentido, a elevação dos índices de capital social torna-se indispensável para o empoderamento dos jovens brasileiros.

O capital social pode ser definido como um conjunto de redes de confiança e interação recíproca da comunidade e das instituições que promovam o associativismo e a cooperação da sociedade em projetos coletivos que visem o bem comum, e que tem seu impacto no desenvolvimento democrático e socioeconômico de uma nação. Suas principais dimensões envolvem o plano individual, social e institucional.

Nesta direção, o Capítulo V, ocupa-se da dimensão individual, resgatando a variável de confiança social (interpessoal e institucional) dos jovens brasileiros. Na dimensão individual observa-se o sentimento de confiança na previsibilidade do comportamento do outro, que por sua vez, favorece a cooperação sistêmica na dimensão social. Uma comunidade cooperativa pode potencializar interações que levem ao surgimento de pessoas mais críticas e fiscalizadoras dos bens públicos, ampliando o envolvimento da participação das pessoas na dimensão institucional tema explorado no Capítulo VI deste estudo. Nesta direção, para operacionalizar a presente tese foi utilizada metodologia específica descrita no próximo item.

1.2 Metodologia

A reflexão crítica será encaminhada em duas estratégias principais, com procedimentos qualitativos e quantitativos. A primeira será de natureza teórica, onde serão observadas

questões conjunturais em relação à globalização e à democracia, bem como, à análise estrutural-histórica, onde se destacam questões referentes à cultura política brasileira. Nesta parte, observa-se, também, a relação das pesquisas sobre socialização política brasileira com o conceito de capital social.

Na segunda estratégia será utilizado o método estatístico, que se aplica a todos os fenômenos aleatórios que se destacam, porque se repetem e estão associados a uma variabilidade. Verifica-se, através da repetição das respostas, se os resultados se distribuem com certa regularidade ou frequência. Fundamenta-se na teoria da amostragem e auxilia os estudos científicos nas ciências sociais, para medir o grau de correlação entre os fenômenos da realidade social; o universo ou conjunto de fenômenos com características comuns, a população como um conjunto de menor número de dados representativos necessários para se captar a totalidade da população.

O primeiro momento consiste em investigar fatos e acontecimentos ocorridos no passado para possíveis projeções de sua influência na sociedade contemporânea, apreendendo a dinâmica histórica de sua evolução e transformação, numa perspectiva que possibilita o conhecimento de suas causas e seus efeitos sobre a socialização política dos jovens e a formação do capital social no Brasil na atualidade.

Sabe-se que a perspectiva histórica é importante para estudos longitudinais, a fim de se comparar às alterações das crenças e dos valores transmitidas pelas gerações. A carência destes estudos que permitam comparações longitudinais está presente em todos os países e, principalmente, no Brasil.

O segundo momento consiste na técnica metodológica de levantamento de opinião ou *survey* é usual nos estudos de socialização política. Através de questionário ou entrevista podem-se levantar dados, para testar hipóteses e elaborar teorias. Neste sentido, as opiniões coletadas permitem testar a hipótese do incremento do capital social, por meio da socialização política

dos adolescentes das escolas públicas e privadas do Brasil.

O método comparativo busca semelhanças ou diferenças entre os fatos, aborda duas séries de natureza análoga tomadas de meios sociais, a fim de detectar o que é comum a ambos. Pode-se comparar grupos ou subgrupos sociais, geograficamente próximos ou não, dependendo do objetivo da pesquisa.

O método comparativo nos estudos de socialização política nasceu no contexto acadêmico norte-americano em que a Política Comparada ganhava força na Ciência Política. “Para romper com o paroquialismo e conservadorismo dos estudos anteriores, no final da década de 50, busca-se apreender a realidade política de inúmeros países, tanto na esfera institucional-legal, como ao nível informal das relações sociais” (BILL e HARDGRAVE Jr, 1973 citado por SCHMIDT, 2000, p.187).

Neste estudo, o método comparativo norteou a construção teórica, a escolha das perguntas do questionário e análise dos resultados: a) a comparação entre as cidades e os Estados brasileiros; b) a comparação dos índices de respostas da percepção dos jovens entrevistados sobre atitudes e comportamentos de seus pais, professores, amigos, vizinhos, entre outros, para verificar alterações na cultura política; e a comparação das respostas dos adolescentes paranaenses com pesquisas de nível nacional e internacional.

O método da socialização política consiste em investigar a formação de orientações e atitudes políticas em indivíduos e grupos, através da análise de manifestações exteriores (opiniões, ações, votos...), coletadas por meio de técnicas quantitativas e qualitativas, “interpretando os resultados obtidos à luz do contexto sociocultural (incluindo a esfera econômica, política e histórica) e do desenvolvimento psicológico-cognitivo (esfera individual)” (SCHMIDT, 2000, p.185).

Assim, “parte das manifestações exteriores que os indivíduos expressam (entrevistas,

questionários, depoimentos, grupos focais, textos, testes projetivos...), para se chegar ao nível mais profundo das orientações e atitudes políticas”, permite sugerir tendências do comportamento político da população pesquisada. Poder-se-á, então, fazer projeções de nível micro para questões do cenário mais amplo (SCHMIDT, 2000, p.185-6).

As pesquisas sobre socialização política são inúmeras em nível internacional e, em geral, seguem os parâmetros metodológicos dos autores norte-americanos da década de 1960, que foram aperfeiçoados posteriormente. No entanto são incipientes os estudos que tentam verificar a formação do capital social por meio de processo de socialização política. Neste sentido, a proposta do estudo é pioneira, ao tentar detectar, através das variáveis utilizadas neste método, os índices de capital social, aqui entendidos pela confiança social, solidariedade e participação política.

Neste estudo, serão utilizados os indicadores de capital social (ROTHSTEIN, 1998) tais como: a) confiança pessoal, social e nas instituições políticas; b) participação política da sociedade civil nos movimentos populares e nas instituições sociais; c) interesse dos entrevistados em trabalhar em organizações voluntárias, a fim de se verificar se o processo de socialização política está contribuindo para o engajamento cívico dos jovens, incrementando o capital social, tendo em vista o fortalecimento da democracia no Brasil.

As abordagens sobre capital social em geral priorizam como medida: 1) o censo de grupos e o número de membros dos grupos de uma dada sociedade. Putnam mediu capital social dos grupos na sociedade civil seguindo as pegadas do número de membros e tamanho das associações, clubes e organizações sociais de caráter esportivo, literário, político, religioso, entre outras cruzando estas variáveis com diferentes regiões geográficas; 2) pesquisas *survey* sobre os níveis de confiança e engajamento cívico. O *world values survey* utiliza-se de “amostragem estatística e pergunta uma série de questões concernentes à confiança nas instituições políticas e sociais e outras buscando verificar os níveis de participação em

associações voluntárias”. Devido às lacunas de pesquisas em diferentes países e em diferentes épocas, as comparações, por vezes, ficam limitadas e não dão informações precisas sobre os raios de confiança dos entrevistados e de suas propensões relativas de cooperação com a família, grupos étnicos e religiosos e desconhecidos, entre outros; 3) “empresas privadas, mediante a pesquisa dos valores de mercado, das expectativas de investimentos e formação de capital humano, do cumprimento de acordos e da credibilidade das empresas, entre outras” (FUKUYAMA, 1999, p.6-9).

Por sua vez, John Sudarsky (1998) desenvolve importante estudo sobre o capital social em Columbia, usando dados do *World Values Survey* e análise estatística. Algumas variáveis são incluídas, para medir o capital social: confiança nas instituições, participação cívica, reciprocidade e outras formas de participação política, republicanismo cívico, mídia: informação e transparência. Estas medidas de capital social foram construídas com o objetivo de aplicação em outras nações.

Sudarsky (1998) operacionaliza as medidas do capital social de forma similar às de Putnam, que reafirma a importância da responsabilidade das reformas políticas governamentais. A teoria é usada para identificar componentes potenciais da variável do capital social. As técnicas estatísticas são utilizadas para validar os componentes registrados em questionários e medidas, com o intuito de colaborar na verificação dos níveis de capital social e suas possibilidades de amplificação nas comunidades. A identificação teórica do conceito de capital social e de seus componentes, tais como confiança, cooperação e participação, subsidiam o desenvolvimento do questionário para a coleta dos dados.

O autor oferece a possibilidade de descrição detalhada de como o *survey* pode ser usado para identificar índices de capital social. Também, inclui a necessidade de estudar os efeitos da demografia e o controle das variáveis que podem medir capital social e suas alterações.

No presente estudo, o instrumento de *survey* foi modificado para possibilitar a verificação da

existência de incentivo dos elementos componentes do capital social no processo de socialização política dos jovens no Brasil, por meio das agências de socialização, tais como família, escola, comunidade e meios de comunicação no início do século XXI.

Para tal, levou-se em conta as várias dimensões do capital social: os níveis de socialização formal (família e escola) e informal (vizinhos, amigos, mídia, entre outras); os níveis de confiança com os outros, instituições e governo; os níveis de cooperação sistêmica e o número de redes de pessoas e tipos de organizações sociais; tendências para a participação voluntária e para a filantropia; base social dos contatos de estudos, trabalho e lazer; níveis de contato com a família, professores, amigos e vizinhos e outros envolvidos nos raios de relacionamentos sociais; participação em associações religiosas, tradicionalistas, culturais, entre outras; envolvimento religioso e tolerância cultural e étnica; bem como, o engajamento político nos movimentos estudantis, grêmios, sindicatos e partidos políticos; e a influência da mídia no comportamento dos jovens brasileiros, com destaque para o crescente uso das redes informacionais, tal como a *Internet*.

O *survey* adiciona revelações do engajamento cívico dos jovens brasileiros na comunidade e sugere a promoção de desafios metodológicos e oportunidades de descobertas por meio dos estudos amostrais em nível nacional e nas comunidades locais. A adequação do instrumento neste estudo teve como base a metodologia de Putnam (1996b), a qual levou em conta: a confiança interpessoal e institucional; a participação em redes de engajamento cívico (associações, clubes e cooperativas); o republicanismo cívico; a informação e transparência da mídia.

Além das variáveis destacadas acima, na análise comparativa, são examinados estudos anteriores, tais como a pesquisa de socialização política da juventude brasileira nos anos noventa, desenvolvida por João Pedro Schmidt (2000) e, em nível regional, a pesquisa realizada por Nazzari (1995), sobre a socialização política dos adolescentes no Paraná, além

dos estudos feitos pelo INEP (2003) e pela UNICEF (2002) sobre o perfil da juventude e da educação brasileira, os quais podem contribuir para a elaboração de estudos longitudinais, comparações entre as regiões e, juntamente com os dados coletados, verificar as implicações da socialização política da juventude brasileira sobre os níveis de capital social no contexto da globalização.

Assim, para testar a hipótese de que o processo de socialização política pode ser um forte aliado na construção de uma comunidade cívica, por meio do incremento do capital social, são utilizados os questionários das pesquisas anteriores desenvolvidas por Schmidt (2000) e por Nazzari (1995), com algumas reformulações e adaptações conjunturais. Manteve-se o núcleo central das perguntas com o objetivo de estabelecer comparações no tempo e no espaço.

O questionário foi aplicado a estudantes do ensino básico (fundamental e médio). O período de realização da pesquisa foi o primeiro semestre de 2002. Em fevereiro desse ano, foram iniciadas as buscas de dados sobre número de escolas e estudantes em cada cidade junto às secretarias municipais de educação. Foi feita, então, uma seleção aleatória das escolas onde foram aplicados os questionários; ou seja, 86,5% da escola pública e 13,5% da escola privada, destes 46,7% são meninos e 53,3% são meninas. Foi também aplicado o teste piloto em algumas turmas de estudantes na cidade de Cascavel - Paraná. Em março, foram aplicados os questionários nas diversas cidades.

O processamento estatístico dos resultados foi iniciado em abril, por meio do software SPSS - *Statistical Package for Social Science*, que serviu para posterior análise dos dados, por meio de distribuições de frequências, bem como tabelas e figuras de cruzamento entre variáveis.

As cidades foram escolhidas levando-se em conta os seguintes critérios: capital - interior; diferentes formas de colonização e etnias e desigualdades econômicas, verificando municípios que incorporem características locais importantes que poderão estabelecer diferenças em

termos de atitudes e comportamentos.

O procedimento de amostragem que foi utilizado é o de estratificação por conglomerados de natureza inferencial. O critério de estratificação foi alcançado por meio de variáveis demográficas como idade e sexo. Além dessas variáveis, para estratificar a amostra, foram usados os tipos de escolas (públicas e privadas). Os conglomerados foram constituídos pelos adolescentes do Ensino Básico (6^a, 7^a, 8^a séries do Ensino Fundamental, e 1^a, 2^a e 3^a séries do Ensino Médio), a partir de listagens completas, fornecidas pela Secretaria de Educação do Estado. Dentro de cada escola selecionada, foram sorteadas turmas aleatoriamente.

O número de estudantes, entrevistados em turmas, foi escolhido a partir da conjugação de fatores como disponibilidade de horários, colaboração dos professores e da direção das escolas, nas respectivas cidades, somando 2.119 entrevistas.

O erro amostral da pesquisa foi de 2,31% para um nível de confiança de 95%. A fórmula, utilizada para o cálculo do erro amostral, foi a seguinte:

$Erro = z \cdot \sqrt{[(1/n - 1/N) \cdot pq]}$, em que

z é o valor da distribuição normal;

n é o tamanho da amostra;

N é o tamanho da população;

pq é a estimativa de variabilidade da proporção.

O questionário dos estudantes constituiu-se de 51 questões fechadas e abertas. A similaridade das questões aplicadas em pesquisas anteriores foi para possibilitar comparações. Como técnica complementar, foram desenvolvidas entrevistas informais com os estudantes, os pais, os professores e os diretores das escolas, para maior aprofundamento qualitativo do estudo sobre a socialização política e capital social da juventude no Brasil.

CAPÍTULO I GLOBALIZAÇÃO, CULTURA POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL

1.2 A Nova Conjuntura e a Democracia

As últimas décadas do século XX foram marcadas por uma crise internacional que exprime as contradições de uma lógica liberal que, levada ao extremo, acentua a concentração de renda e a exclusão da grande maioria da população, delineando a ruptura com o modo de pensar o Estado e a sua relação com a sociedade civil. Nesse contexto, as mudanças ocorridas no cenário do capitalismo mundial, na medida em que alteram o perfil do processo produtivo e do consumo, exigem dos países periféricos a abertura dos mercados, a formação de blocos econômicos e a redemocratização, para serem aceitos nos mercados mundiais.

Para Giovanni Arrighi (1996), a história do capitalismo atravessa um momento decisivo, mas essa situação tem alguns precedentes, tais como: longos períodos de crise, de reestruturação e de reorganização, ou seja, de mudanças com descontinuidade que têm sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida como ocorreu nas décadas de 1950 e 1960.

As mudanças no processo de produção e troca e a crise estrutural do regime de acumulação fordista-keynesiano para a acumulação flexível determinaram um novo cenário para a economia mundial. O fordismo, por meio da produção em massa, criou oportunidades

singulares para o ressurgimento de sistemas de especialização flexível, ou seja, de pequenas e médias empresas, que vão além da expansão do mercado informal. Também ocorreram mudanças de normas e hábitos de comportamentos, apropriados para aumentos regulares da produtividade e do consumo de massa. A dificuldade do keynesianismo de enfrentar e manter sob controle as condições intrínsecas do capitalismo teve como consequência sérios problemas sociais (ARRIGHI, 1996).

Decorrente dessa situação houve a rigidez dos investimentos em longo prazo e em larga escala nos sistemas de produção em massa, “com rigidez dos mercados e contratos de trabalho regulamentados, e com a rigidez dos compromissos estatais com programas de seguridade estatal e de defesas” (ARRIGHI, 1996, p.3).

A financeirização do capital, no seu mais avançado estágio do capitalismo mundial, deu-se na década de oitenta. No entanto, com base nos estudos de Fernand Braudel, o autor observa que o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado, mas é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da Era Moderna. Ao longo de toda a era capitalista, a expansão financeira assinalou a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. As expansões financeiras são aspectos integrantes da destruição recorrente de antigos regimes e da criação simultânea de novos e, por conta disso, está-se vivendo uma era particular do desenvolvimento capitalista, expansão e derrocada do sistema norte-americano de acumulação de capital em escala mundial, com a união dos países europeus entre si e asiáticos entre si (ARRIGHI, 1996).

Nessa linha de análise, Thurrow (1997, p.21) sugere que existe um conjunto de fatores que ameaçam destruir o capitalismo como ideologia de orientação pública e privada, pois, em

momentos de equilíbrio interrompido³, tudo está mudando, o desequilíbrio torna-se a norma e reina a incerteza. “As sociedades florescem, quando as crenças e tecnologias são congruentes e declinam, quando as inevitáveis mudanças em crenças e ideologias tornam-se incongruentes”.

Por sua vez, Maria da Conceição Tavares (2000) sustenta que a globalização é um problema ideológico e não tecnológico. O que muda é a forma de acumulação de capital, e o capital financeiro incide sobre os poderes econômico, mediático e político. Já James Petras e Henry Veltmeyer (2000) defendem que a globalização é uma nova forma de imperialismo, e que a política dos EUA controla, cada vez mais, os principais grupos de telecomunicações, financeiros e industriais de alta tecnologia em todo planeta.

No contexto desse desenvolvimento, os autores afirmam que “a retórica de globalização e ajuste estrutural e o prognóstico de crescimento e prosperidade renovados destinam-se a encobrir um projeto de recolonização imperial” (PETRAS e VELTMEYER, 2000, p. 30).

A história de dependência econômica e submissão ao capital financeiro internacional e a pouca influência dos interesses dos países do Terceiro Mundo em relação ao mercado global são analisadas por Casanova (1998) como uma nova espécie de neocolonialismo.

Assim, o impacto da globalização, nos países da América Latina, levou ao colapso o sistema social, gerando rupturas nas identidades coletivas tradicionais e estruturação de relações sociais para além das fronteiras locais e regionais (GIDDENS, 1990). Portanto, o longo século XX aponta para ascensão e plena expansão do sistema capitalista mundial: seu desenvolvimento e o moderno sistema interestatal. É pertinente, portanto, observar de que forma essas transformações no capitalismo mundial, tais como a acumulação e

³ O autor utiliza dois conceitos das ciências físicas: as placas tectônicas da geologia e o equilíbrio interrompido da biologia evolutiva. As cinco placas tectônicas, ou melhor, as forças econômicas que moldam o mundo material na atualidade, seja no campo econômico ou no campo político, são: o fim do comunismo; mudança tecnológica para uma nova era dominada pela inteligência humana; uma demografia inédita e revolucionária; uma economia que se vai globalizando; e uma era multipolar que desconhece qualquer tipo de dominação econômica, política ou militar por qualquer nação (THUROW, 1997).

financeirização do capital, afetam os países do Terceiro Mundo, na formação e, pontualmente, na estruturação da cultura política.

Como destaca Celso Furtado (1998), a integração política planetária, em curso avançado de realização, está reduzindo o alcance da ação reguladora dos estados nacionais em que se apoiavam as organizações sindicais. Em consequência, a organização da atividade produtiva tende a ser planejada em escala multinacional e mesmo planetária, em prejuízo do poder de negociação das massas trabalhadoras. Daí que o duplo processo de desemprego e exclusão social, por um lado, e, por outro, de concentração da renda, haja-se intensificado por todas as partes.

O projeto nacional e outras mudanças passam a estar determinados por exigências de instituições, organizações e corporações multilaterais, transnacionais ou propriamente mundiais que pairam acima das nações. O aparelho estatal, por todas as suas agências, é levado a reorganizar-se ou 'modernizar-se' segundo as exigências do funcionamento mundial dos mercados, dos fluxos dos fatores de produção, das alianças estratégicas entre as corporações. Daí a internacionalização das diretrizes relativas à desestatização, desregulamentação, privatização, abertura de fronteiras, criação de zonas francas (IANNI, 1996, p.49).

Assim, o ajustamento estrutural global em curso de realização permitiu a perda do dinamismo da economia nos dois últimos decênios e fez perder de vista as suas singularidades, acarretando problemas sociais graves. No entanto, a estrutura internacional de poder evoluiu, para assumir a forma de grandes blocos de nações-sedes de empresas transnacionais que dispõem de rico acervo de conhecimento e de pessoal capacitado, enquanto se agravam problemas, tais como o desemprego, a marginalidade e a violência nos países em desenvolvimento, com riscos de ingovernabilidade e retrocessos na consolidação democrática da América Latina.

Nessa direção, Petras e Veltmeyer (2000, p.10) destacam que os países que estão no auge do contexto global “estabelecem as regras comerciais para os que estão mais embaixo. A aplicação desigual de regras comerciais resulta da natureza imperial da estrutura da economia mundial”.

Os fatos da expansão euro-americana à custa da crise do Terceiro Mundo não podem ser explicados pela teoria da globalização e de nações interdependentes ligadas por corporações internacionais. “Não há interdependência alguma, porque a vantagem de um conjunto de países implica prejuízo em outra região. As estruturas de decisão estão concentradas nas mãos de multinacionais e estados enraizados nas nações ibero-americanas” (PETRAS e VELTMEYER, 2000, p.11).

Nesse sentido, o estudo de Reinaldo Gonçalves (1999) aponta para a vulnerabilidade da economia brasileira, que apresenta um dos mais elevados graus de internacionalização da produção, por meio da presença de empresas de capital estrangeiro no aparelho produtivo do País. Respalda-se Reinaldo Gonçalves por uma análise empírica criteriosa sobre as principais características, mecanismos e evidências a respeito do comprometimento de vários setores da economia brasileira pelo capital estrangeiro. Além de verificar o impacto social e político, o autor analisa a definição de estratégias e políticas que maximizem a relação custo-benefício associada ao capital estrangeiro.

A consequência dessas estratégias é clara nas mudanças econômicas que estão afetando os países da América Latina e, ao mesmo tempo, impactam o processo de sua construção democrática⁴.

Numa perspectiva pessimista, Martins (1996) aponta o retrocesso da aplicação das políticas neoliberais para a consolidação democrática de países situados na periferia do sistema

⁴ Sobre este assunto, ver O'Donnell (2000), Roitman, (1998) e Robert Dahl (1996).

mundial, visto que, atingidos pela globalização, estes países pouco podem fazer contra a influência negativa deste processo, pois não dispõem dos instrumentos de luta que só o regime democrático poderia proporcionar. Assim, Martins (1996) destaca que quanto mais a globalização avança, com suas implicações sociais, espaciais, culturais e política, mais controversa fica o ideal democrático nos países latino-americanos.

Nas questões sociais, observa-se a exclusão, tanto no setor público, como no privado. As taxas de desemprego elevadas, o achatamento salarial, o imenso empobrecimento do Estado e o aumento da economia informal colaboram para a fragmentação do tecido social.

Em termos espaciais, a globalização é seletiva e polarizadora não apenas entre países, mas também entre regiões de um mesmo país, zonas de uma mesma região. Nesse sentido, para Castells (1999a), algumas regiões e grupos sociais estão se incorporando à economia mundial, ao mesmo tempo em que outros territórios e as suas populações são deixados para trás com as suas conseqüências desastrosas⁵.

Com a invasão econômica nas culturas de diferentes países, a pobreza e a exclusão material levam a sérios problemas sociais e psicológicos. Assim, tudo o que parecia ser sólido se desfaz, para dar lugar às realidades anti-sociais: de um lado, o primado da eficiência; de outro, a irrestrita liberdade dos indivíduos (CASTELLS, 1999a)⁶. O impacto da globalização na política é arrasador e destacam-se três processos radicais de mudanças desencadeados.

Primeiro: o esvaziamento do Estado, que vem perdendo poder, recursos e funções. Sem condições para controlar as suas finanças, pouco pode fazer para atender às necessidades sociais. Com a diminuição do poder, o Estado vai, aos poucos, mudando seu papel de redistribuidor da renda visando diminuir as desigualdades sociais para o de gerenciador das

⁵ Nesse sentido, é importante observar a situação do Continente Africano.

⁶ Portanto, "diante da globalização reage-se com a esquizofrenia característica de todas as revoluções de época: com a euforia pela ubiquidade de um lado, e, de outro, com o impulso de buscar segurança nas próprias raízes e no ambiente. Homogeneização e achatamento da diversidade de uma parte, e subjetividade e diferenciação de outra" (MASI, 2000, p.138).

questões econômicas.

Segundo: a suposta ausência das fronteiras nacionais dificulta a participação das pessoas no processo decisório central e, desta forma, alteram-se os espaços democráticos, pois a condição *sine qua non* para a existência da democracia representativa tradicional aponta para um estado soberano.

E, terceiro: a incapacidade das mudanças produzidas pelo processo de globalização de formar uma vontade geral, de consenso e de participação política, leva à fragmentação da sociedade de classes e ao enfraquecimento das instituições democráticas clássicas, tais como partidos e sindicatos.

Nesse sentido, concorrem, para legitimar o conceito de globalização, os meios de comunicação, as igrejas, os sindicatos e as ONGs que se valem dos recursos inerentes às suas respectivas esferas, para invadir e colonizar o campo específico da política. O contra-ataque à crítica cívica vê a emergência da ação direta de alguns grupos de pressão na América Latina, tais como, a guerrilha na Colômbia e o MST – Movimento dos Sem Terra no Brasil, que encontram aceitação de seus símbolos e respaldo de suas ações pela opinião pública e sugerem a geração de espaços alternativos de participação e luta política nestes países.

Numa perspectiva otimista, o impacto das mudanças, ocorrido na política e nas sociedades com o processo de globalização, torna-se importante. Destacam-se algumas alterações e aspectos diferentes nos padrões de associativismo que podem ser identificados como importantes para repensar novas formas de participação política, bem como para buscar novas alternativas democráticas.

A democracia radical, que aparece nos anos 80 junto com os movimentos sociais, fundamenta-se na radicalização dos princípios da democracia liberal, ou seja, propicia dimensões jamais implementadas e uma reconceituação do cidadão em novos espaços

democráticos, além da política tradicional, conforme salientam Mouffe (1996) e Trend (1996) citados por Baquero (2001a).

Por sua vez, observa Habermas (1992) que a democracia deliberativa aparece na década de 80 e propõe que as decisões devam ser tomadas por todos os que são afetados por elas ou por seus representantes. A dimensão deliberativa da democracia entra em jogo quando as decisões são tomadas a partir da representação de argumentos oferecidos por e para quem deve tomá-las. Estes personagens devem valorizar a imparcialidade e a racionalidade. Esta forma de democracia incorpora, como novidade, a idéia de que o processo de tomada de decisões deve se dar pela via deliberativa e não agregativa, ou seja, via deliberação se busca um consenso, maximizando o diálogo entre partes abertas, para ouvir os argumentos dos demais e mudar suas posições. O processo deliberativo, assim, substituiria a agregação mecânica do voto, pois formaria um consenso obtido pelo debate de idéias e argumentos (BAQUERO, 2001a).

Tais estudos repensam a democracia estritamente em termos da representação delegada e passam a incorporar novas formas de resgate e inclusão da sociedade civil na construção democrática. São estudos que podem ser analisados na perspectiva do capital social. Apesar de haver concordância na maioria dos estudos de que o aumento de associações, na esfera da sociedade civil, pode colaborar para promover a democracia, muitas vezes observam-se algumas controvérsias sobre o tema.

Nesse sentido, Chalmers (2000) observa que: a) as metas das associações podem ou não colaborar para dar continuidade a políticas e programas que promovam ou suplantem a democracia; b) a via associativa é internamente estruturada para promover modelos que incentivem a socialização para o regime democrático ou para um regime não democrático; c) a via associativa é externalizada por elos de ligação entre o Estado e a sociedade que podem elevar ou solapar a democracia; d) as distintas faces do associativismo na multiplicidade e diversidade da sociedade civil e a distribuição particular de vários tipos de associações podem

fortalecer ou enfraquecer a democracia; e e) o impacto da democratização pode resultar em padrões de mudanças que podem se encaminhar para o alcance de metas, estruturas, elos, distribuições e trocas entre as associações, em resposta às novas mudanças, de tempos em tempos e de arena para arena.

O impacto das transformações oriundas do processo de globalização no Brasil gera impactos tais como a vulnerabilidade da economia, a fragmentação do tecido social, a exclusão e o desemprego, e o aumento das desigualdades regionais. Considerando-se, principalmente, os elevados índices destacados no mapa da exclusão social do Brasil no estudo de Pochmann e Amorim (2003), que acrescentaram outras variáveis aos índices do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Além dos fatores de longevidade, renda e alfabetização, os pesquisadores agregaram outros elementos importantes para o presente estudo, tais como o número de jovens, a violência e a desigualdade, além do nível de escolaridade e emprego formal de cada região do Brasil.

O Atlas aponta que 42% dos municípios brasileiros (o equivalente a 21% da população brasileira) estão em situação de exclusão social e concentram-se nas Regiões Norte e Nordeste. O levantamento aponta que mais de 25% dos brasileiros vivem em condições precárias, com baixa renda, sem emprego formal e baixo acesso à educação. Apenas 200 municípios estão em boas condições, outra boa parte está apenas em condições intermediárias e a maioria está em condições de exclusão (POCHMANN e AMORIM, 2003).

Em resposta aos desafios lançados pelo declínio da participação dos cidadãos nas organizações clássicas da democracia, emergem novas formas de lutas potencializadas pelas mudanças econômicas e sociais ocorridas na atualidade. Nesta direção, destaca-se que o cenário político pode ser favorecido com o surgimento de novas formas de organizações associativas e cooperativas que podem refletir-se nos índices de capital social e na ampliação do debate sobre o processo democrático no Brasil.

Tendo em vista o processo de globalização e a conseqüente exclusão social da maioria das pessoas dos países de Terceiro Mundo, destaca-se a necessidade de se investigarem os novos desafios para o processo de construção da democracia. Uma importante alternativa encontra-se na elevação dos índices de capital social de uma comunidade que pode promover o desenvolvimento sustentável aliado à cultura e crenças locais. Nesta direção, o próximo item destaca os conceitos de cultura e socialização política, que podem concorrer para a elevação ou decréscimo dos níveis de capital social da sociedade.

A globalização delineou a mudança na reestruturação produtiva e de consumo, as novas tecnologias ampliaram a necessidade de qualificação técnica das pessoas visando à sua sobrevivência no mercado de trabalho e adaptação a novas formas de associativismo, que vão além das recomendações clássicas da democracia representativa para ampliar os espaços de participação política dos cidadãos. Neste sentido, a presente pesquisa busca, por meio dos estudos de cultura política, identificar a relação entre o estoque de capital social e a socialização política dos jovens brasileiros.

1.3 Cultura e Socialização Política

A cultura e a socialização política de uma comunidade podem colaborar para a elevação ou não dos estoques de capital social que possam promover a ampliação da qualidade de vida e assegurar o desenvolvimento socioeconômico.

1.3.1 Os conceitos de cultura política e socialização política

Por um lado, a mundialização da economia substituiu o capital produtivo pelo capital volátil e ampliou as desigualdades econômicas e sociais nos países em desenvolvimento. Também levou a uma nova delimitação do papel dos estados nacionais, contribuindo para ampliar a crise de suas instituições políticas e das democracias tradicionais. Por outro, as implicações da hibridação cultural, esta advinda do processo de globalização das crenças e dos valores dos indivíduos, estão acarretando diferentes conflitos em diversos lugares do mundo, pois podem estar sendo assimiladas ou não pelas culturas dos diferentes países. Assim, devido a não existência de uma cultura global homogênea, pode-se observar os conflitos causados pela progressiva adaptação das culturas hegemônicas dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, inclusive nas correntes migratórias, e pode-se detectar a desigualdade de poder nos fluxos culturais e de comunicação entre as nações.

Nesta direção, a produção científica vem privilegiando a abordagem estratégica, em detrimento das teorias de desenvolvimento e modernização (fundamentalismo econômico). A análise cultural reforça o entendimento sobre a exacerbação dos movimentos étnicos, culturais e religiosos em todo o mundo. Os problemas referentes à construção da democracia em torno do desenvolvimento sociocultural eclodem na África⁷ e no mundo árabe-islâmico, e vêm estimulando pesquisas sobre o desenvolvimento do método na questão da compatibilidade entre a democracia representativa e a cultura tradicional dos diferentes países.

⁷ O estudo de Otayek (1997) questiona a chamada singularidade da trajetória política ocidental e a invenção de uma democracia melhor adaptada às características plurais da sociedade africana. Conciliar os dois princípios de legitimidade da democracia, tais como: a sua ambição universal e os efeitos sobre as várias formas de identidades das nações. O estudo preocupa-se em entender os efeitos da importação do modelo democrático para os países africanos, questiona sua legitimidade e durabilidade frente às culturas políticas diversas. A perspectiva de importação se revela não na réplica pura do modelo democrático, mas em uma reinterpretação do mesmo, onde a invenção democrática passe pela inovação cotidiana e a produção de uma utopia que mobilize a sociedade, levando-se em conta a incompatibilidade fundamental entre a democracia e a idéia de regulamentação política das sociedades africanas.

O método de análise cultural verifica o modo de competição política delineada historicamente desde a origem da tradição ocidental até a modernidade. Procura medir os efeitos da variável cultural em relação à representação do poder e a autoridade legítima, que envolve a história colonial das sociedades conquistadas, suas estruturas políticas e crenças religiosas, bem como a assimilação dos valores transmitidos pelas gerações passadas aos cidadãos modernos, e conseqüentemente o impacto destes valores na construção da democracia atual (OTAYEK, 1997).

Nesta direção, a cultura política se impõe como campo de estudo para os excluídos e rejeitados: os guetos, as sociedades exóticas e não ocidentais, o novo orientalismo e o islamismo, bem como, para os países em desenvolvimento, com sua democracia étnica, como no caso do Brasil.

A religião pode ser considerada por um lado, como expressão de estruturas de significação cristalizadas nos valores, crenças, representações e modos de pensar a identidade étnica que organizam e determinam a cultura política de um país. Por outro lado, a religião pode auxiliar na configuração de uma cultura paroquial refutada pela modernidade. Assim, a homogeneidade cultural e religiosa pode colaborar na reafirmação de uma cultura cívica que amplia as chances de uma democracia estável.

A consolidação de uma cultura cívica em países em desenvolvimento depara-se com a variedade de polarizações sociais existentes nessas nações. A obediência aos aspectos particulares da cultura ocidental pode ser contraditória com fidelidade nacional dos cidadãos nestes países, e nesta direção pode indicar a irredutibilidade histórica do direito de pensar a democracia nestas sociedades. Por isso, deve se fazer uma leitura dos saberes locais, para se entender a fabricação de suas culturas políticas (OTAYEK, 1997).

Um exemplo é a forte influência da religião nas condições de desenvolvimento do setor industrial operadas no início dos anos 50 no nordeste da França destacadas por Berthet e

Palard (1997), que buscam compreender os efeitos das estruturas socioespaciais e em particular a predominância do modelo cultural local na cultura política refratária e na decolagem econômica.

Neste sentido, a formação cultural local, o fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais, e a ampliação de uma identidade cívica podem exercer papéis importantes nas políticas e projetos que visem à superação do estado de pobreza e conseqüente integração de populações marginalizadas e excluídas. Mesmo desprovidas e espoliadas de bens materiais, a cultura e as tradições com seus conhecimentos acumulados e aplicados em projetos de integração social podem ter um papel fundamental.

Um exemplo é o resgate de padrões tradicionais na preparação de alimentos, elaboração de produtos de artesanato, cantos e danças podem funcionar como elemento-chave na reconstrução da identidade coletiva e do capital social. Processos de intervenção social devem visar prioritariamente ao resgate da auto-estima dos grupos e populações marginalizadas, a fim de estimular e possibilitar a sua criatividade e o espírito de cooperação.

“A promoção da cultura popular, a abertura de canais para sua expressão, seu cultivo nas gerações jovens [...] cria um clima de apreço genuíno por seus conteúdos, fará crescer a cultura e, com isso, desenvolverá a identidade aos grupos empobrecidos”, como destaca Kliksberg, citado por Rattner (2001, p. 142).

Nessa direção, os estudos apontam que o processo de globalização interfere nas questões políticas das diferentes nações e, conseqüentemente, novas orientações vão sendo incorporadas nas crenças e valores dos seus cidadãos. Neste sentido, faz-se necessário observar o impacto destas mudanças na cultura política dos países da América Latina. Segundo Baquero e Prá (1992), o conceito de Cultura Política:

[...] fornece instrumentos metodológicos necessários para uma compreensão sistemática de orientações e comportamento político, ou seja, em termos gerais, pode-se dizer que Cultura Política se refere ao processo, através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político (citados por BAQUERO e CASTRO, 1996, p.19).

Assim, por meio do estudo da Cultura Política, podem-se conhecer as dimensões subjetivas e psicológicas da política. O comportamento político de uma sociedade pode ser conhecido por meio de pesquisas científicas e técnicas que permitem conhecer o eleitorado e as relações existentes entre as opiniões sobre democracia e a cultura política existente.

A cultura consiste nas representações coletivas, as quais eventualmente influenciam as disposições subjetivas das pessoas em relação aos conflitos participação democrática. “Em nível macro, cultura política se refere aos símbolos e valores que definem as relações coletivas, tipicamente a nação ou estado”. Em nível médio estão as regras de “como se organiza a coletividade” no âmbito das disputas políticas. No nível micro se funda a política normal, esfera que dá forma à identificação dos indivíduos com os valores (STREET, 1993, p.103).

Almond e Powell (1966, p.50-72) explicam Cultura Política em termos de seu relacionamento com as capacidades do sistema político. E colocam que, nas novas sociedades, é comum o “dualismo cultural” entre uma pequena elite modernizada ou socializada nas orientações específicas, universalistas e pragmáticas que tipificam a “cultura moderna”, enquanto a vasta maioria permaneceu amarrada a padrões de tradição rígidos e atributivos (citados por CHILCOTE, 1998, p.238-9).

A Cultura Política é uma ferramenta que faz uma ponte sobre a distância entre os estudos do indivíduo e os estudos do sistema político como um todo. Pye (1965, p.7) considerava que a

Cultura Política fornecia:

“...um domínio subjetivo e ordenado da política...” Assim, a Cultura Política é produto tanto das histórias coletivas como das histórias de vida individuais. Ela brota de aprendizagens conscientes sobre a política. Analiticamente, ela dá uma forma de análise do comportamento para termos como ideologia, espírito nacional e valores das pessoas (citado por CHILCOTE, 1998, p.39).

Sidney Verba inclui na sua análise sobre cultura as crenças que se identificam com a política, à nação-estado com as representações de seus cidadãos, e a eficiência das operações e *outputs* governamentais nas políticas sociais; “e com o processo de tomada de decisões, o *input* político” (CHILCOTE, 1998, p.239).

A interpretação da teoria sobre cultura política se deu em dois níveis específicos de estudos empíricos: o primeiro remete aos estudos sobre comunicação, e o segundo verifica pesquisas de socialização.

A análise da esfera da comunicação se aplica às instituições da *mass* mídia, e nessa direção “Pye propôs uma cultura mundial como um tipo ideal para entender a vida moderna, dividiu essa cultura mundial nos estágios de comunicação tradicional, transacional e moderna”. Os sistemas cibernéticos foram formulados por Easton, além de outros estudos comparativos sobre as culturas políticas de diferentes nações. Por sua vez, as pesquisas sobre socialização tiveram influência, inicialmente, na psicologia dos anos 30, quando foram incorporadas pelas teorias de aprendizagem e de personalidade, e em décadas recentes, foram agregadas aos estudos da antropologia, para combinar cultura e personalidade (CHILCOTE, 1998, p.241-2).

A relevância, para a ciência política da abordagem sociopsicológica da socialização, está em seu estudo do porquê e do como os indivíduos adquirem crenças sobre a política e a abordagem mais ampla da política geral, “e em contraste, avalia as conseqüências da socialização para todo o sistema político e deriva de preocupações tradicionais da Ciência

Política, como a ideologia, a estabilidade e a formação cívica” (CHILCOTE, 1998, p 242).

Para Himmelweit (1983, p.263), “as principais abordagens referentes à transmissão de valores políticos remetem à demarcação de três grandes correntes de pesquisas”. A primeira dimensão se funda em pesquisas com adolescentes e crianças, estabelecendo uma ligação entre a apreensão progressiva dos fenômenos políticos e as etapas do desenvolvimento cognitivo e moral. À medida que avançam na idade, os jovens apreendem a diferenciar as funções das quais devem se ocupar, ampliando seus conhecimentos das instituições políticas e cumprindo seus papéis na sociedade, desta maneira qualificando a “mistura de sentimentos” em um sistema de convicções políticas mais coerentes.

A segunda dimensão se deve mais ao freudismo que ao desenvolvimento cognitivo. Para tentar explicar as teorias, ao menos em parte, verifica a maneira como os adolescentes ou alunos adquirem certos tipos de atitudes políticas que os levam a ter preconceitos em relação às pessoas de cor ou de aparência distinta das deles, tal como o anti-semitismo, que levam a certos comportamentos extremistas ou à alienação política. Exemplos de abordagens importantes desta corrente de pesquisa podem ser encontradas nos estudos de Almond e Verba sobre a personalidade autoritária, e nos estudos comparativos de Block e Haan sobre o movimento do protestantismo dos estudantes e militantes americanos sobre a Guerra do Vietnã (HIMMELWEIT, 1983).

A terceira dimensão é interessante neste estudo por fazer uma análise da influência que o processo de socialização exerce nas pessoas. Trata-se do sentimento de pertencer a determinado grupo, região ou país, com estruturas (econômica, política e social) definidas, bem como, os efeitos das representações mentais que os indivíduos incorporam nas suas sociedades, suas regras e comportamento político. São sentimentos e representações que indicam a tendência de participar ou não das decisões nacionais e indicam suas escolhas eleitorais. Assim, a socialização é um processo permanente desde o nascimento até a morte.

Portanto não se aplica somente à juventude, mas influencia e recebe influência de todas as áreas e etapas da vida humana (HIMMELWEIT, 1983).

Com efeito, a socialização política é o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos, que se dá sob um enfoque geracional ou processo de interiorização da Cultura Política, existente em um meio social por parte das novas gerações.

“A relevância teórica da pesquisa sobre Cultura e Socialização Política está em buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia,” sendo que a concepção de *democracia* deve integrar forma e conteúdo, institucionalidade e mundo da vida, democracia política e social, representação e participação, superando, assim, a visão formalista restrita aos marcos do liberalismo, que prevaleceu em boa parte dos estudos nas quatro últimas décadas (SCHMIDT, 2000, p. 106).

A primeira fase das pesquisas sobre socialização política nos EUA teve forte influência do behaviorismo e do funcionalismo. Na Europa, observou-se a influência do pensamento filosófico e sociológico na linha marxista, weberiana, fenomenológica, estruturalista e a teoria crítica frankfurtiana pautando mais pela linha crítica.

Apesar de haver um entendimento de que o campo da política é para adultos, desde os estudos de Herbert Hyman (1959) detecta-se que há uma precocidade na formação de atitudes políticas, pois, dependendo do incentivo que as crianças e jovens recebem pelas agências socializadoras, elas se sentirão capazes para participar das decisões que afetam a família, a escola, a comunidade e a mídia. Pela participação, irão desenvolvendo um sentimento de competência para, mais tarde, influenciarem nas decisões da esfera pública e política, ou, na análise de Gabriel Almond e Sidney Verba (1965), em *The Civic Culture*, sobre o sentimento de eficácia subjetiva, que é a maior confiança do indivíduo de que pode influenciar nas decisões nas várias esferas de poder.

Entre as contribuições para o avanço dos estudos de socialização política dos adolescentes, com vistas a designar a formação de adultos participativos, pode-se destacar: a) os estudos de Hyman (1959) que aborda três áreas de investigação (a participação política, a orientação política e; a verificação das tendências autoritárias versus tendências democráticas), b) as pesquisas de Easton e Dennis (1969), que centraram suas análises na formação de atitudes acerca da autoridade constituída desde a infância e na análise do sistema político. Esses estudos reconhecem que socialização política ultrapassa o campo político partidário.

No entanto, pode-se observar a existência de variações nos conceitos dos estudos franceses e norte-americanos. Como observa Alfredo Joignant (1997), existem severas críticas opondo-se às orientações tradicionais e metodológicas da pesquisa de direção behaviorista e propõem linhas de pesquisa mais ambiciosas. Assim, as noções sobre a função das relações sociais ou meio social e de contexto são relativamente ignoradas na França e largamente usadas na literatura norte-americana sobre socialização política.

Levanta-se a reflexão sobre a relevância sociológica das pesquisas quantitativas de socialização política. Analisa-se, por um lado, a predominância das pesquisas behavioristas sobre o processo de transmissão de valores e sentimentos dos pais às crianças e, por outro lado, as estratégias de pesquisas com as quais se observa o efeito do contexto, a imersão do individual no social, tais como *networks*, ou a história particular das conjunturas e mudanças de atitudes e crítica à contínua dominação das pesquisas empíricas nas correntes da psicologia social americana (JOIGNANT, 1997).

Nesse sentido, destaca-se a importante contribuição dos estudos de Percheron (1972, p.147), que entende a socialização como um processo permanente que ocorre por toda a vida. Para ela, não existe uma continuidade entre infância e a vida adulta: "...os adultos são mais estáveis e, na adolescência, há uma ruptura com o mundo infantil e um empréstimo das idéias dos

adultos, assim os eventos podem modificar as atitudes constituídas”.

No entanto, Lagroye (1994) destaca que a diversificação da bibliografia sobre a socialização política não eliminou a forte influência dos autores norte-americanos. As novas técnicas no tratamento dos dados e a prudência crescente em relação às noções levaram a uma análise mais crítica e encorajaram a continuidade de novos estudos sobre o tema.

A socialização política não se reduz à aquisição de atitudes dos jovens, mas delineia um estado de conhecimento especializado exposto de maneira discursiva. Em sua tese, Percheron, amplia as medidas dos efeitos da socialização política, sem confrontar a riqueza do saber e a intensidade das crenças adquiridas, dentro de um reencontro singular entre os sistemas de julgamento dos jovens e questões mais específicas que produzem significação, como a satisfação social da escolaridade e a identificação dos jovens com valores e categorias constitutivas de uma cultura política (LAGROYE, 1994).

A pressuposição culturalista é a da predominância de um fundamento comum de crenças que fornece esboço de uma identidade coletiva singular em qualquer país ou nação. Porém, no estudo sobre o mito da excepcionalidade francesa, a autora não renunciou ao privilégio de uma concepção conflitual das modalidades e dos efeitos da globalização no comportamento da juventude, nem deixou de destacar a frequência das atitudes políticas inseparáveis das atitudes morais e a forte influência das variáveis religiosas (LAGROYE, 1994).

As opiniões que dirigem a concepção da política e o direito falado são situações geralmente pertencentes ao espaço e ao exercício da autoridade exclusiva dos adultos. As opiniões dos adultos são assimiladas pelos jovens através da socialização política. Por meio da educação familiar os adolescentes incorporam a sensação de serem sujeitos não autônomos, então, a escola surge como a principal responsável pela formação moral do adolescente, tanto da formação cívica e política, quanto da psicologia da educação sexual (LAGROYE, 1994).

A adesão a normas e valores comunitários e a aceitação de categorias constitutivas dos sistemas de julgamento e atitudes de natureza ideológica e religiosa são os elementos que influenciam a socialização política dos adolescentes. A socialização política não consiste em um processo unívoco de essencial didática, mas dá-se como resultado de uma pluralidade de aprendizagens que não se restringem ao indivíduo.

Assim, a aquisição de atitudes políticas está indissociável das dimensões do comportamento e do julgamento moral, aliada às concepções de valores religiosos, ao comportamento das famílias e à defesa dos valores morais, bem como ao conservadorismo ou liberalismo de suas práticas políticas. Atualmente, os jovens absorvem símbolos criados por mecanismos de identificação com o discurso repassado pelos meios de comunicação, seja discurso explícito, seja velado.

No contexto da evolução da sociedade, a elevação dos níveis de instrução, os efeitos geracionais e as práticas religiosas trazem profundas conseqüências para a pauta política, com uma concepção geral das instituições permitida pela ampla informação das regras e pela familiarização permitida pela televisão. Além do contexto sociopolítico que valoriza certos comportamentos com os quais se identifica uma unidade familiar, verifica-se a seleção dos princípios de julgamento que realiza a transmissão de modelos de educação para a juventude. A imbricação de atitudes e comportamentos concernentes a moral, a vida familiar e profissional, as preferências e atitudes políticas, bem como fatores estruturais colaboram para a socialização política dos jovens. Assim, história e o tipo de família, grupos e classes sociais correspondem a modelos de educação e cultura específicos.

As pesquisas sobre socialização de adolescentes e adultos se fortalecera nos EUA na década de 70 com os estudos de Jennings e Niemi. Entre os estudos merece destaque a obra organizada por Roberta Sigel (1989) – *Political learning in adulthood: a sourcebook of theory and research*, a autora defende a existência de um processo permanente de socialização

resultante do conjunto de experiências vivenciadas.

Nos estudos clássicos de cultura política as variáveis independentes e condicionantes da socialização política são: idade, gênero, escolaridade, situação econômica, ocupação profissional, raça, religião geração e localização geográfica e têm sido consideradas para a análise da formação de atitudes políticas, pela literatura consultada.

A Socialização Política é um elemento e só pode ser compreendido no conjunto do sistema político; sua função é propiciar condições psico-culturais favoráveis à persistência do sistema, “mas persistência inclui tanto a estabilidade quanto a mudança, e a socialização não se confunde com a reprodução do *status quo*, na medida em que pode potencializar os elementos de estabilidade do sistema.” (SCHMIDT, 2000, p. 105).

A socialização política é permanente e não tem um padrão universal. Depende das questões históricas, sociais e culturais e dá-se por meio das agências socializadoras, tais como família, escola, grupo de referência, igreja, ambiente de trabalho, partidos, movimentos sociais e mídia, que concorrem na estruturação de atitudes que possam incrementar ou não o capital social de uma comunidade.

Atualmente, observa-se que, sob o impacto das novas tecnologias, as agências socializadoras passam por profundas transformações. Na família, a menor presença da mãe em casa, devido à crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, reduz o tempo de convivência familiar dos pais com os filhos. A escola, por sua vez, viabiliza e reforça a crença na geração de capital humano⁸, requisito para inserção dos jovens no mercado de trabalho, mais competitivo e excludente.

Neste sentido observa-se que as pesquisas realizadas por Nazzari (1995) e Schimdt (2000) detectaram que a socialização política dos jovens não privilegiava a formação do capital

⁸ Capital Humano é o investimento feito em educação e qualificação profissional.

social entre os jovens. Capital este, que poderia gerar alternativas para inclusão da maioria dos jovens em novos espaços democráticos, com alternativas de cooperação e confiança mútuas para solução dos problemas das comunidades.

No caso brasileiro, observou-se que um dos principais agravantes da exclusão dos jovens em relação à participação política está relacionado ao princípio da cidadania regulada pelo *status quo* das profissões, item apresentado como sério obstáculo para o fortalecimento da democracia em nosso País, no estudo sobre socialização política e construção da cidadania no Paraná (NAZZARI, 1995)⁹.

Como a escola socializa para a formação do capital humano, cabe analisar o efeito deste fenômeno sob o impacto do processo de globalização que excluiu a maioria das pessoas das formas de trabalho assalariado e a ironia de formar os jovens para o mercado de trabalho que está em plena decadência, tal como é conhecido tradicionalmente. Assim, os jovens na atualidade deparam-se com outra realidade. Os baixos índices de emprego formal e as carências de perspectivas são os únicos valores oficialmente oferecidos. Mesmo a moral cívica está, na maioria das vezes ligada, ao trabalho – mas os jovens não têm como se inserirem e participarem e nem mesmo “as mercadorias socializadas pela publicidade que eles também não têm meios de adquirir, legalmente pelo menos” (FORRESTER, 1997, p.63-4).

A exclusão social, típica das sociedades periféricas neste século XXI, revela-se na fome, na falta de condições básicas de saúde, de moradia e de transporte e, principalmente, no desemprego e falta de expectativas dos jovens em relação ao futuro. A ampliação destes problemas deve-se aos efeitos perversos da acumulação concentrada de riquezas do próprio sistema econômico capitalista.

Assim, impulsionada pela globalização, a agência socializadora familiar já não cumpre o seu

⁹ Ver no estudo de Nola Kortner Aiex (1994), a experiência de educação alternativa que explodiu nos EUA, na qual os pais assumem a responsabilidade da primeira fase da educação escolar das crianças.

papel tradicional. As mães se inseriram no mercado de trabalho e, por isso, passam menos tempo com os filhos, e estes passam mais tempo na frente da televisão¹⁰. Por sua vez, a escola, ironicamente, pouco avançou além de formar capital humano, conflitando com a realidade de que o trabalho, no sentido tradicional, está em pleno declínio na sociedade atual.

Assim, a família e a escola já não conseguem concorrer com os atrativos da mídia eletrônica na atenção dos jovens e estes passam muito mais tempo em contato com os meios de comunicação¹¹.

Observa-se que os meios de comunicação exercem forte influência na transmissão de crenças e valores, ditam regras e normas, promovem modismos consagrados na letargia dos *shopping centers*, e vendem os produtos capitalistas para o mercado cada vez maior de consumidores e menor de produtores. Frente a estas questões, a socialização política dos jovens tem forte influência da mídia na atualidade, e este tema se examina a seguir.

1.3.2 Mídia, cultura e socialização política

Notadamente, é importante destacar que a influência da mídia alterou o processo tradicional de socialização, pelos meios de comunicação de massa, no final do século XX, como observa Neil Postman (1999, p.58). Afirma esse autor que “o desaparecimento da infância, tal como

¹⁰ Coleman (1961), no seu estudo *The Adolescent Society: the social life the teenager and impact on education*, baseado no estudo de 10 escolas da região de Chicago, distingue capital social da família e fora dela e coloca que a deficiência da ausência dos pais na transmissão do capital humano prejudica o capital social dos filhos.

¹¹ A socialização não se dá exclusivamente no trabalho, pois só uma parte minoritária da população trabalha para alguma empresa. O tempo dedicado ao trabalho representa um décimo de nossas vidas. A família, os parentes, o bairro, a cidade, a escola, os esportes, o tempo vago, os lugares de culto, de tratamento, os partidos, os clubes, os círculos são todos agentes de socialização. Assim, destaca-se a necessidade de oferecer aos jovens uma formação ética e ensinar também o não-trabalho, ou seja, atividades ligadas ao tempo livre, a fim de reprojeter a própria existência no ócio criativo (MASI, 2000, p. 261).

foi concebido, onde a escola e a burguesia haviam definido as fronteiras entre o mundo infantil e do adulto, está sendo alterado pelos meios de comunicação”. A vergonha e a curiosidade, elementos que fazem parte do mundo da criança, são enfraquecidos pelo excesso de informações sem fundamento crítico. A televisão, então, criou pseudo-adultos e homogeneizou as mentalidades. As crianças não precisam buscar sanar a curiosidade, a mercadoria da informação já vem pronta para ser consumida, pois a televisão revela tudo para todos.

No seu estudo sobre os meios de comunicação, Armand Mattelart (2000, p.162-3) observa a fatalidade da monocultura e da hegemonia lingüística, discutida por G. H. Wells, que coloca a posição de vários antropólogos em “relação dos fluxos culturais internacionais nas culturas locais e constataram que a existência de uma globalização da cultura não resulta na homogeneização do planeta, mas num mundo cada vez mais mestiço”, verificado nas últimas décadas.

Assim, os conceitos de hibridação e mestiçagem explicam essas combinações e reciclagens dos fluxos culturais internacionais pelas culturas locais. Desmistificando o conceito de modernização euro-americana como principal referência de desenvolvimento, os conceitos de hibridação e mestiçagem apontam para uma reformulação do moderno com o tradicional e criam bases para suas próprias indústrias culturais e campo de criação artística (MATTELART, 2000)¹².

A condição de consumidor ou passageiro solitário passa por uma relação contratual com a sociedade... “Nos não-lugares de circulação, tais como auto-estradas e vias aéreas; de consumo (hipermercados); e de comunicação (telefone, fax, televisão e redes), cohabita-se sem haver vida em comum”. Esses não-lugares empíricos que geram um novo pensamento e

¹² No mercado, é importante observar como as novas tecnologias estão sendo incorporadas pelos cidadãos brasileiros. É comum ver, nas ruas das grandes cidades brasileiras, trabalhadores do mercado informal das classes pobres usando celulares e outros eletroeletrônicos.

novos tipos de relações com o mundo pertencem à pós-modernidade, em que, diferente dos lugares da modernidade, são triplamente simbólicos: identitários, relacionais e históricos (MATTELART, 2000, p.165).

Também Norbert Elias (1994), em seu estudo sobre transformações ocorridas na relação entre o indivíduo e a sociedade, final do século XX, destaca como esta relação é compreendida, bem como qual é a sua imagem, o seu *habitus* e a sua identidade e que está sujeita a transformações muito específicas.

Ela vive e viveu, desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que, a essa altura, já se precipitaram nela como seu caráter pessoal...”. O problema é que em cada associação de seres humanos, este contexto funcional tem uma estrutura muito específica (ELIAS, 1994, p.22).

Numa palavra, “cada pessoa que passa por outra, como estranhos, aparentemente desvinculados, na rua, está ligada a outros por laços invisíveis, sejam, esses laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos” (ELIAS, 1994, p.22).

Por sua vez, Werner Stark (1978) observa que a natureza humana é autocêntrica, e os indivíduos priorizam as suas necessidades, satisfações e desejos. Porém o processo de socialização pode desenvolver sentimentos solidários. A idéia de solidariedade é baseada no conceito de halocentrismo, que é a habilidade de identificar-se com os outros, e pode encorajar o engajamento nas atividades sociais cooperativas.

Nesta direção, pode se destacar as implicações da cultura política híbrida e da forte influência dos meios de comunicação da conjuntura mundial sobre o comportamento dos jovens brasileiros. Sabe-se, porém, que os meios de comunicação são fortes agências socializadoras dos jovens na atualidade. Nesta direção, a mídia poderia, por meio da socialização, colaborar

para o incentivo e fortalecimento dos laços de solidariedade e confiança, o que por sua vez poderia ampliar os níveis de capital social na comunidade. A socialização política dos jovens, por meio da mídia poderia incentivar os indivíduos ao desenvolvimento de uma cultura política mais participativa. Estes poderiam sentir-se capazes de interagir no processo de tomada de decisões, a fim de formarem redes de informação, trabalho e associativismo, fortalecendo a democracia e ampliando as potencialidades de desenvolvimento do país.

É neste contexto contraditório e complexo que acontece a socialização dos jovens brasileiros do século XXI que ora se inicia, bem como surge a emergência de ampliar a igualdade de oportunidades dos cidadãos e de diminuir a servidão imposta pela pobreza. Diante disso, cabe investigar qual o perfil atitudinal que está sendo forjado na geração juvenil das últimas décadas e se ele é capaz ou não de incrementar o capital social, via processo de socialização dos jovens brasileiros. Considerando a possibilidade de haver este incremento, pode-se argumentar que isto possibilitaria o surgimento de uma comunidade cívica, capaz de gerar espaços sociais para revitalizar a democracia e o capital social, assunto do próximo item.

1.4. Capital Social e Comunidade Cívica

1.4.1 Gênesis e desenvolvimento do conceito de capital social

O capital social tem sua origem nas idéias de Tocqueville sobre o sucesso da democracia na América como conseqüência da capacidade de cooperação e convivência comunitária das

pessoas. Posteriormente, o capital social surge como uma ponte alternativa multidisciplinar para redefinir as relações entre o Estado e a sociedade, apontando para formas de participação políticas diferentes dos padrões tradicionais de comportamento político.

Sua expressão na filosofia é salientada na consciência da necessidade da convivência pública, e remete para “a leitura de Maquiavel (1995) e do conceito de *virtus* (que significa a energia e é utilizado para descrever o *ethos* patriótico dos guerreiros romanos)”. A superação do misticismo na formulação teórica do Estado, a dimensão das virtudes cívicas era recurso essencial para o bom funcionamento da nação. Tocqueville (1995) apontava “a convivência comunitária como responsável pelo sucesso da democracia na América”. Por sua vez, Mill (1981) “já alertava para o fato de que o cidadão passivo é preferido pelo governo de um ou de poucos, enquanto o cidadão ativo é desejado pelo governo da maioria” (BAQUERO, 2001b, p. 26-7).

O conceito refere-se a características presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos no cotidiano, normas de reciprocidade, informação e confiança que podem propiciar benefícios diretos e indiretos, pessoais e coletivos para a bem-estar da comunidade. Seu alcance vai desde o estudo da família e grupos sociais restritos, até situações macros de sociedades mais complexas, permitindo o entendimento do funcionamento das instituições políticas implementadas.

O capital social iniciou sua sistematização na década de 1980 e foi aprofundado nas pesquisas desenvolvidas nos anos 1990. “Empregado inicialmente por G. Loury, foi desenvolvido sob diferentes abordagens por autores como James Coleman, Robert Putnam, Peter Evans, Nan Lin, Robert Rotberg e Lucian Pye, entre muitos outros” (SCHMDT, 2001, p.121).

O aprofundamento dos estudos sobre capital social ganhou força em diferentes pesquisas realizadas em várias partes do mundo e a principal preocupação destes estudos pauta-se em como viabilizar o bem comum no contexto contemporâneo. Para Lin (2001), capital social é

um bem individual. Este estudo baseia-se, entretanto, na perspectiva de Coleman (1990) e Putnam (1996a) que, entre outros autores, definem o capital social como bem da comunidade.

Na reinterpretação da teoria do capital de Marx, verificada no estudo Lin (2001) observa-se que, o capital é o ponto de partido do mercado e parte integrante da divisão social do trabalho e da mais-valia apropriada pelos capitalistas detentores dos meios de produção, numa sociedade dividida por classes. A primeira reinterpretação foi à teoria do capital humano, com origem nos estudos de Adam Smith, analisada por Johnson, Schultz e Becker, que relacionaram o capital ao investimento em conhecimento e qualificação do trabalhador. Estes estudos implicaram na mudança acerca da estrutura social, na qual a sociedade não é compatível com a divisão em classes, mas com hierarquias de diversos graus de capitalistas e com grau de mobilidade, “onde o trabalhador passa a ser um investidor e a qualificação da mão-de-obra para suprir as demandas do mercado passa a ser a tônica das discussões sobre educação e rendimento” (SCHMIDT, 2001, p.121).

Resgatando a perspectiva de classe social em sentido marxista, Bourdieu aponta o capital cultural como a aquisição e reprodução da cultura dominante e seus valores, impostas pelas classes dominantes. Assim, “as teorias do capital social erguem-se sob a reinterpretação da teoria marxista do capital, propondo novos mecanismos de cooperação e autonomia das diversas esferas sociais ante as relações econômicas” (SCHMIDT, 2001, p.121-2).

A função econômica do capital social é a de reduzir os custos das transações associadas com mecanismos de coordenação formal, contratos, hierarquias, regras e burocracias entre outros, monitorando o cumprimento dos contratos, ativando as ações coordenadas, importantes para a economia moderna, mais complexa e tecnologicamente mais sofisticada, que viabiliza a troca de informações. O capital social oferece vantagens de eficiência além da coordenação técnica. “Os trabalhadores são autorizados a tomarem decisões próprias ganhando eficiência, incentivados pelo sentimento de cooperação” (FUKUYAMA, 1999, p.4).

Para muitos economistas, o capital social surge espontaneamente como produto itinerário para colaborar na solução dos “Jogos dos Dilemas dos Prisioneiros”, diante da falta de cooperação e deserção em relação ao equilíbrio dos jogadores nas ações coletivas. Tem a função de reabilitar qualidades e desenvolver a reputação de confiabilidade e honestidade nas pessoas e nas instituições em suas interações no mercado e nas transações comerciais. Neste sentido, o capital social coaduna com o que foi observado por Adam Smith, no sentido de colaborar no desenvolvimento da sociedade burguesa, industrializada e prudente. Comprovando esta hipótese, “Robert Ellickson e Elinor Ostrom catalogaram casos empíricos de normas cooperativas que resultam na interação comunitária e na melhora da convivência social e política” (FUKUYAMA, 1999, p.9-10).

O crescimento das economias é indicado, segundo Peres (2002, p.1), por um conjunto de estoques de capitais, que formam o chamado pentágono de desenvolvimento, no qual fazem parte o capital físico (construções, tecnologia, equipamentos, etc.), o capital financeiro (créditos, poupanças, títulos, etc.), o capital humano (educação, saúde, etc), o capital natural (solo, subsolo, clima, etc.) e o capital social (redes de confiança, grupos, civilidade, etc), que forma o quinto ângulo do pentágono. Assim, o capital social, na perspectiva econômica, “verifica os níveis de crescimento das regiões, que contam com algumas variáveis dos outros capitais e propicia o fortalecimento das relações sociais e amplia o envolvimento dos cidadãos nas questões políticas referentes ao bem público”.

A função política do capital social é ajudar a democracia na “arte da associação”. A propensão para ao associativismo e a participação em associações voluntárias colabora para combater o individualismo. Juntos, associações civis fortes e interesses individuais fracos, começam a fortalecer a participação das pessoas na vida política, tal como partidos políticos e interesses de grupos podem servir como escola de cidadania quando incentivam hábitos de cooperação que podem eventualmente incrementar os interesses na vida pública. “A

sociedade civil prepara-se para balançar o poder do Estado e proteger os indivíduos. Assim, o capital social é vital para o funcionamento formal das instituições públicas” (FUKUYAMA, 1999, p.5-6).

Uma revisão da literatura em torno do debate recente sobre capital social apresenta, por um lado, elementos do culturalismo defendidos por Putnam (1996) e a reação neo-institucionalista defendida por Evans (1996). Uma polarização nasce deste debate. A primeira deposita na evolução histórica do sistema político a existência de pré-requisitos desenvolvimentistas que facilitam a implantação de políticas públicas. A outra situação considera o surgimento de autonomia institucional inserida no cotidiano da sociedade.

Os estudiosos enfatizam a correlação entre o grau de confiança geral e as normas de cooperação prevaletentes na sociedade. Assim destaca-se que, quanto menores as diferenças entre ricos e pobres, maior é o capital social, mais ampla é a participação em associações, melhor é a renda e melhores as práticas produtivas, na agricultura e na indústria. Assim, a cooperação com a administração pública melhora a qualidade dos serviços públicos na educação, na saúde, entre outros.

Nesta direção, o debate, centrado na autonomia do Estado e nos efeitos da dispersão das instituições públicas, foi realimentado com as publicações de Robert Putnam (1993 e 1995) e Peter Evans (1996). Incorporando o conceito de capital social, inicialmente desenvolvido pelo sociólogo James Coleman, ambos os autores “procuraram demonstrar as condições sob as quais as instituições públicas conseguem mobilizar os recursos sociais, para alcançar um grau elevado de bem-estar coletivo” (ABU-EL-HAJ, 1999, p.68).

À perspectiva institucional de capital social filia-se Axel Fredrik Uglla Hadenius (1996). Para o autor, a pluralidade e a autonomia organizacional da sociedade civil dependem do Estado e das doações individuais, para o desenvolvimento das estruturas democráticas com base popular. Tais estruturas geram, mais adiante, redes de trabalho e de capital social entre a

sociedade civil e o Estado, com maior participação dos cidadãos nas esferas de decisões políticas.

Na mesma direção, a perspectiva institucional de Dahl (1956) Sartori (1996), e Huntington, (1974) parte da premissa de que o estabelecimento de instituições formais, com o objetivo de controlar o abuso do poder, é essencial para alcançar o bem comum. Estes estudos sugerem que os interesses sociais devem ser alcançados dentro dos marcos do processo democrático (O'Donnell e Schmitter, 1986; Diamond, 1994), na medida em que o desenvolvimento da sociedade civil não seria suficiente para a consolidação da democracia. No entanto, “a experiência histórica tem mostrado que a separação entre as perspectivas culturalistas e institucionalista está longe de refletir o que acontece nas sociedades contemporâneas” (BAQUERO, 2001a, p 26-7).

O espaço público precisa de interesse, participação e demandas de ambos os lados, tanto dos órgãos públicos, quanto da iniciativa privada. Em contrapartida, a estrutura de organização da sociedade civil propicia a criação e fortalecimento de redes de trabalho social que podem colaborar para diminuir a exclusão social e levar a estabilidade democrática aos diversos países. Para isto faz-se necessário levar em conta as características culturais de uma dada comunidade, verificando se a mesma contribui para fomentar a propensão das pessoas para o associativismo.

Na perspectiva cultural, o capital social parte da análise de como as sociedades incorporam crenças e valores que remetem a um comportamento participativo na esfera política, delineando uma comunidade cívica que se organize em torno do bem comum. Neste estudo acredita-se que ambas as abordagens são importantes para a elevação dos índices de capital social de uma comunidade, tanto as políticas públicas que incentivem cooperação e participação da sociedade, quanto aspectos de cultura política de cada país.

No estudo de Morrow (1999, p.749) destaca-se que o capital social, para Putnam, consiste em:

1) redes de trabalho com as quais se constitui uma comunidade cívica (instituições, meios, recursos e relações) voluntária nas esferas pública e privada; 2) senso de comunidade cívica junto com o sentimento de solidariedade e igualdade com os outros membros da comunidade; 3) normas de cooperação, reciprocidade e confiança no governo e no funcionamento das instituições - *networks*; e 4) atitudes positivas em relação às instituições, associadas à facilidade de associativismo e relacionamentos, o que constitui a comunidade cívica e o seu bom engajamento e que envolve participação no processo sustentado e utilizado por cada voluntário, estado interpessoal das instituições.

Nesta direção, Vázquez sugere duas perspectivas teóricas: por um lado, o exercício da virtude cívica dos cidadãos agindo em nome da comunidade, por outro, o desenho institucional com o estabelecimento de instituições formais, com vistas a controlar o abuso do poder, propiciando um equilíbrio no espaço democrático que requer uma cidadania ativa e participante (citado por BAQUEROB, 2001).

O capital social, assim como o capital convencional, tende a ser acumulado cada vez mais por aqueles que o incorporaram nas suas relações sociais. A forma primordial para a elevação dos índices de capital social está na confiança, respaldada pelos denominados recursos morais, que se ampliam com a prática e se esgotam se não forem utilizados. Outra característica do capital social (confiança, normas e redes de relações sociais) é a de ser um bem público, ao contrário do capital convencional, que é um bem privado.

Em suma, capital social é a norma informal imediata que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. As normas que constituem o capital social podem ser consideradas desde a reciprocidade de dois amigos até o caminho mais complexo e elaborado que articula doutrinas como o cristianismo e o confucionismo, verificadas nas suas dimensões de análise.

1.4. 2 Capital social: dimensões de análise

As dimensões de análise do capital social podem propiciar a compreensão das relações humanas atuais, eficiência das economias modernas e condição necessária para a estabilidade da democracia. O capital social constitui o componente cultural para a sociedade moderna, estabelecendo as bases das instituições informais, das normas legais e da racionalidade, bem como “potencializa o alcance das políticas públicas e das reformas econômicas” (FUKUYAMA, 1999 p.1).

A confiança, as redes e a sociedade civil são resultado do capital social, mas não se constituem por si mesmos. Não são imediatas as normas do capital social, mas podem conduzir à cooperação nos grupos e, por esta razão, “são ligadas às virtudes tradicionais, tais como honestidade, respeito ao próximo, compromisso, cumprimento dos deveres, reciprocidade e outros” (FUKUYAMA, 1999, p. 2).

Devem-se ressaltar os aspectos negativos do capital social, o que não desqualifica o potencial cooperativo das comunidades e grupos. Pode produzir mais externalidades negativas que outros tipos de capitais, pode conduzir ao ódio entre os grupos ou burocracia congênita. O capital físico pode colaborar na fabricação de armamentos, o capital humano pode ser usado para novas técnicas de tortura, “mas ambos somente serão operacionalizados se os índices de capital social forem baixos e promovam o aparecimento das máfias e da corrupção”. Outro aspecto negativo deve-se ao fato de que “um grupo solidário pode desenvolver hostilidade para com outro grupo, dividindo o mundo entre amigos e inimigos, base de toda a política” (FUKUYAMA, 1999 p.2).

No entanto, Fukuyama (1999) destaca que, quando os grupos com capital social produzem externalidades positivas, os raios de confiança podem ser ampliados, fortalecendo os pequenos e grandes grupos. As sociedades modernas possuem uma série concêntrica e ampla de raios de confiança, que pode ser verificada nos amigos, rodas, ONGs e grupos religiosos. Por isso, é importante que as medidas de capital social considerem a verdadeira utilidade das redes ou raios de confiança, ou seja, círculos de pessoas envolvidas em normas de cooperação e operação nas suas dimensões de análise.

A dimensão macrossistêmica nos estudos sobre capital social envolve as questões dos Estados em relação aos cidadãos na nova conjuntura da globalização marcada por profundas transformações tecnológicas e impactos nas sociedades modernas, bem como o desenvolvimento econômico e a democracia. Em nível microssistêmico, envolvem-se as questões de identidade e confiança nas estruturas sociais, onde os indivíduos recebem influência da cultura e socialização política, no sentido de absorverem crenças e valores de confiança e cooperação. Essas crenças e valores podem potencializar estruturas emocionais, psicológicas e morais de cooperação em relação aos demais cidadãos e instituições, firmando sentimentos de eficácia na participação política. Neste estudo, busca-se um entendimento em relação a ambos os níveis de interpretação do conceito de capital social.

Nesta direção, as análises se dividem em três instâncias principais: a) o comportamento individual que reflete questões psicológicas, de identidade, e sentimentos de eficácia das pessoas, bem como da auto-estima dos cidadãos; b) o contexto social que se reflete nas redes associativas formais e informais da comunidade, bem como nas questões de desenvolvimento socioeconômico; e c) o componente institucional que se reflete nas políticas públicas baseadas na horizontalidade das relações e na participação política.

No plano individual, destacam-se os estudos de Coleman (1990), que verifica a capacidade de

relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em perspectivas de reciprocidade e comportamentos confiáveis que, no conjunto, melhoram a eficiência individual. No plano coletivo, o capital social destaca-se nos estudos de Putnam (1996a) por ajudar a manter a coesão social, pela obediência às normas e leis. No plano institucional, salienta a negociação em situação de conflito e a prevalência da cooperação sobre a competição. Assim, de maneira geral, tanto nas escolas como na vida pública, o capital social resulta num estilo de vida baseado na associação espontânea, no comportamento cívico e numa sociedade mais aberta e democrática.

Para Putnam (1996b), o capital social reflete o grau de confiança entre os atores sociais, o grau de associativismo e o acatamento às normas de comportamento cívico que privilegiem o bem público. Por sua vez, as dimensões de análise classificatórias abordam a identidade cívica e a participação das pessoas em grupos e associações. Nesta perspectiva, segundo Pagé e Chastenay (2003), são três as dimensões do capital social: a) a dimensão da identidade; b) a dimensão igualitária; e c) a dimensão de participação.

Entende-se que a dimensão de identidade aborda fatores que estimulam a identidade cívica, tais como a formação de *clusters* (grupos, agrupamentos ou aglomerados) que revelam uma dependência mútua e responsabilidade coletiva para a produção dos bens privados e públicos. Além disso, verifica questões sobre a diferença de atitudes em relação às diversidades lingüísticas, religiosas, étnicas e geográficas.

A dimensão igualitária preocupa-se em verificar as atitudes das pessoas no espaço público, analisando as diversidades da sociedade contemporânea impostas pela globalização e pelo consumo. Essa análise deve verificar se essas diversidades remetem as pessoas ao individualismo e a diferentes representações da identidade coletiva que podem levar ao desenvolvimento de novos padrões valorativos ou reforçar os que já existem nas relações sociais.

A dimensão de participação levaria os cidadãos a se engajarem em associações voluntárias e na vida cívica, o que potencializaria a elevação dos índices de capital social ampliando os benefícios sociais e materiais para a sociedade. Nesta perspectiva, analisa-se a participação atual, revelando índices de participação; a participação futura, que projeta a intenção dos indivíduos em participar; e a participação efetiva, quando os indivíduos se sentem estimulados para a participação em associações e empoderados pelos sentimentos de eficácia política no presente. Para medir os níveis de capital social de uma comunidade, um elemento importante nesta análise é a verificação da confiança dos cidadãos nos governantes e personagens políticos, pois a confiança interpessoal, social e nas instituições pode potencializar a cooperação e desencadear comportamentos participativos.

A participação política ampliada pela confiança social determina formas de associações estruturadas que, por sua vez, influenciam no civismo dos cidadãos. Nesta direção, “se propõe uma análise baseada na perspectiva de horizontalidade, para avaliar o envolvimento das pessoas em atividades associativas”. Assim, invés de se examinar preferencialmente as atividades políticas e econômicas, examina-se também, a participação em outras instâncias associativas, tais como, por exemplo, os grupos religiosos, artísticos, esportivos e outras atividades recreativas e de lazer que servem de referência para, então, verificar como isso pode refletir-se nas esferas políticas, econômicas e sociais mais amplas (MORROW, 1999, p.756).

No sentido de verificar as relações políticas e econômico-sociais mais amplas, os estudos do *Sustainable Development Indicator Group* (2001) assinalam que as categorias analisadas nos grupos estudados incluem as variáveis culturais, as relações informais, a informação social e as instituições sociais.

As variáveis culturais envolvem a totalidade da sociedade, tais como modelos e padrões de

comportamentos transmitidos, crenças, instituições, e todos os outros produtos do trabalho humano e pensamento típico da população ou da comunidade em um período de tempo (crenças, mitos e lendas, normas sociais e valores).

As relações informais são as relações casuais entre os indivíduos fora das organizações sociais formais, incluindo amizade entre os mesmos. Entre as relações informais destaca-se a capacidade do sistema de produzir serviços e experiências (cuidado, atenções, vigilância, investimento e organização pessoal).

A informação social observa a soma total de todo conhecimento derivado de estudos, experiências ou instruções, a soma ou série que pode ser compreensão, descoberta ou aprendizado (história, leis, conhecimento social).

E as instituições sociais são grupos de pessoas que se unem para, juntas, terem uma proposta comum de certos privilégios, obrigações, metas, ou objetivos distintos e dependentes dos membros individuais (comunidade, organizações de serviços comunitários, culturais, intelectuais, políticas não-governamentais e religiosas, bem como instituições educacionais, instituições legais, vigilância sanitária, grupos culturais e etnias, extensão familiares, vizinhos e governos).

Tendo em vista as variáveis acima citadas, o *Sustainable Development Indicator Group* (2001, p.1) define capital social como “the infrastructure that governs the relationships between individuals in a society. This does not includes physical and material assets, which fall under Man-made Capital”.

Diante da dificuldade de se contar o número de membros de cada grupo, deve-se também levar em conta a qualidade das relações. Putnam disseminou a defesa do fortalecimento dos grupos, chamados por ele de “*membership groups*”. Ele mostrou que somente as grandes organizações tais como *Nature Conservancy* ou *World Wildlife Fund* crescem

substancialmente, mas a qualidade das relações em torno dos membros do grupo nem sempre é devidamente verificada. Ele apresenta um capítulo que mostra como, num único local, pode-se desenvolver uma única organização responsável e patrocinar incontáveis caminhos de interação social, “promovendo viagens de bicicletas sem distinção de classes, que levam a todos a formarem relações pessoais que transbordam efeitos de capital social” (FUKUYAMA, 1999, p.13).

Os aspectos comuns dos diferentes conceitos de capital social são: 1) Todos integram as esferas política, econômica e social e pressupõem que as relações sociais influenciam a forma como os mercados e Estados operam e, por sua vez, são influenciados por esses mercados e Estados; 2) Todos convergem para a análise das relações entre atores e as formas que podem gerar relações estáveis e confiáveis entre eles, aumentando tanto a eficiência individual, quanto coletiva; 3) Todas apontam que o capital social pode ser fortalecido, mas esse processo exige uma gama de recursos de natureza variada; e 4) Na medida em que os bens derivados de instituições públicas não podem ser apropriados privativamente, as pessoas tendem a apoiar as relações sociais e as instituições. “Assim, fica claro que o traço que distingue capital social de outros tipos de capital (econômico, cultural, político e organizacional) é a ênfase nas vantagens que resultam para as classes historicamente excluídas” (BAQUERO, 2001b, p.13-15).

Observa-se que alguns usos relevantes do conceito são as causas e conseqüências do declínio do capital social, a relação entre inovação cívica e capital social e a utilização de políticas públicas para implementar o capital social (SERIANNI e LEWIS, 1998a).

Ellen Gabriele Ferrazzi Wall e Frans Schryer (1998) revelam a preocupação em evitar que o conceito de capital social seja apenas um modismo e se torne inapropriado para resolver os problemas complexos da sociedade. Os autores exploram três perspectivas do desenvolvimento de capital social: 1) para Bourdieu, a relevância do capital social está em

manter ou desenvolver uma posição na estrutura social hierárquica; 2) em Coleman, o ponto forte está na conexão entre racionalidade econômica e o capital humano; e 3) para Putnam, capital social é a ligação entre associações fortes e a responsabilidade cívica.

Para Bourdieu, o capital social é complementar ao capital econômico e ao cultural. Por sua vez, Coleman descreve capital social como os recursos que facilitam a ação para o desenvolvimento econômico, e Putnam focaliza os atributos individuais que conduzem ao engajamento cívico (BOB e FOLEY, 1997b).

Na perspectiva de Putnam e de Coleman, o capital social é um conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos), de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade. Neste sentido, a noção de capital social esta próxima da relação feita por Bourdieu (1987, p.324) sobre capital cultural e econômico, quando observa que, enquanto a classe alta prioriza investimentos econômicos, a classe média procura investir na educação de seus filhos e também em consumos capazes de simbolizar a posse de meios materiais e culturais adequados às regras do estilo de vida burguês, e a classe baixa prioriza o trabalho para suprir suas necessidades e propicias à formação de “um capital social, capital de relações mundanas (fonte de apoios úteis) de honradez e respeitabilidade, muitas vezes indispensável para atrair ou assegurar a confiança da boa sociedade e, por esta via, de sua clientela, podendo inclusive resultar numa carreira política”.

Desta forma, capital social pode ser visto como forma de inserção da classe média nas esferas das elites, em que seu valor é conquistado por meio de símbolos. Assim, capital social pode ser visto como um conjunto de “recursos e poderes efetivamente utilizáveis” (BOURDIEU, 1987, p.128).

A distribuição social dos recursos é necessariamente desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos. Embora Putnam não enfatize esta desigualdade, a acumulação do capital social é um processo de aquisição de poder *empowerment*,

terminologia que se vem consagrando junto às organizações e instituições de desenvolvimento das comunidades.

Foram os estudos de Putnam que consagraram como clássicos da literatura econômica os estudos sobre o quinto estoque de capital social, apontando para sua importância no crescimento, além dos capitais físico, financeiro, natural e humano.

Assim, para Putnam (1996a), o nível de capital social existente em uma sociedade pode explicar o crescimento ou declínio do seu desenvolvimento econômico. Também se observou que há uma relação entre o senso de eficácia política das redes sociais e a prosperidade das comunidades. O envolvimento e participação das pessoas em atividades associativas com os vizinhos, estruturas cívicas locais e nacionais têm impacto no desenvolvimento econômico e no nível de riqueza das comunidades.

O autor busca mostrar a diferença existente entre as regiões do norte e a do sul da Itália, levantando duas possibilidades genéricas, quais sejam a modernidade socioeconômica e a formação de uma comunidade cívica. Em relação à modernidade socioeconômica nos últimos séculos, o acontecimento social e econômico mais importante que se verificou na sociedade ocidental foi a Revolução Industrial, que teve, como consequência, a transformação dos padrões de vida, mudança do campo para as fábricas, transformações das estruturas das classes sociais, evolução do capital físico e humano e elevação dos padrões sanitários, da capacidade econômica e tecnológica.

Para os sociólogos políticos, um governo democrático depende dessa transformação social e econômica. Porém essa modernização provoca uma diferença de desempenho entre as regiões, podendo se verificar em uma determinada região do país uma economia avançada enquanto a outra enfrenta problemas de subdesenvolvimento (PUTNAM 1996a).

Os indicadores e os índices de capital social estão sendo amplamente utilizados nas ciências

sociais e humanas, principalmente nos estudos que verificam as desigualdades no processo de desenvolvimento econômico de alguns países e regiões, visto como a principal preocupação para se viabilizar o bem comum no contexto contemporâneo.

1.4.3 Capital social e desenvolvimento socioeconômico

A primeira teoria do desenvolvimento econômico tem suas origens na análise de Marx das forças internas do sistema econômico que atuam na base do processo de desenvolvimento capitalista. Shumpeter atribui o desenvolvimento econômico às transformações na área econômica determinadas pelas inovações que rompem o estado de equilíbrio, ou seja, introdução de novos métodos produtivos, introdução de novos produtos, abertura de mercados e descoberta de novas fontes de matéria-prima.

Nesta linha de pensamento, Singer (1982) divide as interpretações de desenvolvimento econômico em duas correntes: a que identifica desenvolvimento com crescimento econômico, e onde a ausência de crescimento econômico é o que caracteriza o subdesenvolvimento, e a corrente que distingue desenvolvimento de crescimento, e que vê o crescimento como um processo de expansão quantitativa, ao passo que desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos preexistentes nos países subdesenvolvidos. Assim, crescimento pode ser definido como a expansão do produto real de uma economia durante determinado período de tempo, sendo condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente.

De acordo com Colman e Nixon, citados por Montoro Filho (1998), desenvolvimento

econômico é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade. É um conceito normativo medido de forma diferente pelas pessoas de uma mesma sociedade.

Assim, para Rosseti (1987), desenvolvimento econômico é um processo pelo qual, ao longo do tempo, se modificam caracteres essenciais das estruturas social e econômica, onde são definidores de um processo amplo de desenvolvimento: a) crescimento do produto real *per capita*, associado a gradual melhoria da estrutura de repartição da renda e da riqueza; b) redução dos bolsões de pobreza absoluta; c) elevação das condições qualitativas de saúde, de nutrição, de educação, de moradia e de lazer, extensivas a todas as camadas sociais; c) melhoria dos padrões de comportamento no plano político; d) melhoria dos padrões segundo os quais se combinam os fatores de produção não apenas no plano tecnológico, mas também no das relações que se estabelecem entre a força de trabalho e os que detêm propriedade ou o controle da capacidade instalada; e) melhoria nas condições ambientais, quer resultem de mudanças nos padrões de exploração das reservas naturais básicas, quer de eliminação de externalidades associadas à redução da qualidade de vida; e f) gradativa remoção de sistemas de valores que dificultam a ocorrência de processos sociais de mudança conducentes ao desenvolvimento.

Para Montoro Filho (1998), o desenvolvimento econômico consiste, além de mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, nas modificações que alteram a composição do produto e na alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. “Enquanto o crescimento se refere a incrementos quantitativos, eventualmente medidos em valores de elementos físicos, o desenvolvimento implica em melhorias qualitativas...” (BARAN, 1977, p.51).

A idéia de desenvolvimento, portanto, está necessariamente associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes de uma nação. Isto vem comprovar que

existem grandes dificuldades para se medir o nível de desenvolvimento de um país. Segundo Baran (1977), o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, por meio do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo, ou seja, para se falar em desenvolvimento se torna necessária uma melhoria geral no padrão de vida das pessoas.

Para melhorar a qualidade de vida das pessoas é necessário o desenvolvimento socioeconômico que se dá por meio da conjugação dos capitais existentes que envolvem as várias áreas da vida humana. Peres (2002) destaca as principais formas de capitais: o capital físico (construções, tecnologia, equipamentos); capital natural (solo, subsolo, clima); capital financeiro (créditos, poupança, títulos); capital humano (educação, saúde); e capital social (confiança; grupos; civilidade).

O capital social é uma forma de capital que as pessoas ou grupos possuem, assim como qualquer das outras formas de capital mencionadas. O conceito amplia e está totalmente de acordo com a teoria neoclássica que predomina nas análises econômicas contemporâneas. De fato, ele é totalmente compatível com a “racionalidade do comportamento individual” que caracteriza as análises econômicas neoclássicas. Coleman ilustra esta compatibilidade com a sugestão de que um indivíduo pode fazer um favor a outrem de sua comunidade na hora em que o ato pode lhe ser pouco custoso, na esperança de receber uma compensação equivalente em tempo em que possa estar mais necessitado. Desta forma sua utilidade ou satisfação estará sendo maximizada (PERES, 2002, p. 1-2).

Na dimensão do desenvolvimento econômico, o capital social foi resgatado no fim da década de 70 pelo economista Gleen Loury e pelo sociólogo Ivan Light, com o objetivo de “proporcionar novos caminhos na direção de pensar mecanismos que potencializem a capacidade participativa da sociedade” (BAQUERO, 2001b, p.25).

Neste sentido, o capital social é considerado como importante base facilitadora do processo de

desenvolvimento econômico. Também para Rodrigues (2001), o capital social se caracteriza como o quinto ângulo do polígono de desenvolvimento. Isso em face de que indivíduos isoladamente débeis se transformam numa força quando juntos fazem negócios, obtendo resultados e serviços satisfatórios. A relevância das variáveis macroeconômicas tradicionais, como tecnologia, capital físico e humana, variáveis fiscais e monetárias, bem como as variáveis institucionais, tais como a burocracia, aplicação da lei, corrupção, liberdades civis, riscos de conflitos externos, quando amparados em níveis de capital sociais podem traçar outras trajetórias no processo de desenvolvimento econômico.

Na economia convencional, o crescimento econômico é medido pelo investimento em máquinas e equipamentos, infra-estrutura, tecnologia, educação, mão-de-obra qualificada e eficiência das políticas públicas (fiscal e monetária).¹³ Da mesma maneira que, em nível micro, as firmas têm diferentes produtividades com a mesma quantidade de recursos, em nível macro tem-se diferentes produtividades em algumas comunidades, regiões ou países que possuem dotações semelhantes de capital físico, humano, tecnológico e de atuação do governo. Nesta direção, os índices de capital social podem ser determinantes para o desenvolvimento socioeconômico nos dois níveis (ARRAES e BARRETO, 2003).

Neste sentido, Arraes e Barreto (2003, p2) desenvolveram modelos econométricos, “para comprovar a influência que o capital social exerce sobre o processo de desenvolvimento econômico”. Assim,

alguns estudos recentes sobre crescimento econômico vêm incluindo elementos institucionais para explicar a convergência dos modelos de crescimento endógeno. E vem sendo ressaltado que as instituições influenciam no equilíbrio de longo prazo dos países. Elementos de um ambiente institucional que incluem a qualidade do governo, do sistema jurídico, garantia de liberdades civis e políticas dos indivíduos, direito de propriedade, democracia, sistema legal (formal), e outras variáveis que de uma ou de outra maneira estão relacionadas com o conceito de capital social (ARRAES e BARRETO, 2003, p.2-3).

As boas instituições e a maior integração e cooperação da sociedade civil podem ser

¹³ Sobre este assunto consultar o estudo de Fountain (2000), que explora as relações entre capital social e avanços científico-tecnológicos. Os avanços são promovidos pela colaboração dinâmica das redes de informação nos setores de biotecnologia industrial e no sistema de funcionamento do Vale do Silicóme na Califórnia, com parcerias entre as empresas, universidades e governos.

considerados agentes de modernização e da transformação socioeconômica de uma região. Uma variável importante dos índices de desenvolvimento econômicos atuais está relacionada à melhora da qualidade das pessoas. Contata-se que, nesta direção, o capital social é produtivo para a economia e para a vitalidade das instituições democráticas.

Neste sentido, observa-se que o capital social não se desgasta e não se esgota, mas pode ser destruído ou reduzido, aumentando a vulnerabilidade dos mais pobres e mais fracos, dos desempregados e desabrigados sujeitos às manifestações das diferentes formas de violência, agressões e delinquências, transformando a convivência humana em caos social.

Ainda, em relação à questão no desenvolvimento econômico, Fukuyama (1995a) focaliza a confiança como virtude social e criadora do capital social e da prosperidade. O argumento central do estudo de Fukuyama (1995b) defende a idéia de que os níveis elevados de confiança social geram desenvolvimento econômico, particularmente na transição da economia pós-industrial.

Nesta pesquisa de Fukuyama (1995b), o desenvolvimento de capital social mantém unidas as estruturas centrífugas do mercado e é importante manter vivas as regras do capital social para conservar saudável as relações de mercado. Fukuyama (1995b) define capital social de um país como sendo um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo ou de uma sociedade, que permitem e definem regras de cooperação entre eles. Assim, na estratégia de desenvolvimento de uma nação deve-se levar em conta seu capital moral.

Foi o Prêmio Nobel de economia Amartya Sen quem chamou a atenção para a necessidade de capital moral na promoção da riqueza de um país. Segundo ele, “a honestidade do povo, especialmente dos líderes políticos, empresariais e profissionais”, também que, “a auto-estima elevada e a motivação coletiva para os projetos nacionais têm um papel tão importante quanto os investimentos financeiros” (BUARQUE, 2002, p.1).

O funcionamento eficiente da economia capitalista depende não só de mecanismos econômicos, mas de um poderoso sistema de valores e normas de uma ética de comportamento que viabiliza o cumprimento dos contratos (SEN, 1999).

Sen (1999) citado por Rodrigues (2000, p.1), seguindo a linha de pensamento de Putnam, sugere que uma saída para esta situação de subdesenvolvimento de alguns países, se não for alcançada, irá ampliar e aprofundar o “*gap social*”, traduzido pela soturna dupla da concentração de riqueza e da exclusão social. Assim, aponta na direção do capital social como um importante elemento no crescimento equitativo das economias. Para Sen (1999), citado por Peres (2002, p.1), “capital social corresponde ao tecido social, ou à cola invisível que mantém a coesão das sociedades, e está baseado na confiança entre pessoas e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades”.

Lochner, Kawachi e Kennedy (1991), citados por Bioloskorski Neto e Baliero (1993), analisam que o capital social poderá ser mensurado como uma eficácia do coletivo, como um senso de comunidade ou, ainda, como uma coesão entre vizinhos ou uma competência de comunidade. Assim, ainda de acordo com os autores, as características da comunidade e de sua organização, como competência e eficiência econômica, quando comparadas aos níveis individuais, podem mensurar a dimensão do capital social em determinado local.

De acordo com Baquero (2001), o capital social surge como uma ponte entre o mundo real e o teórico, na medida em que proporciona um conjunto de recursos inerentes às relações sociais, tornando possível atingir determinados objetivos que não seriam alcançados na sua ausência.

“O capital social é gerado por redes de confiança, que proporcionam o elemento de previsibilidade que está ausente, tendo em vista o baixo estoque de racionalidade formal nos sistemas políticos” (BAQUERO, 2001, p.36).

A questão é: Como estocar capital social? “Obviamente este capital social só pode crescer

com a participação das pessoas em organizações, entidades ou grupos que impliquem em transações nos mercados” (RODRIGUES, 2001, p.2).

Baquero (2001a) afirma que ações cooperativas entre pessoas possibilitam o estabelecimento de uma ordem social justa e eficiente, e que a forma característica que permitiu o contrato social entre indivíduos poderá gerar as bases para um contrato social global entre nações. Ou seja, é necessário construir a cooperação recíproca por meio da participação em associações voluntárias (de que são exemplos as cooperativas) gerando confiança e solidariedade entre seus membros.

O cooperativismo é um movimento social baseado na união de pessoas formando associações e visando, a partir de interesses comuns, ao bem-estar coletivo. Dessa forma, o cooperativismo se caracteriza como uma fonte para o capital social, importante elemento no crescimento das economias.

O capital social pode ser considerado a base de uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico nas próximas décadas. Fukuyama (1995a) afirma que as nações mais prósperas serão aquelas que estiverem mais bem preparadas para formar cidadãos dispostos a cooperar para organizar e promover associações voluntárias entre suas instituições. As formas e os exemplos de capital social são: congregações baseadas na organização comunitária relacionada à participação cívica em questões de meio ambiente; educação e problemas da comunidade de extensões municipais, entre outras.

Para Arraes e Barreto (2003), a hipótese principal é que os elementos institucionais são importantes para explicar as diferenças entre os países pobres e ricos. A capacidade de cooperação dos indivíduos, a confiança e a participação cívica associadas às boas instituições são os elementos que constituem o capital social. Existem diferenças de objetivos e metodologias para mensurar as instituições, porém observa-se que não são fatores de produção tangíveis que afetam o desempenho econômico dos países, regiões ou localidades.

Sendo assim, se o objetivo do estudo é de investigar como o capital social aumenta a eficiência produtiva e bem-estar da sociedade, bem como verificar as influências das instituições na *performance* das economias deve-se levar em conta a disposição de cooperação dos cidadãos. Ou seja, cabe fazer uma verificação das relações de confiança interpessoal e da eficiência das instituições no desempenho socioeconômico das sociedades contemporâneas. Os valores cívicos e os mecanismos de confiança existentes em uma sociedade servem para reduzir custos de transação nas economias de mercado, o que facilita as relações econômicas e sociais (ARRAES e BARRETO, 2003).

Ressalta-se que a confiança é um componente básico e principal geradora do capital social em um país, e a falta dela é responsável por boa parte do atraso no desenvolvimento econômico e social do mundo.

Nesta direção, Putnam (1996b) vinculou os níveis de capital social com as possibilidades de incremento do desenvolvimento regional, bem como de resolução de problemas urbanos e diferenças étnicas, e assim, acrescentou maior relevância à abordagem de desenvolvimento econômico. Acompanhando as reformas administrativas regionais na Itália moderna, verificou os efeitos contraditórios da ação coletiva sobre o melhoramento do bem-estar social, mostrando como séculos de diferenças regionais na cultura cívica¹⁴ e nos índices de capital social influem no sucesso das reformas, implementadas pelos governos regionais italianos, iniciadas em 1970.

Em suma, Putnam (1996b) relacionou sua perspectiva teórica com os fatores econômicos, culturais e institucionais com vistas a identificar os fatores subjacentes às acentuadas diferenças de desempenho de diversos governos regionais. A teoria do autor foi formulada a partir do conceito de comunidade cívica, observando-se a associação entre desempenho institucional, desenvolvimento econômico e grau de civismo, ou seja, quanto mais cívica a

¹⁴ Sobre cultura cívica, ver também os estudos de VÁZQUEZ (2000) e de STREET (1993).

região, mais eficaz é o seu governo.

A responsabilidade dos cidadãos e a participação da comunidade no processo de desenvolvimento das regiões completa as ações coletivas e fortalece o engajamento cívico nas ações e projeto institucionais. É que a sinergia entre o público e o privado amplia a confiança e a transparência, permitindo a implementação de políticas públicas maximizadoras do bem-estar geral, fortalecendo as organizações locais e ampliando o poder do Estado (PUTNAM, 1996b).

Para Coleman (1988) capital social é constituído de uma variedade de elementos que incluem alguns aspectos da estrutura social e facilita as ações dos atores com essas estruturas. Portanto, o capital social é inerente às estruturas de relações entre atores, que podem promover a confiança ou a desconfiança no cumprimento das normas e obrigações destas estruturas.

As normas são importantes para pressionar a internalização de valores, junto com sanções externas dos membros de outros grupos, para facilitar certas ações altruístas e dificultar outras egoístas diante da natureza do bem público. Assim, normas de confiança e obrigações em relação aos outros podem gerar o bem-estar ótimo devido às crescentes redes de engajamento cívico. No entanto, pela natureza dos bens públicos, o capital social parte de diferentes formas de capital e gera a necessidade da ampliação da ação coletiva.

A hipótese de Coleman (1990) é de que existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade.

Em outras palavras, em duas ou mais comunidades em que o nível educacional das pessoas e os recursos materiais oferecidos são constantes, o que distingue o desempenho de seus membros é a confiança estabelecida que permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes.

Para Putnam, o nível de capital social existente em uma sociedade pode explicar o crescimento ou declínio do seu desenvolvimento econômico. Também se observou, “pelas premissas apresentadas por Campbell (1997), que a relação entre um senso de eficácia com as redes sociais de vizinhos e as estruturas cívicas locais ou nacionais” tem impacto no desenvolvimento econômico e no nível de riqueza das comunidades, bem como na prosperidade e na felicidade da comunidade (MORROW, 1999, p.749).¹⁵

O capital social é produtivo para o desenvolvimento econômico das cidades e para a vitalidade das instituições democráticas. As formas e os exemplos de capital social se materializam em congregações comunitárias para a participação cívica em questões de meio ambiente, educação e problemas da comunidade de extensões municipais, entre outras.

Para Arraes e Barreto (2003) a cooperação para o desenvolvimento pode postular, na atualidade, a responsabilidade por contribuições para uma ampla gama de fatores importantes para o desenvolvimento sustentável, que são menos quantificáveis. Os fatores são: a melhora da capacidade de administrar políticas econômicas e sociais; responsabilidade perante o público; obediência da lei; respeito aos direitos humanos; aumento da participação; acumulação de capital social; preocupação com a sustentabilidade ambiental; e cooperação internacional. Nesta direção, observa-se que alguns usos relevantes do conceito servem para identificação das causas e conseqüências do declínio do capital social, da relação entre inovação cívica e capital social e da utilização de políticas públicas para implementar o

¹⁵ Sobre este tema ver (COLLIER, 1998).

capital social (SERIANNI e LEWIS, 1998b).

Entre as possibilidades genéricas desenhadas por Putnam (1996a) para mostrar a diferença existente entre as regiões do norte e a do sul da Itália, destacou-se a modernidade socioeconômica e a comunidade cívica. Assim, a reciprocidade nas relações manifesta-se no engajamento das pessoas a uma formação social, cultural ou religiosa. A estruturação do sistema econômico e a organização do sistema político têm íntima dependência com a existência da cooperação sistêmica levada avante por uma comunidade cívica.

1.4.4 Cooperação sistêmica e comunidade cívica

Segundo os estudiosos do republicanismo cívico, o êxito ou o fracasso das instituições livres dependia do caráter dos cidadãos. Esta idéia foi superada pelos liberais, que enfatizavam as obrigações dos cidadãos na comunidade, ressaltando o individualismo e os direitos individuais. Os novos estudos sobre o republicanismo cívico em vez de exaltarem o individualismo, evocam a exortação comunitária, para estes estudiosos a sociedade é membro do mesmo corpo, onde se deve fazer nossas as condições dos outros, e tudo que há de ser feito será feito junto. Apesar de os individualistas liberais clássicos criticarem esse pensamento dizendo ser um ideal perigoso e anacrônico, ele contém as sementes de uma teoria de um governo democrático (PUTNAM, 1996a).

As questões de desenvolvimento socioeconômico de Putnam (1996b, p100-5) foram destacadas no item anterior. “Em relação à comunidade cívica, o autor destacou alguns pontos relevantes, tais como participação cívica, igualdade política, solidariedade, confiança e

tolerância, bem como as estruturas sociais de associações cooperativas”.

A participação numa sociedade cívica não se caracteriza somente por essa busca de interesses particulares, e sim pelo espírito público e pelo domínio político. “A cidadania em uma comunidade cívica se caracteriza pela participação nos negócios públicos. Porém há uma falta de virtude cívica, pois os cidadãos buscam seus interesses próprios e particulares” (PUTNAM, 1996b, p.101-2).

A ampliação da solidariedade, a confiança e a tolerância são virtudes de um verdadeiro cidadão virtuoso, prestativo, respeitoso e confiante, e dentro da comunidade os indivíduos confiam uns nos outros. Portanto, para manter a sociedade republicana é necessário difundir entre as pessoas a confiança mútua. “As relações de confiança permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de oportunismo”, onde prevalece o individualismo das pessoas que por desconfiança agem isoladamente e não coletivamente (PUTNAM, 1996b p.103).

Em relação à cooperação em associações comunitárias, Putnam (1996b, p.103) observa que: “Certas estruturas e práticas sociais incorporam e reforçam as normas e os valores da comunidade cívica”, ou seja, características tais como associativismo, colaboração social e espírito de cooperação. Ao estudar a democracia na América de Tocqueville e os dados das pesquisas em cinco países sobre cultura cívica, reconhece que somente na ação recíproca dos homens podem se renovar os sentimentos e as idéias na promoção do entendimento.

Observa, também, que os americanos de todas as idades participam ativamente de todos os tipos de associações. “As associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público”. São requisitos necessários para a eficácia e a estabilidade do governo democrático. Dessa forma, o país mais democrático é aquele em que o homem desenvolveu a arte de atingir o maior número de objetivos de forma coletiva. As associações reúnem opiniões e espíritos divergentes e os orientam para um objetivo definido, pois as

associações de indivíduos que possuem as mesmas idéias e objetivo contribuem para a formação de um governo democrático eficaz (PUTNAM, 1996b, p.103).

Para acabar com a pobreza, além da necessidade de elementos de investimentos em infraestrutura, políticas públicas subsidiárias, tecnologias apropriadas e instituições burocráticas e de mercado, é muito importante que se desenvolvam organizações locais com papel de destaque. Nas regiões pobres, onde não há organizações sociais, a população é incapaz de agir em conjunto pelo bem comum ou de buscar outros objetivos que não sejam os de interesses imediatos e pessoais, ou mesmo que ultrapassem os interesses da família nuclear. Ou seja, em geral, nas regiões pobres, a população é incapaz de uma “ação deliberadamente compactuada” que vise a melhora nos índices de qualidade de vida da comunidade (PUTNAM, 1996b, p. 105).

Os quatro indicadores do civismo derivados de Tocqueville e dos estudos de comportamento político são: a) vibração da vida associativa nas associações primárias ou clássicas e secundárias culturais e recreativas; b) informação, incluindo quantidade de jornais locais, revistas, rádios e canais de televisão; c) referendos e debates, tais como o índice de comparecimento às urnas da uma medida de participação política; e d) o voto preferencial indicador do personalismo, sectarismo e clientelismo, caracterizando a inexistência de uma comunidade cívica (PUTNAM, 1996b)

A estreita correlação entre os quatro indicadores anteriormente citados com a idéia de comunidade cívica e desenvolvimento socioeconômico sugere que se deve priorizar a qualidade da participação política antes da quantidade. As associações representativas clássicas do sistema democrático são os partidos políticos. Destaca Putnam (1996b) que os partidos políticos italianos souberam adaptar-se muito bem aos contextos contrastantes em que atuavam. Por isso os cidadãos das regiões menos cívicas são tão engajados na política partidária e tão interessados em política quanto os cidadãos das regiões menos cívicas. A

afiliação aos partidos políticos é quase tão comum nas regiões menos cívicas quanto nas mais cívicas. A afiliação partidária e o engajamento político têm significado distinto nas regiões menos cívicas. Os partidos políticos são influentes mesmo nas regiões menos cívicas, apesar da escassez das associações secundárias. Não é o grau de participação política que distingue as regiões cívicas das não-cívicas, e sim a natureza dessa participação.

Sobre as atitudes cívicas, Putnam (1996b, p.122) acrescenta que a educação é fator crucial de politização, pois mesmo nas regiões cívicas os cidadãos sentem-se ineficazes para interferir nas decisões coletivas. Contrariamente ao que sucede na comunidade cívica mais igualitária e cooperativa, a vida numa comunidade verticalmente estruturada e horizontalmente segmentada oferece a todo instante uma justificativa para os sentimentos de exploração, dependência e frustração, sobretudo na extremidade inferior da escala social, mas também em níveis um pouco mais elevados. Diz-se que na comunidade cívica os cidadãos procedem corretamente uns com os outros e esperam receber em troca o mesmo tratamento. Numa comunidade menos cívica, ao contrário, há maior insegurança, os cidadãos são mais desconfiados.

Para Putnam (1996b), as regiões menos cívicas são as mais sujeitas à corrupção política. Nas regiões cívicas, os cidadãos demonstraram maior confiança social e maior fé na disposição de seus concidadãos para obedecer à lei do que nas regiões menos cívicas. A vida coletiva nas regiões cívicas é facilitada pela expectativa de que os outros provavelmente seguirão as regras. Por não terem a mesma autodisciplina confiante dos cidadãos das regiões cívicas, as pessoas das regiões menos cívicas têm que apelar para o que os italianos chamam de “força da ordem”, isto é, a polícia.

O civismo guarda uma relação tão estreita com o desempenho institucional e o com o desenvolvimento regional que estatisticamente é difícil distinguir entre os três, se bem que, marginalmente, o civismo é de todos o maior determinante da satisfação com a vida. O caráter

da comunidade em que se vive é tão importante quanto as circunstâncias pessoais para trazer felicidade pessoal.

Para Putnam, os seus estudos mostram que as áreas menos cívicas são precisamente as aldeias tradicionais e orientam-se pela hierarquia e a exploração, e não pela solidariedade. Por um lado, as regiões mais cívicas abrigam algumas das cidades mais modernas. A modernização não indica necessariamente o ocaso da comunidade cívica. A maioria dos cidadãos dessas regiões acompanha atentamente os assuntos comunitários nos jornais diários. A comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento cívico, a cooperação e a honestidade. O governo funciona e o povo sente-se mais feliz. Por outro lado, nas regiões não cívicas, a vida pública se organiza hierarquicamente, em vez de horizontalmente, e a cidadania é deformada. Do ponto de vista do indivíduo, a coisa pública é sempre problema dos outros. A corrupção geralmente é considerada como norma. Presos nessa cadeia de círculos viciosos, quase todos se sentem impotentes, explorados e infelizes.

“Em termos operacionais, a comunidade cívica se define em parte pela densidade da malha de associações culturais e recreativas locais”. Tal definição exclui, porém, três afiliações, os sindicatos, a igreja e os partidos políticos. O grau de civismo tem efeitos distintos nesta três organizações, segundo Putnam (1996b, p.123).

No estudo de Putnam (1996b), observou-se que, nas regiões cívicas, o conflito colabora com soluções mais criativas dos problemas coletivos, contrariamente aos defensores de que o consenso é pré-requisito da democracia estável. A suposta relação entre coesão social, harmonia política e bom governo não raro está implícita em várias definições da comunidade cívica. Os dados analisados são inequívocos: o contexto cívico é importante para o funcionamento das instituições.

O principal fator que explica o bom desempenho de um governo é certamente até que ponto a vida social e política de uma região se aproximam do ideal da comunidade cívica. Ressalta-se

que os níveis de satisfação da vida numa comunidade têm relação com desempenho institucional, desenvolvimento regional e civismo, fatores que favorecem o ideal democrático.

O reconhecimento e aceitação da democracia como valor universal foi uma revolução do pensamento moderno. No entanto, os estudos relacionados ao conceito de capital social apontam para o resgate da importância atribuída à sociedade civil no processo de construção democrática de um país, pois se tornou um importante requisito para impulsionar a sociedade no processo de construção da democracia. No entanto, a operacionalização do conceito esbarra com as realidades culturais específicas de cada país. Neste sentido, observa-se que a cultura política híbrida ainda é um sério complicador para a elevação dos índices de capital social e a formação de uma comunidade cívica nos países da América Latina.

Segundo Fukuyama (1999, p. 3), “a modernização econômica é contrária às culturas tradicionais de organizações, e pode ser obstáculos para a formação do capital social genuíno”. Sem o verdadeiro sentido de cooperação num sentido mais amplo, os grupos podem ser restritos, fechados e antidemocráticos, impondo externalidades negativas. Exemplos podem ser verificados em partes da China, no leste da Ásia e na América Latina, regiões onde o capital social se concentra nas famílias e nos círculos de amigos pessoais e dificulta a confiança das pessoas de fora, restringindo a ampliação do círculo comunitário. Além disso, as crenças e valores e comportamentos da sociedade não restringem a corrupção existente nos serviços públicos oficiais em geral, dificultando a distribuição da renda e o desenvolvimento socioeconômico no continente, no caso da América Latina.

Tendo em vista os estudos acima, busca-se entender o conceito de capital social aplicado ao subdesenvolvimento da América Latina. Nessa direção, observa-se que existem diferentes índices de capital social nos diversos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. E alguns estudos buscam, por meio do conceito de capital social, distinguir as razões pelas quais algumas regiões desenvolveram-se mais que outras. Para tal, levam-se em conta questões

históricas, culturais e sociais, para entender a existência de desigualdades regionais.

1.4.5 O Estoque de capital social na América Latina.

Mudanças macroestruturais decorrentes do processo de globalização da economia, em cenários caracterizados pela existência de uma cultura política híbrida (que mescla comportamentos democráticos e autoritários), por uma crise da democracia tradicional e pela fragmentação do tecido social (como são os países da América Latina), apontam para um quadro desfavorável em relação à possibilidade de fortalecimento do capital social.

O Latinobarómetro¹⁶ vem desenvolvendo estudos regionais sobre problemas econômicos de ordem diversa, integração regional, seguridade pessoal, justiça social, meio ambiente. Desde 1998, seus pesquisadores incluíram, em suas sondagens, questões voltadas para o entendimento do capital social nestes países, que buscam subsidiar estudos sobre confiança mútua, imagem da política, eficiência do sistema democrático, confiança interpessoal, confiança nas instituições e apoio à democracia.

O *survey* utilizado pelo Latinobarómetro sobre capital social abrange as seguintes variáveis: confiança interpessoal e nas instituições; imagem da política; eficiência do sistema democrático; apoio à democracia e satisfação com seu desempenho. Esses elementos foram acoplados no presente estudo sobre a socialização política da juventude e o capital social no Brasil.

Por meio dos dados extraídos dessas sondagens, pode-se observar a baixa confiança existente nas instituições políticas, econômicas e sociais, entre elas: parlamentos, partidos, grupos de

¹⁶ Latinobarómetro é um importante centro de pesquisas sobre a América Latina.

interesse e empresas. “Dentre as explicações para este fenômeno está a de que a imagem desgastada dos políticos reflete-se nas instituições latino-americanas” (LAGOS, 1999, p.40).

Isso, porém, não implica em considerar que a insatisfação com o desempenho democrático possa gerar um anseio pelo retorno do autoritarismo. Não obstante, como observa Lagos (1999, p.41), “a tendência de um presidencialismo plebicitário em alguns países pode restringir o pluralismo político e enfraquecer a liberdade do parlamento e dos tribunais de justiça.”

Diante disso, a possibilidade de se incrementar o capital social na América Latina, fica limitada à baixa confiança interpessoal que caracteriza seu povo, bem como pelo tipo de associativismo vertical que caracteriza sua cultura política.

Considerando o conjunto da população da América Latina, conclui-se que 76% não confiam nas pessoas e, somente, 21% confiam nelas. Nos países desenvolvidos, dá-se o inverso. Uma sociedade que não confia nos seus compatriotas não pode confiar nos líderes e nas instituições que configuram a democracia e a ordem econômica. Assim, cabe identificar a causa desta desconfiança. A causa que pode ser histórica, remontando à tradição política pré-republicana, como a estrutura colonial, que tem repercutido na importância dos líderes do tipo caudilho, os quais apelam a recursos pessoais, do tipo carismático, “antes de orientar sua ação para a construção de instituições e sua consolidação. Esse desafio permanece para as novas democracias” (LAGOS, 1999, p.42).

No Latinobarómetro de 1998, os mais desconfiados foram os brasileiros. Assim, 95% dos entrevistados assinalaram que nunca foram suficientemente cuidadosos no trato com os demais, seguidos pelos paraguaios, com 86% de desconfiança entre os entrevistados. “Pode-se dizer, então, que há uma estreita relação entre os graus de confiança pessoal e a estabilidade da democracia, pois esta relação favorece a cooperação sistêmica e a participação política” (LAGOS, 1999, p.42).

Assim, observa-se que os baixos índices de confiança, detectados nas pesquisas aplicadas aos países da América Latina, podem ser indicadores da falta de capital social, o que pode colaborar com a fragmentação do tecido social e dificultar a criação de uma comunidade cívica local que poderia promover o desenvolvimento destas nações.

No entanto, neste estudo acredita-se que, por meio do processo de socialização política dos jovens e adolescentes, pode-se incrementar o capital social e gerar relações concretas entre gerações cooperativas para a prosperidade econômica dos países e para a estabilidade da democracia na região.

O processo de socialização política deve levar em conta a vertente cultural na explanação das fontes de confiança para o engajamento das pessoas em ações coletivas. Para tal, devem ser observados os seguintes detalhes: a conjuntura das relações sociais, a cultura política e a história particular que determinam a existência ou não do associativismo horizontal, base do engajamento cívico e auto-organização. São esses os elementos que reconciliam a democracia com o desempenho sócio-econômico e garantem o bem-estar dos seus cidadãos.

1.4.6 Associativismo horizontal e participação política

Toda sociedade se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, tanto formais quanto informais. Alguns desses sistemas são horizontais, ou seja, congregam agentes que têm o mesmo *status* e o mesmo poder. Outros sistemas são verticais, unem um conjunto de agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência, o que inviabiliza o capital social de uma comunidade.

Os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social. Quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Assim, a participação cívica colabora para diminuir a força negativa das relações clientelistas de permuta vertical e obrigações assimétricas. Desta forma, o capital social pleiteia confiança interpessoal e obrigações recíprocas entre os membros das associações e grupos da comunidade.

Nesta direção, observa-se que o clientelismo é uma forma de amizade contraditória com as questões coletivas. Por ironia, esta contradição pode ser observada quando se destaca que os vínculos interpessoais fortes, tais como parentesco e íntima amizade, são menos importantes do que os vínculos fracos, tais como conhecimentos e afiliação às associações secundárias, para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. A afiliação a grupos horizontalmente organizados deve estar positivamente relacionada com o bom desenvolvimento governamental.

“O associativismo horizontal, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade, produziria relações cívicas virtuosas, ao passo que o associativismo vertical é dominado por desconfiança e ausência de normas transparentes, faccionismo, isolamento,” fatores que causam obstrução da ação coletiva (ABU-EL-HAJ, 1999, p.69).

A premissa básica é o sentimento de eficácia em relação às redes de envolvimento cívico, verifica as relações com os vizinhos, estruturas cívicas locais e nacionais que teriam algum efeito sobre o bem-estar proporcionado pela confiança mútua. E a hipótese principal de Putnam (1996) é a que relacionava o nível de engajamento cívico à natureza do associativismo.

As diferenças de associativismo são localizadas nas especificidades culturais. Por exemplo, os Estados Unidos, herdeiros da tradição comunitária horizontal britânica, demonstram uma *performance* econômica melhor do que a América Latina, a sucessora da verticalidade ibérica.

Desta forma, no seu estudo sobre a Itália, Putnam elaborou duas grandes generalizações: a primeira, afirma a primazia do contexto sócio-histórico na delimitação do associativismo, a segunda destaca a importância das instituições públicas na indução do associativismo horizontal. Nesse sentido, “a especificidade cultural é a chave para a promoção da prosperidade econômica e da estabilidade política de um país” (ABU-EL-HAJ, 1999, 70).

Por esta ótica, a América Latina estaria condenada ao subdesenvolvimento pelo determinismo cultural, que reforça padrões do autoritarismo centralizado, do clientelismo baseado em relações de apadrinhamentos e laços emocionais familiares, que caracterizam uma sociedade desconfiada e anticívica e colaboram para ampliar a corrupção e a miséria dos povos.

Partindo da crítica ao determinismo cultural, os estudiosos do neo-institucionalismo rejeitaram as generalizações de Putnam, afirmando que “a ausência de horizontalidade social, na grande maioria dos países em desenvolvimento, é fruto de ações políticas preteridas nos regimes autoritários”. Para Evans e Fox, “as instituições públicas têm, além do monopólio da coerção, a exclusividade da mobilização dos recursos sociais” (ABU-EL-HAJ, 1999, p.71).

No entanto, é importante destacar que, além das questões culturais, a nova reestruturação da economia na conjuntura atual, a acelerada pelos avanços tecnológicos e a globalização dos mercados, levou a caminhos que envolvem complexas relações entre as sociedades e os governos, alterou a vida e valores e solicitou ajuste social. A cultura pública e as instituições democráticas entraram em colapso.

Entre os mais significativos autores que examinaram a cultura democrática americana destacam-se Selignam, Issac, Lasch, Sandel, entre outros. Preocupados com o alinhamento da cultura pública imposta pela nova ordem econômico-social e o aparecimento das novas instituições, temas incentivados pelo debate iniciado nos estudos de Putnam (1995ab) buscam entender “as recentes noções de justiça, representação, comunidade e bem público” (HUNTER, 2000, p.1-3).

No entanto, na sua última pesquisa sobre o declínio do capital social americano, Putnam (1995 e 1996) recuou de seu excessivo determinismo cultural e reconheceu que as políticas públicas são importantes fontes de mudanças sociais, principalmente, nos países em desenvolvimento.

Nos seus ensaios posteriores, Putnam (1995ab,1996a) buscou evidências quantitativas para medir o declínio do capital social nos Estados Unidos nas últimas gerações, bem como verificou a existência de diferentes tipos de civismo e atividades políticas por meio de algumas variáveis. Putnam (1996a), para representar o acelerado declínio do engajamento cívico na América a partir de 1960, incluiu, entre os fatores principais: as dificuldades econômicas, a falta de tempo, a televisão, as separações conjugais e as limitações familiares.

Em *Bowling Alone*, Putnam (1995b) explora as conseqüências do declínio do capital social nas redes de trabalho e participação comunitária, bem como o declínio da participação no processo eleitoral, no decréscimo da freqüência nas igrejas e nas organizações sociais. Destaca a crescente participação da força de trabalho feminina no mercado e a exposição de tempo maior das pessoas aos programas televisivos, como alguns dos fatores que contribuíram para o declínio do envolvimento comunitário.

As complexas razões para o declínio do capital social são: “pressão por tempo e dinheiro, da família para a carreira; crescimento da urbanização e conseqüente sub-urbanização; efeitos da comunicação eletrônica”, especialmente do comprometimento do tempo de lazer para assistir televisão; bem como “as mudanças geracionais, visto que, a longa geração cívica americana envolveu menos os netos e as crianças” (HUNTER, 2000, p. 10).

Na mesma direção, Scott Heller (1996) argumenta que pertencer a uma liga de boliche reduz o isolamento social e ajuda a desenvolver níveis de confiança entre os participantes e, assim, capital social. Boliche sempre foi o passatempo favorito dos americanos. O declínio no número de membros nas ligas de boliche revela, principalmente, que as pessoas estão optando

por formas de entretenimentos individualistas e de exclusão do contato com grupos. A relutância das pessoas em participar de alguma atividade social aponta para decréscimo do engajamento cívico e revela-se um obstáculo para a promoção da participação política e conseqüente fortalecimento da democracia, do crescimento econômico e o do bem-estar social.

O estudo de Putnam sobre o declínio do engajamento cívico na América detecta um decréscimo de 40% da participação das pessoas em ligas de boliche. Na avaliação do autor, entre as possíveis causas da alteração da rotina de jogar boliche dos americanos está a elevação do tempo em que as pessoas assistem televisão, provável desencadeadora de uma misteriosa atitude anticívica, chamada pelo estudioso de Raio X, pois faz com que os cidadãos abandonem a conexão com a comunidade (HELLER, 1996).

O declínio das organizações entre 1980 a 1993 foi estimado em 40%. Assim as atividades das associações trabalhistas e organizações voluntárias, fraternais, religiosas e cívicas declinaram sensivelmente e isto poderá causar sérias conseqüências para as futuras gerações.

Life is easier in a community blessed with a substantial stock of social capital. In the first place, networks of civic engagement foster sturdy norms of generalized reciprocity and encourage the emergence of social trust. Such networks facilitate coordination and communication, amplify reputations, and thus allow dilemmas to collective action to be resolved. When economic and political negotiation is embedded in dense networks of social interaction, incentives for opportunism are reduced. At the same time, networks of civic engagement embody pass success at collaboration, which can serve as a cultural template for future collaboration. Finally, dense networks of interaction probably broaden the participants' sense of self, developing the "I" into the "we" (HUNTER, 2000, p. 4).

Putnam traçou um desafio com sua pesquisa. Isto lhe valeu uma série de críticas, pois gerou algum ceticismo em relação às pesquisas sobre mídia de *Harvard's Shorenstein Center*, nas questões sobre a Imprensa e as Políticas Públicas. Além disso, foi duramente criticado por sua colega de Harvard, Theda Skocpol. Ela salienta que Putnam joga com a mão conservadora e

romântica das organizações voluntárias locais como possíveis alternativas para o governo. A história mostra que eles dependem do governo para seu crescimento, ela arguiu: *"If you dismantle higher levels of government, it actually will weaken social connectedness"*. Salienta que, tanto os jogadores como cantores da comunidade de corais, quando jogam ou cantam, não entendem e não falam de política, somente criticam seus jogos, ou atormentam com suas coleções de lixos (HELLER, 1996, p.10).

As críticas apontam que Skocpol desconsiderou a melhora relativa das relações sociais desencadeadas por estas formas de relacionamentos existentes nas amplas esferas da sociedade, bem como não levaram em conta fatores tais como a ampliação dos índices de escolaridade, do bem-estar das crianças, a qualidade das relações com os vizinhos, a riqueza e felicidade da prosperidade econômica, "que indicam o declínio de formas tradicionais de capital social e revelam considerável ampliação da riqueza política destacada nos comentários de Richard Morin" (citado por HUNTER, 2000,p.7).

Andrew Sullivan observa que o grande número de pessoas que não se envolvem nas causas políticas deve-se ao fato de que muitos estão conseguindo concretizar suas metas sem sentir a necessidade de participação nas decisões públicas. Margaret Talbot's aponta que diferentes formas de capital social estão emergindo atualmente como efeito da ampliação da participação feminina no mercado, ponto importante que, segundo a autora, só mereceu de Putnam um sinal e que o mesmo não aprofundou nos seus estudos. "Francis Fukuyama expressa similar ambivalência quando se refere aos novos caminhos do capital social, na nova geração que utiliza a Internet", bem como os fortalecimentos da democracia por meio das numerosas conexões sociais que congregam cidadãos e grupos que pressionam o Congresso em Washington pela aprovação de suas demandas (HUNTER, 2000, p.8-9).

Neste sentido, o declínio do capital social é um problema para a democracia, e Putnam apontou apenas uma das facetas do amplo leque de mudanças nas faces da vida democrática

praticada na América, entre outras: a sensibilidade de sua filosofia pública, a erosão normativa (não somente social), as transformações ideológicas de seu comando, a fragmentação dos grupos sociais e da identidade política, o cinismo e a desafeição dos eleitores, o desabamento do discurso público e a reestruturação social imposta às comunidades pelas inovações tecnológicas advindas da globalização da economia (HUNTER, 2000, p.9).

A seriedade com que se trata o problema não tira o otimismo de Putnam em relação à criatividade cívica dos cidadãos nas linhas individuais e coletivas, onde todos devem colaborar com sugestões para a regeneração do engajamento cívico e ampliação dos níveis de capital social. Por sua vez, o autor fornece algumas alternativas: “mudanças nos contratos, desenvolvimento urbano e planejamento regional, cleros e leigos, mídia e Internet, artistas e artesões, políticos e oficiais do governo e cidadãos em geral” (HUNTER, 2000, p.10).

As críticas aos estudos de Putnam observam que ele ignorou outras formas de associações voluntárias e engajamento cívico, e subestimou as regras econômicas e as organizações governamentais na geração de confiança social. Assim, posteriormente, “Putnam refina seus argumentos e aprofunda aspectos relevantes da vida cotidiana dos indivíduos na política, na religião, no trabalho e nas associações voluntárias” (HUNTER, 2000, p.7).

De qualquer forma, tanto a perspectiva de análise culturalista como a perspectiva neo-institucionalista colaboraram para o avanço do conceito de capital social e destacam que o associativismo horizontal de Putnam é determinante para a mobilização coletiva de uma sociedade: a confiança, a cooperação e a solidariedade brotam sob condições de relativa igualdade e de ausência de hierarquias impostas. “A reconciliação da ação coletiva com os interesses individuais, num quadro de horizontalidade, encoraja e generaliza a confiança, permitindo a multiplicação das redes cívicas e a valorização do capital social” (PUTNAM citado por ABU-EL-HAJ, 1999, p.76-7).

Para Bourdieu o capital social foi visto por uma ótica que inclui desigualdades sociais entre as classes, conflito observado nos estudos de (1984-86-91-93). Para o autor, o capital social tem relação com outras formas de capital e baseia-se nas práticas da vida cotidiana. O capital econômico é que determina os outros tipos de capital. Assim, utiliza-se do conceito de capital social como ferramenta ou esquema para explorar o processo e as práticas que são relatadas para aquisição de outras formas de capital: o humano, o financeiro e o simbólico, entre outros. Pode-se, então, “levar em conta fatores micro e macro das estruturas sociais, ao analisar a visão das crianças sobre a família, escola e meios de comunicação, bem como tipos de constrangimentos que enfrentam em suas vidas” (MORROW, 1999, p.757).

Neste sentido, observa-se que o capital social adquire outro significado para Bourdieu (1993, p.143). Ou seja, “consiste em uma conexão de redes sociais”: contatos entre os membros dos grupos pela acumulação de trocas, obrigações e identidades partilhadas no cotidiano que abastecem ou dão um suporte potencial para o acesso de recursos de valor. Em outras palavras, “é um processo de sociabilidade, com redes que se sustentam e que requerem habilidades e disposição de quem participar do grupo”. O capital econômico é um outro tipo de capital, que se apóia em formas de capital que, por sua vez, agem como guias das estruturas de reprodução da desigualdade social.¹⁷

Vista desta forma, a perspectiva de Bourdieu assume conotações elitistas, e embora se reconheça que sua definição poderia abranger tanto a classe média como a classe trabalhadora. Nessa direção, é importante destacar o esforço de alguns estudiosos para desenvolverem pesquisas sobre o tema. Coleman, por seu turno, embora com alguma ambigüidade, define capital social como um recurso que emerge para os cidadãos em virtude dos laços sociais. A proposta de capital social, em Putnam, é qualitativamente diferente

¹⁷ Ver também (LEKINS, 1992 e WILLIS, 1977 citados por MORROW, 1999, p. 755).

daquela de Bourdieu. O mérito de Putnam é que ele incorpora a noção de comunidade na sua análise de capital social.

O argumento dos diferentes índices de capital social por classes é explorado no estudo de caso sobre a segurança da indústria de Toronto. O estudo contém informações sobre a trajetória de vida dos trabalhadores, pelo uso de variáveis distribuídas em um questionário abrangendo uma amostra de 393 trabalhadores, e verifica a variável educação, classe, dedicação ao trabalho, bem como conhecimento de redes variadas de expressões culturais geradas no local de trabalho. O cruzamento dessas variáveis refletiu o baixo índice de capital social no local de trabalho e, tal como nas respostas das classes altas, eles mencionaram tópicos comuns sobre trabalho e esporte (ERICKSON, 1996).

No entanto, é importante observar que, ao contrário da teoria clássica da economia, onde o capital é parte da mais-valia monopolizada pelos capitalistas ou pela burguesia no processo de produção e consumo, Putnam incorpora ao conceito de capital social a noção de comunidade, entendida em termos de relações sociais entre as pessoas e define como investimento o uso de recursos nas relações sociais com expectativa de retorno em benefício da comunidade (citado por BAQUERO, 2001b).

Nesta direção, o capital social pode servir para a promoção social das classes excluídas, pois suas redes de engajamento cívico podem: a) encorajar com vigor a generalização de normas recíprocas e a criação de expectativas, para fornecer retornos futuros; b) facilitar a coordenação e a comunicação, para produzir canais de informações sobre deslealdades dos indivíduos e grupos, para que possam ser testados e verificados; c) colaborar para a solução de outros tipos de problemas com base no sucesso das experiências passadas; d) diminuir o risco potencial diante dos atos oportunistas de alguns egoístas, beneficiando as transações futuras (SERIANNI e LEWIS, 1998a).

Para Serianni e Lewis (1998b), as redes de engajamento cívico, tais como associações de

bairros, clubes e cooperativas, são formas essenciais de capital social, pois é onde os membros da comunidade vão cooperar para o benefício mútuo diante dos persistentes problemas de ação coletiva entre eles.

A despeito das críticas à relação que Putnam faz entre capital social e responsabilidade cívica, essa relação continua auxiliando as pesquisas na Ciência Política. Ele observa o impacto de oito influências gerais sobre o capital social nos Estados Unidos: 1) educação; 2) pouco tempo e dinheiro; 3) mobilidade e sub-urbanismo; 4) mudanças nas tarefas das mulheres, casamento e família; 5) declínio do *Welfare State*; 6) direitos civis; 7) efeitos geracionais: a longa geração cívica nascida entre aproximadamente 1910 e 1940; e 8) a televisão (PUTNAM, 1995a).

Outro fator considerado importante, para o se entender o declínio da confiança social e a ausência de engajamento cívico pode ser relacionada ao tempo que as pessoas assistem à televisão. Em relação aos americanos, por exemplo, verifica-se que estes durante 40% (quarenta por cento) do seu tempo livre assistem à televisão, e isso está rigorosamente associado com o declínio do Capital Social, ou a redução da participação dos mesmos em associações com as pessoas na comunidade (PUTNAM, 1995a).

Nas análises de cunho quantitativo e qualitativo sobre a redução da propensão para participação das pessoas nas associações comunitárias, destacam-se os estudos de Verba e outros (1995). Estes desenvolveram o maior e mais sistemático estudo empírico da estrutura de atividades voluntárias da América. Ofereceram linhas de orientação para valorização da participação cívica e outras que lhes são antagônicas nos estudos sobre os níveis desiguais de participação. Os autores se inscrevem na continuidade do debate sobre a extensão da participação cívica, bem como que as habilidades e os recursos monetários, adquiridos pelos filiados nas organizações da comunidade, levariam a níveis desiguais de participação política, portanto, gerando uma desigualdade de representação política entre os americanos.

Verba e outros (1995) consultaram mais de quinze mil americanos sobre civismo e organizações sociais, além da amostra de dois mil e quinhentos ativistas, para comparar com as características dos cidadãos menos ativos. Eles detectaram certo grau de atividade - *overall* -, mas, também, diferenças importantes sobre as linhas de atividades no cruzamento com as linhas de etnicidade, religiosidade, raça e, especialmente, classes.¹⁸ Depois mediram as variáveis rendimento familiar, educação e tarefa (destreza/habilidade), calculando por um lado, o intervalo entre afro-americanos e latinos e, por outro, os anglo-americanos.

Em relação à influência da variável religiosa sobre os índices de capital social, Warren (1995) faz um estudo em profundidade sobre as organizações comunitárias religiosas, examinando as redes de trabalho no caso do Texas. O autor observa o impasse na utilização do capital social pelas instituições religiosas e a mobilização da comunidade para construir um novo capital social.¹⁹

Sirianni e Lewis (1998a) focalizam a influência dos movimentos cívicos pelo meio ambiente para a organização da comunidade, e assinalam que a capacidade de elevação dos estoques de capital social pode contribuir para levar ao desenvolvimento sustentável das regiões, mesmo diante de alguns indicadores que apontem para o seu esgotamento, assim, o entendimento do conceito de capital social faz parte da agenda das pesquisas que se propõem resolver os problemas públicos.²⁰

Kenneth (1997) examina as redes de solidariedade e de confiança em relação a três modelos: 1) o modelo de sociedade comunal, baseada numa solidariedade mecânica; 2) o modelo de democracia primária e pouca confiança, formando associações voluntárias, solidariedade orgânica e modelo de virtude cívica descrita por Tocqueville; e 3) o modelo de democracia

¹⁸ Por sua vez, William G. Roy (1984) observa que capital social é vital para a formação de classes e ações coletivas.

¹⁹ Para Greeley (1997), o capital é gerado nos relacionamentos sustentados por meio de serviços voluntários frequentemente organizados por organizações religiosas. Descreve o declínio do voluntarismo em relação à baixa frequência na Igreja.

²⁰ Importante observar, nesta linha, a história da natureza da competição política e as diferenças radicais (Wilson, 1996), a não possibilidade de transpor as políticas dirigidas ao sistema de mercado e as necessidades de examinar as intervenções do Estado sobre a sociedade (Heinz, 1994), ver o impacto destas sobre o desemprego dos jovens (citado por MORROW, 1999, p.751).

moderna, analisa comunidades imaginárias com confiança abstrata, educação e mídia. O autor sugere que, para entender as causas e efeitos do capital social nas sociedades contemporâneas, deve-se ir além do modelo clássico de Tocqueville.

Para Bob e Foley (1997), a economia global impele para a decadência do *Welfare State* e para o declínio do capital social. Além disso, observam que mudanças rápidas, diferenças sociais e experiências da infância em relação à família e à comunidade significam a configuração de como a pessoa transmite para as outras, dentro do próprio grupo, aquelas diferenças culturais, lingüística e sociais.

Nesta direção, durante um tempo determinado a criança aprende valores básicos para interagir com a sua comunidade. Porém, cabe ao Estado implementar políticas que podem afetar o capital social em diferentes grupos étnicos (LIN, 1997).

Sobre o capital social em diferentes grupos étnicos, Lin (1997) destaca que as regras, valores, linguagem e políticas podem favorecer o desenvolvimento do capital social e incrementar o bem-estar destes grupos. As regras de confiança são a maior riqueza da comunidade e a necessidade de interdependência da linguagem nas mais diversas comunidades.

Lin (1997) faz experiências com crianças e jovens de famílias da Califórnia, que o levaram a reconhecer a influência das condições econômicas, de experiências de cunho racial, lingüístico, bem como de aspectos culturais e práticos, na socialização dos jovens. Destaca ainda que as idéias dominantes nas normas anglo-européias, usadas na formulação de políticas públicas, não eliminam as práticas tradicionais dos grupos minoritários, dado que a linguagem contribui para manter os laços emocionais da família e da comunidade.

Os estudos acima destacam que o associativismo horizontal é pressuposto indispensável para a elevação dos índices de participação política presente e futura. Neste sentido, estudos recentes têm mostrado que comunidades com índices elevados de estoques de capital social

podem se beneficiar em relação ao crescimento de suas economias e fortalecimento de suas democracias. Um exemplo importante é a ampliação da participação política, pois a confiança nas pessoas e nas instituições pode levar à cooperação mútua e, conseqüentemente, à participação em associações voluntárias, provinciais e nacionais e, nesta direção, vislumbra-se um envolvimento cívico acrescido de ampla participação nas esferas de decisão política.

Acrescenta-se, ainda, que, os indicadores analisados por Putnam (1996a), aliados a outros estudos de cunho quantitativo e qualitativo, são complementares no sentido de entender as estratégias para a elevação dos índices de capital social entre os jovens. E, por meio da socialização política podem-se ampliar os espaços de participação cívica e desenvolvimento de uma comunidade. Nesse sentido, os estudos destacados a seguir contribuirão para a sistematização de dados e aperfeiçoamento das metodologias que ampliaram a compreensão do tema.

O associativismo horizontal de uma comunidade pode indicar o fortalecimento da democracia no país. Os estudos de cultura e socialização política podem fornecer alternativas para a ampliação da participação dos cidadãos no processo político e a conseqüente elevação dos índices de capital social. O amadurecimento da sociedade e do Estado requer o acréscimo dos níveis de confiança interpessoal e institucional a fim implementar o desenvolvimento das comunidades, tema analisado a seguir.

1.4.7 Confiança interpessoal e institucional.

O pressuposto essencial é de que o capital social é gerado por redes de confiança. Neste estudo, analisou-se um dos indicadores de capital social: a confiança, bem como a influência desta na socialização política dos jovens brasileiros.

No estudo de Misztal (1998) define-se o conceito de confiança como uma condição necessária para se manter a ordem social. Para a autora, o estrutural-funcionalismo e o marxismo ignoraram inteiramente o uso da confiança. Recentemente as teorias das ciências sociais debatem com mais frequência o significado da confiança, que cria e sustenta as estruturas organizacionais e possibilita a cooperação política entre os agentes, nas sociedades modernas. Na teoria sociológica busca-se o mecanismo de integração, na teoria econômica intenta-se interpretar outras percepções do egoísmo racional dos atores individuais. Neste momento, o interesse pelo conceito não pode limitar-se à confiança nas instituições, mas verificar os projetos de qualidade na cooperação entre o Estado, mercado e sociedade. Estas teorias não refutam a confiança interpessoal, mas investigam as mudanças de papel das tarefas e das estruturas sociais. Pois, a confiança não é um mecanismo regulatório das relações sociais, mas é um bem público. Assim, a confiança pode ser definida como:

“...as a device for coping with the freedom of others. Since trust can be seen as a mechanism for solving the problem of cooperation only when people cooperate irrespective of sanctions and rewards, we need to consider trust as a policy aiming at creation of conditions which foster bonds of solidarity, tolerance and the legitimization of power. The proposed synthetic approach, which attempts to combine contingency with the importance of sustaining collective order, permits the conclusion that to construct conditions in which people can learn to deal with one another in a trustworthy way without making everyone feel the same involves the generation of sense of belonging and participation through the politics of democratization (MISZTAL, 1998, p.11).

A sociologia inicialmente abandonou as noções de obrigações morais, assim confiança e solidariedade foram consideradas irrelevantes. “Mas o debate reaparece sobre a nova ordem industrial, na qual a confiança é válida como um recurso para aliviar o atomismo individualista da sociedade moderna”, bem como a confiança “como proposta para amenizar os desperdícios da complexa divisão do trabalho” (MISZTAL, 1998, p.1-2).

Na passagem da sociedade pré-moderna para a moderna, as ciências sociais incorporaram alguns valores relacionados à confiança social e nas instituições. Para Giddens (1990) “o uso crescente do conceito tem relação com as mudanças de condições da modernidade e a importância da confiança na sociedade devido ao nível de risco da globalização.” Assim, “para Beck (1992) a racionalidade da sociedade moderna requer que se leve em consideração a possibilidade de demanda e a consequência de suas ações em relação aos outros, o que envolve demanda de confiança” (MISZTAL, 1998, p.2).

Observam-se caminhos pelos quais a demanda da individualidade pode se reconciliar com a comunidade e com a revitalização da idéia de sociedade civil como lugar de obrigações e de confiança mútua. “O tema delinea-se no debate da filosofia política, na nova escola que tem a necessidade de atender a comunidade baseadas nas obrigações mútuas e de confiança, na proposta de liberdade e igualdade”, segundo Raz (1986); Walzer (1983); Sandel (1982); Kymlicka (1989); Mulhall e Swift, (1992), autores citados por (MISZTAL, 1998, p.3).

Até o presente momento, o conceito de confiança cresceu nos estudos de personalidade, baseado no cultivo das relações entre amigos, amores e família (Giddens 1991,1992). O conceito teve espaço nas pesquisas de motivação dentro do interesse próprio, em ponto empírico e normativo freqüentemente cruzado, contribuindo com o novo entendimento do comportamento coletivo (Mansbridge, 1990). “A revisão dos psicólogos e dos economistas são modelos adversários (e o modelo de escolha racional está inserido nisto) e sustentam a necessidade de uma nova abordagem que incorpore valores e normas (Margolis 1984; Ostrom

1990)". As questões empíricas apontam para numerosos estudos em que confiança apresenta-se fundada "em valores sociais e na cultura política (Dalton 1988; Anderson 1993; Ashford and Timms 1992)". Nesses tipos de estudos, a confiança não aparece em certos níveis de conceituação ou abstração, citados por (MISZTAL, 1998, p.3).

Nesta direção, observa-se um visível acréscimo do uso do conceito de confiança, o que pode ser atribuído à emergência de uma nova consciência social com base na cooperação e consenso. Esta pode ser uma nova direção para suprir as necessidades de alternativas, com novas bases de integração verifica-se, pois, a necessidade de rediscussão do assunto devido à incerteza e à confusão da modernidade. O tempo moderno tem apontado para símbolos e ideologias com significados de integração. Assim, a conceito aparece como alternativa para revisão das bases tradicionais de cooperação e avaliação da confiança no desenvolvimento da formação mútua na formação das instituições públicas e os indivíduos (MISZTAL, 1998, p.3).

O colapso em torno dos modelos tradicionais emana de cada família, trabalho, disciplina, declínio industrial e de identidade de classes, e amplia a especificidade das identidades culturais (étnicas, raciais e territoriais). "O enfraquecimento do *Welfare State* e a supressão das bandeiras nacionais levantam uma questão vital para a sociedade moderna responder, sobre o novo realinhamento das bases da solidariedade social, cooperação e consenso". Nesta direção, a questão de como se produz a confiança social para a melhora da *performance* econômica e governamental é tema central nas ciências sociais na atualidade. As novas bases de fundação necessitam de uma reestruturação nas vidas das pessoas e criam o impasse necessário para uma base cultural que sustente as relações econômicas e sociais que garantam a prosperidade das nações (MISZTAL, 1998, p.4).

O argumento central é que as regras de confiança entre comunidade e o governo são essenciais para a efetiva responsabilidade das instituições. Observa-se, também, que as teorias aliadas ao capital social, revitalizam a idéia de sociedade civil como base na coesão social,

pois o critério de confiança moderno tem uma racionalidade diferente dependendo das crenças morais de cada sociedade, que tem suas próprias bases de valores e crenças culturais.

Assim, para a criação dessas novas bases, deve-se levar em conta a cultura política de cada país. Estes estudos podem contribuir para a formulação de alternativas. Neste sentido, pode-se observar que o índice de confiança é um indicador que faz parte do estudo clássico de Almond e Verba sobre cultura política. Por isso, os estudos de socialização política podem colaborar para verificar se a confiança interpessoal e institucional está sendo incentivada no processo de formação da juventude brasileira, revitalizando a coesão social e elevando os índices de capital social. Podem também, detectar se os jovens vêm desenvolvendo habilidades para participarem de ações cooperativas que visem ao bem comum da sociedade e promovam o engajamento cívico dos mesmos nas esferas de participação política.

Porém, observa-se que a desconfiança dos jovens brasileiros em relação às instituições políticas e a carência de referenciais partidários e ideológicos levam à falta de incentivo para se envolverem em associações comunitárias. A apatia e o ceticismo em relação às questões políticas são alguns dos resultados das orientações socializadoras para o consumo e para o mercado que marcam as propostas neoliberais²¹, bem como vêm, provavelmente, aliadas aos sentimentos de alienação e impotência diante das graves denúncias de corrupção que marcam a história política brasileira. Além disso, colabora com este quadro de desconfiança, que não favorece a elevação dos índices de capital social, a cultura política brasileira autoritária e clientelista (Nazzari, 1995), ainda que venha sendo substituída, gradativamente, por uma cultura política híbrida ou dualista, na qual se mesclam atitudes democráticas, autoritárias e de apatia (SCHIMIDT, 2000).

²¹ O consumismo e o individualismo materialista é observado no estudo de Millie R. Creighton (1994). Segundo o autor, as mudanças de valores nas sociedades modernas podem ser identificadas nas recentes pesquisas sobre o levantamento da orientação do consumo infantil,, especialmente as formas populares e a cultura de massa dos entretenimentos com função educativa. Observa-se que os *Shopping Center* no Japão reforçam a importância da educação que favorece o consumismo, estimulando a direção a aceitação de valores pelo uso de imagens que definem as regras sociais. *Edutainment* é a fusão de educação com entretenimento, que reivindica no consumismo a importância da educação na cultura japonesa.

A falta do capital social tem contrapartida negativa na perspectiva econômica e social das pessoas na medida em que elas não teriam acesso a modelos de comportamento positivo ou a recursos sociais e informações, elementos necessários para a participação na comunidade. Assim, os baixos níveis de capital social implicam baixa participação política nos centros urbanos.

O argumento central da teoria de capital social sustenta que a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre seus membros e que essas normas são exatamente aquelas exigidas para participação política. Um estudo que proporcionou evidência empírica é o de Verba e outros (1995), “no qual os autores fazem análise sobre como as habilidades e outros recursos ganhos como resultado de pertencer ou estarem filiados à organização seriam determinantes importantes da participação política” (BAQUERO, 2001b, p. 36).

Nesta direção, destaca-se que o nível de confiança se situa em tipos diferentes de fatores, confiança interpessoal, e institucional, que juntas somam os níveis de confiança social de uma comunidade ou país. O estudo de Pagé e Chastenay (2003, p.7) destaca que “os jovens cidadãos possuem um sentimento semelhante ao da população geral, como revelam as recentes sondagens sobre os frágeis percentuais identificados nas respostas sobre as fontes de confiança dos mesmos”.

Com base nisso, em contextos modernos e complexos, a confiança social pode emanar de duas fontes: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. As regras são incluídas e sustentadas tanto por meio da socialização ou educação cívica, quanto por meio de sanções ou punições para os oportunistas que se aproximam das redes. Normas, estas que fortalecem a confiança social, vingam porque reduzem os custos de transação e facilitam a cooperação entre as pessoas e entre estas e as instituições. A mais importante dessas regras é a da reciprocidade, da amizade, ou seja, de uma orquestração que implica na reciprocidade

generalizada que concilia interesse próprio com solidariedade associada a um amplo sistema de intercâmbio e convívio social (PAGÉ e CHASTENAY, 2003).

A confiança gera cooperação e participação em atividades comunitárias, elementos que promovem o desenvolvimento das regiões. Sendo assim, observa-se no elenco de estudos acima citados que: 1) todos integram as esferas política, econômica e social e pressupõem que as relações sociais influenciam a forma como os mercados e Estados operam e, por sua vez, são influenciados por esses mercados e Estados; 2) todos convergem para a análise das relações entre atores e as formas que podem gerar relações estáveis e confiáveis entre eles, aumentando tanto a eficiência individual, quanto a coletiva; 3) todos apontam que o capital social pode ser fortalecido, mas esse processo necessita de uma gama de recursos de natureza variada; e 4) na medida em que os bens, derivados de instituições públicas, não podem ser apropriados privativamente, as pessoas tendem a apoiar as relações sociais e as instituições. “Assim, fica claro que o traço que distingue capital social de outros tipos de capital (econômico, cultural, político e organizacional) é a ênfase nas vantagens que resultam para as classes historicamente excluídas” (BAQUERO, 2001b, p.13-15).

Tendo em vista a importância dos conceitos acima relacionados com o capital social, estudou-se a emergência da socialização política da juventude como tema de pesquisa. Assim, no cenário geral a sociedade brasileira, procurou-se parâmetros para se entender as suas especificidades e formas de concretização de uma dada cultura da juventude.

Nesse sentido, no próximo item busca-se verificar se o poder incomparável de inovação e transformação social dos novos tempos e das novas tecnologias pode agregar variáveis que vão além das visões utilitaristas de mercado e possam determinar um acréscimo nos índices de capital social, com ampliação da confiança entre as pessoas e da cooperação mútua para melhorar o bem-estar das comunidades, como nova proposta de participação política e fortalecimento da democracia para os tempos atuais.

As análises sobre capital social não se dedicaram à socialização política dos jovens e adolescentes. Neste estudo, procura-se verificar como os adolescentes e jovens brasileiros configuram-se como atores sociais e se estão sendo influenciados pelo processo de socialização política, para incrementar o capital social no Brasil e viabilizar sua tradução em ações coletivas no futuro.

1.4.8 Capital social e socialização política

Neste sentido, a socialização deve incentivar a confiança e desestimular a má conduta, pois os acordos devem estar inseridos numa estrutura mais ampla de relações pessoais e intercâmbios sociais que gerem mais redes de capital social.

Com efeito, socialização política é o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos, que se dá sob um enfoque geracional ou processo de interiorização da cultura política, existente em um meio social por parte das novas gerações.

A relevância teórica da pesquisa sobre cultura e socialização política está em buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia. A concepção da democracia deve integrar forma e conteúdo, institucionalidade e mundo da vida, democracia política e social, representação e participação, superando, assim, a visão formalista restrita aos marcos do liberalismo, que prevaleceu em boa parte dos estudos nas quatro últimas décadas (SCHMIDT, 2000, p.106).

Nas democracias anglo-americanas, embora não haja exigência de um caráter democrático definido para todos os cidadãos, “o treinamento social ou a socialização necessária ao método democrático podem se dar dentro das estruturas de autoridades existentes, variadas e não-

governamentais” (PATEMAN, 1992 p. 25).

Mill ressaltava a importância de educar o eleitorado para um voto socialmente responsável e pensava que o principal aspecto dessa educação residia no fato de que as classes trabalhadoras, ao tomarem suas opiniões, tomavam a “sábria e virtuosa” classe média como seu grupo de referência e, por isso, votariam de modo responsável (PATEMAN, 1992 p.31).

Pode-se ver nas teorias sobre democracia uma série de prescrições específica e plena de ação necessária para se atingir a democracia política. E isto se efetua por meio da “educação pública”, a qual, no entanto, depende da participação em muitas esferas da sociedade na “atividade política”, entendida num sentido bastante abrangente (PATEMAN, 1992, p.33-34).

Analisando a visão das crianças sobre a família, escola e meios de comunicação, bem como tipos de constrangimentos que enfrentam em suas vidas, remete-se ao entendimento do conceito de capital social como ferramenta ou esquema heurístico para explorar o processo e as práticas que são relatadas para aquisição de outras formas de capital: o humano, o financeiro e o simbólico entre outros. Assim, “podem-se levar em conta fatores micro e macro das estruturas sociais” (MORROW, 1999, p.757).

Destaca-se também que, para Coleman (1988), o capital social gera capital humano e depende do acesso dos filhos ao capital humano e financeiro de seus pais. Por sua vez, o capital social da comunidade ajuda a gerar capital humano, provendo a base de recursos, para encorajar a atividade educacional nos seus filhos. O autor utiliza métodos estatísticos para determinar a interferência do capital social da família e da comunidade no desempenho dos filhos na escola.

Assim, impulsionada pela globalização, a agência socializadora familiar já não cumpre o seu papel tradicional. As mães se inseriram no mercado de trabalho e, por isso, passam menos tempo com os filhos, e estes passam mais tempo na frente da televisão. Coleman (1961), no

seu estudo *The Adolescent Society: the social life the teenager and impact on education*, baseado no estudo de 10 escolas da região de Chicago, distingue capital social da família e fora dela, e verifica a deficiência que a ausência dos pais acarreta na transmissão do capital humano, prejudicando a ampliação do capital social dos filhos (citado por MORROW, 1999).

Por sua vez, a escola, ironicamente, pouco avançou além de formar capital humano, conflitando com a realidade de que o trabalho, no sentido tradicional, está em pleno declínio na sociedade atual. Dessa maneira, os jovens passam muito mais tempo em contato com os meios de comunicação.

Não é surpresa que os meios de comunicação exercem forte influência na transmissão de crenças e valores, ditam regras e normas, que promovem modismo, consagrados na letargia dos *shopping centers*, e vendem os produtos capitalistas para o mercado cada vez maior de consumidores e menor de produtores.

Atualmente, constata-se que as agências socializadoras foram transformadas pelo impacto das novas tecnologias. A nova estrutura familiar e a maior preocupação dos pais com o mercado de trabalho reduzem o tempo de convivência familiar dos pais com os filhos. A escola, por sua vez, também prioriza a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, baseada na necessidade de geração de capital humano. Ambas as agências preocupam-se em habilitar os jovens para o mercado, mais competitivo e excludente, reforçando antes valores individuais e consumistas que incentivando a formação do capital social. Neste sentido, não geram alternativas para inclusão da maioria dos jovens em novos espaços democráticos, que poderiam criar alternativas de cooperação e confiança mútuas para solução dos problemas das comunidades.

Coleman (1990) distingue as formas de capital social: na família, na comunidade, por meio da formação de capital humano. A média da escolaridade é vista como o mais importante incremento do capital social para gerar maiores benefícios com menos investimentos públicos

e privados. Em seu estudo clássico sobre os Fundamentos da Teoria Social, Coleman (1990) analisa a confiança como geradora de capital social, mas não expressa a mesma clareza das análises de Putnam (1995 –1996), que verificou a associação entre desempenho institucional, desenvolvimento econômico e grau de civismo das redes de capital social.

Destaca-se também que, para Coleman (1988), o capital social gera capital humano e depende do capital financeiro da família, bem como o acesso dos filhos ao capital humano e financeiro relaciona-se com capital humano e financeiro de seus pais. Por sua vez, o capital social da comunidade ajuda a gerar capital humano, provendo a base de recursos para encorajar a atividade educacional nos seus filhos. Em seu estudo utiliza métodos estatísticos, para determinar a interferência do capital social da família e da comunidade no desempenho dos filhos na escola.

Para Coleman (1988), capital social é a variedade de elementos que incluem alguns aspectos da estrutura social e facilitam as ações dos atores com essas estruturas. Portanto, o capital social é inerente às estruturas de relações entre atores, que podem promover a confiança ou a desconfiança no cumprimento das normas e das obrigações das estruturas sociais. As normas são importantes para pressionar a internalização de valores, junto com sanções externas dos membros de outros grupos, para facilitar certas ações altruístas e dificultar outras egoístas diante da natureza do bem público. Assim, normas de confiança e obrigações em relação aos outros podem ser usadas para aproximar aqueles que não contribuem com a existência do capital social, e gerar o bem-estar ótimo devido às crescentes redes de engajamento cívico. No entanto, pela natureza dos bens públicos, o capital social parte de outras diferentes formas de capital e gera a necessidade de uma ação coletiva.

Argumenta-se que a produção de capital social para as próximas gerações depende: primeiro, de obrigações e expectativas, ou seja, do desenvolvimento da confiança entre as pessoas via transações cooperativas; segundo, do potencial de informação existentes nas redes de

trabalho; terceiro, de normas e sanções comunitárias efetivas; e quarto, das relações de autoridade. Em seu estudo clássico sobre os *Fundamentos da Teoria Social*, Coleman (1990) analisa a confiança como geradora de capital social, mas não expressa a mesma clareza das análises de Robert Putnam (1995 – 1996).

Existe um consenso de que a confiança é a principal geradora de capital social em um país. Ao vincular os níveis de capital social com as possibilidades de incremento do desenvolvimento regional, bem como na resolução de problemas urbanos e diferenças étnicas, acrescentou maior relevância à abordagem de desenvolvimento econômico. Acompanhando as reformas administrativas regionais, na Itália moderna, verificou os efeitos contraditórios da ação coletiva sobre o melhoramento do bem-estar social, mostrando como séculos de diferenças regionais na cultura cívica²² e nos índices de capital social influem no sucesso das reformas, implementadas pelos governos regionais italianos, iniciadas em 1970. Em suma, Putnam (1996b) relacionou sua perspectiva teórica com os fatores econômicos, culturais e institucionais. No entanto, o ponto principal do estudo de Putnam foi o aprofundamento do conceito de “comunidade cívica”, ou seja, a responsabilidade dos cidadãos e a participação da comunidade no processo de desenvolvimento das regiões.

Com vistas a identificar os fatores subjacentes às acentuadas diferenças de desempenho de diversos governos regionais, foi formulado o conceito de comunidade cívica, observando-se a associação entre desempenho institucional, econômico e o grau de civismo, ou seja, quanto mais cívica a região, mais eficaz o seu governo. A complementação entre as ações institucionais públicas e as ações coletivas fortalece o engajamento cívico e que a sinergia entre o público e o privado amplia a confiança e a transparência, permitindo a implementação de políticas públicas maximizadoras do bem-estar geral, fortalecendo as organizações locais e ampliando o poder do Estado (PUTNAM, 1996b).

²² Sobre Cultura Cívica, ver também Vásquez (2000) e Street (1993).

Enquanto Evans (1996) dá primazia ao Estado como fonte principal da dinâmica social, numa inclinação neo-institucional, Putnam (1995-96) adota uma vertente cultural na explanação das fontes de confiança para o engajamento das pessoas em ações coletivas. Assim, a cultura política e a história particular determinam a existência ou não do associativismo horizontal, base do engajamento cívico e auto-organização, além de reconciliar a democracia com o desempenho socioeconômico que garante o bem-estar dos seus cidadãos.

Tendo em vista a preocupação deste estudo em analisar de que forma os jovens brasileiros estão sendo socializados com crenças e valores que incentivam iniciativas coletivas, baseadas na confiança, na cooperação e na participação, torna-se importante observar as interpretações e o desenvolvimento do conceito de capital social, a fim de verificar sua aplicação na socialização política dos adolescentes e jovens brasileiros, para ampliar os estoques de capital social da comunidade e remetê-la ao desenvolvimento.

CAPITULO 2 A RELAÇÃO ENTRE OS JOVENS E O CAPITAL SOCIAL NO BRASIL

2.1 Capital Social e Juventude

Mudanças decorrentes das transformações experimentadas pelas sociedades contemporâneas colocam um conjunto de desafios aos jovens, num contexto pautado por incertezas em relação ao mercado de trabalho e às expectativas de melhores condições de vida.

Diante desse quadro, os conceitos até então utilizados para examinar a realidade atual não dão conta de explicar os fenômenos sociais e impõem aos estudiosos a busca de novas alternativas principalmente no que se refere à relação dos jovens com a política. É que o contexto social desses jovens, com novas informações e modelos de identidade impostos pelo mercado e pela mídia, parece gerar indiferença e apatia nas instituições políticas tradicionais, ao mesmo tempo em que se estão delineando novas formas de participação e convivência social.

No Brasil, o impacto das transformações causadas pelo processo de globalização levou à vulnerabilidade da economia, à fragmentação do tecido social, à exclusão social, gerando o desemprego, o aumento das desigualdades regionais e o declínio das instituições clássicas da democracia. Em contrapartida, observa-se a emergência de novas formas de luta para combater os efeitos dessas mudanças.

Os jovens brasileiros convivem com situações muito diferentes das dos jovens em países desenvolvidos, enfrentando problemas sociais como a miséria, a exclusão, o desemprego e a

falta de perspectivas em relação ao futuro de suas vidas. Esse é o cotidiano dos jovens do Terceiro Mundo. Nos países ricos, onde problemas básicos de educação, saúde, habitação ou transporte já foram sanados, o conjunto da população pode orientar seu comportamento político numa perspectiva considerada pós-materialista. Os jovens podem levantar outras bandeiras, entre essas, a de defesa do meio ambiente e a da melhoria da qualidade de vida (BAQUERO, 2001a).

Ao mesmo tempo, os jovens dos países desenvolvidos parecem estar cada vez mais atentos às desigualdade sociais e regionais, causadas pelo neoliberalismo e estão empreendendo um movimento crítico em relação à moral e à ética de políticos e poderosos. Este argumento pode ser corroborado com base em notícias recentes, divulgadas pela mídia, sobre manifestações de rua e protestos contra a globalização, realizados durante os encontros do G-8 em Seattle e Gênova, que reuniram líderes das maiores potências do planeta.

A importância da juventude no questionamento da cultura política materialista dominante em nossos países é examinada por Paulo J. Krischke (2000, p.23), em seu estudo sobre o pós-materialismo. A inconformidade dos jovens com a política tradicional e a busca por novos meios de sua superação têm sido identificados pelos pesquisadores por caminhos e métodos diferentes. Segundo o autor, longe da apatia e do desinteresse que, em muitos casos, são tidos como algumas das características da juventude, é possível visualizar seu interesse na resolução dos problemas da humanidade e a sua vontade de transformá-los.

Já existe um consenso, entre aqueles que analisam o tema da socialização política dos jovens, de que as alternativas requerem uma alteração na cultura política dos povos. A cultura atual foi construída por fatores histórico-estruturais e modelada por eventos formativos, no curso de sua modernização das sociedades e incorporação de novas tecnologias. Nesta direção, para haver uma mudança significativa, faz-se necessário desencadear um processo de socialização política que incorpore mudanças de valores, crenças e atitudes dos indivíduos, direcionadas

para um tipo de ação política diferente da que emana da cultura política tradicional.

A cultura política é produto, tanto das histórias coletivas como das histórias de vida individuais. Ela brota de aprendizagens conscientes sobre a política. “Analiticamente, ela dá uma forma de análise do comportamento para termos como ideologia, espírito nacional e valores das pessoas” (PYE citado por CHILCOTE, 1998, p.39).

No que compete à cultura política, ressalta-se que a relevância do tema reside na tentativa de compreender as condições que geram a estabilização da democracia. Assim sendo, tais análises averiguam questões institucionais e de representação, analisam a participação e o comportamento político dos cidadãos, além do que procuram identificar que crenças e valores são transmitidos para as próximas gerações.

Constanza Moreira (2000) assinala que, nos países latino-americanos, o que predomina é a democracia dos inconformados. Referindo-se ao caso uruguaio, afirma existir aí um padrão atitudinal democrático, consistente e participativo. Com base nisto, propõe uma espécie de alternativa ao esposado pela teoria ortodoxa sobre democracia, pelo do conceito de “democratas desconfiados”. Paulo Krischke (2000, p.22) também menciona esta desconfiança, sugerindo que tal “[...] característica relaciona-se a uma assimetria entre as dimensões “cognitivas” e as dimensões “valorativas” da cultura política, ou seja, as preferências pela democracia ocorrem simultaneamente a um desencanto pelos partidos e instituições”.

Schmidt (2000, p.19), ao examinar o tema de socialização política tendo como foco os jovens brasileiros, refere-se à existência de uma cultura política híbrida e dualista, “que mescla tanto elementos da tradição como dos esforços de mudança”. Esse tipo de cultura, segundo o autor, “é algo mais condizente com o ideal democrático, mas, sobretudo expressa a fragilidade da nova democracia brasileira”.

Examinando a questão da democracia na América Latina, Baquero (2001) observa que a Ciência Política vem sendo desafiada a responder por que as eleições livres e a existência do pluralismo partidário ocorrem concomitantemente com o declínio da satisfação com a democracia. Esse fenômeno, conforme o autor, pode ser imputado à expansão do modelo neoliberal que, ao longo dos últimos anos, tem contribuído para acentuar a exclusão e agravar os problemas sociais, cujos reflexos estruturais apresentam-se no desemprego, na desconfiança em relação à política e no desencanto dos cidadãos diante da incerteza em relação ao futuro. Nesse processo, no lugar de haver o reforço das identidades coletivas tradicionais (família e grupos comunitários), estão surgindo relações sociais pautadas pelo individualismo, pela fragmentação do tecido social, ou mesmo pela insatisfação com a ordem das coisas e pelo surgimento de organizações para-estatais, que desafiam a manutenção da ordem social.

Desta forma, mostra-se pertinente uma reflexão em relação à socialização política dos jovens, para que sejam orientados para uma cidadania ativa e para o fortalecimento da democracia. Além disso, existe um relativo consenso de que nas sociedades onde as desigualdades sociais são crescentes, a democracia se esvazia ou perde seu sentido igualitário.

Partindo do suposto de que a continuidade ou a ruptura da cultura política depende da socialização política, qualquer alteração ou mudança nas crenças e valores dos cidadãos em relação à política poderia ter um impacto transformador no comportamento político da sociedade.

Nesse sentido, a criação e uso das novas tecnologias orientadas para a democratização das informações, para o incremento de redes de interação, cooperação e confiança, poderiam elevar os índices de capital social entre os jovens para garantir engajamento cívico, assegurar a melhoria da qualidade de vida das populações e produzir prosperidade e estabilidade política no futuro.

Em um mundo no qual a estabilidade tradicional conferida por uma dada organização social e cultural se rompeu, dando surgimento a novas formas de socialibilidade, a juventude, ou pelo menos uma parte dela, anunciadora de novos tempos, pauta-se por um comportamento questionador das regras e limites tradicionais (SOUZA, 2002, p.91).

A emergência da socialização política da juventude como tema de estudo remete para análises que, tendo como parâmetro geral a nossa sociedade, preocupa-se em aprender as especificidades e formas de concretização de uma dada cultura juvenil ou da juventude. Nesse sentido, busca verificar se os novos tempos das novas tecnologias, com um poder incomparável de inovação e transformação social, possam agregar variáveis que vão além das visões utilitaristas de mercado e possam determinar um acréscimo nos índices de capital social, com ampliação da confiança entre as pessoas e da cooperação mútua para melhorar o bem-estar das comunidades, como proposta nova para os tempos atuais.

Em suma, a maioria dos estudos baseia-se em pesquisas anteriores do processo de socialização política. Nesta direção, destacam-se algumas pesquisas que podem colaborar, para dar pistas da evolução do capital social no Brasil, tais como a pesquisa de socialização política realizada por Schmidt (2000), para tese sobre a juventude e a política brasileira nos anos noventa; e, a nível regional, a pesquisa realizada por Nazzari (1995), sobre a socialização política dos adolescentes no Paraná.

Importante destacar que as alternativas de insatisfação com a sociedade atual são largamente majoritárias entre os jovens brasileiros. A pesquisa de Schmidt (2000, p.198-9) “destaca que 65,5% destes se mostram inseguros”, quanto ao futuro da sociedade brasileira. Provavelmente, este sentimento está associado aos problemas da violência e da criminalidade, “pois 40,9% se mostram indignados”, índices que podem ser relacionados às questões de desigualdades sociais e aos escândalos de corrupção diariamente veiculados pela mídia.

Ainda, “os 25,0% dos entrevistados que se dizem assustados e os 13,6% que se dizem frustrados”, reforçam o descontentamento e a falta de perspectiva futura. As opções de satisfação foram inferiores: 9,4% se acham felizes; 5,7% confiantes, 4,4% satisfeitos e 1,7% seguros. A pesquisa mostra que a insatisfação dos jovens está vinculada à percepção de que a realidade presente não significa um avanço em relação às mazelas do passado, e que o futuro não se afigura mais promissor.

Na pesquisa de Schmidt (2000) mais de 20% dos jovens acreditam que o futuro será melhor que o presente, enquanto 80% são céticos e indecisos. Este pessimismo dos jovens afeta o processo de construção do capital social e se revela na variável confiança social interpessoal e social como se observa a seguir.

A confiança interpessoal, social, como já foi argumentado, constituiu-se num elemento de alta relevância no processo de socialização política. Pedra angular da personalidade, a confiança predispõe à aceitação de padrões e valores e ao surgimento das atitudes em relação àquele(a) em quem se confia. A alta ou baixa presença de confiança social entre os cidadãos de uma sociedade indica a configuração de um alto ou baixo capital social. “Um capital social alto indica que há estímulos difusos para a cooperação espontânea entre os cidadãos. Onde impera a desconfiança, a tendência é de conflito e enfrentamentos” (SCHMIDT, 2000, p.209).

Para medir o capital social, acredita-se que os índices são menores onde existe baixa confiança mútua. Isto aponta para a baixa confiança interpessoal e nas instituições, aliadas a imagens distorcidas da política e da democracia, bem como sentimentos de alienação e impotência quanto à eficácia política, elemento necessário para a participação das pessoas nas instâncias de poder, que poderia propiciar a ampliação da democracia.

Nesta, direção é importante destacar que a mídia vem contribuindo para tornar ainda mais fúteis as discussões políticas, colaborando com o afastamento dos jovens das formas tradicionais de participação política, como destaca o próximo item.

2.2 Mídia e Capital Social

Todas as mensagens de todos os tipos são incluídas no meio por que este fica tão abrangente, tão diversificado, tão maleável, que absorve no mesmo texto de multimídia toda a experiência humana, passado, presente e futuro, como naquele ponto único do Universo...”
(CASTELLS, 1999a).

A importância que a política tem para as comunicações, sobretudo para o regime democrático, é destacada por Ried (1996). Segundo o autor, uma das funções essenciais da comunicação consiste em criar uma comunidade informada, representar a mesma comunidade na esfera pública e contribuir com a formação de uma agenda de assuntos em torno dos quais se organiza a política.

A informação também é uma necessidade social e, por isso mesmo, um direito da sociedade, dado que constitui base para a estabilidade e o direito de uma comunidade de solucionar seus problemas e crescimento. Assim a liberdade de informação é substancial para a democracia. Ao promover o intercâmbio de idéias, permitir a formação de opinião pública livre, constitui a base dos direitos políticos de participação e exerce um controle frente às autoridades. No entanto, deve-se observar a relação entre liberdade e responsabilidade. Para isso é necessária ética e qualidade informativa (CABALLERO, 1999).

Uma importante questão se apresenta na pauta dos estudos de ciência política atual são os efeitos dos meios de comunicação para a democracia. Os meios televisivos e jornalísticos parecem estar suplantando as atividades políticas, liderando as relações entre os cidadãos e o Estado, e envolvendo-se em todas as questões cruciais que circundam os interesses públicos. Assim, é importante avaliar até que ponto as comunicações podem substituir o papel desempenhado pelos partidos políticos, pois, ao criar líderes e definirem uma agenda, demonstram seu novo potencial de poder político nas sociedades modernas e,

conseqüentemente, alteram os sistemas democráticos tradicionais.

Diversos trabalhos e pesquisas têm chamado a atenção para a influência dos meios de comunicação de massa no comportamento político dos cidadãos nas democracias atuais. No entanto, pouco se sabe sobre a influência da comunicação mediada na socialização política da juventude, sua importância para o acréscimo de capital social e fortalecimento da democracia.

É difícil avaliar as conseqüências da mídia sobre os índices de capital social e para a política em geral, mas convém reconhecer que os meios de comunicação estão impulsionando alterações importantes para a cultura da sociedade e para a vida humana. Assim, as características deste novo estilo de vida, mediatizado eletronicamente, são a centralidade na casa e individualismo, o deslocamento da esfera pública para a privada, reforçando elementos que coadunam com a ideologia neoliberal e com capitalismo global.

Nessa direção, Putnam (1996a) observa que o declínio do capital social ou dos laços de solidariedade entre as pessoas tem uma causa comum: a televisão. As pessoas em geral passam muito tempo assistindo televisão e se afastam do convívio social.²³

A invasão dos eletrodomésticos, tais como fornos microondas, aparelhos de TV, rádio, som para CD, permite que grandes segmentos da população fiquem individualmente conectados com seletos mundos audiovisuais, que mudam os comportamentos das famílias e da sociedade em geral.

Porém, cabe-se salientar que, o paradigma de persuasão, centralização e poder homogeneizador da *mass* mídia foi diminuído pela entrada das TVs a cabo, que criaram novas opções de programações. Assim, o paradigma da comunicação/persuasão na construção social da realidade e na formação de identidades e modismos analisados por Derville (1997), foi

²³ Sobre este assunto, também é significativo o estudo sobre *Television, Individualism, and Social Capital* desenvolvido por Allan McBride (1998).

colocado em cheque na sociedade atual pela mídia interativa e suas múltiplas possibilidades de informação e comunicação.

Nesta direção, a seguir faz-se uma análise sobre os efeitos da mídia na política, incurcionando sobre o poder homogeneizador da *mass* mídia, a fim de coletar elementos para identificar a influência da comunicação sobre os índices de capital social dos jovens no Brasil.

2.2.1 Comunicação e política

Existem várias teorias que tratam da relação entre a política e o tema da comunicação. Entre elas destacam-se: aquelas que vêem a comunicação como uma função do sistema político (Almond, Fagen,); aquelas que vêem a relação mídia/política como toda uma teoria das comunicações (Deutsch); e aquelas que vêem a comunicação como uma manipulação (a Escola de Frankfurt, Gramsci, Althusser...); e teorias contemporâneas sobre *political communications effects* são oferecidas por Blumler e Gurevitch. Numa perspectiva de seu desenvolvimento histórico contemporâneo, todas são importantes para a análise da questão (FERNÁNDEZ, 1999).

As mudanças que se produziram neste enfoque tinham como ênfase as atitudes e opiniões, para focalizarem-se no conhecimento e nas cognições. No entanto, a dificuldade é de verificar se a cognições têm a ver com as mudanças de atitudes. Esta interpretação, apesar de ser demonstrável mostrou-se muito complexa.

As transformações na definição dos efeitos da mídia sobre a socialização política e capital social da juventude tinham um enfoque nas mudanças particulares, observadas em termos de

estruturar ou reestruturar as cognições e percepções. Isto se demonstra no que se tem chamado de função de formação de agenda ou em que nível estão os meios de comunicação na construção da realidade social. No entanto, uma proliferação de modelos sobre os processos que envolvem os meios de comunicação aponta definições alternativas à natureza dos efeitos, como os estudos chamados usos e gratificações, entre outros (FERNÁNDEZ, 1999).

A ênfase destes estudos é a audiência, que processa os produtos dos meios de acordo com as necessidades das pessoas, que mudam de canal de acordo com seus interesses, e pode ser aplicada para analisar as escolhas feitas pelos usuários da rede interativa.

Algumas teorias estudam os dirigentes e os partidos como emissores das mensagens que poderiam influenciar os eleitores e destacam as contribuições dos estudos sobre a opinião pública, que se faz por meio das reportagens e notícias políticas pelos jornalistas ou formadores de opinião. Importante destacar o estudo sobre as campanhas eleitorais para medir a influência política dos meios sobre a atitude eleitoral, bem como os estudos sobre socialização política.

Assim sendo, as três principais fontes de poder dos meios de comunicação são: a) uma raiz estrutural: o poder dos meios de proporcionar aos políticos uma audiência; b) uma raiz psicológica: a relação de credibilidade e confiança; e, por fim, c) a raiz normativa: o poder dos meios nos tempos de conflito, a fim de salvaguardar o direito dos cidadãos a liberdade de expressão (FERNÁNDEZ, 1999).

Observa-se uma tradição determinista que exalta a relação dos meios com a classe governante e exclui as massas, e outra pluralista ou empírica que investiga os índices de audiência frente aos meios e outras pressões sociais. Apesar de opostas podem auxiliar-se quando estudadas com cautela.

Nesse sentido, o estudo de Castells (1999a) traz notável contribuição no entendimento da

cultura da virtualidade real: a integração da comunicação eletrônica, o fim da audiência em massa e o surgimento de redes interativas e o impacto dessas mudanças no campo econômico, social e político. O autor observa os conceitos de ideologia e as diversidades culturais na constelação da globalização.

Desta forma, neste item a preocupação está em verificar os atributos culturais emergentes do processo de interação eletrônica, suas potencialidades e as possíveis transformações em novos padrões de comunicação que possam contribuir para incrementar os índices de capital social por meio da socialização política da juventude brasileira e para o aperfeiçoamento da democracia.

2.2.2 A evolução da *mass* mídia no processo democrático

A mídia de massas influenciou o espaço político salientando contornos manipulativos e se incorporando as especificidades culturais de cada país, possibilitou a criação de heróis e salvadores da pátria, evidenciou a vida privada dos homens públicos e possibilitou a indústria do espetáculo político e a *midia política* (SCWARTZENBERG, 1977).

A informação e a comunicação circulam pelo sistema de mídia diversificado e amplo. E, as questões políticas são crescentes no espaço da mídia. A liderança é personalizada e formação da imagem é geração de poder. Assim, para os atores políticos existirem, eles devem jogar no espaço mediático.²⁴ Nessa direção, os meios de comunicação poderiam com sucesso interferir no processo político, criando mitos receptivos para as demandas das massas.

²⁴ Assim, os desfiles de massa situam-se nos antípodas das ações espetaculares dos grupos de choque que podem ser sempre percebidas como golpes montados pela ou para a imprensa (CHAMPAGNE, 1998).

Segundo James Boylan (1999), a tendência da rica mídia e algumas de suas variáveis são o monopólio, o oligopólio e o megapólio da indústria da informação. Desta forma mais complexa e concentrada, a mídia empobrece ainda mais a democracia.

Numa visão positiva, a democracia, reforçada pelo sufrágio universal, teve na aparição da imprensa de massas a possibilidade de controle permanente do exercício do poder, por meio da análise da opinião pública que vem contribuindo com o aperfeiçoamento das relações entre governantes e governados. Assim, os partidos, os governos, as organizações institucionais, as forças econômicas e sociais e os grupos de pressão, têm que renovar suas estratégias para participar do jogo político (CAYROL, 1994).

A televisão, regida pelos índices de audiência, contribui para exercer sobre o consumidor supostamente livre e esclarecido as pressões do mercado, que não têm nada da expressão democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública, como querem fazer crer os demagogos cínicos. Assim, o universo do jornalismo é um campo, mas está sob a pressão do campo econômico (BOURDIEU, 1997).

Neste sentido, as notícias de variedades têm por efeito produzir o vazio político, despolitizar e reduzir a vida do mundo à anedota e ao mexerico (que pode ser nacional ou planetário, com a vida das estrelas ou das famílias reais), fixando e prendendo a atenção em acontecimentos sem conseqüências políticas, dramatizados e transformados em problemas de toda a sociedade (BOURDIEU, 1997).

As mudanças dos processos democráticos na sociedade propiciam a criação de novas regras do jogo político. As novas tecnologias da informação ampliam o debate político e assinalam para nós estratégias de busca do poder, no contexto das transformações sociais, culturais e políticas que afetam profundamente a essência das sociedades atuais.

Pois, o *videopolítica* compreende só um dos múltiplos aspectos do poder do vídeo: sua

incidência nos processos políticos mediante uma transformação radical do ser político e da administração da política. A *videopolítica* não é uma prerrogativa da democracia. Está também à disposição das ditaduras. No entanto, a democracia é definida com frequência como o governo da opinião. Assim a televisão influencia e condiciona o processo eleitoral para que triunfe o ganhador (SARTORI, 1989).

O desapego entre o público e o governo começou a crescer quando os telejornais da noite passaram a durar mais tempo, e mostrar as instituições sociais e políticas em estado de conflito permanente, no sentido de ineficiência e frustração, fatores que vêm contribuindo para alimentar o cinismo e a desconfiança do público na política (SARTORI, 1989).

A política precisa se modelar na linguagem da mídia eletrônica, e isto tem conseqüências profundas sobre as características, organização e objetivos dos processos, atores e instituições políticas. Assim, os poderes contidos nas redes de mídia ficam em segundo lugar em relação ao poder dos fluxos incorporados na estrutura e na linguagem dessas redes (CASTELLS, 1999b).

Observou-se que a mídia de massas tem seu peso no poder econômico e simbólico. Apesar de contribuir em muitos aspectos para potencializar as demandas sociais tende a ser manipulativo quanto à sua inserção nas questões políticas, alterando a democracia tradicional sob o impacto da opinião pública mediática. Neste sentido, a mídia pode ser apontada como um poderoso agente de socialização política da juventude na atualidade. Além disso, os últimos estudos sobre os meios de comunicação interativos apontam para essas transformações na cultura juvenil.

Tendo em vista todos impactos que a mídia vem introduzindo na vida das pessoas busca-se, a seguir, observar o impacto da democracia informacional na cultura dos jovens brasileiros.

2.2.3 Democracia informacional: a conexão dos cidadãos

A mídia eletrônica passou a se tornar o espaço privilegiado da política, não porque a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas, mas porque, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer o poder (CASTELLS, 1999a).

Assim, há um processo de interação de mão dupla entre a mídia e sua audiência no tocante ao impacto real das mensagens, que são distorcidas, apropriadas e eventualmente subvertidas pelo público. Refuta-se a tese de que a opinião pública é mera receptora passiva de mensagens, facilmente suscetível a manipulações. Conforme se observa no contexto norteamericano, as questões políticas, vistas sob uma perspectiva em longo prazo, demonstram a independência e o bom senso da opinião pública coletiva na maioria dos casos (PAGE e SHAPIRO citados por CASTELLS, 1999a).²⁵

A mídia vem se tornando a arena das principais batalhas políticas, pois, à medida que foi diversificando e descentralizando seu campo de atuação ao longo da década de 90, sua influência nas atitudes e nos comportamentos políticos tornou-se ainda mais ampla (GARBER e HACKER citados por CASTELLS, 1999a).

Por um lado, o sistema de comunicação interativa ficará sob o domínio de um segmento populacional instruído nos países desenvolvidos, representando uma elite em escala global. As pesquisas demonstram que os donos de PCs são pessoas acima da média em termos de poder aquisitivo, pessoas empregadas em horário integral, solteiros e com menos probabilidade de aposentar-se, na maioria são homens, mais da metade delas entre 18 a 34

²⁵ Sobre esse ponto, importante verificar os estudos de Mauro Pereira Porto (1995), quando salienta as deficiências dos estudos de escolha racional dos efeitos da mídia sobre o comportamento político.

anos, profissionais em geral das áreas da educação,²⁶ vendas e engenharia. Por outro lado, o sistema favorece a comunicação desinibida e, nas redes com base em empresas, estimula a participação de trabalhadores de *status* inferiores. Funciona como se o simbolismo do poder embutido na comunicação frente a frente ainda não tivesse encontrado a sua linguagem na comunicação interativa, melhora o *status* dos usuários (CASTELLS, 1999a).

No entanto, os novos meios de comunicação eletrônica não divergem das culturas tradicionais. Algumas características sociais parecem perdurar além da revolução tecnológica: a divisão de tarefas domésticas entre os sexos (ou, ao contrário, a falta dela) não é afetada pelos meios eletrônicos; o uso de videocassete e o manuseio de dispositivos de controle remoto refletem uma estrutura familiar autoritária; e a utilização de dispositivos eletrônicos é diferenciada no que diz respeito a sexo e idade, pois os homens usam computadores com mais frequência, e as mulheres cuidam dos serviços telemáticos e de manutenção elétrica doméstica e crianças são obcecadas por videogames (CASTELLS, 1999a).

As mídias já alcançam toda a esfera de atividade social: telebanco, telecompras, as comunidades pessoais e o sexo por correio eletrônico, e ampliam as alternativas ligadas às profissões. Além disso, na política, a Internet tornou-se um veículo de propaganda de campanha, de fóruns de debate controlados, e também um meio de interconexão para eleitores e simpatizantes.

Não raro, programas ou anúncios de televisão fornecem um endereço na Internet para fins de consulta ou discussão de idéias, ao mesmo tempo em que a comunicação computadorizada volta-se para certos eventos divulgados pela mídia ou uma propaganda política visando estabelecer uma linha eletrônica direta para cidadãos eventualmente interessados (CASTELLS, 1999a).

²⁶ Sobre a influência da mídia na educação ver os estudos de, Robert Ferguson (1999); Stephen Earl Bennett (1999); Lynn M. Kuzma (1998); G. David Garson (1998) e Jerome Young (1998).

Para Bill Gates (1997), existe uma oportunidade para melhorar o exercício político e a democracia devido ao avanço da tecnologia das comunicações, que permite encontrar informação da melhor forma sobre qualquer tema. Historicamente, os instrumentos de comunicação eram previamente programados, em sua maioria, pois o assunto deveria satisfazer milhões de pessoas.

As mudanças nas dinâmicas das autoridades eleitas e seus votantes mostram-se, por exemplo, quando há uma votação importante no Congresso. Pode-se saber rapidamente como votou o representante e o que disse sobre o tema. Cerca de 40% dos lugares de EUA têm computadores pessoais atualmente. Assim, essas pressões mediáticas dos eleitores são substanciais para incrementar a democracia direta.²⁷ No entanto, a democracia representativa é melhor, os representantes eleitos podem ser mais tenazes, pois se dedicam a tomar as melhores decisões e disponibilizar propostas (GATTES, 1997).

A comunidade eletrônica muda a comunidade nacional, porém não se podem eliminar todas as tarefas dos governos. Evidente que facilita a vida dos cidadãos que não precisam mais ficar em filas, bastando simplesmente conectar-se. Assim o governo pode ser menor do que é agora (GATES, 1997).

O custo da auto-suficiência tecnológica é o de superar o sentido tradicional de comunidade. Afinal, pode-se obter o que se necessita através da televisão ou telefone. Assim, perdem-se as formas de intercâmbio humano que mantêm os cidadãos no espaço público. Qualquer um pode manter contato com qualquer grupo cultural a que pertença por meio de mecanismos eletrônicos.

Quanto à variável mídia (informação e transparência), a pesquisa de Schmidt (2000, p. 205-6) aponta a importância que a televisão tem na vida dos jovens brasileiros. Entre os

²⁷ Nessa direção, o estudo de Kristy Magarey (1999), é ilustrativo quando aborda o uso de um sofisticado sistema de informação e infraestrutura de comunicação do governo e do parlamento australiano, o programa chama-se: *Parliamentary Internet Publishing Coordinating Group* e tornou-se poderosa fonte de informação para membros e senadores, abordam temas financeiros e administrativos entre outros.

entrevistados, 21,2% responderam que ficam mais de 5 horas à frente da televisão todos os dias, e outros 33,3% permanecem de 2 a 5 horas, 29,9% a assistem todos os dias, até 2 horas. O noticiário televisivo aparece como principal fonte de informação política: “cerca de 70% dos jovens da amostra se valem dele, seja freqüentemente (36,2%) ou às vezes (32,85), sendo que 15,8% o fazem raramente e apenas 10,5% nunca assistem”. Os artigos em jornais vêm em segundo lugar: “16,3% assinalam que lêem freqüentemente e 34,0% lêem, às vezes, matérias políticas, perfazendo mais de 50% da amostra”.

Na pesquisa de Nazzari (1995), a freqüência mais significativa está nos indicadores televisivos, como horário político, onde 75,7% assistem a estes e aos debates na TV, onde 62,9% também assistem a estes. Esses indicadores destacam a influência da mídia eletrônica na socialização dos adolescentes e seu potencial para fortalecer o capital social.

Pelo exposto, foi possível observar que os jovens estão insatisfeitos com a sociedade atual devido às mazelas sociais e à falta de perspectivas em relação ao futuro. A ausência de confiança em relação às instituições revela a fragilidade da democracia que, apesar de sua aceitação entre os entrevistados, não encontra respaldo na realidade. Estes fatores não propiciam o engajamento cívico nem a participação política e, nesta direção, não colaboram com a construção da cidadania no Brasil.

A televisão poderia contribuir para a elevação do capital social, mas está comprometida com as políticas que favorecem o mercado. No entanto, a cultura política dualista (a vontade de participar e falta de participação efetiva nas questões coletivas), aponta para abertura de importantes espaços para socialização política dos jovens por meio da disseminação de redes de informação. Isto leva a crer que, por meio da socialização política das redes interativas, os jovens, no futuro, poderão ampliar o capital social e participar de atividades políticas e de redes de solidariedade e confiança que fortaleçam o bem comum e o engajamento cívico.

Os países da América Latina foram afetados por estas transformações. No campo político,

apesar dos avanços promovidos pelo processo democrático, ainda se observa um crescente descontentamento e frustração da população com as novas democracias. Estas sugerem uma série de indagações teóricas sobre o futuro político e social dos países latino- americanos, bem como sobre as possibilidades de consolidação destes regimes na região.

Estes desafios geraram ansiedade e frustração nos jovens brasileiros que convivem com problemas sociais graves e têm de lutar para resolver problemas básicos. Além disso, mercado e mídia determinam padrões de comportamento que incentivam o consumo e o individualismo.

As questões conjunturais, que excluem a maior parte da sociedade do bem estar e do desenvolvimento econômico, aliadas às questões estruturais da cultura política brasileira, que levam à apatia em relação à política e ao descontentamento com as instituições democráticas, colocam um desafio aos estudiosos, no sentido de que descubram alternativas para a solução destas questões e para incrementar projetos que elevem os índices de capital social nas comunidades.

A contribuição da elevação dos índices de capital social, por meio da socialização política, pode potencializar, no futuro, cidadãos críticos, cooperativos e participativos nas questões coletivas, bem como pode fortalecer a confiança social e a interação entre cidadãos e instituições, ampliando a participação política e fortalecendo a democracia. A verificação, a análise e a comparação dos dados da relação entre os jovens brasileiros e o capital social está destacada nos próximos capítulos.

CAPITULO 3 FAMÍLIA E CAPITAL SOCIAL

O surgimento de uma nova estrutura social, a partir da terceira revolução chamada de pós-industrial e informacional, manifesta-se sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo planeta. Assim, as sociedades são estruturadas em processos de produção, experiência e poder historicamente determinados. As instituições sociais são constituídas para impor o cumprimento das relações de poder existentes em cada período delineado nos contratos e nas lutas pelo poder. “Esta nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, informacionalismo, historicamente moldada pela reestruturação do modo de produção capitalista, no fim do século XX” (CASTELLS, 1999, p.32-3).

A produção é organizada em relações de classes que definem o processo pelo qual alguns sujeitos humanos, com base em sua posição no processo produtivo, decidem a divisão e os empregos do produto em relação ao consumo e ao investimento. A experiência é estruturada pelo sexo/relações entre os sexos, historicamente organizada em torno da família e, até agora, caracterizada pelo domínio dos homens sobre as mulheres. As relações familiares e a sexualidade estruturam a personalidade e moldam a interação simbólica (CASTELLS, 1999, p.33).

O poder tem como base o monopólio da violência institucionalizado pelo Estado, chamado de microfísica do poder por Foucault, monopólio incorporado nas instituições e organizações difundidas em toda sociedade, encerrando os sujeitos numa estrutura rigorosa de deveres formais e agressões informais. “A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção” e no consumo produz,

“experiência e poder, (que) cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas” (CASTELLS, 1999, p.33).

No entanto, os avanços do mundo desenvolvido alteraram nos últimos dois séculos a composição da estrutura familiar e suas relações sociais. A ciência médica prolongou a vida e superou doenças, controlando os nascimentos e evitando os óbitos, questionando a determinação biológica dos papéis sociais e construindo o ciclo vital em torno de categorias sociais sob o triunfo da razão. As conquistas dos direitos sociais, a educação, o tempo de serviço, os padrões de carreiras e o direito à aposentadoria adquiriam extrema importância.

Segundo Castells (1999, p.472), “a sociedade em rede caracteriza-se pela ruptura do ritmo, ou biológico ou social, associado ao conceito de um ciclo de vida”. O controle da duração média de vida redefine a terceira idade, as aposentadorias e a reprodução humana embora com a resistência da marginalidade social e das crenças religiosas sobre maternidade planejada. Assim, “o desenvolvimento dos direitos produtivos alterou a estrutura demográfica e os ritmos biológicos de nossas sociedades em apenas duas décadas”.

A baixa natalidade, o adiamento do casamento e da reprodução, bem como dos estágios variáveis para mulheres terem filhos durante seu ciclo da vida, são conseqüências do esforço feminino de conciliar educação, trabalho, vida pessoal e filhos em um padrão decisório cada vez mais individualizado, junto com a crescente diversificação dos estilos de vida transformação da família.

As famílias representam um sistema dinâmico e, por isso, em constante transformação. Na abordagem da família como espaço de socialização, deve-se incluir, entre outras questões, o trabalho infante-juvenil, as condições de habitação, segurança, alimentação, esporte, lazer, educação, os direitos sexuais e reprodutivos, o uso de substâncias psicoativas e a violência. “A família é parte da comunidade constituída de outras famílias, que possui potenciais recursos a serem explorados” (ROCHA; TASSITANO e SANTANA, 2001, p.41).

O suprimento de todas essas necessidades, entretanto, deve estar inserido dentro de um plano mais amplo que é o da construção da cidadania, a partir da maximização do potencial dos membros da família até que se atinja a condição de família cidadã e, conseqüentemente, de uma comunidade saudável. O conjunto de várias famílias cidadãs determina uma comunidade saudável (ROCHA; TASSITANO e SANTANA, 2001, p.41).

Sabe-se que a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura, variando no decorrer da história e apresentando estruturas diversas até em uma mesma época e lugar. “A família apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo, de apoio e solidariedade. Mas apresenta, ao lado destes, aspectos negativos, como a imposição de normas e finalidades rígidas” (ROCHA; TASSITANO e SANTANA, 2001, p.41).

Assim, a família pode promover índices de capital social positivos, potencializando os sentimentos solidários, como pode ser propulsora da coação social, geradora de comportamentos autoritários e ambíguos.

As famílias brasileiras contemporâneas mantêm muitas nuances de uma cultura política com padrões autoritários, patriarcal e promotora ainda de desigualdade entre sexo e idade dos filhos. O processo de pauperização de nossa sociedade tem promovido a vulnerabilidade e a exclusão social de muitas famílias, levando à sua desestruturação, na busca da sobrevivência dos seus membros.

As questões levantadas acima, juntamente com a transformação da estrutura atual das famílias brasileiras, tais como a mudança na composição e nos tipos das agências socializadoras familiares, levam a um impacto na socialização dos jovens. Estes elementos são indispensáveis para o entendimento de como a família brasileira moderna pode estar ou não contribuindo para a construção do capital social, para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento social e econômico do país.

3.1 Indicadores de Capital Social

A relação entre socialização política e capital social é composta por três perspectivas: o comportamento individual, o contexto social e o componente institucional. A elevação dos índices de capital social da juventude brasileira depende da interação destes três pontos.

O primeiro ponto compreende os atributos pessoais de cada indivíduo, a quantidade e a qualidade das informações de que dispõe e o grau em que as incorpora ao seu cotidiano. O ponto social inclui o acesso aos meios de comunicação e à informação, à escolaridade e aos recursos materiais e culturais, inclui o sentimento de eficácia e participação política e inclui a consciência de cidadania, juntamente com seus componentes estruturais, como os direitos humanos, a qualidade de vida, o emprego e a inserção social, quesitos potenciais para ampliação dos espaços democráticos. “O componente institucional é desenhado pela execução de políticas e programas internacionais, nacionais e regionais de inserção da juventude nos projetos de desenvolvimento dos países, por meio de recursos e incentivos à ampla participação política e organização social” (RUA e ABRAMOVAY, 2001, p 80-1).

Cada um destes eixos tem problemas para serem enfrentados. Em relação ao comportamento individual do jovem, observa-se um período de indefinição de identidade com conflitos entre a razão e sentimentos, gerando indecisão. Os problemas de cunho social em relação à juventude são a moda, as pressões grupais, a necessidade de afirmação perante os amigos e o grupo, a dependência econômica dos pais, a frágil consciência de cidadania e a falta de solidariedade delineada pela cultura que favorece o individualismo. Os problemas institucionais que se referem ao tema são a incompetência das instituições responsáveis para fazer projetos eficientes para inclusão dos jovens na vida social e política do País, por um lado, e a falta de organização e representação política da juventude, que não é socializada para

o convívio coletivo, mas para adquirir capital humano apenas para ascensão profissional no mercado de trabalho. Estes problemas colaboram para ampliar as desigualdades sociais e diminuir os laços sociais de solidariedade e confiança, quesitos necessários para ampliação do capital social e desenvolvimento de uma nação.

Para enfrentar estas questões é necessário o empoderamento (*empowerment*) dos jovens por meio da socialização política, com informação, rompimento de estruturas culturais autoritárias e alternativas para os jovens serem incluídos na sociedade e ampliando os espaços democráticos.

A influência dos grupos de referência, no êxito da inserção dos jovens na sociedade atual, remetem à evidência de que fatores de socialização influenciam na área política, econômica e social. Os impactos das mudanças sociais podem indicar algumas modificações nas atitudes e comportamentos dos jovens.

A história tem conceitos para compreender a significação de atitudes atuais, pois ela revela a característica de uma representação coletiva. Para compreender a estrutura de poder e autoridade utiliza-se o conceito de *representação social*, de Moscovici (1978), extraído da *psicologia social*, com representações sociais para descobrir a sua estrutura e os seus mecanismos internos.

O conceito de *representação social* é definido por Guareschi (1993), como sendo a modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos, tendo em vista a plasticidade, mobilidade e circulação das representações contemporâneas emergentes, como fenômenos que devem ser eles próprios explicados (NAZZARI, 2002, p.112).

As diversas mudanças nas representações sociais contemporâneas influenciam a socialização política dos jovens. Por isso é preciso propor alternativas viáveis para inserção dos mesmos na sociedade visando à ampliação dos espaços democráticos.

O capital social é a alternativa viável para promover a cidadania, dotando os jovens de sentimentos de confiança nas pessoas e instituições que, por sua vez, poderão potencializar as redes de cooperação na comunidade e levando à ampliação da participação política efetiva, elementos necessários para a consolidação democrática. Tendo em vista estas questões, buscase aqui entender o perfil do jovem brasileiro, a fim de detectar suas contradições, para desenhar no futuro um país mais digno e cidadão.

3.1.1 Perfil da população

Determinadas variáveis são consideradas no presente capítulo da caracterização do perfil da amostra, tais como religião, idade, sexo, classe social, escolaridade dos pais, escola pública e privada, capital e interior, analisadas posteriormente nos cruzamentos com os conceitos de confiança, cooperação e participação, principais variáveis do capital social.

As diferenças de idade, sexo e classe social, entre outras, são contraídas num momento e região determinados conforme a “paisagem social”. No início, os adolescentes tendem a modelar sua conduta baseando-se na visão de seus pais. Isso não quer dizer, no entanto, que na idade adulta esse comportamento subsistirá para auxiliar na aquisição de novas atitudes e intenções (HIMMELWEIT, 1983, p.281).

Assim, segundo Kelman (1974), “existe uma interação permanente entre as atitudes e o comportamento”. A controvérsia entre a estabilidade ou mudança nos comportamentos depende da rápida evolução das várias sociedades. E, será oportuna analisar a controvérsia a partir da hipótese de que as pessoas recebem novas influências, partido-se do exame das condições que promovam certas aberturas nas relações sociais, econômicas e políticas (HIMMELWEIT, 1983, p.281-2).

Para tal, inicialmente, busca-se compreender o conceito de juventude como categoria de análise historicamente construída. A juventude é um produto de uma construção social e cultural, sendo inútil qualquer tentativa de buscar indicadores estáveis para tentar a sua caracterização e delimitação no interior de fronteiras fixas. “Ela é um período da vida situado entre a infância e a vida adulta e que expressa todas as ambigüidades de um tempo marcado pela busca da maturidade e identidade sexual, as incertezas de assumir novos papéis sociais, posicionar-se ante a estrutura social e de poder de sua sociedade” (COSTA, 2000, p.92).

Nesta direção, Sposito (2002, p.7) evidencia as dificuldades presentes nos estudos sobre o tema, pois a própria definição da categoria juventude é considerada “epistemologicamente imprecisa,” na medida em que os critérios que constituem os jovens enquanto sujeitos são históricos e culturais. “A juventude é uma condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação”, conforme Peralva (1997) (citado por SPOSITO, 2002, p.8). Assim, “os estudos podem ser também investigados a partir do modo peculiar como construíram seu arcabouço teórico sobre a condição juvenil”. Um esforço de sistematização aponta para dois grandes blocos que indicam a construção social do campo de estudos:

O primeiro compreenderia os trabalhos que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase da vida, com ênfase nos aspectos geracionais; para outros, a temática estaria subsumida no interior de outras

dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, sobretudo aqueles derivados das diferentes situações de classe (SPOSITO, 2002, p.8).

O debate sociológico a partir da década de 60 sobre o conceito de juventude buscava saber se a mesma existe como grupo social relativamente homogêneo ou se é apenas uma palavra (BOURDIEU, 1980). Para alguns, tal como Morin (1986), “a juventude existiria como um grupo de idade identificado aos modelos culturais das sociedades de massas”, para outros, como Chamboredon (1985), a “juventude como categoria estaria dissolvida em uma inerente diversidade recoberta pelas múltiplas classes sociais”. Por sua vez, para Dubet (1996), “a experiência de um momento de vida é construída em torno da formação moderna de um mundo juvenil relativamente autônomo e, ao mesmo tempo, como momento de distribuição dos indivíduos na estrutura social” (citados por SPOSITO, 2002, p.8).

Segundo Attias-Donfut (1996), três eixos assinalam uma perspectiva multidirecional da juventude: 1) período da juventude como etapa de vida do indivíduo; 2) a juventude nas relações de geração, filiação e reconhecimento da distribuição social; e 3) a formação de agregados sociais, “nas origens dos movimentos sociais ou formas específicas de ações e expressões, suscetíveis de exercer uma influência na sociedade” (SPOSITO, 2002, p.8).

Embora se concorde, na maioria dos estudos sobre a juventude, sobre a sua condição de transitoriedade, “da heteronomia da criança para a autonomia do adulto”, o modo como se dá essa passagem, sua duração e características têm variado nos processos concretos analisados nos estudos. A crítica deve-se ao sentido de transitoriedade como indeterminação da juventude. Primeiro, a transição deixaria um hiato entre as crianças e os adultos, desqualificando um período amplo e importante da vida da pessoa, por ver a fase adulta como estática. Segundo, a idéia de “uma necessária subordinação dessa fase à vida adulta,

referência normativa caracterizada pela estabilidade em contraste com a juventude”, ou seja, “período das instabilidades e das crises emocionais”, no entanto sabe-se que as condições vivenciadas na atualidade “se inscrevem na insegurança, na turbulência e na transitoriedade” da própria vida humana (SPOSITO, 2002, p.8-9).

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda [...] Os estudos de feitiço psicológico tendem a privilegiar os aspectos negativos da adolescência, sua instabilidade, irreverência, insegurança e revolta. A Sociologia ora investe nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentua a dimensão negativa dos ‘problemas sociais’ e do desvio (SPOSITO, 2002, p.8-9).

Na sociedade moderna, industrializada, individualista, o rito de passagem da infância para a idade adulta não é mais um ritual coletivo como na Antigüidade, que reinscrevia o indivíduo no interior de sua comunidade nas provas de vida ou morte. A ordália, como é chamado o rito de passagem, deixa de ser um ritual coletivo para ser um rito de passagem individual, uma solicitação íntima, pessoal, ante a estrutura do inconsciente. Ignorando a demanda inconsciente e os laços com a comunidade, os jovens vão para uma busca, com riscos que podem ser mortais para encontrar o sentido da vida, de identidade e afirmação. “E, reencontram o prazer de viver apartado de qualquer rito coletivo, na aventura e perigo dos espaços sociais diversos encontram o prazer e a adrenalina longe dos laços comunitários” (COSTA, 2000, p. 93).

A emergência de uma cultura juvenil inicialmente nas economias desenvolvidas dos países industrializados e, posteriormente, mundializada para os demais pontos do planeta, deveu-se à formação e consolidação da sociedade de massas e à indústria cultural, principalmente no

caso dos Estados Unidos. No cinema, nos heróis, inovações no lazer, consumo, formas revolucionárias de costumes determinam ampla transformação social (MORIN, 1986).

Os rituais coletivos que permitem à sociedade lidar com seus jovens, podem ser impedidos pela forma marginal da desigualdade social, cultural e econômica rompe com valores da sociedade tradicional. No Brasil, na década de 60 do século XX, a imprensa sempre colaborou para desenhar a figura do jovem e adolescente pobre tido como bandido, ou delinqüente e perigoso, e que pode sofrer as sanções possíveis, enquanto os filhos dos setores mais abastados eram considerados doentes, ou como juventude rebelde e transviada, que se chocavam com a moral de seus pais, e recebiam, por parte das autoridades, tratamento bem diferenciado daquele dos setores marginalizados. A imprensa também ajudou a construir a figura do *playboy* e de seus bandos usando roupas de marca, violando a lei às vezes com gravidade, voando pelas ruas com seus carros “roleta-paulista”, mesma prática suicida da “roleta-russa”. É a expressão da ordália moderna deixando o acaso decidisse pela vida das outras pessoas. A juventude rica tinha dinheiro para consumir droga e até cometiam homicídios cruéis, com brincadeiras como atear fogo em mendigos. Isso antecipou uma vertente moderna da violência urbana - a que é movida pelo prazer da crueldade (COSTA, 2000, p.100-5).²⁸

Assim, vista sob a ótica dos comportamentos éticos e culturais, nos anos 60 a juventude era tida como um “problema”, ou melhor, “como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações”. Quase transformada em categoria econômica, nos anos 70, os “problemas” de emprego e preparação para o mercado de trabalho foram prioritários nos estudos sobre os jovens (SPOSITO, 2002 p.9).

²⁸ Jakowski (1992) realiza um estudo sobre as gangues nos EUA e verifica um aprofundamento do tema nos anos 60 pela influência da sociologia norte-americana desde o início dos anos 20, com a escola de Chicago. Neste momento, a atenção dos pesquisadores voltava-se para os movimentos de contracultura e para as manifestações estudantis.

A partir da década de 80, as pesquisas sobre gangues ocupam o interesse dos pesquisadores nos EUA, não só em virtude do decréscimo das manifestações anteriores, mas principalmente devido à ascendente escala da violência juvenil. Assim, a influência das conjunturas históricas e dos processos sociais faz-se sentir em todos os países. Existe uma preocupação crescente nos países em desenvolvimento em relação à delinquência juvenil.

As trajetórias juvenis, em função de classe, sexo ou etnia, concretizam-se de forma diferenciada no interior de uma dada sociedade, e na maturidade as múltiplas formas de inserção na estrutura social. Os jovens irrompem na sociedade moderna com a ânsia de serem notados, levados em conta e desejosos de contestar as normas sociais. Nesta tentativa de afirmação de si mesmos, ultrapassam os limites pela busca do sentido da vida.

Segundo Sposito (2002, p.10), para a fixação de critérios de classificação, além da delimitação da faixa etária, “foi preciso considerar as condições sociais em que se opera o desenvolvimento dos ciclos de vida em sociedades como a brasileira”.²⁹ Seguindo as orientações demográficas (BRASIL e CNPD, 1998), o amplo conjunto denominado juventude inclui os segmentos etários que vão de 15 a 24 anos. As diferenças de tratamentos dos dados do ponto de vista sociodemográfico levam a uma certa flexibilidade, mediante a incorporação da população com a idade de 29 anos, como em alguns países europeus, observada por Bauby e Gerber (1996) (citados por SPOSITO, 2002, p.10).

Esse alongamento tem sido tratado como um desafio para a investigação, revelador de uma nova fase – a pós-adolescência que estaria configurando um período de latência ou de moratória social, pois o jovem, ao concluir sua escolaridade, não consegue se inserir nas atividades profissionais do mercado de trabalho formal (CHAMBOREDON, 1985; MUXEL 1994 citados por SPOSITO, 2002, p.10).

²⁹ O conceito ciclo de vida pode ser contraditório, porque sugere a determinação natural das etapas da vida “e o caráter universal homogêneo e estável de seu conteúdo”, segundo Chamboredon (1985) (citado por SPOSITO, 2002, p.10).

No entanto, para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, uma vez que certas características de autonomia e inserção em atividades do mundo do trabalho, típicas da fase de transição da situação de dependência da criança para a autonomia do adulto, tornam-se o horizonte imediato para amplos setores da população, os pobres e excluídos. A superação da visão estática em relação ao período da juventude observada pelos processos históricos significa, para Galland (1991), que a entrada na vida adulta requer a passagem por três etapas importantes, “delimitadas pela família de origem, pela entrada na vida profissional e pela formação de um casal” (SPOSITO, 2002, p.10). Segundo Galland,

Os segmentos operários eram caracterizados, no início do século, pela instantaneidade da passagem da infância à vida adulta e pela concordância necessária dessas três etapas. Em oposição, o modelo burguês delineava-se pela idéia do ‘diletantismo’, que possibilitava adiar o momento e as etapas definitivas da entrada na vida adulta, sem renunciar, no entanto, a conhecer certas formas de independência (SPOSITO, 2002, p.10).

As transformações ao longo do século XX ampliaram o acesso à informação, escolaridade e condições de trabalho de novos segmentos sociais, sem significar a ruptura com o modelo familiar e escolar, mas exigiu novas modalidades de compreensão para a passagem, sobretudo nas sociedades urbanizadas tanto centrais quanto periféricas. “Chamboredon (1985) propõe assim, a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas da entrada na vida adulta”. Merecem destaque as áreas da sexualidade dissociada das funções reprodutivas, a habilitação profissional oferecida por algumas escolas sem o ingresso imediato no mercado de trabalho, as diferenças de classe, raça, gênero e as variações nas diferentes regiões urbana e rural (SPOSITO, 2002, p.10-11).

A ampliação da flexibilidade e a desregulamentação dos ritos de passagem tradicionais das crianças para os adultos nas várias esferas do mundo social provocaram um alongamento do processo de transição na modernidade. Assim, além do critério etário, recorre-se a procedimentos que incorporem os “usos associados, ainda que, indiretamente, à noção de juventude”. Num sentido mais amplo, pode-se “considerar a juventude como um momento do percurso de vida capaz de reter sua peculiar forma de vivê-lo e menos como mera etapa preparatória para a vida adulta”. Neste sentido, “não se trata de uma simples extensão da duração desta fase, mas de um processo de reestruturação e recomposição dos atributos sociais da juventude e das formas de inserção da maturidade nas sociedades modernas” segundo Chamboredon (citado por SPOSITO, 2002, p.11).

Nesta direção, na aproximação do fenômeno em questão, seus recortes principais e, se possível, suas relações com os processos históricos, poderão apresentar elementos para a análise da juventude brasileira nos últimos anos, como objeto de investigação.

Para tal, foram entrevistados 2.119 adolescentes, em duas cidades pertencentes ao Estado do Paraná (Curitiba e Cascavel). De acordo com o planejamento feito, foram aplicados 52,9% dos questionários na capital e 47,1% no interior do Estado. A faixa etária dos jovens se distribui assim: de 11 a 15 anos, 56,9%; de 16 a 18 anos, 36,2%; de 19 a 21 anos, 5,3%; e acima de 21 anos, 1,6% dos entrevistados.

Na distribuição dos jovens por sexo, verifica-se que a maioria dos estudantes entrevistados é constituída por mulheres (53,3%) e a minoria por homens (46,7%). Os questionários foram aplicados num total de 50 escolas (36 públicas e 14 privadas), conforme dados fornecidos pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

A maioria dos entrevistados nasceu em Curitiba (42,3%), em Cascavel (23,1%), nas demais cidades do interior do Estado (21,6%), em outros estados (11,9%), outro país (0,3%) e não sabem ou não responderam (0,8%).

Assim, pretende-se em consonância com as transformações sociais, apreender, nas pesquisas sobre socialização política da juventude, o caráter desordenado que esta fase da vida transparece, buscando-se, por meio de informações nas escolas, verificar como a juventude moderna vem incorporando crenças e valores que permitam a elevação dos índices de capital social no Brasil.

Sabe-se que além da família, da escola e da mídia existem outras formas de socialização, uma das mais importantes na atualidade por ser promotora de eventos comunitários e associativos é a religião. Neste contexto, o próximo item analisa a relação da juventude com a religião. Apesar das críticas a algumas correntes religiosas exploradoras da fé e da boa vontade das pessoas, a religião continua apresentando-se como um elemento indispensável no sentido de fornecer, aos jovens, crenças e valores aliados ao desenvolvimento da espiritualidade e para a formação do caráter, convocando à convivência numa sociedade solidária, e possibilitando a ampliação do capital social nos seus grupos e associações.

3.1.2 Religião e capital social dos jovens

Um componente de destaque na formação do capital social é a transmissão de valores e crenças religiosas. Por isso, segundo Bourdieu (1987, p.70), “a igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem”, e contribuição da ordem simbólica. A função social da religião pode ser entendida como portadora de esperança para aliviar as mazelas humanas e como justificativa para os ocupantes de uma posição na escala social. “As demandas religiosas tendem a organizar-se

em torno de dois tipos” de situações sociais; “as demandas de legitimação da ordem estabelecida próprias das classes privilegiadas, e as demandas de compensação próprias das classes desfavorecidas (religiões de salvação)” (BOURDIEU, 1987, p. 86).

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem (BOURDIEU, 1987, p.69).

As maiores religiões do mundo são budismo, hinduísmo, cristianismo e islamismo. Um grande sistema cultural como o confucionismo é exemplo de crença religiosa que transmite a socialização envolvendo muito mais o hábito que a razão. Em outras palavras, “depende do significado da tradição e normas que conduzem a um ótimo social que pode persistir por longos períodos de tempo” (FUKUYAMA, 1999, p. 10).

A possibilidade de tentar explicações econômicas ou racionais para as religiões e fenômenos culturais e de encontrar uma grande teoria para o comportamento social baseado na escolha racional esbarra em explicações reducionistas, pois cada momento histórico incorpora novas mudanças de gênios, acidentes ou criatividade que não podem ser explanados em termos de condições prioritárias. “Max Weber, acatando Marx argüiu que a superestrutura cultural atualmente produz a infraestrutura econômica”. O autor observou que os valores morais inculcados pelas novas explicações da religiosidade são os que fazem o moderno capitalismo possível, e particularmente o fato de que as virtudes da honestidade e da reciprocidade agora têm sido praticadas além da família (FUKUYAMA, 1999, p.10).

De qualquer modo, a religião é um fator de desenvolvimento econômico. Uma das importantes revoluções culturais da era moderna até hoje foi a conversão de parte do catolicismo para o protestantismo e, posteriormente, o desdobramento em evangélicos e mórmons. Este processo, baseado em observações empíricas, teve efeitos já nas próximas duas gerações subseqüentes, produzindo efeitos sociais nas comunidades pobres onde ocorreu. Segundo Weber, a conversão do puritanismo para o protestantismo levou ao crescimento dos rendimentos, dos níveis de educação, da higiene, e expansão das redes sociais.

Se por um lado, a religião pode ser vista como um processo burocrático da manipulação dos bens de salvação com características simbólicas e de interesses econômicos, principalmente de legitimação da ordem vigente de classes sociais, por outro lado, incentiva a solidariedade e a cooperação entre os membros, favorecendo as atividades voluntárias, que envolvem elementos de confiança e participação em associações e organizações comunitárias. Nesta direção, a Figura 1 abaixo, verifica as opções de religião dos entrevistados deste estudo:

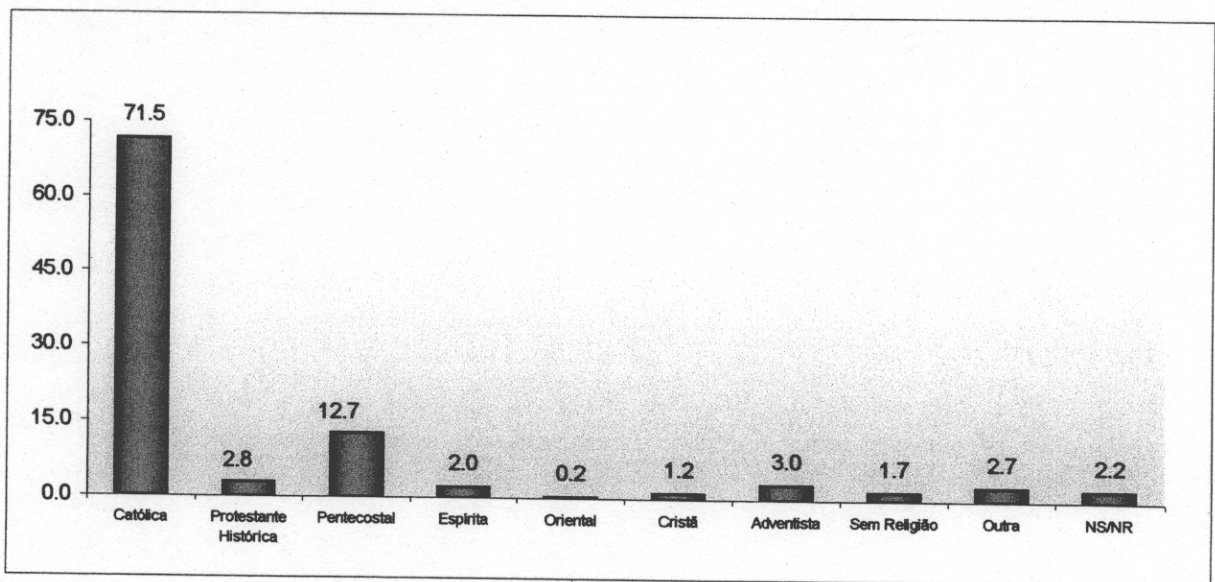


Figura 1 - Religião

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Os católicos representam 71,5%; os pentecostais, 12,7%; os espíritas, 2,0%; protestantes históricos, 2,8%; cristã, 1,2%; sem religião, 3,0%; adventista, 1,7%; oriental, 0,2%; outra, 2,7% e NS/NR, 2,2%. Estes índices coincidem com os dados do IBGE (2002) sobre a realidade brasileira, da maioria católica. Porém os índices de não praticantes regulares demonstram um sincretismo religioso. Assim, quando cruzados os dados sobre a prática religiosa, observa-se que, quanto à prática, 68,8% se dizem praticantes, enquanto 29,5% dizem que não e 1,7% NS/NR. Destes os que apontam para maior sincretismo religioso são os católicos. Todavia não foram detectados índices de sincretismo religioso nas religiões oriental, adventista e nas demais religiões.

Não obstante a importância da religião para o capital social, sabe-se que parte da experiência histórica pode também configurar normas e produzir capital social. Isto ocorreu com os conflitos trabalhistas na Alemanha e Japão nas décadas de 1920 e 1930, conflitos reprimidos pelo nazismo e o militarismo, respectivamente. Depois da derrota desses países na Segunda Guerra Mundial, os sucessivos regimes democráticos optaram por uma abordagem mais consensual nas relações de trabalho do pós-guerra e ampliaram os níveis de emprego. Assim, “o retorno do crescimento do pós-guerra constituiu-se em formas de capital social” (FUKUYAMA, 1999, p. 10).

Além das questões culturais, religiosas, históricas e econômicas, a tarefa de transmissão de conhecimento, normas de comportamento e valores do grupo, dos pais aos filhos, se dá por meio da linguagem e do exemplo dos pais e seus descendentes, seguindo um modelo de comportamento, ou de educação, equivalente ao conceito de *habitus* de Bourdieu (1993). “É a inclusão dos filhos num espaço de conhecimentos adquiridos e um haver, um capital, é a disposição incorporada para um modo de vida” (GAVIRIA, 1997, p.50).

Esse modelo de comportamento é que define o papel social dos jovens na sociedade e as suas idéias sobre as relações com a família e educação. Neste sentido, a experiência e a

escolaridade dos pais tem grande influência no capital humano dos filhos, capital que, por sua vez, desenha potenciais de ampliação também de capital social para ambos, devido ao rompimento com preconceitos culturais e passagem para um conhecimento mais aprimorado da realidade social (COLEMAN, 1988).

Quanto à idade do pai, a maioria está entre 37 a 52 anos, e da mãe de 34 a 47 anos, o que confirma as evidências de que as pessoas estão tendo filhos com idades mais avançadas nas sociedades modernas. Acredita-se que a experiência e a idade podem exercer um papel fundamental na socialização política dos jovens, e na orientação dos jovens para ampliar os índices de capital social.

Na sociedade moderna ocorrem inúmeras mutações na vida social dos jovens. Em função das transformações econômicas, da divisão social do trabalho e mudanças no papel do Estado, configura-se uma nova realidade social e cultural. Observam-se, na forma como a família se organiza e estrutura, alterações no processo de transmissão de normas, valores, processo de socialização e construção da identidade. Está sendo observado um acesso diferenciado ao consumo de bens e serviços e há novas exigências para o processo educacional e para o capital humano, na passagem da infância para a vida adulta.

Neste sentido, observa-se que é crescente o investimento em capital humano devido às amplas demandas de qualificação dos trabalhadores. Assim, a educação dos jovens cada vez mais é direcionada para a aquisição deste capital. E, colabora para isto, a escolaridade e o capital humano dos pais.

3.1.3. O capital humano na família

Enquanto o capital humano é produto de ações individuais em busca de aprendizado e aperfeiçoamento e foi derivado de uma espécie de ideologia da acumulação flexível preparando mudanças para as relações do trabalho, o capital social se fundamenta nas relações entre atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações, internas e externas. Assim, o capital social favorece o funcionamento de normas e sanções consentidas, ressaltando os interesses coletivos e descarta os controles e relações patrimonialistas. “Enquanto as vias convencionais de formar capital humano estimulam o individualismo, a construção de capital social repercute favoravelmente na coesão da família, da comunidade e na sociedade” (RATTNER, 2003, p. 3).

Como a estrutura de distribuição do capital cultural não corresponde exatamente à estrutura do capital econômico e político, a autonomia relativa de que dispõe o mercado escolar só parece justificar a ideologia do mérito segundo a qual a justiça escolar forneceria uma espécie de recurso ou revanche àqueles que não possuem outro instrumento a não ser sua ‘inteligência’ ou seu ‘mérito’, quando se quer ignorar, de um lado, que a ‘inteligência’ ou a boa vontade escolar representam tão-somente uma forma particular de capital – que vem juntar-se, na maioria dos casos, à posse do capital econômico e do capital correlato de poder e de relações sociais -, e de outro lado, que os detentores do capital econômico têm mais chances (em comparação com os que não possuem) de deter também o capital cultural e, por assim dizer, de poder dispensá-lo, pois o título escolar constitui moeda fraca cujo valor total só se faz sentir no limites do mercado escolar (BOURDIEU, 1987, p. 334).

Evidências empíricas demonstram que possivelmente há uma correlação forte e positiva entre as variáveis que caracterizam os capitais humano, cultural e social, bem como a influência dos mesmos no desenvolvimento das comunidades.

Neste sentido, nas regiões onde as pessoas possuem maior grau de escolaridade também há

uma maior concentração de associações e cooperativas e são consideradas regiões mais desenvolvidas. Colaboram, para essas mudanças no perfil da juventude, os níveis de escolaridade de seus familiares, neste tópico, do pai e da mãe. Assim, em relação ao grau de instrução dos pais, observam-se os dados das Tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela I Grau de instrução dos pais - 1995

	PAI	MÃE		
1. Não tem	5,9	7,5		
2. I Grau incompl.	24,5	22,5	PAI:	41,1%
3. I Grau compl.	10,7	17,0	MÃE:	47,0%
4. II Grau incompl.	5,5	6,7		
5. II Grau compl.	14,6	12,6		
6. Univ. incompl.	3,7	5,5	PAI:	52,4%
7. Univ. compl.	28,6	23,5	MÃE:	48,3%
8. NS/NR	6,5	4,7		
TOTAL	100,0	100,0		

Fonte: NAZZARI (1995).

Tabela 2 Grau de instrução dos pais - 2002

	PAI	MÃE		
1. Não tem	4,2	5,3		
2. I Grau incompl.	24,0	26,3	PAI:	36,5
3. I Grau compl.	8,3	9,2	MÃE:	40,8
4. II Grau incompl.	7,2	7,9		
5. II Grau compl.	18,0	20,6		
6. Univ. incompl.	4,7	5,1	PAI:	47,5
7. Univ. compl.	17,6	15,3	MÃE:	48,9
8. NS/NR	16,0	10,3		
TOTAL	100,0	100,0		

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Em ambas as Tabelas 1 e 2 nota-se que os indivíduos que possuem instrução de II grau para cima ultrapassam os que têm instrução ou que tem apenas o primeiro grau, o que evidencia serem os jovens da amostra oriundos, predominantemente, dos estratos médios e altos da população. Ampliaram-se as respostas no II Grau completo, porém o Universitário completo diminuiu. Neste sentido, percebe-se uma contradição devido à crescente expansão das

instituições de ensino superior em todo país. Assim, não houve democratização para o acesso universitário aos pais de família, os índices demonstraram-se positivos na comparação dos dados das pesquisas apenas em relação ao ensino Fundamental.

A escolaridade é uma das variáveis mais fundamentais nos estudos de socialização política. A ela costumam estar associadas proporcionalmente maiores níveis de informação política, adesão à democracia e participação política, elementos necessários para a elevação dos índices de capital social nas comunidades. A escolaridade dos familiares influencia na construção da cidadania da juventude. O estudo de Lipset (citado por NAZZARI, 1995, p.123), “evidencia que os indivíduos de menor qualificação profissional tendem a ser mais autoritários do que os indivíduos de maior qualificação”. Nessa direção, observa pouca alteração longitudinal em relação à pesquisa anterior no quesito escolaridade dos pais.

Nesta direção, observa-se nas Tabelas 1 e 2 acima que 24% dos pais e 26% das mães têm o Primeiro Grau incompleto. Com segundo Grau completo e universitário completo mostram-se 18 % e 18% dos pais e 21% e 15 % das mães. Neste sentido, verifica-se uma ampliação nos níveis de escolarização da família, o que pode refletir num acréscimo nos índices de confiança e participação política dos jovens por meio da socialização política na família.

A revisão dos estudos de socialização política ressalta a importância das primeiras experiências das crianças nas relações familiares. As experiências das crianças e adolescentes são mais formativas e influenciam na vida adulta, formando adultos mais cooperativos e participativos da vida política. A participação nas esferas de decisão funciona como um aprendizado para a vida adulta.

Or as Paul Witeley (1999, p.41-42) puts it:

individual values [...] which can only be explained effectively by socialization processes within the family and in early adulthood experiences, play a more important role in creating social capital than does face-to-face interaction within organizations (STOLLE e HOOGHE, 2002, p.6).

Nesse sentido, o capital social está na agenda das pesquisas de socialização política porque potencializa e influencia as atitudes e comportamentos cívicos na vida adulta. Assim, os códigos de valores do capital social podem ser adquiridos cedo na vida e a reciprocidade é um elemento essencial para o desenvolvimento moral da criança, segundo Piaget (1983).

O senso de reciprocidade pode ser incentivado nas crianças até os doze anos de idade, portanto tem influência decisiva da família. A disposição dos índices sobre o poder de decisão permite verificar a tendência a ampliação da democracia ou, ao contrário do autoritarismo dentro da família, o que pode alimentar o senso de reciprocidade e cooperação na sociedade.

3.1.4. O capital social na família

Um círculo de socialização virtuoso aciona os mecanismos necessários para a ampliação da cidadania entre os jovens. Em primeira instância, é no seio familiar que os jovens aprendem a desenvolver um sentimento de eficácia política, isto é, exercitando sua participação nas esferas de decisão incentivada pela confiança social e ampliação dos estoques de capital social.

A família, instituição social básica de integração social, também é a principal beneficiada por programas culturais, que reforçam os vínculos afetivos e espirituais que contribuem para a

melhoria do rendimento escolar dos adolescentes no desenvolvimento de sua inteligência emocional e criativa, incluindo questões de higiene e saúde.

A família é, sem dúvida, a mais importante instituição de vida interpessoal. E tem mudado dramaticamente os caminhos que afetam as experiências interpessoais dos adolescentes e a formação para a vida adulta. Os estudos apontam para uma “desintegração da família”, segundo Prasad citado por Larson, et al. (2002, p.33). Assim, analisa-se o aspecto positivo e negativo destas modificações e assinalam-se algumas tendências.

Segundo Larson, et al. (2002, p.33), na atualidade houve e há mudanças significativas nos tipos e composição das estruturas familiares. Elas se tornaram menores. Foi renovada a extensão familiar com as separações entre casais. Aumentou também a diversidade das formas de famílias improvisadas e transitórias. Aumentou o número de mulheres arrimos de família, bem como ampliou-se o número de órfãos e adolescentes desamparados.

Em relação à conexão com outras instituições, por um lado, foram reduzidos os elos entre a família e as redes comunitárias pela acelerada urbanização e mobilidade familiar. Por outro lado, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho ampliou a necessidade de incremento do capital social com a expansão de escolas e creches comunitárias, que servem de apoio e instrumental para papéis antes desempenhados apenas pelos pais aos filhos.

Com relação ao casamento, observa-se que as pessoas optam pela formação da família depois da meia idade. Ampliaram-se as relações conjugais entre parentes devido à certeza da expectativa na qualidade emocional nas relações matrimoniais. E aumentou a flexibilidade de negociação nas regras entre maridos e mulheres, com persistentes diferenças de contribuições nas tarefas e afetos das crianças, reflexos também dos aperfeiçoamentos legais.

Todas estas questões abordadas acima se refletiram em mudanças nas relações entre pais e filhos. Os pais ampliaram seus investimentos nos filhos, elevando o investimento de tempo e

energia emocional dos mesmos. Os pais estão menos autoritários e adotam um estilo mais receptivo na família. Melhorou também a igualdade de tratamento entre meninas e meninos, diminuindo as distâncias e ampliando o diálogo entre os pais e os adolescentes. No entanto, as mudanças verificadas nas relações familiares não conseguiram acabar com a violência familiar que persiste sobre as crianças.

Em seu estudo comparativo sobre as experiências interpessoais dos adolescentes e seu preparo para o futuro em diversos países, os estudiosos Larson, et al. (2002, p.35), concluíram que, em geral, houve mudanças importantes das famílias tradicionais para as modernas. Pois diminuiu a quantidade de membros e existe maior diversidade na estrutura familiar atual, assim:

These trends are expected to persist in Western nations and became more prevalent in parts of the world where traditional family norms are being relaxed and eroded. Families can also be expected to develop new adaptations to these changing family forms. For example, communication technology is likely to provide new opportunities for adolescents to maintain connection to extended family and nonresident parents, and 'family' may be less defined by co residence than in the past (BERTRAM citado por LARSON; et al., 2002, p.35).

As famílias rurais têm restrições de oportunidades por manter uma conexão maior e acordos de confiança com sua comunidade mais próxima e homogênea. Já a família urbana mantém redes heterogêneas com diversos setores da sociedade, e adota mais mobilidade de estilo de vida. Não obstante suas atividades econômicas, controle sobre os filhos e suporte de outras instituições que evidencia a fugacidade e flexibilidade de suas relações sociais, a família urbana possui potencial mais amplo e plural nas suas relações e nas redes de capital social que a família rural (PUTNAM, 2000).

Devido à sua mobilidade e instabilidade residencial por necessidades de trabalho, as famílias

pobres parecem possuir menor coesão social com seus vizinhos. Além disso, “há maior heterogeneidade étnica e menor regulação no comportamento dos adolescentes e menor capital social em suas comunidades”, segundo Brooks-Gunn, Duncan, e Aber, (1997); Tinker, (1997) citados nos estudos de (LARSON, et al., 2002, p. 36).

Os pais investem mais dinheiro na educação dos filhos. Paradoxalmente, no dia-a-dia, a convivência diminuiu e os pais estão menos envolvidos na educação direta das crianças e dos jovens. No entanto, a estrutura familiar permanece como principal fonte de apoio para os mesmos.

Para os jovens participantes do Enem (2001, p.45), “o círculo imediato da família e dos amigos constituem o mais importante recurso de convivência, apoio e orientação”. Assim, observou-se que, para 65% destes jovens, estar com a família, está em primeiro lugar no conjunto de atividades às quais se dedicam. “É com a família, pais, irmãos ou filhos, que mais da metade dos participantes (52,2%) passa seu tempo livre. É a família (84,1%) que os jovens mais procuram para resolver seus problemas; em seguida vêm os amigos (78,9%) e a orientação em livros (43,8%)”.

Observou Nazzari (1995, p.133) que em relação aos valores transmitidos no quesito confiança social, a percepção dos jovens sobre a opinião dos pais aponta para 26,8% que concordam que não se pode confiar em ninguém; concordam pouco, com 33,7%; discordam muito, 25,2%; e discordam pouco, 9,9%. Percebem-se os baixos índices de capital social, pois apenas 25,2% discordam muito e 9,9% discordam pouco com a afirmação de que a gente não pode confiar em ninguém. Na ocasião, observou-se que os pais não transmitiam aos seus filhos valores que incentivassem a confiança, necessária para a elevação dos índices de capital social em nível micro e macro. Assim, procurou-se observar se estão havendo alterações em relação à confiança que potencializa a participação nas esferas de poder de decisões, inicialmente no seio familiar e posteriormente em nível local, regional e nacional.

Neste sentido, observam-se os dados das pesquisas anteriores. Primeiro, a desenvolvida por Nazzari (1995, p.118-9), onde foi detectado que tanto o pai como a mãe representa o poder no grupo familiar. Ambos, o pai e a mãe tomavam as decisões em 38,7% dos casos, ficando 23,5% para o pai e 15,4% para a mãe, e em que todos participam, apenas 16,6%. Ao contrário, na pesquisa de Souza (1983), o controle das decisões em que predominava o pai com 37,8%, contra 15,0% da mãe e 31,2% de ambos. A situação se alterou devido aos avanços dos movimentos feministas nas últimas décadas e às mensagens publicitárias da mulher dinâmica, divulgada pela mídia. Na pesquisa de Nazzari (1995) 38,7% predominavam as decisões de ambos. A inserção da mulher no mercado levou a um tipo de cidadania regulada pelo *status quo* profissional e por ela ajudar na manutenção da família. Observa-se alteração importante neste estudo em relação a este item, como se destaca a Figura 2 a seguir:

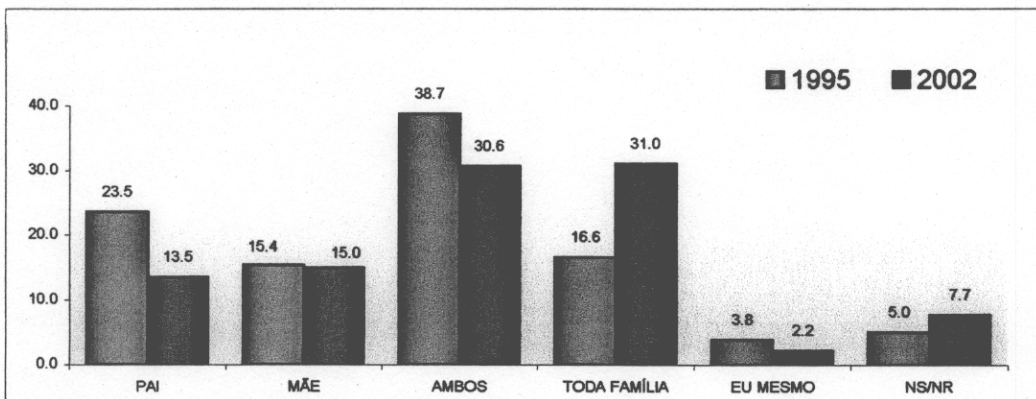


Figura 2 - Decisão da família

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Os dados encontrados na presente pesquisa revelam-se positivos, em termos de participação no processo de tomada de decisões. Na estrutura da família paranaense, a categoria toda família aparece com 31,0%, a mãe com 15,0% e o pai com 13,5%, os dois com 30,6%, eu

mesmo com 2,2% e NS/NR com 7,7%. Comparando-se com dados das pesquisas anteriores, observa-se um avanço nos espaços democráticos familiares, pois a participação de todos passou de 16,6% para 31,0 % . Também é importante ressaltar que as mulheres já ultrapassaram os homens em relação às decisões em família, e destacar que esta mudança deve-se em parte às alterações ocorridas nas estruturas familiares e ao aumento na quantidade de mulheres como arrimo de família. No Brasil, na última década, estas alterações levaram a mudanças significativas também no tratamento dado às meninas.

Alguns países apresentam maior equidade no tratamento e expectativas dados às meninas e meninos, pois as mudanças na composição das famílias e nas regras matrimoniais abriram inúmeras possibilidades.

No entanto, há desigualdade no tratamento das garotas na família. Isto pode ser percebido, por exemplo, no sul da Ásia, onde é verificada na nutrição pobre e na vigilância da saúde que as meninas recebem (WHO, 1999a) e elevada mortalidade infantil (MENSCH et al., 1998). Nas comparações das nações em desenvolvimento, as garotas têm as mais baixas médias das matrículas escolares (UNESCO, 1999). As garotas também têm mais responsabilidade de chefes da casa e nos afazeres domésticos que os meninos virtualmente em todo mundo em desenvolvimento (MENSCH et al., 1998). A expectativa de vida das meninas esta se emparelhando com a dos meninos nos países em desenvolvimento (UNITED NATIONS, 1995), indicando que elas estão recebendo mais atenção. Além disso, as matrículas escolares das meninas estão alcançando as dos meninos na América Latina, Japão, Filipinas e nações ocidentais (UNDP, 1998), como (citado por LARSON, et al., 2002, p.39).

As mudanças nas regras familiares, cada vez mais heterogêneas, tanto na opção das pessoas para formarem as famílias com meia idade e mais reduzidas em número de filhos, bem como as separações e tipos de famílias, menos autoritárias e mais flexíveis, estão causando mudanças imediatas nas experiências dos jovens.

As diferenças nas respostas entre meninos e meninas não é muito significativa, pois 31,8% dos meninos e 30,3% das meninas responderam que toda família decide sobre as coisas importantes na família. A percepção da autoridade do pai é maior entre os meninos do que nas meninas, com 15,6% e 11,7%, respectivamente. E, da mãe, é um pouco maior nas meninas, com 16,4%, e meninos, com 13,5%. A resposta sobre a decisão de ambos os pais, foi assinalada por 27,5% dos meninos e 33,4% das meninas. Observa-se que a pequena variação deve-se à identificação de gênero por parte dos filhos. Deve-se destacar, porém, que a significativa redução do poder de decisão dos homens passou a simbolizar maior participação dos filhos.

Sobre a decisão em família referente à escolha do tipo de escola, os estudantes da escola privada assinalaram o pai com 15,0% e os da escola pública assinalaram o mesmo com 13,3% dos casos. A mãe obteve mais respostas entre os alunos da escola pública, com 15,7%, enquanto a escola privada apontou 10,3%; os dois foram escolhidos por 33,0% dos estudantes das escolas privadas e por 30,2% da escola pública; toda a família, por 33,7% e 30,5%; eu mesmo por 2,9% e NS/NR 5,1% e 8,2%, respectivamente. É importante destacar que os estudantes das escolas privadas apresentaram índices de democracia no espaço familiar um pouco maior que os da escola pública (2,8%). O pai tem maior decisão para os alunos das escolas privadas e a mãe para os alunos da escola pública. Nesse sentido, acredita-se que estes dados se refletem na estrutura familiar, conforme a contribuição financeira dos membros no orçamento familiar. Nesta direção, a Figura 3 busca verificar qual é hoje o principal responsável pelo sustento da família:

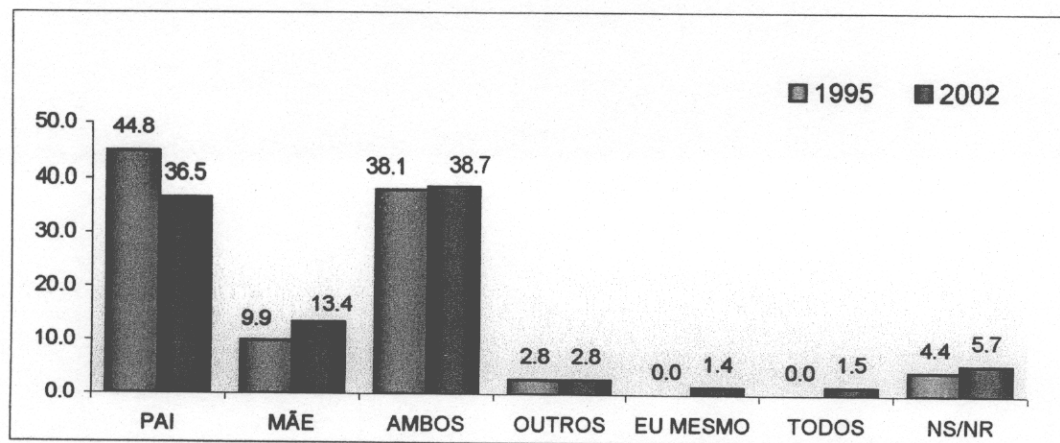


Figura 3 - Sustento da família

Fonte: dados da Investigação da autora (2002)

O pai colabora no sustento da família com 36,5%, a mãe com 13,4%, ambos com 38,7%, outros com 2,8%; eu mesmo com 1,4%, todos com 1,5%, NS/NR 5,7%. Os dados apontam, portanto, ambos (pai e mãe) como mantenedores da família e como principais detentores de poder dos seus recursos advindos da maior participação da mulher no mercado de trabalho³⁰, o que possibilita dividir com o marido as despesas familiares, bem como as relações de poder e autoridade, que se expressam na representação social dos jovens, como, por exemplo, de *status* profissional. No campo das trocas simbólicas cresce a influência de gênero no sentido de que as mulheres estão ocupando espaços importantes nas estruturas sociais antes permitidos somente aos homens.

O acréscimo dos níveis de emprego permitiu às mulheres maior controle dos recursos econômicos e as empoderou para o exercício mais influente das decisões familiares, segundo

³⁰ O que caracteriza o novo mercado de trabalho nos últimos vinte anos é a incorporação maciça das mulheres no trabalho remunerado: a participação feminina na força de trabalho, na faixa etária de 15-64, aumentou de 1970 para 1990, de 48,9% para 69,1% nos EUA; de 55,4% para 61,8% no Japão; de 47,5% para 59% na França, com alterações semelhantes nas demais sociedades industrializadas, segundo OCDE – *Main Economic Indicators* (1995) (citado por CASTELLS, 1999, p.274-275-276-502).

Burns e Scott (1994), bem como nas relações sociais e institucionais. Contribuíram, para isto, os significativos avanços na legislação de apoio às mulheres e as mudanças nas atitudes e comportamentos, fatores que permitiram às mulheres tornarem-se agentes mais independentes na barganha do poder, segundo Nussbaum (2000) e Sinha (1984), citados nos estudos de Larson, et al. (2002, p.37).

Estes elementos tiveram profundas implicações nas mudanças dos adolescentes, especialmente nas meninas, que desenvolveram habilidades para o que Sen (1990) chamou de “*cooperative conflict*”, analisando as mudanças na atenção dadas pelas famílias às meninas, à proteção dentro da arena de intimidade dos relacionamentos familiares. Assim, as mulheres jovens adquiriram habilidade combinando estratégias de cooperação familiar com barganhas, incluindo barganhas adversárias se necessário, citado no estudo de Larson, et al., (2002, p.37-38).

Nesta figura, é importante destacar que os jovens paranaenses ampliaram seu espaço nas estruturas do poder de decisões familiares, apesar de não colaborarem com o sustento da família. Isto demonstra a mudança na matriz de cidadania regulada pelo trabalho e pelo ganho. Como requisito para opinar em casa, essa matriz está gradativamente sendo substituída por uma ampliação da participação dos jovens no contexto familiar.

Estes novos elementos podem colaborar para a ampliação da eficácia política e dos níveis de capital social no futuro. Assim, observa-se a importância de submeter a uma revisão as explicações do processo de socialização política da juventude, a fim de verificar se as respostas e dados continuam correspondendo a uma orientação geral das concepções individuais ou uma predisposição pessoal, ou se elas refletem umas mudanças e inversão das representações coletivas sobre o processo político.

A influência de fatores de socialização, por exemplo, dos jovens pertencentes a uma classe social, pode não variar em um determinado momento, mas ela pode reforçar sua importância

no decorrer dos anos. Nos anos 60, por exemplo, as mudanças ocorreram em todas as classes. No entanto, algumas abordagens anteriores assinalavam influência maior deste movimento em um determinado grupo social. No entanto, as mudanças deste movimento foram decisivas nas mudanças de comportamento da sociedade como um todo. Portanto, observa-se que as questões políticas influenciam todas as classes sociais, e se reafirmam no comportamento eleitoral das mesmas. Porém, certos problemas econômicos e políticos afligem mais diretamente a uma classe do que a outra. Neste sentido, a representação social de pertencer a uma classe torna relevante examinar o componente de autodefinição de classe social dos jovens desta pesquisa, como destaca a Figura 4 a seguir:

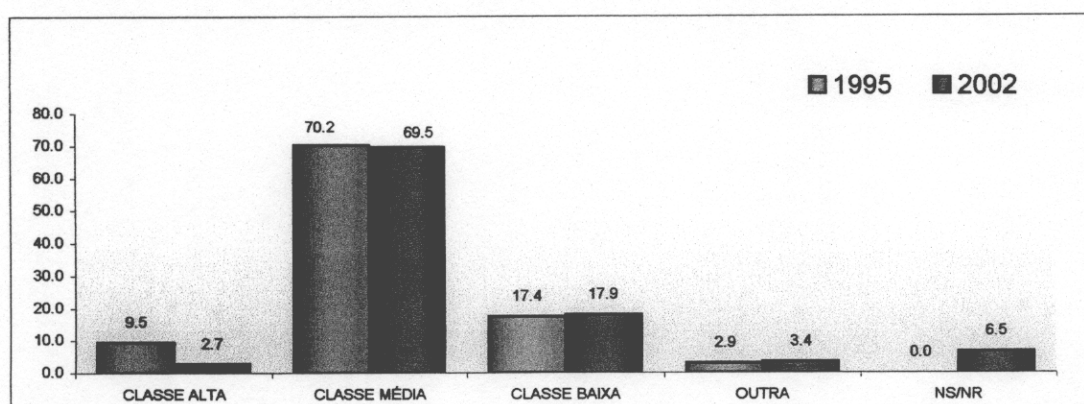


Figura 4 - Autodefinição de classe social

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

O impacto das mudanças na sociedade contemporânea levou as famílias a priorizarem o capital humano filhos. O fato de estarem estudando e adquirindo habilidades, para o bom desempenho profissional no futuro, garante-lhes participação nas decisões familiares. Observa-se que as famílias priorizam a educação e a possibilidade de mobilidade e a ascensão social dos indivíduos na sociedade, mesmo utilizando-se de um certo nível de autoritarismo.

Pois, a família tem suas “prioridades assinaladas no bom êxito profissional” dos jovens, mais que em incentivá-los para projetos coletivos com objetivos sociais. Assim, verifica-se pouca alteração existente entre as classes sociais em relação à socialização política dos jovens. Estas atitudes são menos ligadas à condição social. Ambas as classes se preocupam com futura inserção dos jovens no mercado de trabalho e no bom êxito de suas carreiras profissionais (HIMMELWEIT, 1983, p.274).

Segundo Bourdieu (1987 p.324), “as frações mais ricas em capital cultural são propensas a investir mais na educação de seus filhos”, bem como nas práticas culturais para manter sua especificidade. A classe alta prioriza investimentos econômicos. A classe média procura investir na educação e símbolos de consumo que propiciam a formação do capital. E a classe baixa prioriza o trabalho para suprir suas necessidades.

Os dados revelam que, no item autodefinição de classe social, 2,7% se autodenominam pertencentes à classe alta, na classe média 69,5%, na classe baixa 17,9%, outra 3,4%, NS/NR 6,5%. Acredita-se que, neste item, exista uma certa dificuldade de se identificar na verdadeira classe a que pertencem, em que deparam-se os jovens com uma imposição de *status quo*, que os remetem a negar-se enquanto classe, pois falta-lhes identificação com suas realidades socioeconômicas. O índice que merece destaque em relação à pesquisa anterior é o de classe alta, índice que diminuiu. Provavelmente os jovens preferem omitir que pertencem à classe alta com medo da violência crescente.

Importante é observar também que, no Brasil, a dificuldade de assumir-se como classe baixa deve-se “à construção da figura do jovem proveniente dos setores marginalizados da população como um delinqüente perigoso a ser disciplinado e contido através de todos os métodos possíveis” (SOUZA, 2000, p. 97).

Tratamento diferente é conferido aos jovens da classe média, que são vistos como contestadores, excêntricos ou mesmo *playboys*, membros da juventude transviada. Na classe

média, a rebeldia é destacada positivamente pela mídia. Assim, a representação de si próprio e da sociedade vem distorcida pelos novos símbolos aliados ao consumo e ao mercado, delineando pistas sobre contradições, conflitos, lutas políticas e ideológicas.

Veda Silva (1981) (citada por SOUZA, 2002, p.51), conclui que sexo, idade e nível socioeconômico influem, em ordem decrescente, sobre diferenças de valores encontrados nos adolescentes de duas escolas estaduais de Porto Alegre”. Na pesquisa de Kampel (1985), (citada por SOUZA, 2002, p.51), chega-se a conclusões similares, “demonstrando também que o grau de adesão aos valores mais privilegiados entre os adolescentes”, tais como “amizade, fraternidade, família, liberdade e realização profissional”, assinala também “a rejeição aos menos privilegiados (bens materiais)”, ou seja, a adesão depende também do sexo e do nível socioeconômico. Em relação a isto, a autora observa que

as transformações que atingem o adolescente, de ambos os sexos, são previsíveis e seguem um curso semelhante em todos eles, com pequenas diferenças individuais. Cada grupo sociocultural estabelece expectativas de comportamento para indivíduos, sendo que na adolescência essas expectativas são expressas também sob a forma de tarefas do desenvolvimento, significando os comportamentos e conhecimentos que o adolescente deve adquirir para sentir-se realizado na busca de sua identidade (KAMPEL citado por SOUZA, 2002, p.51).

A expectativa exagerada verificada nos estudos sobre a democratização do país, em relação à atuação dos jovens na questão política, acabou por acarretar uma decepção em relação à geração de jovens da década de 80, carentes de razões para estabelecer um projeto de vida. Assim, os estudos sobre a relação dos jovens na família aparecem focados “principalmente nas relações parentais, ora na perspectiva de integração com expectativas paternas/maternas, ora na perspectiva do conflito de gerações” (SOUZA, 2002, p.53).

Matos (1981) “conclui que a percepção de estilos de orientação tem relação com o sexo do adolescente e com seu nível socioeconômico, e que o desenvolvimento do ego e autonomia do adolescente tem relação direta com o estilo de orientação dos pais”, Lapin (1983, p. 71), observa também sobre a existência de “um conformismo dos jovens dos anos 80, ao defender a ideologia familiar ante a identidade do adolescente suposta pelos pais, a valorização da segurança e do apoio afetivo dado pela família”. Também, observa que os jovens “refletindo o autoritarismo da sociedade e da família [...] que parecem alienados pelo conformismo”, alienação que tem suas raízes no desenvolvimento histórico-cultural da sociedade brasileira. A percepção da juventude como revoltada, segundo Lapin (1983, p.71), seria “uma estereotipia da literatura sobre o adolescente, de uma tendência exagerada de supergeneralizar reações de alguns adolescentes para toda a população” (SOUZA, 2002, p.53).

Em relação à questão de gênero, a inflexão psicanalítica constata a influência dos pais nas meninas e meninos. As jovens percebem o peso do controle exercido sobre elas, “na maioria das vezes submissas e reprimidas no seu intento de autonomia”, e a figura paterna redimensiona as áreas de conflito no namoro, estudo, dinheiro e amizades. E, a figura materna é por vezes, fonte de identificação fusional dos conflitos e crises de identidade dos jovens. Observou, também, “estreitas relações entre as vivências cotidianas da família, representações e hierarquizações diferentes que os jovens fazem do que é ser homem *versus* ser mulher” (SOUZA, 2002, p.54).

Em relação à questão sociocultural, Clímaco (1991) destaca que “uma sociedade que comporta diferenças sociais e econômicas profundas, como a brasileira, não suporta o dado de uma unidade na adolescência”. Neste sentido, o autor destaca que “a unicidade do termo adolescência” possui efeito e “sentido padronizador dos meios de comunicação de massa, que mascara diferenças radicais relacionadas à experiência de jovens de diferentes camadas sociais no Brasil” (SOUZA, 2002 p.54).

Peres (1997) observa que as condições materiais precárias dos pais são responsáveis pela entrada precoce das crianças no mercado de trabalho, nas atividades de mendicância e na vida de crianças e adolescentes em situação de rua. “Há micro variáveis que também assumem relevância na explicação, tais como, os conflitos conjugais entre pais, a presença ou não do pai na educação das crianças e o tipo de interação processada no seio da família” (CORTI, 2002, p.174).

Destaca-se, também, como um dos principais problemas a crescente violência no ambiente familiar, que contraria a percepção da casa como modelo de segurança e proteção para os jovens. A situação de desemprego e as dificuldades conjugais podem mostrar a face violenta da instituição familiar, porém esta faceta de violência não chega a delinear uma relação causal entre todas as classes sociais. No entanto, a “desestruturação familiar” dos pobres é causa das precárias condições de vida e do comportamento dos filhos (CORTI e SPOSITO, 2002, p.211).

Estes problemas afetam as relações familiares e a socialização política na família, e apontam para mudanças significativas em relação à participação dos filhos na estrutura de decisões de poder da família. E, isto se deve menos em relação à ampliação da escolaridade dos pais e mais em relação à possível conscientização dada pelas mudanças das sociedades atuais, que requerem a ampliação da participação das pessoas nas estruturas de decisões. Sentido-se eficazes para participar das decisões na família, estes jovens provavelmente se sentiram mais aptos para participarem de associações voluntárias, e, desta forma, poderão ampliar seus laços com a comunidade inicialmente local e, posteriormente, poderão participar de decisões em estâncias mais amplas, delineando um espírito de comunidade cívica e ampliando os espaços democráticos, isto coadunado com a perspectiva de participação na política nacional.

3.2 Percepção da Política no Ambiente Familiar

Sobre a percepção da política no ambiente familiar, o estudo de Kent, Jennings e Niemi, (1981) observa a existência de um grau de conformidade entre as escolhas eleitorais dos pais com a dos filhos. A identificação dos mesmos partidos e aceitação de suas crenças e convicções religiosas oferecem aperfeiçoamentos na compressão da socialização política dos jovens, examinando os ritmos respectivos do curso da evolução das duas gerações em nível individual e global. Os autores “estudaram três modelos de evolução que não se excluem mutuamente” (HIMMELWEIT, 1983, p.274).

O primeiro é o modelo de ciclo de vida, confrontando as opiniões das duas gerações, de jovens e de adultos. O segundo modelo é o das gerações ou geracional, que analisa a influência dos diferentes períodos de socialização para todas pessoas, verificando as visões diferentes existentes na sociedade ao logo do período estudado. O terceiro é o efeito da história ou da época, que analisa certos eventos que tocam a sociedade e exercem uma forte influência nos seus membros, em relação ao que os jovens podem, portanto, ter mais sensibilidade aos seus efeitos.

Os estudos atestam claramente a influência do grupo de referência e do seu bom êxito da sociedade no comportamento dos jovens. Nesta pesquisa, em relação à socialização política dos jovens no ambiente familiar, os dados revelam que os índices de ampliação da democracia vêm sendo ampliados, com a maior horizontalidade da participação dos filhos nas decisões em família, gerando desta forma estímulos para que se sintam eficazes posteriormente de participarem nas questões políticas das instituições públicas.

Neste sentido, o estudo de Schmidt, (2000, p.216-219) sobre a percepção da democracia no ambiente familiar, ilustra que 70% dos jovens brasileiros consideram o ambiente bastante ou mais ou menos democrático, sugerindo um clima de maior liberdade e horizontalidade nas famílias brasileiras. Esta questão se reforça quando confrontada com os índices relacionados à pergunta sobre qual seria a reação dos pais se o jovem decidisse participar da política. Apenas 8% dos estudantes declararam que o pai e a mãe iriam proibir, 40% iriam apoiar, 15% ficariam indiferentes e 31% não souberam responder.

As pesquisas referentes ao tema demonstram, neste sentido, que a pequena participação política dos jovens não pode ser atribuída ao processo de socialização na família brasileira, pois os dados apontam para um crescente incentivo e liberdade para que o jovem participe das instâncias decisórias, tanto em nível micro como nas questões de interesse nacional.

Em relação à percepção do interesse dos pais pela política, o estudo de Schmidt (2000, p. 216-218-268) destaca que é mediano, à semelhança do próprio interesse, o interesse dos pais por política é grande para apenas 14,8% deles, é razoável para 39,8%, é pouco para 27,7% e nenhum para 9,6%. No entanto, a pesquisa feita pelo autor com os pais destaca que para 20,9% tem muito interesse, contra 10,3% para os filhos. A diferença é compensada na opção de médio interesse, onde os pais têm 30,7% e 41,4% quando se trata do interesse dos jovens, enquanto pouco interesse conta com 25,1% e 21,4% e nenhum interesse com 23,2% e 27,0%, respectivamente. Assim, o autor conclui que há diferenças no nível de interesse pela política entre pais e filhos, levando-se em conta o efeito ciclo-de-vida, onde certas atitudes são próprias de certas fases da vida e se modificam posteriormente e não podem ser consideradas como características socioculturais amplas. O que se esperava é que o índice de grande interesse dos pais pela política se refletisse nos filhos, o que não aconteceu. Assim, neste caso, o autor observou que a influência da família é menos importante que de outros fatores sociais.

3.2.1 Interesse por política e empoderamento

A base do interesse por política é a idéia de empoderamento, que pode ser entendida como propulsora de capital social entre os jovens. Assim, entende-se empoderamento como a capacidade dos atores de gerenciar processos de autonomia individual e coletiva e de estabelecer articulações de natureza política. Faz-se necessária, para o desenvolvimento humano e social de caráter incluyente e emancipatório, a capacidade de fazer política, ou seja, de democratizar os espaços de participação, ampliando a base dos agentes decisores, multiplicando o número de agentes capazes de se sentirem cada vez mais eficazes para participarem das decisões de poder e manter essa base em ritmo contínuo de expansão (MARTINHO, 2003).

No entanto, a horizontalidade das relações políticas é resultado de um sistema com alto grau de empoderamento dos atores, e é essa horizontalidade que promove a elevação dos índices de capital social. Para verificar essa socialização, ou seja, a dimensão relacionada com a participação política, faz-se necessário estudar o grau de informação e interesse pela política. É essa a análise que se pode verificar na Figura 5.

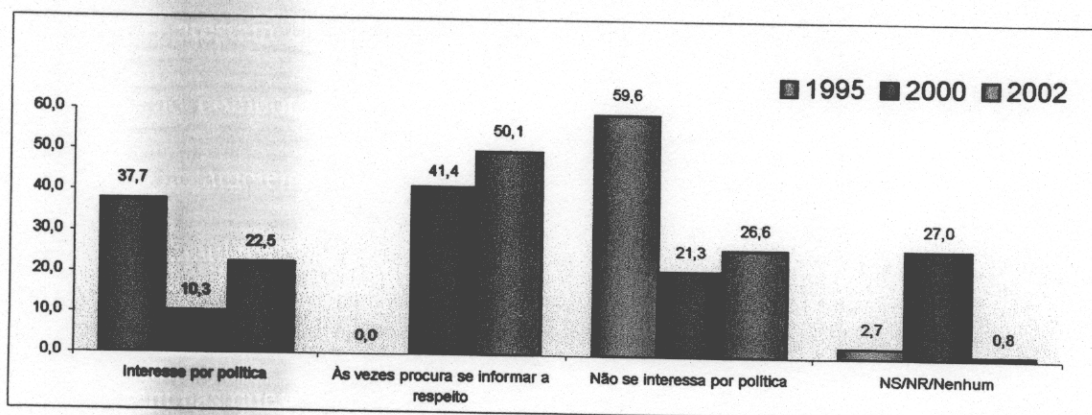


Figura 5 - Interesse por política

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Na pesquisa realizada por Nazzari (1995), 59,6% não se interessavam por política. Entre os motivos apontados na ocasião estão a corrupção e a ineficácia do governo nas respostas às demandas sociais. O índice apresentou uma elevação em relação às outras duas pesquisas, pois são 37,7% os que responderam que se interessam por política, justificando que são cidadãos e o país está em jogo, além de poder dar opiniões e saber em quem votar.

No entanto, merece destaque que em relação aos jovens da pesquisa de Schmidt (2000), os jovens desta pesquisa apresentam mais que o dobro de interesse por política, ou seja, 10,3% em (2000) e 22,5% (2002). Isto pode ser explicado pelo anseio de mudança e, principalmente, por ser um ano eleitoral, mas confirma uma tendência positiva na ampliação do interesse pela política, o que pode refletir-se nos índices de participação futura.

É importante destacar que a informação é um pré-requisito importante para o incentivo e para a ampliação do interesse por política, colaborando para o empoderamento do jovem para a cooperação em associações voluntárias.

A comunicação política em família, avaliada no estudo de Schmidt (2000, p. 219), revela que 30% não conversam sobre política com nenhum membro da família, em contraposição os outros 70% que dialogam sobre assuntos políticos em casa. O pai é o principal interlocutor em 26,8% dos casos, a mãe em 21,9%, os irmãos em 10,1% e outros parentes em 10,8%.

Na pesquisa de Nazzari (1995), as conversas sobre política na família eram freqüentes em 25,0% dos casos, às vezes 42,8%, raramente 20,1% e 9,1% nunca. Estes fatores delineiam uma percepção dos jovens sobre a política no ambiente familiar. O interesse médio pela política e estes valores têm reflexo na socialização política dos jovens brasileiros e apontam para um quadro de eficácia política que pode incentivar os jovens a participarem de associações voluntárias e se interessarem por questões políticas mais amplas, tais como os partidos e sindicatos, ampliando os estoques de capital social.

Por sua vez, como assinala Baquero (1997, p.27), “o estudo da identificação partidária é clássico nos trabalhos sobre cultura política, na medida em que os partidos são tidos como importantes mediadores do sistema político”. Contudo, sabe-se que, na América Latina, os partidos são vulneráveis e não têm relevância na opinião dos cidadãos como canal convencional de participação política. Mas, “o seu estudo e de suas implicações na cultura política não são por isso menos importantes”.

Nesta direção, por meio do conhecimento dos jovens sobre a preferência partidária³¹ da família, pode-se verificar se os assuntos políticos são abordados na família, o que pode colaborar para ampliar o interesse dos jovens pela participação política, e incentivar no futuro o interesse nas questões da política nacional e o real engajamento dos membros da família nas instituições democráticas, como destaca a Tabela III.

TABELA 3 - Preferência partidária da família

	PAI	MÃE	FILHOS	MENOS GOSTA
1. PPB	0,6	0,8	0,6	0,4
2. PFL	8,7	9,0	6,6	8,5
3. PL	0,6	0,8	0,5	0,6
4. PT	23,3	19,4	20,3	11,8
5. PSDB	3,3	2,9	2,5	1,5
6. PCB e do B	0,2	0,0	0,5	1,0
7. PSTU	0,1	0,1	0,0	0,2
8. PPR	0,0	0,0	0,0	0,1
9. PTB	2,6	2,4	2,8	0,3
10. PMDB	4,2	3,2	2,8	1,1
11. PDT	2,0	1,7	1,4	0,3
12. PSB	0,7	0,7	0,8	0,2
13. PV	0,3	0,2	0,3	0,9
14. PPS	0,1	0,1	1,1	0,0
15. PRONA	0,2	0,0	1,1	0,1
16. Não tem	1,8	2,3	1,8	1,0
17. outro	1,1	1,0	0,2	1,0
18. NS/NR	50,3	55,1	58,8	11,3
19. Não gosta				9,6
20. Nenhum				50,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

³¹ Destaca-se o estudo de Lake (2000), sobre a importância da frequência das pessoas e de sua interação social na aquisição de atitudes que conduzem a uma escolha cognitiva de candidatos e partidos políticos nos EUA (republicanos e democratas).

Os dados sobre as preferências partidárias são compatíveis nas diversas pesquisas, onde em torno de 40% não demonstram apreço por qualquer dos partidos existentes. Na pesquisa de Schmidt (2000, p. 237). Dois aspectos são cruciais no tocante às preferências partidárias dos jovens. “O primeiro ponto é que (41,6%) não demonstram simpatia por nenhum dos partidos existentes, como nos levantamentos nacionais”. O segundo ponto é que, dos grandes partidos, dois se destacam entre os preferidos pelos jovens: “o PT com 23,9%, e o PMDB com 16,7%; os demais partidos obtêm índices reduzidos”.

Os dados coletados nesta pesquisa, sobre a identificação partidária da família, mostram a mesma tendência em relação a dois pontos: primeiro em relação à quantidade de respostas NS/NR dos pais (50,3%), das mães (55,1%) e dos filhos (58,8%). Segundo, em relação aos partidos preferidos: 23,3% dos pais, 19,4% das mães e 20,3% dos filhos preferem o PT. Além disso, 11,8% demonstraram grau de rejeição por este partido (SCHMIDT, 2000).

Quando perguntados se preferem algum partido, 39,5% responderam que sim, 58,1% que não e 2,4% NS/NR. Quanto às justificativas para a rejeição à política e suas instituições, estão listadas abaixo: 1,6% porque não cumprem o que prometem; mentem, 1,5%; corruptos, 5,0%; ineficientes, 2,7%; ideologia, 5,2%; personalismo, 1,9%; avaliação pejorativa (nível de instrução), 1,7%; outros, 4,0%; e NS/NR, 76,4% (SCHMIDT, 2000).

O desgaste dos partidos frente à população se mantém crescente nas diversas pesquisas. Este fator aponta para a desilusão com as instituições clássicas da democracia, principalmente no que se refere à infidelidade partidária, com trocas frequentes de partidos por parte dos eleitos. Isto pode explicar também a preferência por partidos de esquerda, que se mantêm fieis aos seus princípios ideológicos com mais frequência que os outros.

Outro fator de destaque na pesquisa de Schmidt (2000, p.238) é em relação à filiação partidária dos jovens, que é mínima, 2,2% apenas, e os que contam com mais filiados entre os jovens são o PT e o PMDB.

Ao comparar os dados desta pesquisa (2002) com as anteriores (1995) e (2000), percebe-se um acréscimo no interesse por política na família. Na pesquisa de 1995, em relação à percepção dos jovens sobre a influência da família nas ações do governo, sobre se as pessoas da família não têm influência nas ações do governo, discordaram da afirmação 44,0% dos jovens, concordaram 48,5% e 7,5% NS/NR. Os índices de interesse por política e empoderamento se elevaram nas pesquisas posteriores, visto que se ampliaram os espaços de informação e participação nas decisões internas, tornando o grupo familiar mais democrático, ampliando o incentivo à participação dos filhos.

Em relação ao interesse pela política, a metade dos jovens entrevistados procura se informar às vezes, o que demonstra uma propensão ao seu engajamento futuro nas questões de ordem política. Quanto à identificação partidária, é frágil, assim como as instituições brasileiras. Os itens destacados acima mostram uma tendência de mudança no sentido de reconhecer aspectos importantes para a elevação dos índices de capital social, tais como fidelidade, moralidade e discernimento ético, que podem ampliar os sentimentos de eficácia em relação às redes de envolvimento cívico recuperando a confiança, cooperação e participação dos jovens nos rumos do país.

3.3 Empoderamento e Capital Social na Família

O foco de capital social na família leva em conta aspectos de funcionamento das estruturas familiares visando ao bem-estar e desenvolvimento dos jovens. A qualidade dos contatos familiares e o número de membros na família podem ampliar o capital social na família. Os

pais podem encorajam as expectativas de confiança, cooperação e participação nas atividades dos jovens com amplo diálogo com os filhos.

Segundo Coleman (1988, p.384), capital social refere-se à qualidade e profundidade dos relacionamentos na família e na comunidade: *“The social capital of the family is the relation between children and parents (and, when families include other members, relationships with them as well)”*. E, para ele, capital social na comunidade

resides in the functional community, the actual social relationships that exist among parents, in the closure exhibited by the structure of relations, and in the parent's relations with the institutions of the community (COLEMAN, 1988, p.387).

Capital social enfatiza a habilidade de a família trabalhar para o bem-estar (saúde, felicidade e prosperidade das crianças) e a habilidade da comunidade de trabalhar em direção ao bem comum (desenvolvimento socioeconômico). Um forte sentimento de comunidade, valores comuns, partilhar confiança, disposição e boa vontade para intervir nos problemas comportamentais da juventude, são fatores essenciais para criar uma atmosfera positiva para as crianças se desenvolverem e se realizarem.

In addition, it is likely that where children experience good quality connections with community/civil society, these will lead to an increased propensity for those children to become engaged and active citizens throughout adulthood (this in turn leads to sustained, vibrant community life). As well as the outcomes related to the extent to which families and children are themselves connected to local and other communities and engage in civic life, are the notion those families/children living in 'cohesive' (or strong) communities can benefit from this community cohesion as a 'public good'. In practical ways this can include things such as: children growing up in safe, low crime neighborhoods; children being positively influenced by high trust, cooperative relationship in their surroundings; and children growing up in well resourced areas, free from poverty (STONE and HUGHES, 2002, p.3).

A ampla gama de efeitos positivos do capital social nos bens públicos da comunidade é relatada nas abordagens sobre a coesão e o poder da comunidade. Dentro destes tipos de abordagem capital social incentiva aspectos humanos, econômicos e de meio ambiente. O fato “é que a confiança permite a transferência de um tipo de capital a outro, e as pessoas podem utilizar as conexões das redes de confiança para ajudar na educação e nos resultados financeiros” (STONE e HUGHES, 2002, p.3).

A combinação de normas de confiança e reciprocidade na família pode identificar três tipos de engajamento comunitário: “redes sociais informais; extensão das redes familiares (vizinhos e amigos); e engajamento com grupos cívicos formais e ações cívicas e políticas não relatadas pelos membros dos grupos” (STONE e HUGHES, 2002, p. 12-13).

A revisão dos estudos de socialização política aponta para importância das primeiras experiências formativas das crianças e jovens. Essas experiências têm influência decisiva na vida adulta, favorecendo o aprendizado participativo e cooperativo, promovendo a ampliação do capital social.

Os dados encontrados na presente pesquisa revelam-se positivos em relação à participação dos filhos no processo de tomada de decisões na família. Comparando-se os dados das pesquisas anteriores, observa-se um avanço nos espaços democráticos familiares. A inserção dos filhos nas estruturas de decisões familiares caracteriza um processo de mudança nas relações de poder e autoridade, que se expressam nas representações sociais dos jovens desafiados pelos novos tempos e propondo novos comportamentos, assim exigindo sua maior participação.

Estes fatores podem ser indicativos para a superação da cidadania regulada pelo *status* profissional que vai além, pois as mudanças causadas pelas novas tecnologias fazem que o jovem tenha maior acesso às informações via Internet e outras formas virtuais, além das mudanças no mercado de trabalho e o crescimento do desemprego formal. No campo das

trocas simbólicas, cresce a influência de gênero no sentido de que as mulheres estão ocupando espaços importantes nas estruturas sociais, espaços antes permitidos somente aos homens.

Apesar de a maioria dos jovens não colaborarem com o sustento da família, isto não impede sua participação nas estruturas do poder de decisões familiares. Assim, pode-se observar uma mudança na matriz de cidadania regulada pelo trabalho, mudança detectada na pesquisa de Nazzari (1995). A participação financeira dos filhos já não é pré-requisito para sua participação nas decisões. Este fator deve-se à prioridade que os pais dão ao capital humano dos filhos para o mercado de trabalho, e sua conseqüente preparação para adquirirem habilidades futuras. Assim, a cidadania regulada pelo *status* profissional imediato vem sendo substituída pela cidadania aliada ao capital humano, e vem permitindo a ampliação da participação dos jovens. Estes elementos podem colaborar para a ampliação da eficácia política e dos níveis de capital social entre os jovens, por lhes permitir maiores oportunidades de novos relacionamentos e ampliação do tempo necessário para a aquisição de habilidades que os preparem para o futuro.

As pesquisas referentes ao tema demonstram, neste sentido, que a pequena participação política dos jovens não pode ser atribuída ao processo de socialização na família brasileira, pois os dados apontam para um crescente incentivo e liberdade para a que o jovem participe das instâncias decisórias, tanto em nível micro como nas questões de interesse nacional.

A percepção dos jovens sobre a política no ambiente familiar é que ele é democrático e possibilita a liberdade de opção política, até mesmo quanto à participação efetiva em atividades e organizações. O interesse médio pela política entre os jovens tem reflexo na sua socialização política e, conseqüentemente na transmissão de crenças e valores de eficácia política e empoderamento. Elementos importantes para desenhar um quadro mais satisfatório em relação às atitudes destes acerca da sociedade e da política, que podem permitir ampliação dos estoques de capital social no Brasil.

Em geral, as mudanças são positivas, particularmente nas classes médias. Os pais estão investindo mais dinheiro e atenção nas crianças e relacionando ambos meninos e meninas, nas mais diversas responsabilidades. Neste sentido, a eficácia em relação à socialização política dos jovens na família pode ser considerada positiva, visto que ampliaram os espaços de informação e participação nas decisões internas, tornando o grupo familiar mais democrático, ampliando o incentivo à participação dos filhos.

À distância entre as gerações se manifesta em novos caminhos. Supõe-se que, o conflito familiar continue em várias formas. As sociedades tradicionais têm comparativamente pequena discrepância entre adolescentes e adultos, porque eles estão crescendo em todo mundo (SCHLEGEL e BARRY, 1991). Mas com a rápida mudança e a influência do mundo exterior e da mídia na vida dos jovens, observa-se uma geração com diferentes experiências que pode ser a fonte de desentendimento. Porém é importante observar que, mesmo com a repressão dos abusos físicos e sexuais contra as crianças, estes não têm caído com o crescimento da prosperidade e educação nos países ocidentais, e realmente podem vir à tona (HESS, 1995). O deslocamento social e cultural e a instabilidade de conciliação dos pais elevam o risco do crescimento da violência familiar com os adolescentes em todos os países (Virani, 2000). Assim, “o relacionamento dos pais com os adolescentes estão abrindo novos caminhos e ampliando a comunicação, mas não se podem ignorar as variáveis negativas deste processo” (LARSON, et al. 2002, p.40).

O impasse das mudanças familiares descritas aparece de diferentes formas nas diversas tradições culturais. O hinduísmo, o islamismo e o confucionismo, entre outros, têm diferentes conceitos sobre a vida familiar. As famílias menores podem dar um suporte econômico mais eficiente para os jovens nas redes sociais que provem os adolescentes com os mais diversos capitais sociais e lhe dão oportunidade de interagir na comunidade em que vivem. “Alguns adolescentes têm se beneficiado mais com a atenção dos pais que outros, que têm experiências

não benéficas com a separação dos relacionamentos familiares”. Adicionalmente, a demanda dos adultos por regras familiares requer não somente elevada capacidade de intimidação, mas também grande capacidade de negociação e equilíbrio necessário, como destacado por Larson, et al. (2002, p.40).

Nesta direção, a ampliação das redes de capital social e dos raios de confiança na família e na comunidade pode colaborar para amenizar os efeitos negativos das diferenças geracionais, das mudanças nas estruturas, composição e tipos de famílias, bem como encontrar um equilíbrio para o impacto das mudanças tecnológicas e da mídia nas experiências interpessoais dos jovens, para um convívio mais saudável na comunidade.

O capital social dos vizinhos da escola é essencial para o desenvolvimento e sucesso da colaboração dos membros da comunidade. A boa vizinhança amplia a cooperação entre as pessoas e essas relações são produtivas para todos e baseiam-se em expectativas comuns, compartilham valores e confiança.

Na família, procura-se explicação para as questões relativas à socialização política. No entanto, é a educação o meio pelo qual se busca a inserção destes sujeitos num meio social diferente do deles. A família e a educação permitem aprender as representações que interessam para a análise do capital social, por serem indicadores de um estilo de comportamento e de condições de existência homogênea de sujeitos sociais que ocupam posição estrutural semelhante no conjunto social, isto é, a juventude.

CAPITULO 4 A ESCOLA E O CAPITAL SOCIAL

Diferente da família, outras instituições e contextos da vida interpessoal, tais como a escola, o trabalho, o grupo de amigos e a comunidade, tendem a separar a fase da adolescência da fase da vida adulta. Quando os jovens saem de casa, esbarram com diferentes cenários, que vão determinar se sua socialização e experiência os prepararam para enfrentar a vida adulta.

A área onde os governos têm probabilidade direta de gerar maior capital social é a educação. As instituições educacionais não somente são transmissoras de capital humano, mas também capital social na forma de regras e normas sociais. “Valores morais e éticos são transmitidos em todas as etapas da educação, até à qualificação profissional de qualidade” (FUKUYAMA, 1999, p.11).

“A major change that altering adolescent’s interpersonal experience is that time previously spend in work is being replaced by time in school” (LARSON e VERMA, 1999). Com a industrialização e a urbanização, o trabalho dos jovens em torno do mundo, em fabricas, lojas comerciais e serviços e tarefas domésticas, mostra um cenário, por vezes, com relacionamentos interpessoais autoritários e de exploração (INTERNATIONAL LABOR OFFICE, 1996; VERMA, 1999). A escola, em contraste, envolve as relações com os professores e profissionais treinados e mentores de uma tradição cultural (SERPELL e HATANO, 1997). Assim, a escola criou oportunidades para a interação dentro das salas de aula. No almoço e no caminho para a escola, os jovens vão expandindo, com o tempo, inevitavelmente, a importância que dão aos seus relacionamentos e ampliam as redes de conhecimento destes. Muitas escolas propiciam o contato dos adolescentes com diferentes etnias, religiões, classes sociais e gênero e as mais diversas formas de experiências sociais,

artísticas, culturais, esportivas, entre outras (LARSON, et. al., 2002, p.42).

O capital social na educação está composto por um conjunto de normas, comportamentos, práticas, atitudes, normas de conduta e valores, e redes de organizações engajadas civicamente. Estas normas podem deparar-se com conflitos psicológicos, culturais, socioeconômicos e políticos, assim o capital social apresenta-se como uma alternativa para superar os valores sociais e culturais que impedem a adaptação de políticas públicas que visem ao bem comum. Os países inseridos no modelo de democracia participativa, desenvolvimento e igualdade, devem ser analisados de forma específica segundo sua construção histórica e os impactos conjunturais que incidem sobre as relações e práticas na sociedade.

No século XX, todos os países têm mostrado um incremento nos anos de educação das suas populações (UNESCO, 1999), e isto parece continuar neste novo século, ampliando mais o compromisso das famílias em investir na educação e qualificação de seus filhos.

Os estudiosos das várias dimensões do capital social concordam sempre num ponto crucial, que é a importância da educação para elevação dos índices de desenvolvimento socioeconômico. Sobre as atitudes cívicas, Putnam (1996a p.122) acrescenta que, a despeito de sua politização, os cidadãos das regiões cívicas sentem-se explorados, alienados, impotentes. Em toda comunidade, os mais instruídos sentem-se mais eficazes, pois a educação representa *status* social, capacidade pessoal e contatos. Os cidadãos menos instruídos das regiões menos cívicas sentem-se quase tão impotentes quanto os cidadãos menos instruídos das regiões mais cívicas.

Destaca-se também que, para Coleman (1988), o capital social gera capital humano e depende do capital financeiro da família, bem como o acesso dos filhos ao capital humano e financeiro da sociedade relaciona-se como capital humano financeiro de seus pais. Por sua vez, o capital social da comunidade ajuda a gerar capital humano, provendo a base de recursos, para

encorajar a atividade educacional nos seus filhos. Em seu estudo, utiliza métodos estatísticos para determinar a interferência do capital social da família e da comunidade no desempenho dos filhos na escola.

Segundo Texeira (1994 p.107), “três são os modos de relacionamento entre o indivíduo e o mundo”. O primeiro é o modo de relacionamento através do sensível e do qualitativo, das sensações, emoções e qualidades. O segundo é o modo de relacionamento entre o indivíduo e o mundo e se dá através das coisas e eventos. No terceiro, o indivíduo relaciona-se com o mundo através de um sistema de convenções, que não é uma emoção, nem um evento, mas um conjunto de abstrações que leva do singular para o geral e vice-versa, por intermédio de operações lógicas. O primeiro é o da qualidade, o segundo é o da experiência, e o terceiro é o da norma e da convenção. A escola concentra todos os esforços neste terceiro, um pouco no segundo e menos no primeiro.

Neste sentido, tanto a infância como a família moderna tomou forma com a invenção e expansão da escolarização formal. A mudança estrutural subjacente

era que, por meio da tipografia e sua serva, a escola, os adultos adquiriram um controle sem precedentes sobre o ambiente simbólico do jovem, e estavam, portanto, aptos e convidados a estabelecer as condições pelas quais as crianças iriam se tornar adultos (POSTMAN, 1999, p.58-59).

Assim, ao criarem o conceito de uma hierarquia de conhecimento e habilidades, os adultos inventaram a estrutura do desenvolvimento infantil. Os educadores não analisaram a relação entre a “natureza da infância” e as tendências da tipografia. A idade adulta está relacionada à aquisição do intelecto de um bom leitor: um forte senso de individualidade, a capacidade de

pensar lógica e seqüencialmente, a capacidade de se distanciar dos símbolos, a capacidade de manipular altas ordens de abstração, a capacidade de adiar o prazer. A capacidade de controlar e superar a própria natureza tornou-se uma das características definidoras da idade adulta, e finalidade da educação (POSTMAN, 1999, p.61).

No século XIX, atravessaram o Atlântico duas tendências: uma idéia lockiana, ou protestante, de infância. A criança era uma pessoa amorfa que, por meio da alfabetização, da educação, da razão, do autocontrole e da vergonha, podia tornar-se um adulto civilizado. Outra, rousseauiana ou romântica, onde é o adulto deformado que constitui o problema e não a criança. “A criança possui, como direito, inatas aptidões para a sinceridade, compreensão, curiosidade e espontaneidade, que são amortecidas pela alfabetização, educação, razão, autocontrole e vergonha” (POSTMAN, 1999, p 73-4).

Freud e Dewey cristalizaram o paradigma básico da infância que vinha se formando desde a invenção da prensa tipográfica: a criança, como aluno ou aluna cujo ego e individualidade devem ser preservados por cuidados especiais, cuja aptidão para o autocontrole, a satisfação adiada e o pensamento lógico devem ser ampliados, cujo conhecimento da vida deve estar sob o controle dos adultos. Ao mesmo tempo, contudo, a criança é entendida como detentora de suas próprias regras de desenvolvimento e de um encanto, “curiosidade e exuberância que não devem ser sufocados - na verdade são sufocados - com risco de não alcançar a maturidade adulta” (POSTMAN, 1999, p.77).

Toda a pesquisa psicológica que foi feita sobre a infância neste século, por exemplo, por Jean Piaget, Harry Stack, Sullivan, Karen Horney, Jerome Bruner ou Lawrence Kohlberg, não passou de mero comentário sobre o paradigma básico da infância. Ninguém contestou que os adultos dão o melhor de si e se mostram mais civilizados quando tendem a cuidar das crianças. O moderno paradigma de infância é também o moderno paradigma da idade adulta, de aumento de empatia e sensibilidade, de simples humanitarismo, na civilização ocidental

(POSTMAN, 1999, p.78).

No entanto, é importante observar que a reciprocidade, um elemento-chave para a ampliação dos estoques de capital da juventude, é também considerado por Piaget (1983) como indispensável para o desenvolvimento moral da criança, que se estabelece até a idade de doze anos. Assim, é na escola que os adolescentes e jovens poderão ser socializados para ampliarem seus laços de confiança, cooperação e reciprocidade, ampliando seu interesse e participação na vida política. Assim a escola pode contribuir para desenhar o futuro cidadão.

As observações de Piaget permitem compreender “os estágios de desenvolvimento moral dos adolescentes e examinar a sua compatibilidade com o empreendimento pedagógico” (SOUZA, 2002, p.35). Sob a influência dos trabalhos de Durkheim em relação à educação escolar, procurou demonstrar que

a escolarização, ao diversificar as experiências sociais, conduzia o aluno a passar de uma solidariedade mecânica, em que, na família apenas adere à expectativa e às ordens do adulto, a uma solidariedade orgânica através da escola, em que o contato com pares e diferentes professores coloca-o em contato com diferenças e possibilita, também pela cultura científica e humanista base da escola, a entrada num universo social mais amplo. O processo escolar conduzirá, segundo ele, à passagem da obediência à cooperação, da moralidade como submissão à autoridade pessoal, à moral como construção individual, capaz de ser crítica à realidade conformista (SOUZA, 2002, p.49).

Segundo destacam Dubet e Martuccelli (1996), Piaget, no seu estudo sobre “o julgamento moral da criança”, refinou os estudos de Durkheim. Para Piaget, “ao longo dos estágios de seu desenvolvimento, o indivíduo articulava duas funções complementares”. Por um lado “a da assimilação, que consistiria na incorporação de situações diversas a modelos já construídos”. Por outro, “a acomodação, que tentaria ajustar, deformando, esses modelos à diversidade

concreta de situações e pessoas”. Neste sentido, “os estágios de desenvolvimento conduziriam o indivíduo à passagem do egocentrismo à cooperação”, bem como “de uma moral conformista na qual a autoridade é sempre justa à uma ética pessoal na qual o julgamento moral se destaca da autoridade, quer do grupo, quer do adulto”. Ou seja, ocorreria uma relação dialética de autonomia moral entre a submissão e a democracia dos jovens nas relações sociais. Sendo assim, a educação escolar, segundo Dubet e Martuccelli, “não seria só conformista, mas passível também de produzir um sujeito ético, capaz de crítica, convicção e de distância em relação a si mesmo”, numa abordagem paralela entre desenvolvimento moral e desenvolvimento cognitivo (SOUZA, 2002 p.49-50).

A reciprocidade e a confiança são conceitos fundamentais para a elevação do capital social na comunidade. A escola poderia incentivar o capital social e ampliar as expectativas em relação à socialização política dos jovens na transmissão de crenças e valores que promovam o bem-estar coletivo. Assim, devido ao maior grau de qualificação dos profissionais da educação, a escola poderia ser o ambiente salutar para o aprendizado democrático e para ampliar os estoques de capital social dos jovens brasileiros, promovendo, por exemplo, a possibilidade de os alunos participarem do movimento estudantil. Neste sentido, o próximo item auxilia na compreensão do tema.

4.1 A Eficácia Política na Escola

Segundo Coleman (citado por BAQUERO, 2001b, p.35), o capital social afeta as comunidades por meio de quatro características: 1) obrigações e expectativas, ou confiança

interpessoal por meio de transações cooperativas; 2) potencial de informação, que podem levar a uma maior conscientização e cooperação para o bem da comunidade; 3) normas e sanções efetivas, para priorizar os interesses coletivos acima do individual, sob pena de enfrentar sanções comunitárias; 4) relações de autoridade, em que a pessoa tem de ter capital social disponível na forma de direitos de controle das atividades de uma pessoa sob a sua autoridade. Assim, segundo Putnam (citado por TEXEIRA, 2003, p.1), as características do capital social que afetam a comunidade são:

Confiança derivada das normas e sanções que regulam a reciprocidade e facilitam a comunicação e o fluxo de informações; as redes de empenho cívico que desenvolvem relações horizontais sustentadas nas tradições históricas e nas experiências vividas além de aperfeiçoarem as relações de autoridade, cooperação comunitária e participação política.

A educação, nas suas duas dimensões, formal e informal, pode ser um laboratório de orientação para que as pessoas incorporem estas novas propostas de relações comunitárias para a superação dos problemas de ação coletiva.

Nesta perspectiva, o estudo de Patrick (2000) aborda a tendência global de resgate da educação cívica para a democracia por meio da socialização política na escola. O autor destaca a relação entre conhecimento, habilidade e virtude cívica, sistematizando alguns conceitos sobre o governo democrático, identificando impasses entre a visão constitucionalista, da democracia representativa e dos direitos individuais. Propõe aos professores que ensinem aos estudantes o uso de critérios de organização e interpretação de informações sobre as instituições e o comportamento político, bem como a inclusão curricular de tópicos que incentivem o desenvolvimento de habilidades de cooperação e de virtude cívica entre os jovens.

Pode-se acrescentar que a educação é um direito de todos os cidadãos, e que o Estado e a família têm obrigação de proporcionar ao indivíduo as condições para que se desenvolva. A

socialização política é um mecanismo importante de educação. Por meio desta pode-se incentivar crenças e valores, desenvolver a confiança, cooperação e participação nas decisões políticas.

No entanto, em relação aos estudos sobre educação, assinala Dayrell (2002, p.67) que “boa parte dos trabalhos evidencia que os alunos buscam a escola na expectativa de mobilidade social, mediante uma melhor colocação no mercado de trabalho”. O objetivo principal é o da “qualificação social”, que pode ser compreendida “como o domínio de valores, linguagens e comportamentos das classes dominantes, ou mesmo a preparação para o vestibular, como é o caso dos alunos do ensino médio”. Por um lado, as representações apontam para o viés ideológico da escola. Por outro lado,

alguns estudos ressaltam as possibilidades de a escola desenvolver a consciência crítica dos alunos mediante a posse do saber (como um ‘fermento de transformação’), evidenciando, assim, a dimensão contraditória da instituição escolar. Esse tipo de estudo, no geral, desenvolve críticas à organização da escola, tanto pelos currículos distantes da realidade quanto pelos valores e comportamentos impostos, como a apatia, a submissão e o individualismo. Alguns desses trabalhos apontam também os limites da função de socialização da escola, quando ela não permite espaço e tempo para encontros entre os diferentes atores escolares. Uma característica comum de quase todos esses estudos é a apresentação de uma série de recomendações (DAYRELL, 2002, p.74-75).

Os estudos detectam que a educação brasileira passa por sérios problemas e não vem cumprindo as diretrizes do artigo 5º da LDB, da obrigatoriedade da educação para todos, como responsabilidade do Estado. A desigualdade, segundo o INEP (citado por TEIXEIRA, 2003, p.2) é visível. Em 1996, 14,7% da população de 15 anos ou mais era de analfabetos. No Nordeste, este índice chega a 28,7%, a situação se agrava quando considerados os que estudaram até quatro anos. Entre os quais se chega a 53% de analfabetos funcionais. Apesar

disso, os recursos são limitados para a superação destas questões, ou têm dificuldades de cumprir as formalidades legais, mesmo com o apoio dos conselhos que foram criados para colaborar na eficácia das políticas públicas educacionais. Alguns avanços permitiram eleições diretas para escolha dos diretores das escolas públicas e incentivo à participação dos alunos.

Apesar disto, o INEP (2003) destaca que, de cada cem alunos, 41 abandonam o ensino fundamental antes de concluí-lo. Os índices do ensino formal são desiguais nas regiões, havendo 49% de evasão escolar no Nordeste e 33% de evasão no Sudeste.

“A evasão escolar é apontada como resultado da própria organização da escola - currículo deficiente, formação precária dos professores, falta de material didático, etc.”, mas é entendida também como resultado de fatores socioeconômicos, tornando a necessidade do trabalho o maior empecilho à frequência escolar (DAYRELL, 2002, p. 71).

Porém, na maioria dos estudos observa-se que a causa da evasão escolar está relacionada às condições socioculturais das camadas populares. No trabalho de Ragonesi (1990) observou-se a articulação mais ampla do fenômeno, “ao apontar que este é resultado de múltiplas determinações, onde se somam fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica” (DAYRELL, 2002, p.71).

Os principais motivos apontados para o abandono da escola são a necessidade de trabalhar, ou mesmo o trabalho infantil. Também os salários baixos dos professores dificultam a qualidade do ensino. Desta forma, a falta de motivação não colabora para preparar com igualdade os cidadãos para o mercado e para ampliação na participação política, gerando lacunas profundas para o desenvolvimento do país e para elevação dos índices de capital social.

Percebe-se a distorção dos programas governamentais para sanar estes conflitos. A descentralização da política educacional da esfera federal e estadual para os municípios foi realizada sem a preparação técnica e pedagógica necessárias. “A centralização dos recursos

continua, levando ao uso de critérios político-eleitorais clientelistas que agravam as desigualdades”. Desta forma, a preocupação com quantidade de escolas, e não com a qualidade, determina a gravidade das questões educacionais brasileiras, segundo Teixeira (2003, p.6).

Para o autor, alguns elementos do capital social na educação não formal, ou seja, fora das salas de aula podem, por meio de estratégias diferenciadas, produzir conhecimento e conscientizar os cidadãos dos seus direitos e do seu papel transformador. Assim, as experiências educacionais em práticas sistemáticas e inovadoras podem contribuir para ampliação da educação popular. Estas experiências podem envolver elementos comuns ao cotidiano dos jovens, tais como as redes territoriais que envolvam os setores marginalizados e sejam agentes motivadores da consciência crítica na juventude. A promoção e a autovalorização dos indivíduos, deve ser acrescida ao respeito à identidade e a cultura popular, adaptando-se metodologias inseridas na realidade vivida.

Um bom exemplo de orquestração entre a educação e as realidades vividas pode ser observado no estudo de Abramovay (2003), que avalia a formação do capital social para os jovens que vivem no interior do país e no meio rural brasileiro. Um estudo da CEPAL constata que, na América Latina, é raro que surjam atores sociais organizados na representação dos jovens. O Brasil (com exceção de algumas atividades da pastoral da Igreja e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não escapa a esta regra. John Durston (1996) insiste, com razão, na invisibilidade da juventude latino-americana. Para muitos, os que nasceram no campo devem ser observados pela sua especificidade de juventude rural. Assim, o capital social deve ser alimentado também em relação à educação nos vários setores da sociedade, público e privado, rural e urbano, entre outros (citados por ABRAMOVAY, 2003).

Neste sentido, as associações comunitárias, ONGS e setores públicos e privados, podem

colaborar para a catalisação de recursos da comunidade, da organização da sociedade civil, promovendo ações de solidariedade e reciprocidade, sem dispensar os recursos governamentais. A metodologia revolucionária e libertária de Paulo Freire (1987) deve servir de base para o resgate educacional das camadas marginalizadas, envolvendo associações, meios de comunicação e sindicatos entre outras esferas da comunidade. Para o autor, a educação brasileira é bancária, e dá prioridade à quantidade de conhecimentos e não à formação do cidadão crítico.

Inserindo-se nessa problemática, Paulo Freire (1987) coloca que a educação brasileira tem sido domesticadora e não tem construído indivíduos críticos. Ou melhor, não tem contribuído para libertar os oprimidos e opressores, a fim de que possam vislumbrar uma "Educação Dialógica", ou seja, baseada no diálogo, e rompa definitivamente com a concepção da "Educação Bancária", onde o estudante é um depósito de informações, sem senso crítico, citado por (NAZZARI, 2002, p.145).

Considerando-se os problemas enfrentados pela educação brasileira, percebe-se a socialização política como um mecanismo para a juventude adotar e internalizar orientações políticas diferentes das estruturas verticais de poder verificadas nos países da América Latina. A socialização política funciona como difusora do sistema político democrático. O capital social é alternativa importante para o resgate de uma comunidade cívica, baseada nas variáveis de confiança social, cooperação mútua e ampla participação política. Neste sentido, a eficácia política é pré-requisito essencial no acréscimo dos índices de capital social entre os jovens.

Por eficácia política entende-se a autopercepção da possibilidade de influenciar nas decisões políticas, ou seja, se os entrevistados acreditam que são efetivamente participantes, ou imaginam que, se fosse necessário, sua participação teria alguma influência na política (BAQUERO, 1997, p.17).

A socialização política pode colaborar para incrementar a eficácia política. Este estudo

verifica o conhecimento e a participação nos eventos e problemas da escola. Nesta direção, partindo do pressuposto de que a informação pode levar a uma maior conscientização e cooperação e é importante para o envolvimento das pessoas nas questões do cotidiano, observa-se na questão a seguir, na Figura 6, sobre o conhecimento dos jovens sobre os principais problemas da educação brasileira.

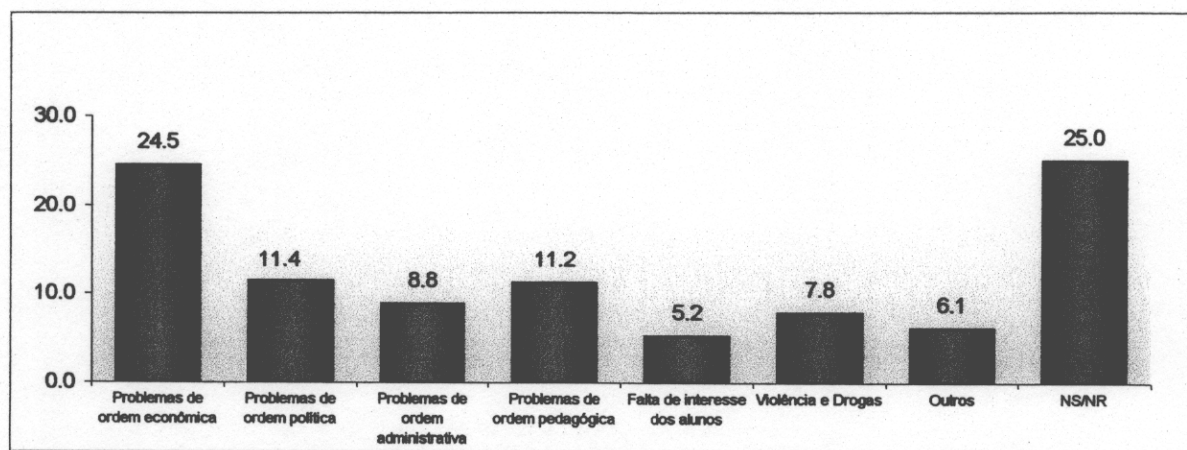


Figura 6 - Principais problemas da educação brasileira (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Observa-se que 25% dos entrevistados NS/NR sobre os principais problemas da educação brasileira, enquanto 24,5% apontaram problemas de ordem econômica, 11,4% de ordem política, 11,2% de ordem pedagógica, 7,8% violência e drogas, 5,2% falta de interesse dos alunos e 6,1% destacaram outros problemas enfrentados por suas escolas. Destaca-se que os problemas econômicos são os que mais afligem os jovens, tendo em vista as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a contínua crise econômica do País.

Uma dimensão abordada, na linha de eficácia política, foi a atitude dos adolescentes frente a problemas da escola. Aprender a conversar e discutir os problemas faz parte da compreensão democrática e na construção da cidadania, e colabora para ampliar os laços de coesão social,

neste sentido, foi solicitada aos entrevistados se costumam discutir os problemas com os colegas. Os dados são apresentados na Figura 7 a seguir:

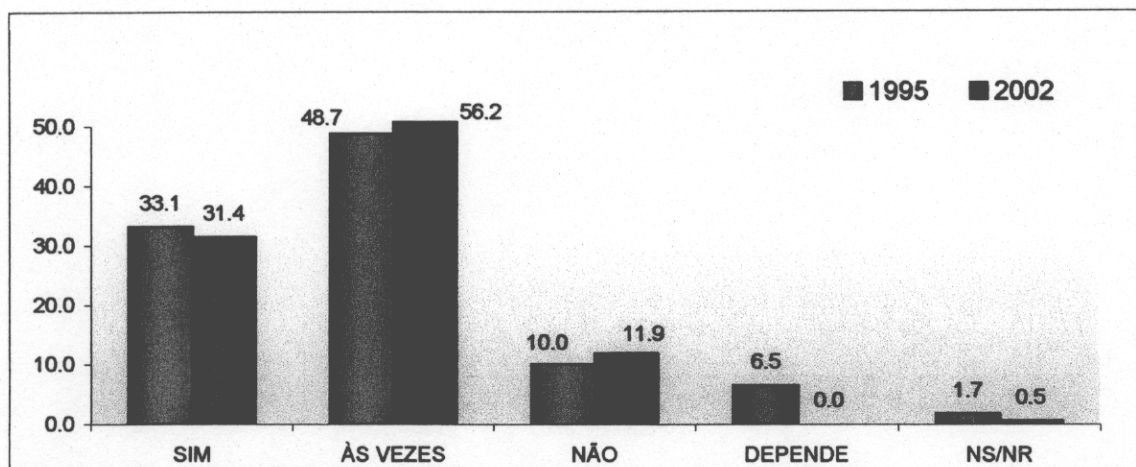


Figura 7 - Discutir problemas com os colegas (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Perguntados sobre o seu engajamento na discussão dos problemas da escola, entre os entrevistados, 56,2% costumam discutir os problemas com os colegas às vezes, 31,4% regularmente, 11,9% não e NS/NR 0,5%. Em relação à pesquisa anterior, não foram constatadas alterações significativas. No geral, a percentagem de jovens que discute os problemas vem se ampliando consideravelmente, indicando uma propensão na elevação dos níveis de eficácia política na escola.

Quanto ao gênero, observou-se que as meninas apresentam um índice de 37,2%, enquanto os meninos 24,8% quando questionados sobre se costumam discutir os problemas da escola com os colegas, às vezes 57,3% dos meninos e 55,2% das meninas, que não costumam 17,5% e 7,1% respectivamente. As meninas apresentam-se com atitude de eficácia política mais democrática que os meninos em relação ao costume de discutir os problemas da escola.

Na perspectiva de Schmidt (2000, p.220-2), sobre a percepção da democracia no ambiente escolar, nota-se que “dois terços dos estudantes da amostra consideram que a sua escola é um ambiente bastante ou mais ou menos democrático, enquanto 1/3 o vê como pouco ou nada democrático”. Em ambas as pesquisas existe um indicativo de que estão sendo ampliadas as liberdades dos estudantes e reforçadas as relações horizontais nas estruturas escolares. A presença política na escola é respaldada por 75,5% dos jovens entrevistados. Este fator aponta para a ampliação dos espaços favoráveis para a educação cívica. A escola aparece para a maioria dos jovens (56,7%) como espaço em que há um maior estímulo ao interesse pela política do que na família (40,3%).

Nesta pesquisa (2002), em relação ao tipo de escola, dentre os 31,4% que costumam discutir os problemas da escola com seus colegas a diferença é 4,3% maior entre os estudantes da escola pública; dos 56,2% que discutem às vezes, a diferença maior é de 4,9% para os alunos da escola pública. Quanto à resposta negativa (11,9%) o índice de 0,9% entre os alunos da escola privada; bem como, entre os alunos que NS/NR 3,4% maior para a escola privada. Assim, os alunos das escolas públicas apresentam índices maiores de eficácia política em relação à atitude de discutir os problemas da escola.

As estruturas cívicas locais e regionais, vizinhos e associações podem colaborar para reforçar os sentimentos de eficácia política. A escola é uma agência de socialização que permite a ampliação das redes de envolvimento cívico. A escola pode promover a participação nas redes de trabalho voluntário e a cooperação em movimentos reivindicatórios e associações. Assim exerce um papel importante.

A escola favorecendo sentimentos de solidariedade e igualdade, estimula normas de cooperação, ampliando a confiança nas pessoas, e desenvolvendo atitudes voluntárias em relação às instituições sociais desenhando um senso de comunidade cívica. A atitude de eficácia política apresenta-se favorável também em relação às respostas dadas à pergunta

sobre o interesse dos estudantes em participar das decisões da escola, como destaca a Figura 8 a seguir:

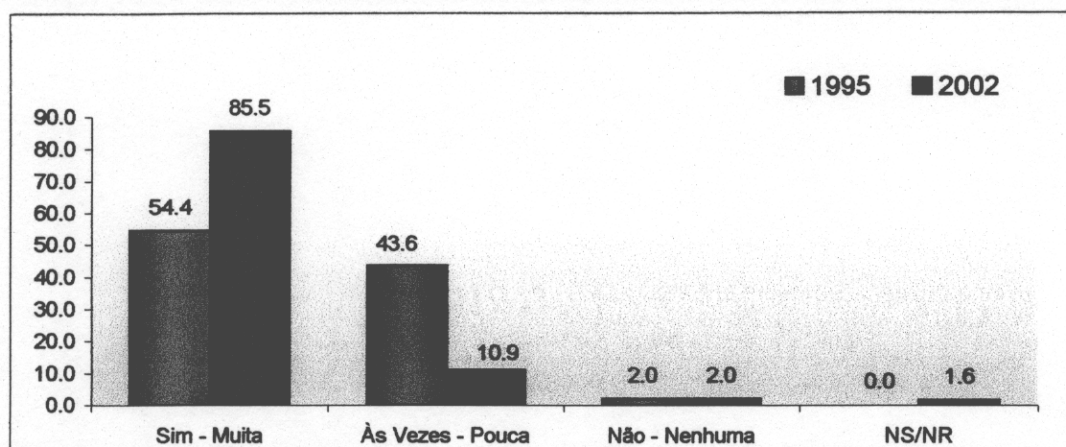


Figura 8 - Os alunos deveriam participar das decisões da escola (%)

Fonte: dados da pesquisa da autora (2002).

No que diz respeito ao grau de envolvimento dos alunos nas decisões da escola percebe-se a existência latente de sentimentos de eficácia política entre os entrevistados. A importância em participar das decisões na escola foi assinalada por 85,5% deles. Comparando-se os dados da pesquisa anterior (1995), houve um acréscimo significativo em relação à influência e participação dos alunos nas decisões da escola, de 54,4% para 85,5%. A resposta às vezes ou pouca, por sua vez, baixou de 43,6% para 10,9%. Isto significa que, em relação às opções apresentadas, a maior parte deles, ainda assim, registraram que deveriam participar, enquanto não e nenhuma ficaram com 2,0% respectivamente.

Neste estudo, apesar de a maioria (85,5%) dos entrevistados assinalarem que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas na sua escola, não se verificou a utilização dos canais representativos dos estudantes para as suas demandas. Pois, quando perguntados a quem recorrem quando não gostam de alguma coisa que acontece na escola, 44,8%

responderam que vão à direção; 11,1% vão ao serviço de orientação educacional; e apenas 2,2% utilizam o grêmio (seu canal clássico de representação); 16,4%, aos professores; 17,4 % não fazem nada; 0,8%, colegas e amigos; outro, 3,5% e NS/NR 3,8%.

Houve uma alteração neste estudo (2002), em relação à pesquisa anterior (1995), uma ampliação de 27,6% dos que reclamavam à direção; 5,3% procuravam o serviço de orientação pedagógica; 3,9% somente procuravam o grêmio do colégio; 29,0% procuravam o professor; 31,8% não fazem nada e NS/NR 2,4%.

Também, constatou uma alteração na atitude dos que não fazem nada. O percentual passou de 31,8 % para 17,4%, o que demonstra uma ampliação nos sentimentos de eficácia política da juventude. No entanto, entre os que reclamam quando não gostam de alguma coisa na escola, apenas 2,2% usam grêmios como canais representativos, índice ainda menor que a pesquisa feita em (1995) e esta atitude se mostra deficiente, pois o jovem ainda não tem nitidez dos canais escolares que cumpririam o papel de intermediar suas reivindicações.

Ou seja, os índices permanecem insatisfatórios em relação à eficácia política como na pesquisa anterior (NAZZARI,1995, p. 154-5), quando “os percentuais maiores de reclamações vão para os professores 29,0%” (1995) 16,4% na pesquisa de Schmidt (2002) e para a direção 27,6% (1995) e 44,8% (2002). O entrevistados apresentam uma tendência a relações verticais de poder que não favorecem a utilização de mecanismos de democracia horizontal. Assim, não conseguem vislumbrar o fortalecimento dos grêmios que poderia incrementar maior participação e cooperação entre eles, possibilitando acréscimo no capital social da escola.

Na questão de gênero, observa-se que não existem grandes diferenças nas opiniões entre os meninos e as meninas em relação à participação nas decisões da escola, apesar das meninas demonstrarem um índice um pouco maior de participação, ou seja, 4,6% de diferença na perspectiva de gênero.

Em relação aos tipos de escola, na pública este número é 6,4% maior que na escola privada entre os estudantes que acham que deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola; meio indecisos na alternativa às vezes os alunos da escola privada têm uma diferença de 4,1% superior aos da pública. Neste item, em média as escolas públicas apresentam índices mais favoráveis de estoques de capital social, ou seja, 3,9% a mais que na escola privada.

De maneira geral, comparando-se então esta análise à pesquisa de Schmidt (2000, p. 220-2), observa-se que a horizontalidade nas relações apresentada pelo autor não se concretiza na prática dos jovens entrevistados nesta pesquisa. “A ampliação, entre os jovens, de sentimentos de liberdade e a elevação dos índices de percepção sobre a necessidade de participar das decisões na escola ainda não encontraram ecos na prática”, por meio de associações que poderiam representá-los para a tomada de decisões na escola. Nesta direção, observa-se que existe uma ampliação da participação dos filhos nas decisões em família. Desta forma, a família tem se mostrado mais eficiente que a escola na promoção do capital social.

4.2 Participação em Movimento Estudantil

A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas em nível nacional não basta para a democracia, pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou a treinamento social, precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação.

“A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa no mais amplo sentido da palavra” (PATEMAN, 1992, p.60), tanto no aspecto psicológico, quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema especial quanto à estabilidade de um sistema participativo; ele se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo.

Assim, a participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. “As hipóteses subsidiárias a respeito da participação são de que ele tem um efeito integrativo e de que auxilia a aceitação de decisões coletivas”. Em consequência, para que exista uma forma de governo democrática é necessária a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas (PATEMAN, 1992, p.61).

A participação pode auxiliar na eficácia política e é uma variável do capital social de uma comunidade. Observa-se que os estudos sobre participação e educação assinalam um nítido viés ideológico, “que pode ser apontado como umas limitações da perspectiva analítica”. Em geral o quadro da análise foi marcado pela conjuntura política (CARRANO, 2002, p.198).

“Os estudos mais recentes reconhecem as possibilidades de que as manifestações estudantis, mesmo que não orientadas para a transformação revolucionária da sociedade”, podem contribuir com o aprimoramento das relações e instituições democráticas na sociedade brasileira (CARRANO, 2002, p. 198).

Este caminho colabora para aprimorar os estudos sobre a socialização e participação política da juventude. Assim, outros processos menos institucionalizados de segmentos e situações distintas merecem aprofundamentos de análises para se verificar a presença dos jovens nas questões coletivas. Um ponto que merece destaque é a participação dos jovens nos grêmios estudantis, para isto é necessário que eles se façam presentes nas escolas, com este propósito a

Figura 9 a seguir é ilustrativa.

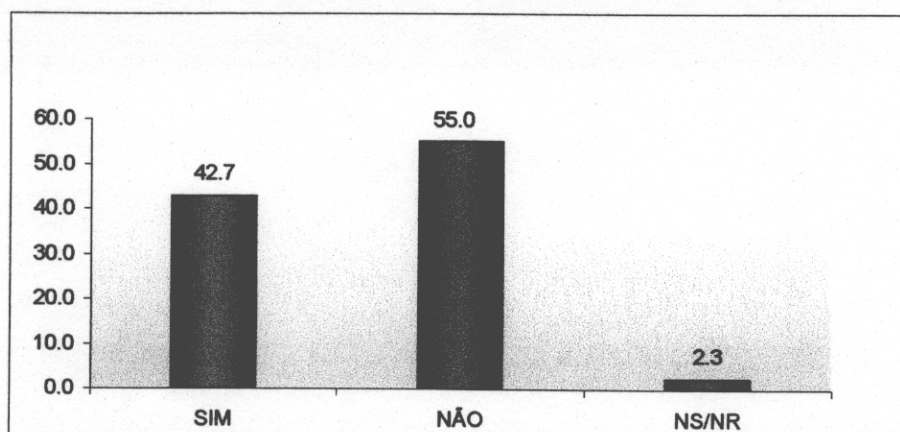


Figura 9 - A escola tem grêmio estudantil (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Segundo os jovens entrevistados, 42,7 % das escolas têm grêmio estudantil, 55% não têm e 2,3 % NS/NR. Estes dados mostram que são medianos os números de escolas que possuem grêmios estudantis.

Partindo do pressuposto de que “quanto mais os cidadãos participam em associações, maiores as possibilidades de geração de capital social” (BAQUERO, 2001b, p.39), e de que o capital social pode proporcionar novos caminhos na direção de pensar mecanismos que potencializem a capacidade participativa da sociedade, pode-se chegar a conclusões acerca da relação que há entre o grau de capital social e o índice de participação nas atividades das associativas.

Assim, os jovens foram questionados sobre sua participação nas atividades desenvolvidas pelo grêmio estudantil nas suas escolas, como fonte de aprendizado para a participação no futuro em esferas de decisões superiores, provinciais e nacionais, destaque da Figura 10:

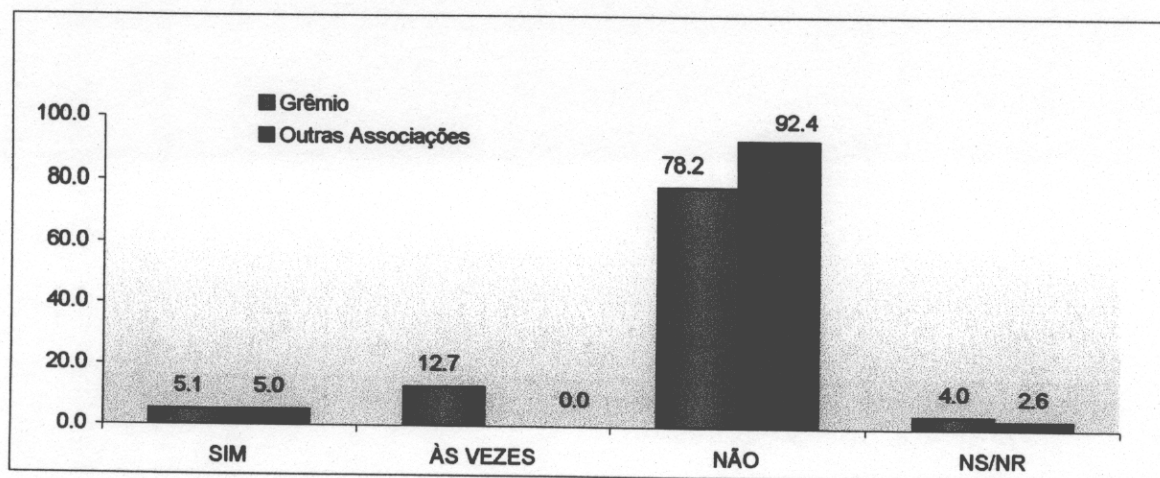


Figura 10 - Participação nas atividades desenvolvidas pelo grêmio estudantil (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

O pequeno número de estudantes desta pesquisa (2002) que respondeu participar nas atividades desenvolvidas pelo grêmio estudantil é um indicativo da baixa participação dos estudantes na escola. Essa tendência fica evidente, ainda, na pesquisa de Schmidt (2000, p. 225), onde “somente 7,4% dos entrevistados já participaram do grêmio estudantil”. Neste estudo também somente 5,1% participam das atividades desenvolvidas pelo grêmio e 12,7% às vezes, 78,2% não participam e 4,0% NS/NR. Também, em associações de estudantes o índice de participação é baixo, apenas 5,0% participam de outra associação de estudantes, entre as quais destacam-se as ONGS, Amigos da Escola, UNICEP, UBES, Grupo de Teatro, Senai, Aces, Oficina de Sexualidade e outros. Noventa e dois vírgula quatro por cento dos entrevistados não participa em outra associação de estudantes e 2,6% NS/NR.

Com relação à variável de gênero, não foram verificadas diferenças significativas.

Tendo em vista o tipo de escola, observa-se que os estudantes das escolas públicas apresentam níveis de participação maior, ou seja, 5,5% enquanto os da escola privada 1,8%; às vezes

13,3% para a escola pública e 8,8% para a escola privada. Os índices são desfavoráveis para a escola privada, também no quesito não, com 82,5% das respostas, enquanto a pública 77,5% e NS/NR 7,0% e 3,7% respectivamente. Neste item as meninas e os estudantes das escolas públicas apresentam níveis um pouco superiores de capital social do que os meninos e a escola privada.

De maneira geral, estes números não apresentam uma evolução satisfatória quando confrontados com a pesquisa de Nazzari (1995, 159), quando “75,7% dos jovens responderam que não pertencem a alguma organização estudantil; 18,2% não responderam e apenas 6,1% responderam que pertencem”. Há, contudo, uma clara distinção entre a disposição dos estudantes entrevistados de participarem das atividades desenvolvidas pelo grêmio e sua percepção sobre a necessidade subjetiva de participação. Frente à pergunta sobre a importância da participação em organizações estudantis, à situação se modifica, indicando um contra-senso, como indica a Figura 11 a seguir:

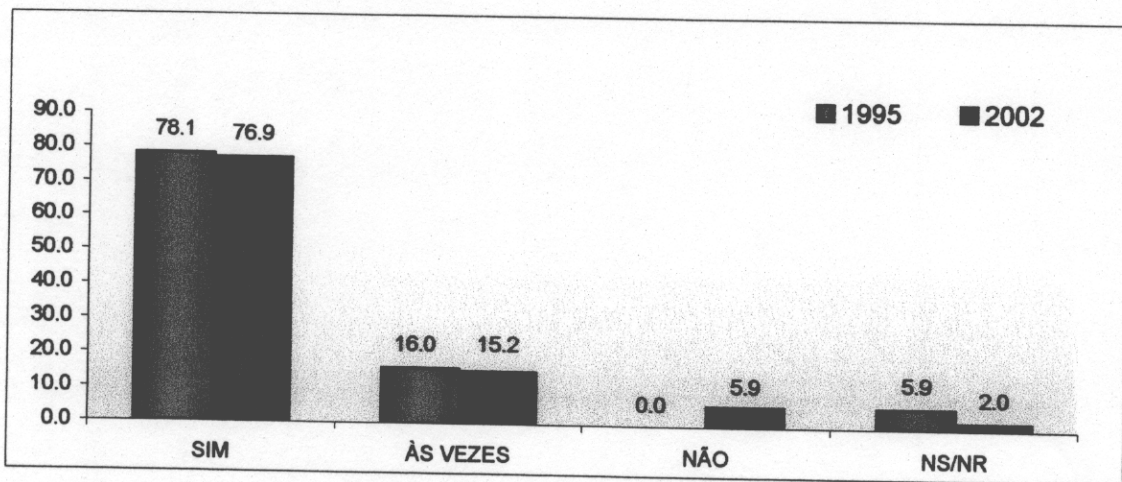


Figura 11 - Importância da participação em organizações estudantis (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Mantendo a mesma tendência das pesquisas anteriores, a importância da participação é alta. Nesta pesquisa, observa-se que 76,9% dos entrevistados consideram a participação em organizações estudantis importantes; 15,2% responderam às vezes; 5,9% que não acham importante participar e 2,0% não responderam. Entre os motivos destacados para a participação encontram-se: ter direito, com 5,8%; para se informar e aprender mais, 17,4%; para promover mudanças, 8,6%; os que não se interessam, 0,5%; não se importam, 0,6%; não acreditam que possam mudar, 0,5%; irônicos, céticos ou pessimistas, 0,2%; outros, 7,5%; NS/NR 58,8%.

Na relação de gênero, 72% dos meninos e 81,4% das meninas consideram importante os estudantes participarem das organizações estudantis sempre; 17,7% e 13,0% às vezes; 8,2% e 3,8% não consideram importante e NS/NR 2,0% e 1,8%. Nestes dados também as meninas têm índices maiores de predisposição à participação do que os meninos. Os índices em relação à participação em outras associações de estudantes são de 6,3% para as meninas e os meninos com 3,5% de participação; não participam 91,2% delas e 94% deles e NS/NR 2,5% em ambos os casos. Assim, os dados apontam que as meninas apresentam índices maiores que os meninos em relação aos escassos índices gerais de participação em atividades de associações de estudantes.

Os índices relacionados ao tipo de escola destacam que a escola pública apresenta níveis mais satisfatórios de estoques de capital social, pois 79,0% consideram importante participar de organizações estudantis enquanto 63,5% da escola privada, ou seja, uma diferença de 15,5%; os alunos da escola privada apresentam índices de insegurança que podem ser destacados na opção às vezes 11,6% a mais que a escola pública. É plausível que os estudantes das escolas públicas tendem a apresentar um grau de importância um pouco maior em participar de organizações estudantis.

De forma geral, como nas pesquisas anteriores (1995 e 2002), a maioria dos estudantes desta pesquisa (2002) sabe a importância da participação (76,9%). No entanto, 12,7% dos entrevistados participam às vezes e apenas 5,1% participa das atividades desenvolvidas pelo grêmio estudantil. Assim, percebe-se que os estudantes entrevistados não vêem nas entidades estudantis um canal legítimo ou eficaz de participação política, através do qual poderiam, por exemplo, influenciar as decisões da escola, como assinalaram ser de seu interesse. Em outras palavras, na escola os adolescentes manifestam um padrão de baixa eficácia política subjetiva.

“Dada a importância da escola na socialização política, é bastante provável que esse padrão contraditório de interesse em influir nas decisões com pequena participação política deva-se manter (ou reforçar) ao longo da vida” (BAQUERO, 1997, p.21).

Assim, verifica-se entre os estudantes a existência de sentimentos democráticos que, por falta de incentivo por meio da socialização na escola, não permitem o fortalecimento de suas associações representativas. Assim, a escola, que poderia ser uma incentivadora de crenças e valores democráticos, não está desenvolvendo o seu papel de promotora de uma educação participativa, que poderia incentivar a promoção da confiança, da cooperação e da participação entre os estudantes para ampliação do capital social.

De maneira geral, percebe-se que os psicólogos, assistentes sociais, conselheiros, professores e outros representantes de um ponto de vista institucional, invadem grandes áreas da autoridade paternal, as mais das vezes a convite dos próprios pais. “Isto significa que há uma perda da intimidade, dependência e lealdade que tradicionalmente caracterizam a relação entre pais e filhos”. Realmente, alguns acreditam agora que a relação entre pais e filhos é essencialmente neurótica, e que as crianças e adolescentes são mais bem atendidas por instituições do que por suas famílias (POSTMAN, 1999, p.164).

Assim, a escola é a única instituição pública que nos resta baseada no pressuposto de que há diferenças importantes entre a infância e a idade adulta e que os adultos têm coisas de valor

ensinar às crianças. Porém a declinante autoridade das escolas está sendo documentada. Em algumas escolas, as crianças passam por treinamentos profissionais como adultos em miniatura, ou então as escolas aparecem como grandes clubes de recreação.

Todavia, como criação da alfabetização, a escola não aderirá facilmente à ofensiva contra a sua progenitora. De uma forma ou de outra, por mais diluído que seja o esforço, a escola permanecerá como a última defesa contra o desaparecimento da infância (POSTMAN, 1999, p.165 -6).

A reflexão sobre as tecnologias mostra que, há razão para acreditar em transformações culturais. As instituições que mais têm interesse no assunto são: a família e a escola. Por um lado, as estruturas de autoridade das famílias ficaram seriamente enfraquecidas quando os pais perderam o controle sobre o ambiente informacional dos jovens. Eles passam mais tempo na frente da televisão, com a desvalorização da paternidade. “Parece bem claro que a mídia reduziu o papel da família na moldagem de valores e da sensibilidade dos jovens” (POSTMAN, 1999, p.164).

A escola tem o papel de desmistificar certos valores de modernidade veiculados pelos meios de comunicação de massa, na promoção da capacidade crítica da leitura que os jovens fazem dos meios de comunicação e a incorporação de novas linguagens informacionais, processo este irreversível.

Assim, “os primeiros pares românticos e a questão da sexualidade dos adolescentes quase sempre estão vinculados ao processo de socialização na escola, apesar da forte influência da mídia” (LARSON; et. al., 2002, p.44).

Neste sentido, cabe às agências socializadoras tradicionais promover uma mediação crítica entre os jovens e as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação, incentivando, por meio da socialização política a construção de indivíduos mais críticos, com maior confiança, cooperação e participação nas questões da comunidade no presente e no futuro, com uma transição salutar para novos cenários do mundo adulto. Neste sentido, é importante observar a interação das agências educativas como promotoras de capital social por meio da socialização política dos jovens, bem como a sua relação com os meios de comunicação.

4.3 Os Meios de Comunicação e Capital Social

A ação da mídia não ocorre de forma isolada, mas agrega-se a outras práticas socializadoras. As pesquisas em geral destacam “o papel da mídia na inculcação de valores culturais, estéticos e políticos condizentes com os valores capitalistas e a tendência de transformar tudo em mercadoria”. A maioria dos estudos revela uma maior veiculação do valor liberdade, seguido de sexo, família e mobilidade social, sobretudo em razão da dominação e massificação cultural que promovem.

A ambigüidade dos veículos de comunicação, se por um lado contribuem para a difusão de padrões de consumo e para a incorporação não crítica das informações, por outro, “cumpram o importante papel de aguçar as emoções e as fantasias, parte essencial das necessidades humanas e que assume importância crucial na fase da adolescência” (CORTI e SPOSITO, 2002, p. 206).

Segundo Silva (1997), “o potencial construtivo da mídia é reconhecido em sua

capacidade de desencadear processos de simbolização importantes para o sujeito e para a manutenção do equilíbrio social”, no entanto, sem “incorporar uma perspectiva homogênea sobre seus efeitos” (citado por CORTI e SPOSITO, 2002, p. 206).

O processo de transformação de criança para jovem, e depois para adulto, tem a ver com a idéia de acessibilidade da informação, que, por sua vez, está relacionado com a forma como a informação é codificada. Com a televisão, a base dessa hierarquia desmorona. As pessoas vêem televisão. Não a lêem, nem a escutam muito. Todos assistem. É um *show* de imagens, um meio de comunicação pictográfico não lingüístico. É a imagem que chama atenção (POSTMAN, 1999).

“De acordo com os estudos de Daniel Anderson e outros, as crianças começam a ver TV com atenção sistemática aos três anos, idade em que têm seus programas favoritos, podem cantar o comerciais e pedem produtos que vêem anunciados”. Os comerciais são tão simples de se entender. Por isso não existe na TV a programação infantil. Tudo é para todos (POSTMAN, 1999, p.93).

Podemos concluir, então, que a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para apreender sua forma; segundo, porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e, terceiro, porque não segrega seu público. Com ajuda de outros meios eletrônicos não impressos, a televisão recria as condições de comunicação que existiam nos séculos quatorze e quinze. Biologicamente estamos todos equipados para ver e interpretar as imagens. O novo ambiente mediático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente a mesma informação. “Dadas às condições que acabo de descrever, a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância” (POSTMAN, 1999, p.94).

Os jovens de hoje são mais bem informados do que qualquer outro grupo de jovens no passado. A metáfora empregada é que a televisão é uma janela para o mundo. Pode ou não ser tomada como sinal de progresso é um mistério, porque, ao ter acesso ao fruto antes escondido da informação adulta, perdem-se algumas características importantes da juventude.

A forma simbólica da informação política mudou radicalmente. Na era da televisão, o julgamento político passa de uma avaliação intelectual de propostas para uma resposta intuitiva e emocional à totalidade de uma imagem. A televisão redefine o que se entende por “sólido julgamento político, transformando-o numa questão antes estética que lógica”. Todos entendem a linguagem e a lógica quase nada têm a ver com o assunto, e que, com a televisão, desce-se a um nível qualitativamente diferente de consciência política (POSTMAN, 1999, p. 115-6).

A formulação de juízos políticos na era da televisão não requer as habilidades da alfabetização. Assim, é preciso compreender o papel ínfimo que as premissas ideológicas, o vigor e a coerência lógica ou a habilidade com a linguagem exercem na avaliação de uma imagem televisiva. A televisão mudou a arena social e simbólica em que a política se expressa e é compreendida. O show de notícias da TV contribui para que os fatos sejam destituídos de continuidade histórica ou qualquer outro contexto, e numa sucessão tão rápida e fragmentada que caem sobre a nossa cabeça como uma enxurrada (POSTMAN, 1999, p.119).

Para Postman (1999), a televisão acaba com o monopólio da informação dos adultos. Nas imagens auto-explicativas, os adolescentes e jovens têm hoje acesso a assuntos reservados antes aos adultos, tais como sexo, violência, política e doenças, assinalando uma nova configuração das etapas de vida. A potencialidade intelectual e emocional da juventude é considerada da mesma forma que para o adulto.

Assim, em relação à política, “o *show* ou entretenimento, em vez de informar, trivializa a idéia de homem político para destruir a diferença entre a compreensão do adulto e do jovem”.

Do mesmo modo que o *show* de notícias altera o significado do julgamento político, o comercial de TV altera o sentido de consumo e religiosidade (POSTMAN, 1999, p.121).

Devido à grande influência dos meios de comunicação na socialização política, o estudo de Schmidt (2000, p.204-5) destaca que a informação política e a confiança na mídia podem colaborar para a análise dos efeitos dos meios de comunicação no comportamento dos jovens. Os números são bastante eloqüentes quanto à importância que a TV possui na vida dos jovens. “Não menos que 21,2% dos jovens declararam ficar mais de 5 horas à frente da televisão todos os dias, outros 33,3% permanecem de 2 a 5 horas. A meio caminho, 29,9% assistem todos os dias até 2 horas”. Os que assistem pouco à televisão não representam mais de 13%, ou seja, 7,7% assistem à televisão em média três vezes por semana; 5,1% uma vez por semana e 1,7% não costumam assistir televisão. Não existem grandes variações nos índices entre os sexos.

No estudo de Largura (1986), foram observadas diferenças nas preferências dos alunos de acordo com seu nível socioeconômico. As meninas preferem as novelas, e os meninos os filmes. Aponta-se “a TV como responsável por transformações nas vivências familiares e, também, escolares, já que o ritmo da sala de aula é contrastante e menos atrativo que o da televisão”. Neste sentido, a escola deve promover atividades de mediação crítica entre os alunos e as mensagens recebidas, para que sejam capazes de desmistificar os meios de comunicação em massa (CORTI e SPOSITO, 2002, p.206).

Segundo estudo de Fischer (1982), “a mídia constrói um sujeito adolescente a partir da proposição de normas e práticas, o que mostra a centralidade contemporânea das redes de poder relativas ao campo das práticas culturais” (CORTI e SPOSITO, 2002, p.206).

O diálogo crítico com as novas textualidades pode amadurecer a percepção dos jovens em relação à influência da mídia sobre a concepção das questões políticas, no sentido de ampliar os índices de capital social em uma comunidade.

Importante item para os estudos sobre o capital social é assinalado pelo conceito de confiança. Neste sentido, Schmidt (2000, p.208) observa que as respostas, em geral, destacam uma postura crítica dos jovens diante da mídia, “sobre a veracidade dos fatos apenas 6,7% concordam; a maioria (68,0%) concorda que algumas notícias são verdadeiras, outras são falsas, e para 17,2% a maioria das notícias são falsas”.

O estudo destaca que existe forte sentimento de desconfiança e cautela dos jovens brasileiros em relação às notícias divulgadas pela televisão. No entanto, a ausência de fontes de informação alternativa pode levar o indivíduo a partilhar da leitura televisiva dos fatos, pois, não tendo parâmetro de comparação, dificilmente desenvolverá uma leitura crítica das questões políticas.

No entanto, é importante observar o poder da mídia em incentivar juízos e valores em relação aos fatos políticos. Assim, são acostumados a perceber a política vinculada às características pessoais e morais dos seus agentes, tais como desonestos, interesseiros e legisladores de causa própria. São questões que dificultam o fortalecimento das instituições democráticas e enfraquecem o capital social. Assim, somente com o gradativo crescimento das relações de confiança e cooperação poder-se-á se desenhar uma democracia participativa.

No entanto, as democratizações da mídia, principalmente por meio da Internet, abrem a possibilidade de reversão da posição passiva dos jovens à posição de sujeito do processo de comunicação.

4.4. Informação Política e Capital Social

As ênfases dos trabalhos sobre a educação na sociologia e na psicologia da educação, com uma certa fluidez de intenção pedagógica com formulações, utilizam-se de conotações filosófico-políticas na maioria dos estudos. A crítica ao psicologismo no final dos anos 70 trouxe nova tônica aos estudos para um sociologismo dos anos 80, capaz de fazer uma crítica à sociedade.

Segundo Sposito (2002 p.17), “os interesses das pesquisas sobre juventude nos últimos 18 anos” centraram-se nos seguintes temas: Primeiro, os jovens no mundo do trabalho e escola, temas que abordam pesquisas sobre os estudantes trabalhadores. Segundo, nos aspectos psicossociais de adolescentes e jovens, que analisam os comportamentos envolvendo valores, julgamento moral, capacidade crítica, representações, sexualidade, drogas, relações familiares, gênero e identidade. Terceiro, adolescentes em processo de exclusão social, pesquisas que verificam o perfil de sociabilidade destes grupos, e atingem crianças e adolescentes considerados em situações de risco, e se interessam em verificar a implementação de programas públicos e privados na educação. Quarto, os jovens universitários que abordam estudos sobre o ensino superior no Brasil e o acesso dos jovens no processo educativo; juventude e escola examinam tanto o nível de ensino fundamental como o do médio, sob a perspectiva do aluno. Quinto, os jovens e a participação política, estudos que se preocupam principalmente com a política estudantil e têm fraca presença nos estudos educacionais sobre a juventude.

Além da participação política, existe um conjunto de temas emergentes nas investigações sobre a juventude, tais como mídia e juventude, grupos juvenis e os jovens e a violência.

De modo a se constituir uma área sólida de investigação em torno dos estudos sobre a juventude no Brasil, inscreve-se a presente pesquisa, que busca, por meio do entendimento do conceito de capital social, potencializar na socialização a emergência de jovens caracterizados como atores sociais autônomos, diferentes e empoderados, que não admitem subordinação, e que devem desenvolver a cooperação e coordenação de suas ações com os diferentes atores sociais. E, a fim de potencializar sua capacidade de intervenção, é mister que haja uma rede de informações que incentive a participação política.

Os dados da UNICEF (2002, p.66-7) destacam a TV como a segunda principal fonte de diversão e lazer para os jovens brasileiros. A porcentagem de adolescentes entrevistados que assistem televisão “é maior que a dos que citaram atividades mais dinâmicas, realizadas no espaço público, como passear pela rua e praticar esportes (ambos com 47%)”.

A maioria considera os programas televisivos bons. Em nível nacional, “o tempo médio dedicado diariamente pelos adolescentes à TV é de 3h55min”. As novelas e minisséries são os programas preferidos dos adolescentes com 21% das respostas, a maioria são de meninas.” Entre os entrevistados 45% ouvem rádio todos os dias. “Em relação a outros meios de informação, 59% afirmam ler jornais e revistas às vezes”. Os índices diminuem à medida que o nível de renda decresce. As meninas são as maiores leitoras de jornais e revistas, 15,8% contra 12,4% dos meninos, e a leitura preferida são jornais diários e revistas informativas.

A maioria dos jovens não lê jornal e não acompanha o noticiário. Justificam que não gostam de ver violência e política, mas reconhecem que é importante se atualizar. Neste sentido, para verificar a relação entre informação e capital social, os jovens foram questionados sobre o costume de se informar sobre o que está acontecendo em nosso país, utilizando para isso quais meios de comunicação. As respostas são apresentadas na Figura 12 a seguir:

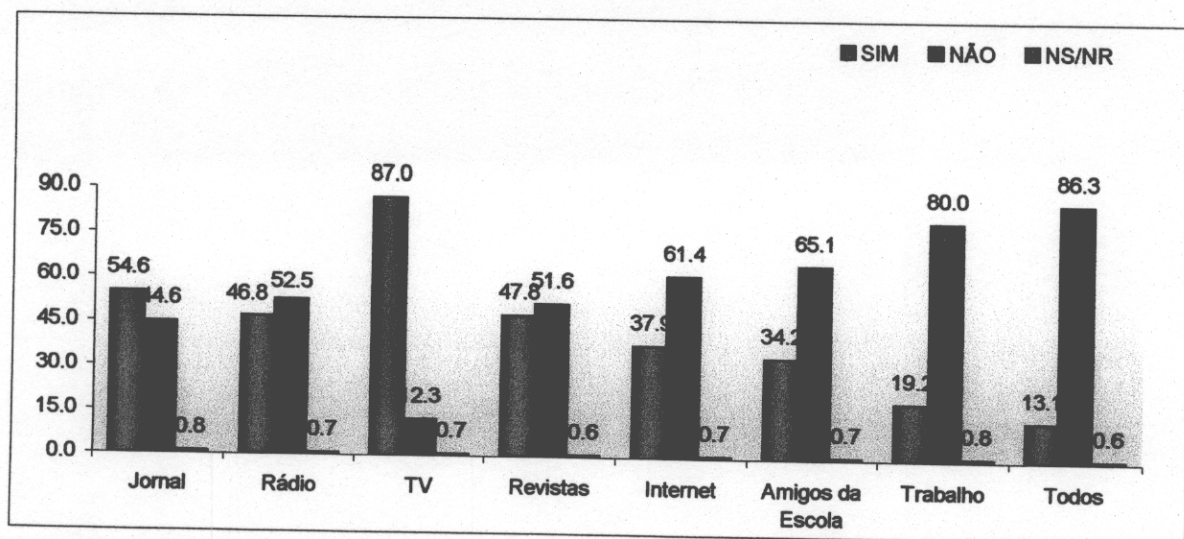


Figura 12 - Informação dos jovens (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Os dados da pesquisa de amostra por domicílios do IBGE (2000) destacam que a televisão está presente em 87,7% das casas brasileiras. Esta também aparece como segunda principal fonte de lazer dos jovens na pesquisa da UNICEF (2002). Neste estudo comprova-se este dado, pois 87,0% dos entrevistados da amostra assinalam como fonte de informação principal a televisão; 12,3% não utilizam a televisão como fonte de informação, e 0,7% NS/NR.

Observa-se que este dado foi confirmado em pesquisa anterior onde o noticiário televisivo aparece com 70% das respostas, freqüentemente (36,2%) ou às vezes (32,8%), sendo que 15,8% o fazem raramente e apenas 10,5% nunca assistem. Os artigos em jornais vêm em segundo lugar com 54,6% das respostas positivas e 44,6% das respostas negativas, apenas 0,8% NS/NR. Este dado é resultado da pesquisa de Schmidt (2000, p.206-7), onde “50% da amostra se informam sobre política nos jornais, em que 16,3% dos entrevistados assinalaram que lêem freqüentemente os temas de política em jornais e 34,0% lêem às vezes”. As informações políticas nas revistas são lidas por 47,8% dos entrevistados, assim como a

política em revista é fonte de informação para 40% dos jovens (10,0% com frequência e 28,5% às vezes).

Merece destaque, em quarto lugar como fonte de informação, a rádio com 46,8% das respostas positivas; 52,5% das repostas negativas e 0,7% NS/NR. Bem como os 37,9% dos entrevistados que responderam utilizar a *Internet* para se informarem sobre o que está acontecendo no país. Amigos da escola aparece como fonte de informação para 34,2% e todos para 13,1% dos entrevistados.

Na pesquisa da UNICEF (2002, p. 82-3), 27% têm acesso à *Internet*, a maioria pertence à classe A. Entre os que utilizam a *Internet*, 56% fazem-no em computador próprio e os demais acessam a rede em casa de parentes, amigos, escola e trabalho.

O acesso à *internet* é maior entre os brancos (33,7%), seguidos dos amarelos (26%), pardos 22,8%, pretos (21,9%) e entre os indígenas (16,2%). A diferença de gênero é pequena e na faixa etária, a maioria está entre 15 a 17 anos.

Torna-se importante ressaltar que, nos dias atuais, as novas tecnologias remetem ao crescimento da utilização da *Internet*. Dos jovens entrevistados, 37,9% já utilizam a rede para se manterem informados sobre os acontecimentos do país. As redes de informação desempenham importante papel para elevação dos índices de capital social e são os padrões organizacionais mais compatíveis com as necessidades dos processos de desenvolvimento emancipatórios e includentes.

A *Internet* colabora também para derrubar as barreiras das distâncias, e étnicas e geográficas, e tornou a comunicação imediata ampliando os relacionamentos locais e estrangeiros. O impacto deste modo de comunicação está provendo novos significados para as minorias de

jovens que eram excluídos da comunidade tradicional pelas suas escolhas sexuais, por exemplo. Apesar de ainda incipiente meio de contato nos países em desenvolvimento, pode revelar-se significativa arena de interação para os jovens no futuro (LARSON, et. al., 2002, p.44).

Porém é importante reiterar a contradição fundamental da estrutura da rede informacional da Internet. A rede não é apenas uma composição formal, um jeito de dispor os elementos de maneira horizontal num plano, como se fosse bastante diagramar um sistema e fazê-lo funcionar. A crença contemporânea de que a sociedade já se estrutura em rede é ilusória. Pois, o fato de se estar conectado não significa que se está interagindo em rede e cooperando com questões relevantes para a comunidade. O limite da morfologia é a política da horizontalidade, da descentralização, do empoderamento e da democracia como ética de operação. No entanto, sabe-se que a rede tem um grande potencial para reunir as pessoas e as instituições em torno de objetivos comuns, é uma fonte de reorganização das relações de poder (CASTELLS, 1999^a).

Por sua vez, o sistema de comunicação interativa ficará sob o domínio de um segmento populacional instruído nos países desenvolvidos, representando uma elite em escala global. As pesquisas demonstram que os donos de PCs são pessoas acima da média em termos de poder aquisitivo, empregados em horário integral, solteiros e com menos probabilidade de aposentar-se. Na maioria são homens, mais da metade deles entre 18 a 34 anos, profissionais em geral das áreas da educação,³² vendas e engenharia. A Internet favorece a comunicação desinibida e, nas redes com base em empresas, estimula a participação de trabalhadores de *status* inferiores. Funciona como se o simbolismo do poder embutido na comunicação frente a frente ainda não tivesse encontrado a sua linguagem na comunicação interativa e melhora o

³² Sobre a influência da mídia na educação ver os estudos de Robert Ferguson (1999); Stephen Earl Bennett (1999); Lynn M. Kuzma (1998); G. David Garson (1998) e Jerome Young (1998).

status dos usuários (CASTELLS, 1999^a).

No entanto, os novos meios de comunicação eletrônica não divergem das culturas tradicionais. Algumas características sociais parecem perdurar além da revolução tecnológica: a divisão de tarefas domésticas entre os sexos (ou, ao contrário, falta dela) não é afetada pelos meios eletrônicos; o uso de videocassete e o manuseio de dispositivos de controle remoto refletem uma estrutura familiar autoritária; e a utilização de dispositivos eletrônicos é diferenciada no que diz respeito a sexo e idade: os homens usam computadores com mais frequências, mulheres cuidam dos serviços telemáticos e de manutenção elétrica doméstica e crianças são obcecadas por videogames (CASTELLS, 1999).

Além de avançar na vida social e cultural, a Internet tornou-se um veículo de propaganda de campanha, de fóruns de debate controlados, e também um meio de interconexão para eleitores e simpatizantes. Não raro, programas ou anúncios de televisão fornecem um endereço na Internet para fins de consulta ou discussão de idéias, ao mesmo tempo em que a comunicação computadorizada volta-se para certos eventos divulgados pela mídia ou uma propaganda política visando estabelecer uma linha eletrônica direta para cidadãos eventualmente interessados (CASTELLS, 1999a).

Existe na rede uma oportunidade para melhorar o exercício político e a democracia devido ao avanço da tecnologia das comunicações, que permite encontrar informação da melhor forma sobre qualquer tema, pois historicamente, a maioria dos instrumentos de comunicação era previamente programada - o assunto deveria satisfazer milhões de pessoas.

As mudanças nas dinâmicas das autoridades eleitas e seus votantes mostram-se, por exemplo, quando há uma votação importante no Congresso. Pode-se saber rapidamente como votou o representante e o que disse sobre o tema. Assim, pressões mediáticas dos eleitores são

substanciais para incrementar a democracia direta dos cidadãos na atualidade.³³

O custo da auto-suficiência tecnológica é o de superar o sentido tradicional de comunidade. Afinal pode-se obter o que se necessita através da televisão ou telefone. Assim, perdem-se as formas de intercâmbio humano que mantêm os cidadãos no espaço público. Qualquer um pode manter contato com qualquer grupo cultural a que pertença por meio da Internet.

Os dados da Figura 12 identificam padrões crescentes de acesso dos jovens às redes como fonte de informação, pois são essas que podem potencializar informações alternativas para os jovens, já que 37,9% deles utilizam-se da Internet como meio de comunicação. No entanto, observa-se que a maioria dos entrevistados ainda tem na televisão sua principal fonte de informação. Porém a rede da *internet* pode colaborar em médio prazo, para incentivar níveis mais amplos de capital social entre os jovens e futuros cidadãos. Assim, sua utilização pode ser fonte de informação e aprendizado na escola.

4.5 O Capital Social dos Jovens na Escola

Pode-se constatar, a partir da leitura dos itens anteriores, que verificar o capital social dos jovens requer um esforço na busca de compreender a instituição escolar no contexto de uma sociedade desigual como a brasileira. Nos estudos acima observou-se que muito se avançou na análise dos mecanismos que reforçam a característica de escola excludente, distante da realidade e das necessidades dos alunos. Questionar “a capacidade educativa da escola, que

³³ Nessa direção, o estudo de Kristy Magarey (1999) é ilustrativo quando aborda o uso de um sofisticado sistema de informação e infra-estrutura de comunicação do governo e do parlamento australiano. O programa chama-se: *Parliamentary Internet Publishing Coordinating Group* e tornou-se poderosa fonte de informação para membros e senadores. Abordam temas financeiros e administrativos entre outros.

incide no tema do enfraquecimento de sua eficácia socializadora”, isto é assunto destacado por Dubet e Martucceli (1997) (citados por DAYRELL, 2002, p.86).

O “escolacentrismo” dominou a maior parte dos estudos, reduzindo a educação à instituição escolar, como se fosse agência exclusiva de socialização, “sem estabelecer relações com outros agenciamentos socializadores que tecem a experiência de adolescentes e jovens fora da escola”. Pouco se investigou sobre a família, espaço urbano, práticas culturais, do trabalho, do bairro e do lazer (DAYRELL, 2002, p.86).

Em um momento histórico de profundas transformações sociais, a cultura e as informações vão assumindo modalidades importantes de presença no conjunto dos processos econômicos e políticos e na reprodução das classes e dos grupos sociais. A socialização dos jovens vem ocorrendo cada vez mais em espaços e tempos variados, com uma multiplicação de referências culturais constituindo um conjunto heterogêneo de redes de significados que são articulados e adquirem sentido na ação cotidiana dos jovens (DAYRELL, 2002, p.86).

A incompatibilidade entre trabalho e escola foi verificada nos estudos, “ora apontando as dificuldades que nascem da atividade produtiva, em geral precoce, ora apontando a incapacidade da escola em atender as peculiaridades de um tipo diferente do aluno”. Os estudos apontam para “inadequação da escola, evidenciando um descompasso entre as inúmeras aspirações dos alunos quanto à questão profissional e as escassas competências oferecidas pelo sistema educativo” (CORROCHANO e NAKANO, 2002, p.119).

Nos momentos em que a escola é tomada para análise como espaço sociocultural ou a partir do ponto de vista dos sujeitos, ela revela-se mais rica e complexa, pois, embora constituída de uma população que trabalha, a instituição aparece como local de desenvolvimento de relações afetivas, de amizade, de socialização, de construção de identidade, questões que nem sempre têm o trabalho como seu eixo estruturante (CORROCHANO e NAKANO, 2002, p.119).

No que diz respeito aos jovens das classes excluídas, os estudos evidenciam a relação existente entre pobreza e criminalidade. As pesquisas sobre os jovens pobres urbanos apontam “diretamente, tanto noticiários da mídia quanto nas pesquisas acadêmicas, aos caminhos da marginalidade”. Assim, supõe-se que “a situação de carência econômica e afetivo-familiar conduza a juventude pobre às atividades delinquentes”, o que não se verifica somente na realidade brasileira, mas constata-se esta mesma realidade em todos os países após seus processos de industrialização e urbanização (CORTI, 2002, p.179).

Neste sentido, alguns estudos denunciam a ineficiência das instituições e dos programas públicos de atendimento aos jovens excluídos. “O Estado, através da Febem, é o responsável pela transformação das crianças órfãs em criminosos, futuros usuários do sistema penitenciário”. A deficiência dos programas sociais públicos para os jovens das classes excluídas acaba reforçando a importância crescente, nos estudos investigados, sobre a “atuação sociedade civil organizada por meio de suas ONGs, universidades e instituições beneficentes, na busca de soluções e de melhores condições de vida a esta parcela da juventude brasileira”. No entanto, não se podem alimentar excessivamente as iniciativas não públicas, “em detrimento da necessária reformulação das concepções e práticas que orientam os serviços públicos destinados a este segmento marginalizado dos jovens brasileiros” (CORTI, 2002, p.179).

Os estudos dos grupos juvenis, clássicos na sociologia norte-americana da Escola de Chicago, são incipientes no Brasil. A diversidade de interesses que compõem os segmentos juvenis abre um amplo leque de pesquisas, na investigação de como os jovens conseguem marcar sua presença na esfera pública, reivindicando seus direitos no processo democrático.

Numa perspectiva intra e extra-escolar, o tema que verifica a violência entre os jovens “é

parceiro do processo de democratização”, desde o início dos anos 80, que verifica o impacto das políticas públicas nas comunidades excluídas, a democratização das instituições públicas, sobretudo o aparelho de segurança, em relação à violência na escola, depredação dos bens públicos e situações de medo e insegurança diante da ação do crime organizado e do tráfico de drogas, principalmente nos grandes centros urbanos. Nos anos 90, a violência escolar passa a ser observada “nas interações dos grupos de alunos, caracterizando um tipo de sociabilidade entre os pares ou de jovens com o mundo adulto, ampliando e tornando mais complexa a própria análise do fenômeno” nas várias regiões do país (CORTI e SPOSITO, 2002, p.208-9).

Embora existam poucos trabalhos sobre os grupos juvenis, a ênfase maior é na “expressão artístico-musical como elemento de mobilização juvenil, o que converge com alguns estudos que apontam as práticas culturais como aquelas que apresentam maior atrativo para os jovens”, e que promovem “a construção de novos sujeitos coletivos, diante da crise das formas institucionalizadas de participação política” (CORTI e SPOSITO, 2002, p. 208-9).

Por sua vez, a discussão do grupo juvenil na sua dimensão violenta, feita por Nakano (1995), investiga as gangues nas escolas. Essas gangues têm na violência sua principal forma de expressão, tanto nas ações de lazer, quanto de arruaça. As formas de associativismo juvenil em favelas são marcadas por práticas fortemente estruturadas em relação à questão da moradia e ao crime organizado (CORROCHANO e NAKANO, 2002).

A autora mostra como a organização dos jovens em torno de grupos (religiosos, de lazer, de esporte e cultural) lhes permite estruturar experiências importantes através das relações de amizade e solidariedade, distanciando das faces mais visíveis da favela – a dos movimentos sociais e da violência. Assim, “os interesses associativos dos jovens giram em torno das formas grupais que permitem a expressão da subjetividade, afastando-se da racionalidade política” (CORTI e SPOSITO, 2002, p.214).

A educação política alternativa envolvida na produção dos meios reivindicatórios dos grupos

juvenis e a eficácia educativa dada antes pela cultura e pela arte, do que para e pelo trabalho proporcionam novas alternativas de socialização para os jovens pobres. As artes e a cultura podem promover a interação mais plena com o mundo, refinando a sensibilidade e desenvolvendo a criatividade e a imaginação e revitalizar o capital social entre os jovens e a comunidade.

O presente estudo buscou contribuir para uma compreensão de uma realidade juvenil contemporânea brasileira, das práticas e da relação que os jovens estabelecem com as agências socializadoras, e buscou suprir as lacunas de estudos sobre a socialização política e o capital social, tema do próximo item, contemplando as variáveis de confiança, cooperação e participação dos mesmos nas associações voluntárias.

CAPITULO 5 CAPITAL SOCIAL E CONFIANÇA DA JUVENTUDE

5.1 Capital Social e Avanços Democráticos

A ampla aceitação da democracia favorece a estabilidade política e colabora com os estoques de capital social, principalmente em países que tem de resolver problemas sociais básicos. Além disso, pode colaborar para a superação das dificuldades socioeconômicas, e ampliar as redes de confiança social, ampliando o potencial das comunidades pela participação política dos cidadãos.

5.1.1 Adesão e avaliação da democracia existente

A pesquisa de Schmidt (2000, p. 278) constata que “A democracia é a forma de governo preferida em qualquer circunstância por 55,1% dos jovens e 59,6% dos adultos”. Na maior parte dos estudos, a democracia é reconhecida como um processo saudável para a sociedade. Os dados obtidos pelo autor indicam que há um entendimento entre os jovens de que as mudanças necessárias nos Brasil passam “pela otimização dos mecanismos da democracia representativa (um bom governo, 60,9%; cumprir leis, 49,5%; votar certo, 43,7%)”.

A alternativa “organização do povo”, sempre presente no discurso dos defensores da democracia participativa ou semidireta, obteve igualmente um percentual elevado: 46,5%.” Já

a opção autoritária não passa de 5,4%, o que significa que 8,5% dos que preferem a ditadura não reiteram a mesma convicção, quando se discutem alternativas para melhorar o Brasil (SCHMIDT, 2000, p.247).

Mesmo considerando a democracia como valor universal os dados relacionados a este conceito e às suas instituições, destacados neste estudo corroboram, com a categoria de “democratas desconfiados” de Constanza Moreira (2000).

Assim, os jovens preferem a democracia, mesmo com o desencanto pelas instituições políticas e sociais. Esta categoria também está reforçada pela análise das pesquisas anteriores (1995) e (2000). Para colaborar na compreensão do tema, a Figura 13 a seguir, apresentam os resultados dos índices de compreensão verificados neste estudo, aferidos pelas perguntas abertas sobre o significado da democracia para os jovens brasileiros.

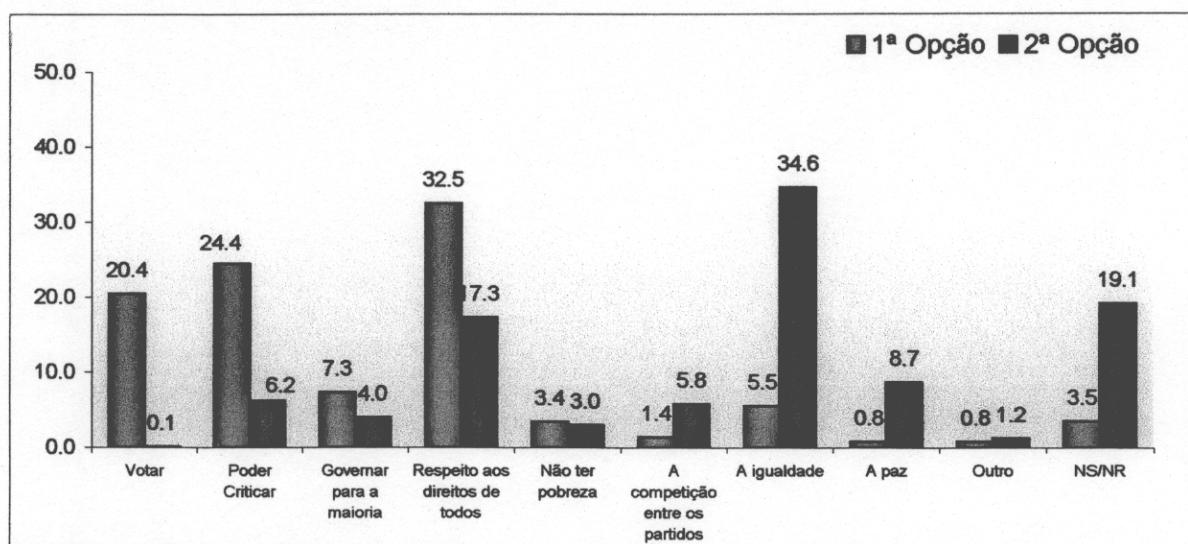


Figura 13 - Significado de democracia (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

O principal significado de democracia para os jovens é em primeira opção o respeito ao direito de todos, com 32,5%. A igualdade aparece como a segunda opção mais assinalada, com 34,6% das opções. Poder criticar foi a resposta escolhida por 24,4% dos jovens. Votar foi a opção apontada em 20,4% dos casos pesquisados. Governar para a maioria foi apontado por 7,3%, que pode assinalar o entendimento destes sobre o significado de democracia.

No estudo de Schmidt (2000, p.245), “61,4% dos entrevistados responderam que não existe democracia no Brasil hoje; 32,8% responderam que sim e 5,7% não responderam”. Portanto, o estudo de (2000) mostra a insatisfação com a democracia brasileira. Entre os 44% que justificaram o porquê de não existir democracia, as razões foram: os vícios dos políticos, com 14,9%; as desigualdades sociais e de direito, com 9,5%; os vícios das pessoas da sociedade e a situação geral do país que está piorando, com 3,4%; a democracia que existe só no discurso, com 1,3% e outras, com 3,7%. Para os 17,2% que disseram que existe democracia as razões foram: a liberdade e igualdade, com 11,7%; existe alguma democracia, com 1,7% e outras, com 2,6%.

Para os jovens, a democracia no Brasil tem um sentido utópico. A maioria dos jovens desta pesquisa tem um vago conhecimento do que é democracia. Os jovens sabem apenas que as conquistas democráticas vêm vinculadas a uma expectativa de melhora nas condições de vida das pessoas, seus direitos e conquistas. Existem diversas concepções de democracia, das quais algumas valorizam aspectos formais e outras as substanciais. Nesta direção, é importante verificar o referencial partidário e ideológico dos jovens brasileiros.

5.1.2 Referenciais partidários e ideológicos

A cultura política brasileira foi descrita em estudos anteriores, como promotora de um quadro de desconfiança entre as pessoas, que não favorece a elevação dos índices de capital social, a cultura política brasileira, autoritária e clientelista, descrita por Nazzari (1995), que vem sendo substituída, gradativamente, por uma cultura política híbrida ou dualista, na qual se mesclam atitudes democráticas, autoritárias e de apatia segundo Schimidt (2000). Estes elementos historicamente não contribuíram para o fortalecimento das instituições democráticas e nem com a transmissão de crenças e valores que fossem subsidiadas por referenciais ideológicos na sociedade brasileira.

A orientação para o consumo e políticas de mercado que marcam as orientações neoliberais³⁴ vêm, provavelmente, aliadas a sentimentos de alienação e impotência diante das graves denúncias de corrupção que marcam a história política brasileira. Nesta direção, o presente estudo, também aponta para desconfiança dos jovens em relação às instituições políticas e a para a carência de referenciais partidários e ideológicos, como se verifica na Figura 14 sobre o conhecimento dos jovens em relação aos partidos políticos.

³⁴ O consumismo e o individualismo materialista é observado no estudo de Millie R. Creighton (1994). Segundo o autor, as mudanças de valores nas sociedades modernas podem ser identificadas nas recentes pesquisas sobre o levantamento da orientação do consumo infantil. Especialmente as formas populares e a cultura de massa dos entretenimentos com função educativa. Observa-se que os *Shopping Center* no Japão reforçam a importância da educação que favorece o consumismo, estimulando a aceitação de valores pelo uso de imagens que definem as regras sociais. *Edutainment* é a fusão de educação com entretenimento, que reivindicam no consumismo a importância da educação na cultura japonesa.

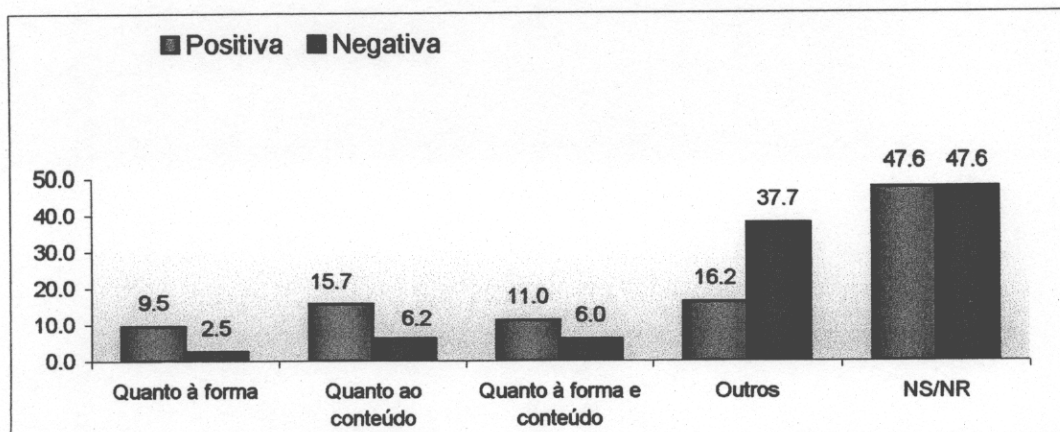


Figura 14 - Conhecimento sobre partido político (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Em relação aos partidos políticos, os jovens da amostra responderam não ter conhecimento (47,6%). Eles se posicionaram quanto à forma positiva em 9,5% dos casos e quanto ao conteúdo positivo, em 15,7%; quanto à forma e conteúdo, em 11,0%; e outros, 1,7% da amostra. Quanto à forma negativa, 2,5%; quanto ao conteúdo negativo, 6,2% e quanto à forma e conteúdo, 6,0% dos dados.

O significado dos baixos índices de avaliação dos partidos se reflete em dificuldades com relação à elevação dos índices de capital social. O não conhecimento quanto à legítima representação política desempenhada pelos partidos cria sérios obstáculos para o envolvimento cívico e para a utilização dos partidos como tradicionais canalizadores das demandas coletivas em uma democracia. Nesta direção, a análise sobre conceitualização política pode colaborar para verificar como os jovens entendem as instituições democráticas.

5.1.3 Conceitualização política

Não se pode negar o que se opera na política, ou seja, as representações sociais e o imaginário impregnado no cotidiano, que colabora para delinear nas pessoas uma identidade e fornecer argumentos para a construção de seus projetos e sonhos. Neste sentido, pode-se contrariar a alegação de que os conceitos de esquerda e direita tornaram-se obsoletos com a crescente complexidade das estruturas sociais e com a crise do socialismo, comunismo e da social-democracia (BOBBIO, 1995).

Assim, Bobbio (1995) justifica que os de esquerda e de direita formulam programas políticos idênticos e imediatos e ambos jogam o mesmo jogo político, e deveriam ser chamados de progressistas e conservadores, o que na verdade, não possibilita a distinção ideológica existente entre eles.

Acredita-se que esquerda e direita são palavras importantes do discurso político. O ressurgimento da cultura de direita e dos valores do capitalismo que insiste em afirmar a condenação histórica da esquerda evoca os estudiosos a enfrentar os novos desafios e particularidades dos tempos atuais. No entanto, para o universo de contradições da ciência política, esta dicotomia apresenta-se eficaz, principalmente num momento de crise em relação às perspectivas econômicas, acompanhadas pela miséria e pela injustiça social, bem como pela crescente falta de credibilidade na política e que se faz necessário resgatar estas diferenças e utilizá-las como instrumento de análise nos estudos de socialização política. Assim, a evolução do capital social no país poderia colaborar para aprimorar as relações e compartilhar experiências com as pessoas da comunidade.

O autoposicionamento ideológico é utilizando a forma convencional de pesquisa em cultura política. Os jovens foram então convidados a se autoposicionarem em um *continuum* esquerda-direita, marcando, em uma reta numerada de um a dez, a o número que consideram que melhor representaria a sua posição, onde um representaria a opção mais à esquerda e dez, a mais à direita. Esses dados possibilitam caracterizar o entendimento que os jovens tem em relação às questões de cunho político, como contempla a Figura 15 a seguir:

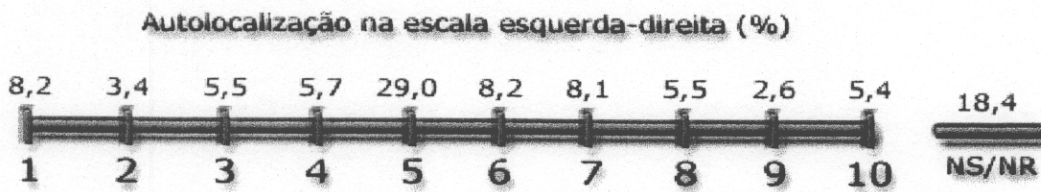


Figura 15 - Autolocalização na escala esquerda-direita (%)

Fonte: dados da Pesquisa da autora (2002)

Importante é destacar que, ao contrário da pesquisa de Schmidt (2000, p. 238), “em que 48,6% dos jovens não responderam, as abstenções dos jovens neste número se reduzem para 18,4% nesta pesquisa”. A maioria dos jovens se colocou no centro. Estes resultados são comumente encontrados em estudos sobre o Brasil. A maioria das pessoas não costuma expressar seus posicionamentos ideológicos. Acredita-se que, pelo lado estrutural, isto é devido à cultura política delineada por traços marcadamente clientelistas e pela longa convivência da população com regimes e governos autoritários.

Pelo lado conjuntural, são as forças do mercado e do individualismo que ditam os novos comportamentos nas sociedades modernas, e levam à apatia e alienação em relação à política e dificuldade para os jovens se posicionarem ideologicamente.

Estas manifestações encontram-se presentes nas pesquisas de socialização política realizadas em relação ao posicionamento ideológico dos jovens brasileiros. “A posição imparcial e de centro é a preferida entre os jovens”, pois, tanto na pesquisa de Schmidt (2000, p.238), 20,4% se posicionaram no centro, como neste estudo foram 29,0% os que apresentaram posicionamentos medianos. Os extremos receberam uma posição pequena em ambos os estudos, 5,4% e 8,2% para a esquerda, 3,7% e 5,4% para a direita, respectivamente.

A soma da posição de esquerda (1 a 4) chega a 22,8%, e a de direita (6 a 10) a 24,4%, o que indica um equilíbrio entre estes dois pólos, cada um deles inferior ao posicionamento de centro, com 29,0%. Porém, é relevante lembrar que, diferente das outras pesquisas, a maioria dos jovens assinalou algum tipo de posicionamento, ou seja, 81,6% dos entrevistados.

Assim, no sentido de entender a postura ideológica dos jovens, justifica-se verificar o conhecimento que os mesmos têm em relação ao que seja ser de esquerda, centro ou direita. A Figura 16 apresenta as respostas à seguinte pergunta: Principalmente em época de eleições, as pessoas costumam dizer que têm opiniões de direita, esquerda ou centro. Você sabe o que ser de direita ou de esquerda:

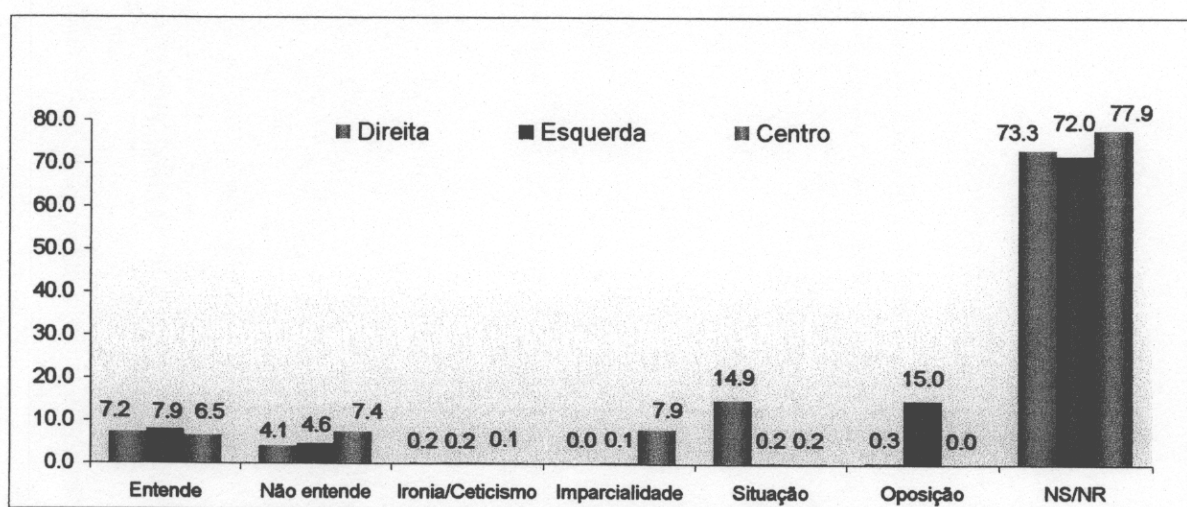


Figura 16 - Entendimento de direita e esquerda (%)

Fonte: dados da pesquisa da autora (2002)

Como se observa, a maioria não sabe e não respondeu, ou seja, 73,3% para a direita; 77,9% para o centro e 72,0% para a esquerda. Entre os que responderam, 7,2%, 7,9% e 6,5% responderam que entendem, e 4,1%, 4,6% e 7,4% admitiram que não entendem. Na pesquisa foram inseridas perguntas abertas que demonstram respostas aliadas a percepções de ironia, deboche, ceticismo e fatalismo.

Na Figura 16 destaca-se ainda que, os 7,9% que responderam que ser de centro está vinculado a ser imparcial ou neutro e os 15,0% que relacionaram a oposição às orientações de esquerda. Como no estudo de Schmidt (2000, p.240), “o conjunto de respostas apresentadas revela uma limitação na compreensão dos jovens do que seja esquerda/direita”.

Desta forma, observa-se que a maioria não concebe a política em termos ideológicos, como Singer (2000) sustenta em seu estudo sobre a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.

As respostas identificadas com o senso comum comprovam o argumento majoritário entre os estudiosos da política brasileira de que ideologia não é um elemento determinante das escolhas políticas e eleitorais dos cidadãos.

No entanto, é crucial destacar que, quando citados os nomes personagens políticos, os jovens identificam um pouco melhor o referencial ideológico esquerda/direita. Na abordagem proposta por Singer (2000), a autolocalização na escala esquerda/direita e identificação ideológica se configuram em longo prazo, e estas vão influenciar no voto.

Contudo, neste estudo verificou-se pouca identificação ideológica e, portanto, baixa sofisticação política. Pois, a identificação ideológica trata-se de um sentimento, é mais intuição que elaboração racional. Nesta direção, o capital social e avanços democráticos requerem necessariamente, por parte dos jovens, a avaliação positiva para a adesão à democracia.

Mas, os índices que vinculam a democracia à participação política são ínfimos e a sua importância não se revela para os jovens brasileiros da amostra. Nesta direção, os próximos itens se ocupam da relação da democracia com as principais variáveis do capital social: a confiança, a cooperação e a participação, e sua relação com os estudos de socialização política dos jovens.

5.2 Confiança Interpessoal e nas Instituições

O pressuposto essencial é que o capital social é gerado por redes de confiança, que, segundo Baquero (2001, p.36), “proporcionam o elemento de previsibilidade, que está ausente, tendo em vista o baixo estoque de racionalidade formal nos sistemas políticos”.

Entende-se por confiança interpessoal a confiança nas pessoas em seus relacionamentos cotidianos, envolvendo as relações com os membros da família, amigos, professores, vizinhos³⁵, entre outros grupos de referência para os indivíduos. Por isto, por isto é mais difusa que a confiança institucional. Por sua vez, a confiança institucional é relacionada à credibilidade das instituições políticas, econômicas e sociais³⁶. Ambas fazem parte da confiança social, que, para Durkheim, gera cooperação e alimenta mais confiança.

Neste sentido, a finalidade estratégica de ação coletiva sugere que se considere o capital social

³⁵ Neste ponto destaca-se o estudo de Ronald La Due Lake (2001), sobre as implicações das redes e estruturas sociais dos vizinhos no contexto cívico e na participação política.

³⁶ A correlação entre a confiança generalizada e a confiança nas instituições foi verificada no estudo de Rothstein (2002), sobre a Suíça. O autor observa que as instituições democráticas podem conduzir a uma confiança social interpessoal e vice-versa. Na comparação dos *surveys* analisados, o autor destaca a elevação dos índices de capital social naquele país.

em duas distinções: capital institucional, que se refere a elementos estruturais (tarefas, regras, procedimentos e organizações que facilitam mutuamente o benefício da ação coletiva), e o capital relacional, que se refere aos valores, atitudes, normas, crenças que predis põem os indivíduos para cooperar com os outros membros da comunidade (KRISHNA, 2002).

Destaca-se que as cinco esferas institucionais básicas na análise do conceito de capital social são: a família, a religião, a economia, a política e as leis. As esferas institucionais podem ser diferenciadas em vários aspectos: 1) no aspecto que revela e separa tipos de associações dentro de determinadas atividades de igual importância; 2) pelo aspecto que distingue tipos de lugares de categorias associativas de pessoas por associações de categorias profissionais e divisão de trabalho; 3) no aspecto de distinção por símbolos (crenças, ideologias, mitos, estilos lingüísticos e normas); 4) quando separadas por meio de trocas de sistemas e de símbolos (o discurso dos atores, as expressões, o sistema de valores), elementos que promovem sistemas de conexões entre os atores e ações específicas e legítimas destes em cada esfera institucional; e 5) quanto à utilização dos meios de comunicações que propiciam a algumas instituições um certo grau de autonomia cultural “e podem promover trocas com outras associações e contextos” (TURNER, 2000, p. 97-98).

Nestas esferas delineiam-se as estratégias de ação coletiva referentes ao conceito de capital social que podem ser verificadas em situações específicas e em determinados períodos de tempo. Dependendo de onde existe debilidade em alguma situação particular, a intenção da ação pode ser amparada em um ou outro estilo.

Os exemplos práticos do conceito de capital social em uma comunidade ilustram a estratégia apropriada para seu desenvolvimento. O capital social manifesta-se em importantes formas de solidariedade e colaboração social. Pode ser identificado de forma positiva nas relações desencadeadas entre os vizinhos para diminuir a aflição de algumas famílias que sofreram alguma fatalidade. “Estes tipos de ação coletiva podem se construir em torno de diversos

grupos sociais em todas as partes do mundo”. A organização de ações comunitárias amplia as redes de cooperação e confiança de uma comunidade (KRISHNA, 2002, p. 76).

O argumento central da teoria de capital social sustenta que a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre seus membros e que essas normas são exatamente aquelas exigidas para participação política. Um estudo que proporcionou evidência empírica é o de Verba e outros (1995), “no qual os autores fazem análise sobre como as habilidades e outros recursos ganhos como resultado de pertencer ou estarem filiados à organização seriam determinantes importantes da participação política” (BAQUERO, 2001, p. 36).

Os estudiosos do tema concordam que a falta do capital social tem contrapartida negativa na perspectiva econômica e social das pessoas na medida em que elas não teriam acesso a modelos de comportamento positivo ou a recursos sociais e informações, elementos necessários para a participação na comunidade. Assim, os baixos níveis de capital social implicam em baixa participação política nos centros urbanos.

A principal força que desencadeia o crescimento dos índices de capital em uma comunidade pode ser verificada nas relações de confiança social. No entanto, os estudos apontam a redução dos níveis de confiança em todo o mundo. Nesta direção, foram analisados tipos de fatores diferentes.

Observa-se que em relação à juventude os “sentimentos de confiança são semelhantes ao da população geral como revelam as recentes sondagens sobre os frágeis percentuais de respostas a respeito das fontes de confiança” (PAGÉ e CHASTENAY, 2003, p.7).

Nesta direção, os dados sobre os jovens brasileiros não destoam dos baixos percentuais verificados em outros países. Colabora, para isto, o valor historicamente enfatizado na cultura brasileira, com características antidemocráticas.

Nota-se claramente que no Brasil contemporâneo o regime neoliberal que se instalou no país tende a enfatizar o individualismo em detrimento da comunidade. Isto tem levado a que se sedimente uma base de conduta orientada no sentido de fragmentação e desintegração social, “conjugada com atitudes negativas em relação ao sistema político, o que contribui para gerar uma democracia instável” (BAQUERO, 1997, p.22).

A democracia é vista como a forma ideal de sistema político, ideal reforçado pelo discurso do sistema educacional e nos meios de comunicação. Porém, a recente experiência democrática dos brasileiros ainda não conseguiu estabelecer suas raízes duradouras na história do país. Está em crescimento a institucionalização de uma mentalidade democrática, bem como uma predisposição de não voltar aos tempos do autoritarismo. Na maioria da população observa-se um desejo latente de que a democracia transfira seus benefícios para as dimensões econômicas e sociais.

Assim, busca-se verificar neste estudo se a aceitação da democracia vem estimulando a elevação dos índices de capital social entre os jovens brasileiros. Neste sentido, um conjunto de perguntas foi apresentado aos jovens em relação à democracia na pesquisa de (1995). Observou-se que os jovens entrevistados responderam que acreditavam na democracia, no entanto, contraditoriamente observou-se na década passada uma cresça substantiva também nos militares, como se observa na Figura 17 a seguir:

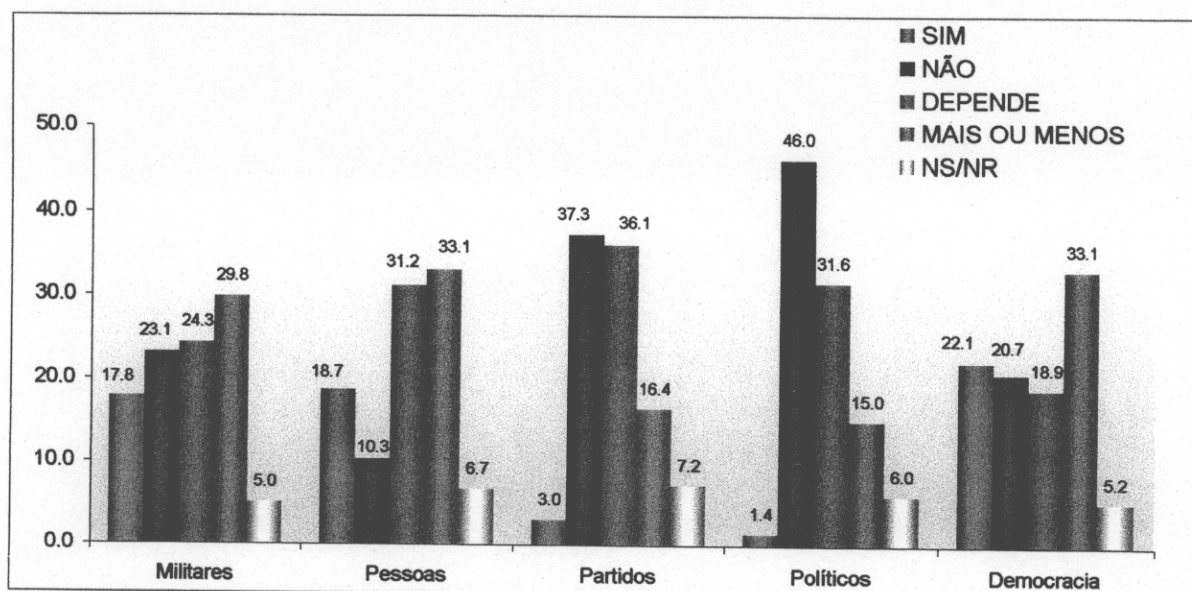


Figura 17 - Confiança I - gostaríamos de saber se você acredita (%)

Fonte: Nazzari (1995).

Na análise da Figura 17, portanto, observa-se que, apesar do baixo índice, 22,1% acreditam na democracia, o que é positivo comparando-se com as crenças nas demais instituições, como, por exemplo, dos políticos, com apenas 1,4%, e os partidos com 3,0% de confiança entre os entrevistados. Assim, pode-se visualizar, por meio destes dados, a fragilidade das instituições políticas em nosso país e dos políticos em franca decadência moral. Porém, o número dos que acreditam na democracia é elevado, quando confrontado com a crença nas outras instituições. Estes dados apontam que os jovens internalizam a democracia não na sua dimensão de conteúdo, mas na dimensão de forma.

Vários estudos mostram que historicamente a percepção dos políticos, por parte dos adolescentes, tem se dado numa dimensão negativa, sendo o mesmo conceito aplicável às instituições políticas. Para Baquero, (1997, p. 21), “este é um dilema que está longe de ser resolvido do país”. As conseqüências decorrentes desta situação são a permanente instabilidade do regime no país materializada em problemas de governabilidade e a crise ou

falência do Estado de maneira geral.

Nota-se também na Figura 17 que as pessoas estão em segundo lugar na escala de crenças, com 18,7%; também, expressiva, é a crença nos militares, com 17,8%; o maior descrédito está nos partidos, com 46% para não e 31,6% para depende. Esses resultados demonstram que os adolescentes não definem muito bem o que é democracia, pois não aliam esta participação política efetiva. Comparada com a elevada crença nas pessoas, mostra o que já se desenvolveu na parte histórica deste trabalho, qual seja, o voto personalista é preferível pelos brasileiros ao partidário. Os dados confirmam essa tendência detectada na cultura política brasileira para o Paraná.

Uma questão polêmica é o elevado índice de descrédito por parte dos adolescentes, nos políticos. Os dados mostram que 46,0% não acreditam nos políticos e 31,6% depende de algum fator para acreditar. O índice de crença nos militares também é influenciado pela percepção dos adolescentes paranaenses sobre a violência e a necessidade de ordem, representações que permanecem incorporadas em boa parte da população, haja vista as características autoritárias incorporadas em nossa cultura política e fortalecidas no período da ditadura militar, consagrada pelo milagre econômico.

Em suma, observou-se apesar da baixa crença nas instituições, que poucos adolescentes ficam indiferentes aos problemas sociais que geram miséria, injustiças e marginalidade, citados entre outros na questão sobre os principais problemas brasileiros. Porém, como não confiam nas instituições democráticas, como partidos e os políticos, não conseguem vislumbrar um canal efetivo de participação, a fim de colaborar na solução dos problemas do país.

Em suma, observa-se a existência de um consenso nos meios acadêmicos de que a instrumentalização de um sistema de crenças, valores e crédito nas instituições políticas e nas pessoas, pode contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e elevação dos índices de capital social. No entanto, no geral, as atuais pesquisas de opinião apontam para o desgaste

generalizado da confiança dos cidadãos nas instituições políticas brasileiras. Somente os pais são os principais referenciais de confiança dos jovens brasileiros, porém, esta confiança não se expande para outros laços sociais e comunitários.

A dimensão de confiança é importante na medida em que capta o sentimento de crença em pactos de representação, pois pessoas que manifestam baixa confiança nos demais dificilmente terão convicção em mecanismos de representação política.

A confiança social permite o fortalecimento dos relacionamentos e laços comunitários, e pode ser ampliada desde os níveis familiares até a confiança das instituições existentes em um país, incentivando os sentimentos de eficácia política e colaborando para o fortalecimento da democracia.

A falta de credibilidade e confiança distancia os jovens dos relacionamentos sociais em prol da comunidade. E este tema é abordado a seguir em relação aos índices de confiança social e nas instituições, destaque da Figura 18 a seguir:

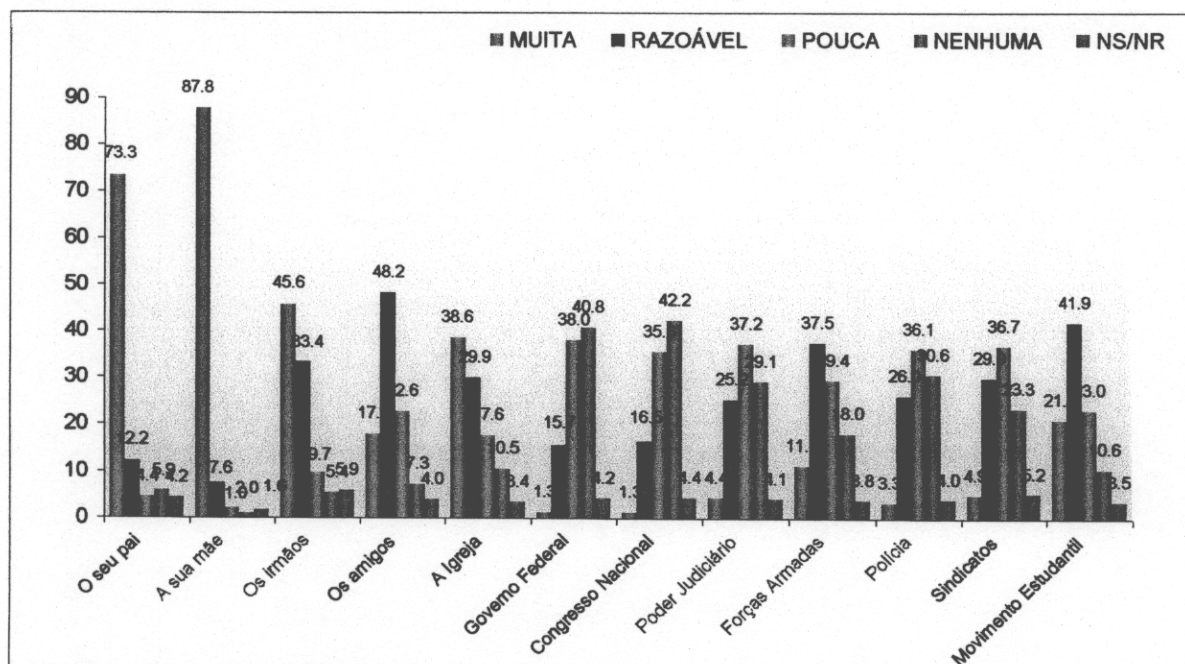


Figura 18 - Confiança II - nível de confiança social.

Fonte: Schmidt (2000).

A pesquisa aponta os familiares como principais agentes da confiança dos jovens. Por consequência, é a família a agência com maior potencial para incrementar o capital social. Também a pesquisa de Schmidt (2000, p.210), sobre os níveis de confiança social, destaca que os principais personagens de confiança por parte dos estudantes entrevistados são: “em primeiro lugar a mãe, com 87,8% de muita confiança e em segundo o pai, com 73,3%”. Os pais são referenciais de fortes laços de confiança, confirmando aspectos do Capítulo III sobre a família como importante agente de construção do capital social no Brasil.

No estudo da UNICEF (2002, p.109-110), os adolescentes assinalaram que a conversa é a forma mais comum de correção dos pais em relação aos seus filhos, mas não aparece com a mesma frequência nas diferentes classes sociais. O percentual cai nas classes mais baixas. Além disso, “72% dos adolescentes entrevistados afirmaram que têm oportunidade de falar no momento em que são corrigidos”, também diminuindo nas classes sociais menos abastadas. O diálogo na família faz com que os jovens se sintam respeitados em casa e isto proporciona maior confiança entre os membros.

“Para 90% dos adolescentes, é na família que eles têm a sensação de que são respeitados. Os amigos com 86% das citações, aparecem em segundo lugar, seguido dos professores (81%), colegas de escola (76%) e a vizinhança (75%).” Quando estão na posição de consumidores, 69% sentem-se respeitados (UNICEF, 2002, p.111).

Na pesquisa sobre os adolescentes da UNICEF (2002), a família, a escola e a igreja são as instituições que os adolescentes consideram mais importantes na sociedade em todas as raças, classes, gênero e regiões. No entanto, o processo de socialização contempla também as relações com os grupos circunvizinhos, tais como irmãos e amigos. Os irmãos, como destaca a figura a seguir, têm níveis de confiança bem menores que os pais (45,6%) e 17,9% para os amigos.

Observa-se que a proximidade física e a convivência afetiva favorecem o sentimento de confiança nos irmãos e amigos apenas medianamente. Percebe-se assim, que os pais são os campeões da confiança entre os jovens brasileiros e que este sentimento diminui na escala das demais relações sociais: vizinhos, parentes, colegas de trabalho e conhecidos e acaba por ficar frágil em relação à confiança nas instituições, destaque da Figura 19.

Desta forma, a baixa confiança impede a ampliação de estoques de capital social, ou seja, de cooperação e participação nas instâncias decisórias que fortaleçam o bem público.

“A confiança dos jovens nas instituições é heterogênea: algumas gozam de bom prestígio, outras, por sua vez, possuem pouco prestígio”. As igrejas são as que têm índices de confiança mais elevados entre as instituições, com 38,6%. Os números referentes à confiança dos jovens nas principais instituições políticas, executivo, legislativo, são índices baixos, juntamente com o judiciário, que não goza de prestígio entre os jovens. As forças armadas são mais confiáveis do que a polícia. Esta última sofre de desgaste maior na mídia (SCHMIDT, 2000, p.211-2-3). Esses aspectos podem ser mais bem analisados quando comparados com os dados referentes ao nível de confiança social da juventude brasileira, como apresentado na Figura 19 a seguir:

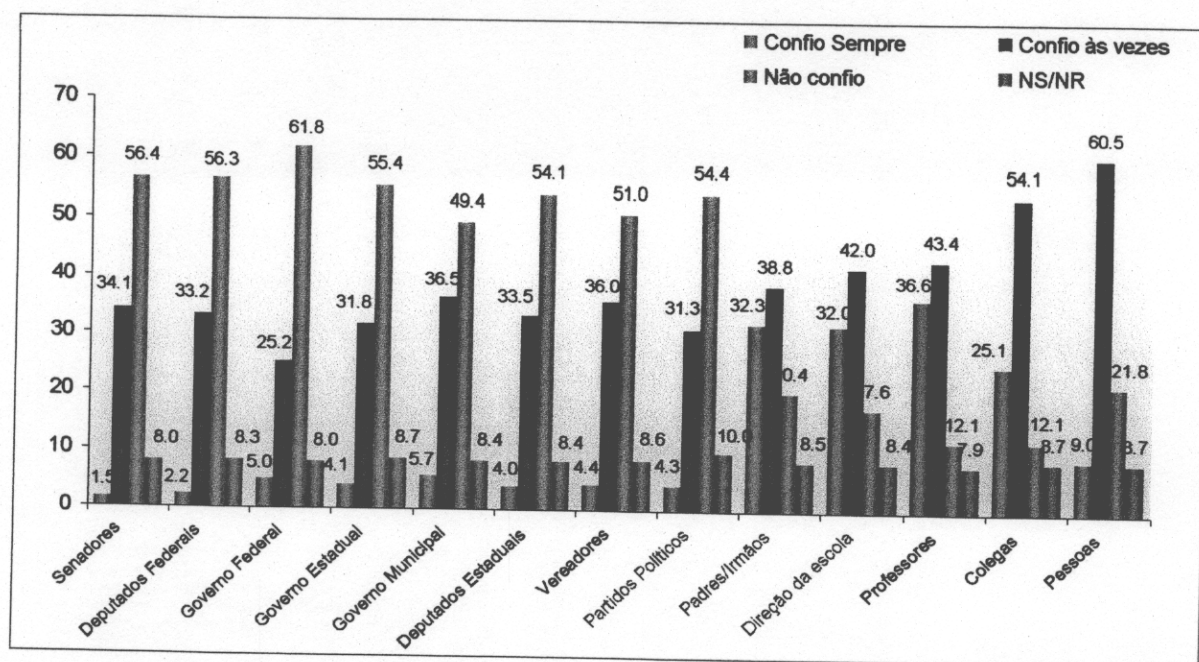


Figura 19 - Confiança III - nível de confiança interpessoal e social

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Para os jovens entrevistados, os professores são os que têm os maiores índices de confiança com 36,6% das respostas confio sempre; 32,3% para pais e irmãos; 32,0% a direção da escola; 25,1% os colegas; 9,0% as pessoas; 5,7% o governo municipal (Cássio Taniguchi e Edgar Bueno); 5,0%, o governo federal (Fernando Henrique Cardoso); 4,4% vereadores; 4,3% os partidos políticos; 4,2% governo estadual (Jayme Lerner); 4,0% deputados estaduais; 2,2% os deputados federais e, por último, com 1,5% os senadores. Os dados, mais uma vez, apontam para a baixa credibilidade nas instituições políticas.

Na Figura 17, que destaca o estudo realizado por Nazzari em (1995), observa-se que os que detinham menos confiança eram os políticos, com 46,0%, seguidos dos partidos com 37,3%. Percebe-se a continuidade do alto o grau de desconfiança nos políticos e suas instituições. Os que mereceram confiança dos jovens na ocasião foram, em primeiro lugar a democracia com 22,1% das respostas, seguida da confiança nas pessoas, com 18,7% e dos militares, com

17,8%. Na ocasião, os jovens acumulavam sentimentos favoráveis pela democracia, no entanto não conseguiram canalizar esta confiança para as instituições políticas e para os políticos. Também apresentaram um viés autoritário encontrado na confiança pelos militares.

Na pesquisa de Nazzari (1995, p.194), também relacionada à credibilidade do funcionamento das instituições, no sentido de se adianta reclamar, os dados apontam alguns elementos positivos, pois “60,9% responderam que se deve reclamar sempre; 14,2% que as instituições não funcionam; 24,9% não sabem ou não responderam”. Quanto às respostas à pergunta sobre o que fazem quando alguém lhes dá o troco errado: “92,6% reclamam; dos quais 31,0% exigem o troco e, apenas 3,9% não reclamam, dos que ficam indiferentes, apenas 3,5% não responderam”. Complementar aos dados relacionados à confiança nas instituições é o dado sobre corrupção, destaque do próximo capítulo.

No entanto, no geral os dados observados na pesquisa de (1995) não favorecem a elevação dos índices de confiança nas pessoas e não incentivam níveis de reciprocidade e cooperação necessários para a participação em associações, e, muito menos, ampliam o apoio em contextos macrossistêmicos das relações entre o Estado e a sociedade, que poderiam incentivar maior participação em políticas públicas mais abrangentes, que poderiam incrementar projetos sociais importantes para o desenvolvimento na comunidade.

Trata-se de entender como o capital social liga os indivíduos e comunidades ao processo político para que cooperem entre si, por meio das relações de confiança geradas em contextos macrossistêmicos (vizinhança) e que pode afetar a participação das pessoas em associações voluntárias. Assim, “o senso de pertencer e fazer parte de uma comunidade teria efeito no fortalecimento dos laços sociais e incentivaria a participação nas associações voluntárias” (BAQUERO, 2001, p.37).

Nesta direção destaca-se, no estudo de Schmidt (2000, p.276), “a igreja como campeã da confiança entre os jovens, e entre os pais estes índices sobem para 61,6%”. O que vem em segundo lugar é o movimento estudantil, com 21,0% das respostas e, em terceiro, são as Forças Armadas, com 11,3%, depois os sindicatos com 4,9%, Poder Judiciário com 4,4%, a Polícia com 3,3% e, por fim, as instituições políticas, tais como o Governo Federal e o Congresso, com 1,3% cada um. Estes fatores de desconfiança podem gerar alienação e impotência frente à eficácia em relação às redes de envolvimento cívico, e contribuem para os baixos níveis de confiança institucional os escândalos, a corrupção e a falta de fidelidade e ética dos políticos.

Nesta direção, na dimensão macrossistêmica, observa-se a ausência de capital social. Isto tem levado ao distanciamento entre as relações do Estado e da sociedade. Colaboram para isso os valores da sociedade delineados pelas novas tecnologias e pela imposição dos mercados. “A questão moral tem se desintegrado em inúmeras particularidades ética, racial, racional e religiosa em conjunto com o individualismo e o consumo”, segundo Hunter (2000) (citado por BAQUERO, 2001, p.38).

O estudo de Schmidt (2000, p. 215) não mostrou nenhuma variação importante nas médias de sua pesquisa sobre o grau de confiança na variável sexo, classe social e municípios. “A soma das respostas das três variáveis de confiança mostra que a soma da confiança alta e média é levemente superior a 50%, ou seja, uma confiança social mediana”. Mas, se nos ativermos a muita confiança, observamos que se restringe a 25% nas diversas variáveis. Isto demonstra uma predisposição subjetiva, do ponto de vista da confiança interpessoal, “incentivo ao comportamento cooperativo, em $\frac{1}{4}$ dos indivíduos, enquanto os demais $\frac{3}{4}$ oscilam da confiança razoável à desconfiança,” o que é desfavorável à cooperação espontânea e, conseqüentemente, ao capital social.

Neste estudo, a confiança interpessoal com relação a variável gênero, apresentou pequenos níveis de diferenças entre os baixos índices de confiança encontrados nas respostas dos jovens entrevistados, conforme Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 - Frequência de confiança social - gênero (2002)

GÊNERO	Confio Sempre		Confio às Vezes		Não Confio	
	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
1. Senadores	2,2	0,8	33,4	34,8	55,3	57,6
2. Deputados Federais	2,5	2,0	33,4	33,2	55,2	57,3
3. Governo Federal	5,8	4,2	27,2	23,7	58,2	65,0
4. Governo Estadual	4,8	3,6	31,0	32,6	55,1	55,7
5. Gov. Municipal	7,7	3,9	35,0	37,9	48,1	50,7
6. Deput. Estaduais	4,7	3,3	37,2	34,3	53,7	54,6
7. Vereadores	5,6	3,3	35,0	36,9	50,2	51,9
8. Partidos Políticos	5,1	3,6	29,7	32,9	55,6	53,5
9. Padres ou Irmãos	32,3	32,3	34,4	42,8	24,4	16,8
10. Direção da Escola	29,3	34,5	40,0	43,9	21,7	14,1
11. Professores	34,8	38,2	39,9	46,6	16,8	8,0
12. Colegas	22,1	27,7	50,7	57,3	18,0	7,0
13. Pessoas	9,4	8,8	53,8	66,5	27,4	16,9
Média Geral	12,8	15,2	36,6	40,2	41,5	39,1

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Nos dados levantados destaca-se que, em relação à confiança nos professores, 34,8% dos meninos e 38,2% das meninas confiam sempre; 39,9% e 46,6% às vezes; 16,8% e 8,0% não confiam; 8,5% e 7,2% não sabem ou não responderam respectivamente. Nos padres e irmãos as meninas e meninos confiam sempre com 32,3% cada; no item confiam às vezes, as meninas apresentam um índice de 42,8% e meninos 34,4% e não confiam 24,4% dos meninos e 16,8% das meninas.

Observa-se um índice de desconfiança maior entre os meninos. Para as meninas, observa-se uma tendência de ampliação da confiança nos padres e irmãos. Em relação à confiança na direção da escola, 29,3% dos meninos e 34,5% das meninas confiam sempre. Sobre a confiança nos colegas, 22,1% dos meninos e 27,7% das meninas confiam sempre. Na análise da confiança nas pessoas, 9,4% dos meninos e 8,8% das meninas confiam sempre; 53,8% deles e 66,5% delas confiam às vezes; 27,4% deles e 16,9% delas não confiam, 9,4% deles e

7,8% delas não sabem ou não responderam.

Em relação aos baixos índices de confiança nas instituições políticas, observa-se que as meninas são em média um pouco mais desconfiadas que os meninos, diferente dos dados sobre confiança interpessoal, onde as meninas apresentam índice um pouco maiores de capital social do que os meninos.

Apesar de o Legislativo ser o espaço de representação crucial da democracia, observa-se que, quando analisados os dados sobre os representantes políticos dos Estados e do Congresso Nacional, percebe-se que os índices de confiança apresentam-se ainda mais baixos, pois os meninos confiam sempre em apenas 4,7% e as meninas em apenas 3,3% dos casos.

Assim, no sentido de verificar se os jovens estão sendo socializados para ampliarem os índices de capital social por meio do processo de socialização, em relação aos tipos de escolas, comparando-se os dados na Tabela 5, observou-se que:

Tabela 5 - Frequência de confiança social - tipo de escola (2002)

TIPO DE ESCOLA	Confio Sempre		Confio às Vezes		Não Confio	
	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas
1. Senadores	1,8	1,4	41,8	33,0	53,1	57,0
2. Dep.Federais	3,3	2,0	39,7	32,2	53,7	56,7
3. Governo Federal	7,4	4,6	37,1	23,5	52,2	63,2
4. Governo Estadual	4,0	4,2	43,4	30,1	49,3	56,3
5. Gov. Municipal	7,4	5,4	47,1	35,0	42,3	50,5
6. Deput. Estaduais	3,3	4,1	42,6	32,2	50,7	54,6
7. Vereadores	6,3	4,1	42,6	35,0	47,1	51,6
8. Partidos Políticos	2,9	4,5	39,6	30,1	53,5	54,5
9. Padres ou Irmãos	39,7	31,2	36,4	39,1	19,9	20,4
10. Direção da Escola	29,7	32,4	45,1	41,5	26,1	17,0
11. Professores	34,7	36,9	46,9	42,9	15,1	11,6
12. Colegas	24,5	25,2	59,7	53,3	12,5	12,0
13. Pessoas	8,1	9,2	63,4	60,1	23,4	21,5
Média Geral	4,5	3,7	41,7	31,3	50,2	55,5

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

A diferença entre as escolas pública e privada, em relação à confiança nas pessoas (9,0%), apresenta-se da seguinte forma: 8,1% dos estudantes da escola privada e 9,2% da escola

pública responderam que confiam sempre; às vezes, 63,4% e 60,1%; não confiam, 23,4% e 21,5%, NS/NR; 5,1% e 9,2%.

Os estudantes das escolas públicas e privadas apresentaram até aqui índices semelhantes em relação à média de confiança interpessoal de 21,98%, destes 27,3% da escola privada e 26,9% na escola pública. Entre os que confiam às vezes, a diferença é de 2,9% a mais para a escola privada, a desconfiança é de 2,0% a mais para os alunos da escola privada. Os dados não apresentam diferenças relevantes quanto à confiança interpessoal e social entre escolas públicas e privadas.

Os dados que relacionam a confiança institucional com as respostas dos estudantes das escolas são os seguintes: em relação aos partidos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais são insignificantes. Os mais baixos índices de confiança podem ser verificados em relação aos senadores. Os índices melhoram um pouco em relação aos executivos: o executivo municipal apenas alcançou o índice de 5,7% entre os que confiam sempre, entre os quais 7,4% são estudantes das escolas privadas e 5,4% das escolas públicas. Em relação ao executivo estadual, apenas 4,1% confiam sempre, entre os quais 4,0% são estudantes das escolas privadas e 4,2% das escolas públicas. O executivo federal apresentou índices também baixos de confiança nas escolas, apenas 5,0% confiam sempre, entre os quais 7,4% são estudantes das escolas privadas e 4,6% das escolas públicas.

As médias gerais da confiança institucional dos jovens, no quesito confiam sempre, é de 4,5% para estudantes da escola privada e 3,7% dos estudantes da escola pública, ou seja, 0,8% a mais que para a rede privada; confiam às vezes, 10,4% a mais para os estudantes das escolas privadas; e não confiam, 5,3% a mais para os índices de desconfiança da escola pública. Assim, na escola privada a confiança institucional apresenta índices de estoque de confiança maiores que na escola pública.

A confiança pessoal apresenta índices um pouco mais favoráveis nos alunos das escolas privadas, ou seja, 0,4% no item dos confiam sempre; 3% no item confiam às vezes e 1,4% a menos no quesito desconfiança. Por sua vez, a confiança institucional é maior nas escolas privadas também, no item confiam sempre, o índice é de 0,8%; às vezes, 10,4% e no item de desconfiança pessoal, os alunos das escolas públicas apresentam um grau de desconfiança de 5,3% mais que os da escola privada. Os dados sobre as diferenças entre as opiniões dos jovens da capital e do interior são destaque na Tabela 6 a seguir:

Tabela 6 - Frequência de confiança social - capital x interior (2002)

REGIAO	Confio Sempre		Confio às vezes		Não Confio	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
1. Senadores	1,1	2,1	31,7	37,2	59,4	52,3
2. Deputados federais	1,8	3,0	30,0	36,7	60,1	51,6
3. Governo Federal	4,4	5,7	23,6	26,6	60,4	58,8
4. Governo Estadual	4,2	4,5	30,0	34,4	57,8	51,5
5. Gov. Municipal	5,5	6,1	32,2	41,2	54,7	43,3
6. Deput. Estaduais	3,5	4,8	29,6	38,4	58,7	47,6
7. Vereadores	4,5	4,5	32,4	39,7	54,9	46,4
8. Partidos Políticos	4,2	4,8	30,1	32,2	56,6	51,7
9. Padres ou Irmãos	26,7	39,0	40,3	36,1	24,6	16,1
10. Direção da Escola	29,0	35,3	44,2	39,6	18,5	16,5
11. Professores	33,5	38,8	45,6	41,6	12,8	11,7
12. Colegas	25,2	24,0	53,6	55,1	12,9	11,5
13. Pessoas	9,6	8,1	60,5	60,2	21,8	22,2
Média Geral	15,3	18,7	48,3	51,9	55,3	48,1

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Destaque que os índices de confiança são em média superiores entre os jovens no interior do Estado (3,4%). Principalmente nos itens padres e irmãos a diferença é de (12,3%), direção da escola e professores. Estes dados apontam para elevados índices de confiança nas instituições da comunidade, tais como escola e igreja e nos seus representantes imediatos, diferentes da capital que apresentou índices um pouco melhores de confiança interpessoal (colegas e pessoas).

De maneira geral, nas variáveis de gênero, as meninas demonstraram em média maior confiança social que os meninos, cerca de 2,8% na resposta confio muito; 3,6% a mais nas

respostas confiam às vezes e apresentam uma desconfiança menor que os meninos em cerca de 2,4%. Neste sentido, as meninas apresentam uma média um pouco superior aos meninos nos estoques de capital social. Também a confiança interpessoal é maior entre as meninas. Os dados mostram uma diferença de 2,4% no quesito confio sempre em relação aos meninos; 7,7% no quesito confiam às vezes, porém, no ponto não confiam, os meninos apresentam um índice de 9,1% a mais que as meninas, confirmando que os estoques de capital social são maiores entre as meninas.

Porém, a confiança institucional é um pouco maior entre os meninos, ou seja, 1,8% a mais que as meninas; no quesito às vezes, as meninas superam os meninos em 1,1%; no item desconfiança, as meninas superam os meninos em 1,8%. Em relação a escolas, a privada apresenta um pequeno índice de confiança a mais que as escolas públicas. O índice significativo é entre os estudantes que confiam às vezes das escolas privadas, com 10,4%, o que demonstra um potencial confiança futura, porém, os índices maiores de desconfiança estão na escola pública, que superam em 5,3% os índices da escola privada. No presente estudo, a variável confiança apontou para baixos estoques de capital social entre os jovens brasileiros tanto em relação a gênero como a tipo de escola, pública ou privada e capital ou interior, o que prejudica a cooperação para a participação em projetos que potencializassem o bem público e o desenvolvimento de uma comunidade cívica, engajada com os anseios da maioria da população.

De maneira geral, observa-se que os índices de confiança nas instituições são baixos nos três cruzamentos de variáveis analisadas gênero, tipo de escola e capital ou interior. Em média, 55% dos jovens não confiam nos representantes dos legislativos municipais, e o nível de desconfiança vai aumentando ainda mais nas esferas dos legislativos estaduais e federais. A confiança social e a confiança interpessoal são um pouco maiores entre as meninas e nas escolas privadas. No entanto, a confiança institucional é um pouco maior entre os meninos e,

também nas escolas privadas. Porém, de maneira geral, os estoques de capital social ainda são baixos, somente amenizados em relação à confiança pessoal dos jovens nas pessoas mais próximas. No geral, em relação ao conceito de confiança social, os jovens do interior demonstraram índices superiores de capital social do que os da capital.

Tendo em vista esta problemática, espera-se que os jovens possam no futuro desenvolver sentimentos de reciprocidade e solidariedade, e que alterem seus comportamentos desconfiados e possibilitem maior conhecimento, entrosamento e participação nas associações comunitárias e instituições políticas. Para que isso ocorra, devem ser incentivados pelas agências socializadoras a vincular o bem público com a participação política, como se destacam nos próximos itens.

5.2.1 Reciprocidade e solidariedade

Os dados mostram elementos desfavoráveis para a elevação dos índices de capital social dos jovens brasileiros, pois em (1995), 69,4% concordam que ninguém se preocupa com os outros, caracterizando um comportamento individualizado. Esta é uma tendência universal, repassada pela ideologia neoliberal e pelos meios de comunicação, na lei de cada um por si, de uma sociedade que se alimenta de concorrência, de eficiência para se alcançar o primeiro lugar. A falta de valores e crenças que fortaleçam a solidariedade se verifica, pois apenas 24,7% acham que as pessoas se preocupam com as outras. Destaca-se o baixo índice de não respostas a essa questão, apenas 5,9% não sabem ou não responderam.

Sabe-se que outro conceito importante em relação ao capital social é a solidariedade. Nesta direção, a Figura 20, revela que os jovens não são incentivados para expressarem sentimentos para cooperação mútua para desenvolverem normas e redes de reciprocidade, quando respondem a questão seguinte: Algumas pessoas dizem que hoje em dia ninguém se importa com ninguém, qual a sua opinião?

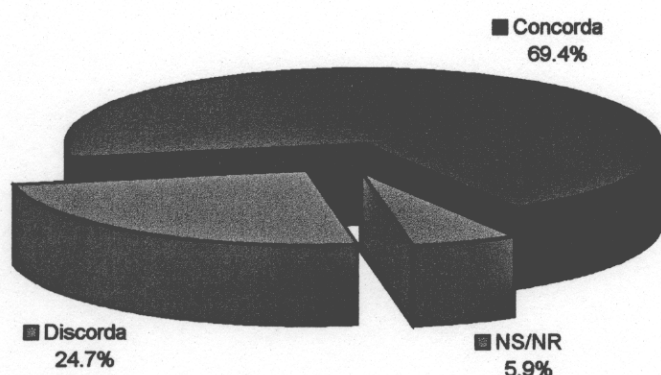


Figura 20 – Solidariedade (%)

Fonte: Nazzari (1995).

Em ambos os estudos, tanto em âmbito nacional como regional, observou-se que elementos importantes para a elevação dos índices de capital social são frágeis na opinião dos jovens e adolescentes brasileiros, confirmados pelo processo de socialização política, que não vislumbra uma mudança significativa, para ampliar a participação política dos jovens nas redes de engajamento cívico e na construção de uma sociedade mais cooperativa e igualitária.

O nível de capital social pequeno é observado principalmente em relação à participação política efetiva dos brasileiros. A cultura política existente não colabora para elevar os níveis de engajamento cívico, redes de cooperação que colaborem com o desenvolvimento do País. Pois, uma geração cooperativa requer confiança mútua, que pode ser incrementada por um

processo de socialização política que transmita crenças e valores de eficácia política e contribuam com o engajamento e participação política dos adolescentes e jovens nas instâncias decisórias de poder. Para isto torna-se necessário analisar a variável de participação a fim de verificar se o conhecimento e o sentimento dos jovens em relação às instituições políticas pode impedi-los da participação em outras instâncias da vida comunitária, o que pode promover incentivo para a formação do capital social e o fortalecimento da democracia em nosso País.

CAPITULO 6 CAPITAL SOCIAL: COOPERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

6.1 Cooperação entre os Jovens

Dois modelos predominam na explicação da geração do capital social para a solução dos problemas de ação coletiva. O primeiro defende a lógica da socialização onde a interação com os outros membros das associações elevaria os padrões que valorizam o social e o democrático. Assim as associações voluntárias funcionam como um aprendizado para a democracia.

Para Putnam (1995), existe uma relação causal entre a geração da confiança interpessoal e institucional e a participação em associações. “O segundo modelo que questiona a funcionalidade do conceito se denomina de modelo de auto-seleção”, coloca que “as pessoas com atitudes anti-sociais não estão predispostas a participar de associações voluntárias, portanto, tais associações terão como membros aqueles que já tem elevados índices de confiança” (BAQUERO, 2001, p.38).

Segundo Hooghe citado por Baquero (2002, p.38-39), “não há nenhuma indicação de que a interação com estes grupos leve automaticamente ao desenvolvimento de padrões valorativos, mais orientados socialmente e que aumente seu nível de confiança”. Para o autor, isto se deve “ao fato de que, segundo a teoria da identidade social, a interação não leva necessariamente ao desenvolvimento de novos padrões valorativos, mas simplesmente os reforça ou os torna mais salientes”. Nesta direção, “as duas dimensões teóricas gerariam resultados diferentes derivados da interação com associações voluntárias”.

Na verdade, não me parece que essas duas dimensões teóricas sejam excludentes. A contribuição do capital social seja ela fruto do processo de socialização ou resultado de grupos homogêneos com altos índices de confiança se dá pelo fato de que pode potencializar interações que levem ao surgimento de pessoas mais críticas e fiscalizadoras da coisa pública (BAQUERO, 2001).

A confiança é primordial para a interação e os relacionamentos entre as pessoas e entre as instituições, por isso é um importante conceito no estudo da ciência política atual. Assim, quanto maior o envolvimento de pessoas em associações voluntárias maior é a possibilidade de elevação dos índices de capital social e o fortalecimento da democracia. Assim, a confiança social seria então um subproduto da cooperação de pessoas e promoveria maior participação das pessoas em associações ampliando os benefícios econômicos e sociais para os indivíduos e para sociedade em geral.

A cooperação é um conceito importante para os estudos do capital social. É também uma característica constitutiva do ser humano. O debate sobre a propensão cooperativa ou competitiva do homem assinala que a competição pode ser útil para dinamizar ambientes econômicos, mas isto não quer dizer que a competição seja inerente à natureza humana.

Quando as estruturas são hierárquicas e verticais, autoritárias e autocráticas, estimula-se a competição. No entanto, quando “os espaços são democráticos, favorecendo a participação e a organização em redes, a tendência é do desenvolvimento de procedimentos que estimulem a cooperação”. Neste sentido, observa-se, por exemplo, que, “na área econômica o capital gerado pela cooperação e pelas relações horizontais estimula a fluência de informações” e promove a inovação, a criatividade e a produtividade (AED, 2001, p.22-3).

Nesta direção, a análise dos índices de cooperação entre os jovens pode indicar níveis de reciprocidade e engajamento em associações, o que por sua vez poderá possibilitar a compreensão sobre como criar mecanismo que elevem os estoques de capital social na

sociedade. Como ilustra a Figura 21 a seguir, a primeira dimensão examinada diz respeito à percepção da cooperação entre os jovens mostrada por meio da questão: Você acha que os jovens atualmente cooperam entre si?

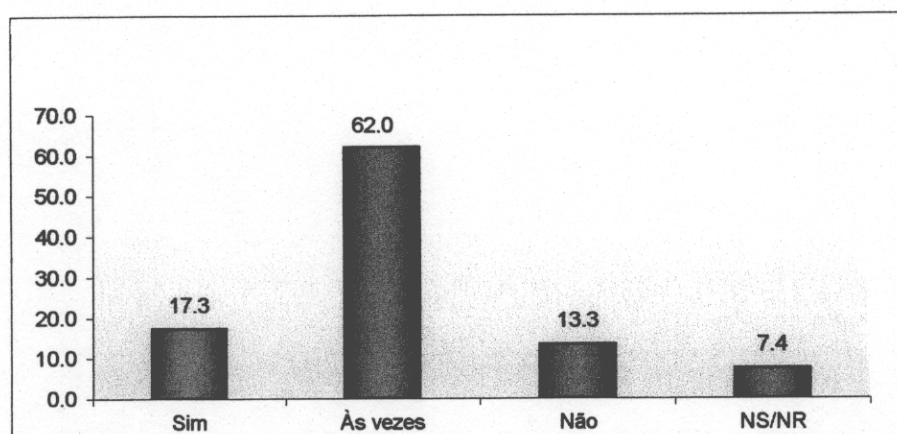


Figura 21 - Cooperação I (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

No que diz respeito à percepção sobre cooperação entre os jovens, verifica-se uma tendência nas relações no quesito às vezes, com 62,0% das respostas; a resposta sim é de 17,3%; maior que não, com 13,3%; NS/NR apenas 7,3%. Os dados indicam uma propensão à cooperação sistêmica entre os jovens. No entanto não se consolida nas repostas positivas. Na perspectiva de gênero, destaca-se que a percepção de cooperação é maior entre os meninos (20,0%), do que entre as meninas (15,0%), no quesito às vezes, os índices são maiores entre as meninas (66,2%) e (57,2%) para os meninos; 14,9% deles e 12,0% delas acham que os jovens não cooperam e 7,9% deles e 6,8% delas não sabem ou não responderam. A média em relação à percepção de cooperação é maior entre os meninos (5,0%). As meninas sentem-se menos seguras com relação a esta questão.

Por sua vez, 16,5% dos estudantes das escolas privadas e 17,5% dos estudantes das escolas públicas consideram que os jovens atualmente cooperam entre si; às vezes, 64,8% da privada e 61,6% da escola pública; entre os estudantes que consideram que não existe cooperação estão 13,9% da escola privada e 13,2% da escola pública; NS/NR 4,8% dos estudantes da escola privada e 7,7% da escola pública. Apesar de os índices médios gerais apresentarem-se (1,0%) maiores entre os estudantes das escolas privadas, não foram observadas diferenças significativas entre os estudantes das escolas pesquisadas, bem como em relação aos jovens da capital e do interior.

A percepção sobre a cooperação dos jovens na atualidade não indica níveis de reciprocidade e engajamento entre estes. Nota-se uma percepção mediana que pode promover, no futuro, a compreensão sobre a importância de um comportamento cooperativo para criar mecanismos que colaborem na elevação dos estoques de capital social na sociedade. Neste sentido, na Figura 22 se faz uma sondagem sobre o que pode ser feito para elevar os índices de cooperação sistêmica entre os jovens, por meio da questão: O que deve ser feito para que os jovens cooperem entre si?

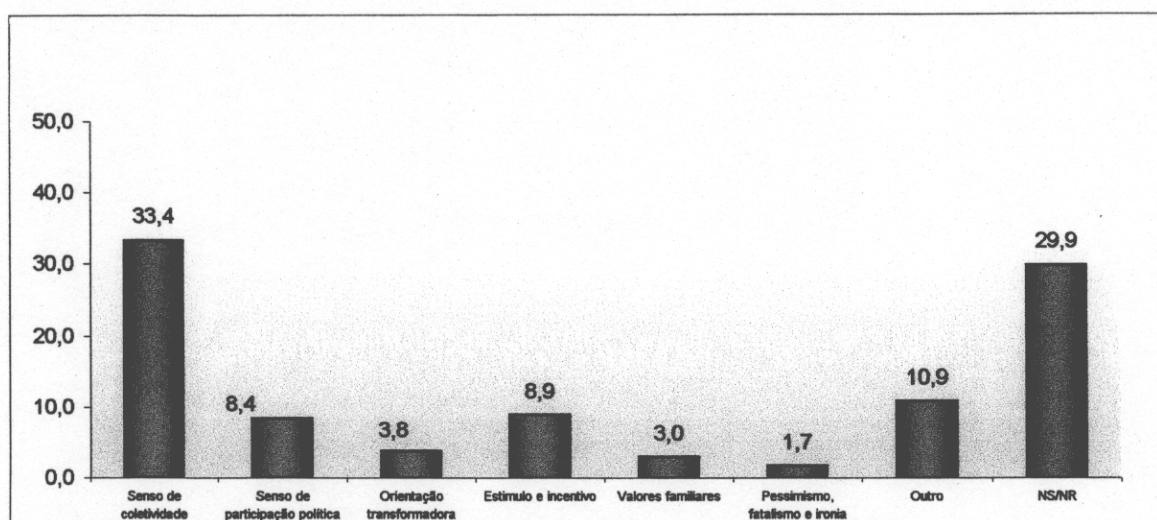


Figura 22 - Cooperação II (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Quando se examina como os jovens percebem quais seriam os atributos que viabilizariam uma maneira de cooperação entre eles, a maioria deles (33,4%) aponta para a necessidade de desenvolver um senso de coletividade. Este dado demonstra a consciência dos adolescentes sobre a necessidade de contribuir nas relações coletivas.

O estímulo e incentivo aparecem com mais frequência nas respostas (8,9%) dos entrevistados, o que pode apontar para a necessidade que sentem de as instituições socializadoras proporcionarem alternativas de aprendizado e promoção do convívio cooperativo entre eles.

A necessidade de participação política foi assinalada em 8,4% das respostas. Esta escolha indica um caminho importante para a cooperação social e o fortalecimento da democracia. A orientação transformadora foi assinalada por 3,8 %, e os valores familiares 3,0%, reforçando a necessidade de serem estimulados para a cooperação. O item outro aparece com 10,9%, enquanto que NS/NR 29,9%.

De maneira geral, verifica-se uma propensão dos jovens para a cooperação sistêmica, porém, como nas demais análises, estes não conseguem vislumbrar a maneira de fazê-lo. Acredita-se que, neste sentido, exista uma falha na socialização política dos jovens brasileiros do ponto de vista da construção democrática.

Na ótica de gênero, o ponto mais importante é que as respostas pessimistas, fatalistas e irônicas são insignificantes (1,7%), e apresentam-se um pouco maiores entre os meninos. As meninas elegeram o senso de coletividade, como o mais importante quesito para que os jovens cooperem entre si, estímulo e incentivo; o senso de participação política; a orientação transformadora; e os valores familiares. Apesar de as diferenças apontarem pequenas nuances na variável de gênero, as meninas percebem um pouco mais quais seriam os atributos que viabilizariam uma maneira de cooperação entre eles.

Em relação aos cruzamentos entre escola pública e privada na variável, sobre quais seriam os atributos para cooperação entre os jovens, merece destaque o item sobre o senso de coletividade que foi apontado por 25,6% dos estudantes das escolas privadas e por 34,6% dos alunos da escola pública. Nos demais itens, não foram encontradas diferenças percentuais consideráveis nas variáveis sobre o tipo de escola e capital ou interior. As diferenças médias ficaram entre 1,0% à 2,0%, em ambos os casos.

Os elementos que merecem destaque, no item sobre o que deve ser feito para que os jovens cooperem entre si, são que as meninas apresentam uma média geral de 8,7% a mais que os meninos e os estudantes das escolas públicas apresentam média geral 4,2% a mais de incentivo para a cooperação que os estudantes das escolas privadas.

A escola pública apresenta índices mais favoráveis em relação ao senso de coletividade, com 9,0%; no incentivo ou estímulo, com 1,9%; e os que se apresentam menos pessimistas, fatalistas ou irônicos apenas são apenas 1,0% dos entrevistados. Enquanto, o senso de participação política, orientação transformadora e outras atitudes se apresentam idênticas em ambas as escolas.

Observa-se que, o incentivo e o senso de coletividade são elementos importantes na socialização política dos jovens, bem como auxiliam na cooperação sistêmica e estimulam a participação dos jovens em atividades associativas. Nesta direção, no próximo item os jovens foram argüidos sobre sua participação em atividades associativas, pois sabe-se que, a maior participação das pessoas em atividades associativas poderia contribuir para o fortalecimento da democracia no Brasil.

6.2. Participação dos Jovens em Atividades Associativas

Segundo os teóricos (PUTNAM e COLEMAN, entre outros), são os níveis de participação e de organização de uma sociedade que denotam os estoques de capital social desta. Para estes autores, se a sociedade não está organizada e não tem iniciativa, se não existe confiança social entre os grupos não se pode ter desenvolvimento ou implementação de qualquer projeto que possa levar a ampliação do bem público e da felicidade coletiva.

O capital social é uma teia invisível que sustenta todas as relações sociais. Portanto, se a sociedade não for organizada e seus níveis de confiança forem baixos, as pessoas não vão confiar umas nas outras, não vão se associar, cooperar e nem participar das questões políticas emergentes para o desenvolvimento das comunidades em que vivem.

Dessa forma, a hipótese convencional dos estudos sobre o capital social é de que quanto menor o nível de organização e participação de uma sociedade, mais pobre e incapaz de afirmar sua identidade. Os defensores do capital social filiam-se à lógica dos setores sociais subalternos “em defesa da afirmação da identidade cultural de cada povo, de sua auto-estima; do cultivo e da transmissão de valores; em suma da associação e integração da sociedade” (PRÁ, 2001, p. 179-80).

No estudo tocquevilliano, Putnam (1996) observou que onde a democracia funcionava bem havia prosperidade e bons governos, verificando que o capital social existia em algumas localidades italianas e não em outras. Constatou que as comunidades bem sucedidas tinham uma história de organização social, ou seja, possuíam um estoque maior de capital social.

Deduziu que o cruzamento de redes fortes, densas e horizontais, implicava a organização e o desenvolvimento de valores cooperativos e ampliação da cidadania. A participação em

associações era vista como elemento de construção da virtude cívica e ampliação dos valores democráticos.

No entendimento do tema, somaram-se os relacionamentos entre os membros individuais das associações e redes (aspectos estruturais do capital social) e os valores individuais e atitudes (aspectos culturais do capital social). Na descrição convencional destes estudos, observou-se um declínio do engajamento dos cidadãos na política e no sistema democrático.

A visão convencional das teses sobre capital social se baseia no declínio da participação política, levando-se em conta a forma ideal da democracia na América. Enfatizam as diferenças históricas da participação política urbana atual em relação ao forte engajamento dos cidadãos nas pequenas comunidades até a década de 60. Atualmente as cidades norte americanas recebem imigrantes que demandam novas políticas sociais e ampliação de sua representação no sistema democrático.

Assim, os mecanismos de seleção política são incorporados nos níveis de mobilização dos habitantes das cidades americanas, “ao mesmo tempo em que o declínio das organizações partidárias locais pode levar ao declínio da incorporação das questões políticas na participação geral dos cidadãos” (FUCHS; MINNITE e SHAPÍRO, 1997, p.5).

Por um lado, os autores destacam os baixos níveis de participação política nas comunidades mais pobres e entre os moradores dos subúrbios, os quais devido às dificuldades socioeconômicas não conseguem participar das redes frágeis de trabalho e das relações comunitárias. Por outro lado, o engajamento cívico e o declínio do capital social verificados em muitas cidades devem-se em parte ao declínio das instituições sociais que poderiam promover as normas de cooperação para o desenvolvimento das comunidades.

A participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre os membros da comunidade, e estas normas são aquelas requeridas pela participação política. No

entanto, observou-se o declínio do capital social nos países desenvolvidos, de forma geral nos Estados Unidos e entre os jovens ingleses, como se verifica nos estudos a seguir.

O estudo de Henn, Weinstein e Wring (2002, p.167) descrevem a alienação política dos jovens ingleses com claros reflexos na crise de legitimidade encontrada nas iniciativas de ampliação da cidadania. O artigo verifica dados apresentados em painéis de *survey* e grupos focais sobre o primeiro voto. Conclui que, ao contrário dos estudos quantitativos predominantes sobre participação política, os jovens são interessados em assuntos políticos e apóiam o processo democrático. Eles sentem um desencanto posterior ao primeiro voto e criticam os eleitos para exercer o poder político. “Se eles são a geração distante, é menos com apatia e mais com seu engajamento cético sobre a política formal britânica”. Porém, isto não significa o desinteresse pela política em si, mas, sim, uma desilusão com a política e com suas instituições representativas tradicionais.

Os estudos de base quantitativos têm medido evidente desilusão dos jovens para com a política por meio de indicadores: declínio dos membros de partidos, atitudes políticas e comportamento eleitoral. Em termos gerais e recentemente pode-se verificar um declínio da participação política eleitoral dos jovens em relação aos adultos contemporâneos. Verifica-se, como coloca Wilkinson citado por Henn, Weinstein e Wring (2002, p.170), uma “desconexão política histórica”, considerando o acompanhamento dos resultados das eleições para diversas instancias na Inglaterra. No entanto, para Bhavnani citada por Henn, Weinstein e Wring (2002, p. 168), “os estudos de comportamento têm contribuído para o entendimento da política no domínio das eleições e das atividades parlamentares”. Ela revela que os jovens fazem parte de vários tipos de atividades políticas, desde questões sobre o meio ambiente e direito dos animais, sempre se mostrando descontentes da política tradicional desde 1970 e ignorando os motivos dos partidos e das eleições representativas.

No entanto, Jowell e Park citados por citada por Henn, Weinstein e Wring (2002, p. 170)

concluem que “a falta de engajamento dos jovens na política pode ser interpretada mais como sinal de mudança de geração do que como efeitos da vida e do trabalho”. A dificuldade de se entender esta complexa mistura do ciclo da vida e dos efeitos geracionais, leva Parry et al; Abramson e Inglehart citados por Henn, Weinstein e Wring (2002, p.171) “a não descartarem ambas as explicações por acreditaram não existir regras para a compreensão política dos jovens na atualidade”. A distância dos jovens pode ser justificada por sua posição vulnerável, pela complexidade das experiências de vida e pela hostilidade da sociedade.

Nesta direção, a crescente crise econômica mundial e a falta de oportunidades vivida na era da instabilidade e da insegurança delineiam um quadro bem diferente da conjuntura vivida pelas gerações do pós-guerra e do *Welfare State*. Assim, a fundamental mudança da economia acompanhada da fragilidade das relações familiares e da comunidade e o rápido desenvolvimento tecnológico dos anos 1990 têm gerado impactos radicais na socialização política dos jovens, numa combinação de riscos e incertezas em relação ao numero complexo de mudanças num roteiro mais problemático para jovens e adultos, segundo estudos de Furlong e Cartmel citados por Henn, Weinstein e Wring (2002).

O individualismo e o imediatismo atuais levam a uma variedade de riscos para que os jovens consigam sua independência e conquistem suas metas. O tempo necessário para que se preparem para a carreira, as pressões do mercado e o sucesso não lhes deixam tempo livre para a política. Além destes fatores, as instituições políticas não estão equipadas e dispostas para adotar, encorajar e incentivar novos talentos para a liderança política.

Os reflexos da centralização ocorrem com o comando e as alianças dos políticos profissionais em oposição às organizações voluntárias. Os profissionais estão mais preocupados com suas imagens no mercado político que com o incentivo à participação política, não oferecendo nem coerência nem atração para os ideais da juventude, pois o mercado político “requer uma concepção passiva mais do que uma participação ativa”, como sugerem Panebianco; Cloonan

e Street citados por Henn, Weinstein e Wring (2002, p.172).

Deste modo, o processo e as mudanças de pensamentos indicam evidências dos efeitos do período, da sociedade e das experiências universais que atravessam as gerações. O posicionamento e as experiências dos jovens de hoje são diferentes dos jovens de outras gerações.

Assim, as técnicas quantitativas utilizadas pela ciência política, baseadas em questionários *survey*, argüindo o entrevistado sobre definição dos significados políticos, podem colaborar para apontar as diferenças do engajamento e orientação política dos jovens nos anos recentes.

Para verificar como a política é convencionalmente entendida, adotaram-se pesquisas de estilo longitudinal, combinando métodos quantitativos e qualitativos, utilizaram-se registros eleitorais e *survey* aplicado a uma amostra de 425 jovens sobre o interesse, entendimento e orientação política. Nos dados da pesquisa realizada em 1998 por Henn, Weinstein e Wring (2002, p.174-187), analisam-se variáveis tais como: a) “engajamento político local e nacional”, para indicar sentimentos apolíticos e de apatia, se costumam discutir política com a família e com os amigos e a importância da participação política; b) “agenda política”, ou seja, os investimentos que devem ser feitos em políticas públicas, educação, Terceiro Mundo, liberdades civis, desenvolvimento, entre outros; c) “confiança nos políticos e nas instituições representativas” e a percepção dos jovens em relação ao comportamento dos políticos e cumprimento de suas promessas de campanha; d) “confiança no processo democrático”, sobre o voto nas eleições, as intenções de voto e a identificação partidária, percepção e importância do voto na sua vida, na família e na comunidade, local e tipo de voto e voto futuro.

Sugerir que a juventude é apática e apolítica, isto é não considerar seu interesse por diferentes tipos de participação política. Portanto, eles têm algum engajamento. Quando se analisa a política formal, convencionalmente definida, a conclusão é de que os jovens são céticos e desengajados, e desconfiam dos governantes e do sistema político, pois se verificou que o

interesse por política varia segundo a concepção da política.

Segundo Pagé e Chastenay (2003), nos seus estudos sobre socialização política e capital social dos jovens das cidades de Québec, Nouveau-Brunswick e Alberta, no Canadá foram analisadas comparações em três dimensões importantes, a saber: a identificação cívica, igualitarismo, e participação.

A primeira, a identidade cívica, inclui hábitos e atitudes diversas, tais como religião, língua, raças, gênero, verificando as crenças e valores que formam os diferentes tipos de cidadãos das três cidades canadenses. A preocupação principal dos autores se concentra na linguagem, visto que o Canadá tem duas línguas oficiais, o inglês e o francês.

A linguagem é apontada pelos autores como importante fator de identificação entre os jovens. Ela fortalece os pólos da identidade cívica provincial e nacional e incentiva atitudes diversas em relação ao espaço público, mais provincial em Alberta que nas outras cidades, por exemplo.

A dimensão igualitária tem quatro fatores de análise que observam os contraste entre os diferentes grupos. Assim, os autores observaram a inclusão da diversidade cultural na eficácia da identidade coletiva na sociedade provincial, sugerindo que a diversidade cultural promove a ampliação da tolerância nas relações com pessoas diferentes, bem como aprimora atitudes positivas no desenvolvimento de acordos racionais mesmo com a presença de pessoas com identidades culturais variadas nos espaços públicos.

“Em nível geral foram observados os comportamentos políticos de acordo com as normas de igualdade e equidade aplicada a todos os cidadãos, considerando e comparando suas identidades culturais diferentes nas perspectivas individualistas e pluralistas” (PAGÉ e CHASTENAY, 2003, p.4-5).

Para Pagé e Chastenay (2003), fatores sociodemográficos, tais como a história, as normas

públicas e a diversidade, marcam etapas cruciais entre as províncias. Os jovens tiveram atitudes positivas para com a presença de nomes de personagens importantes de diversidades culturais nos espaços social e público, bem como refletiram uma atitude positiva frente aos acordos e aos debates públicos. Para completar a pesquisa, os estudiosos apontaram uma terceira dimensão, que é composta de quatro fatores: a participação atual, a participação futura, a confiança nos personagens políticos e a participação efetiva.

La participation actuelle: ce sont des comportements de participation politique ou civile au cours des 12 derniers mois à l'extérieur du lieu d'études et à l'intérieur de ce lieu. La participation future est un facteur qui mesure l'intention d'investir dans années à venir dans des activités communautaires et politiques, dans des groupes d'opinion et d'intérêt et dans des oeuvres caritatives. La confiance envers les personnages politiques mesure jusqu'à quel degré il est estimé que le service de l'intérêt public est la préoccupation dominante des représentants élus. Enfin, le quatrième facteur mesure l'estimation des répondants que l'investissement du citoyen dans la participation peut effectivement contribuer à produire les résultats recherchés ou souhaités par lui (PAGÉ e CHASTENAY, 2003, p.6).

Principalmente as participações dos jovens em atividades estudantis implicam no conjunto de atividades da vida social deles mesmos. E indicam uma implicação na vida política e comunitária do estudante. Assim, a participação dos jovens em associações e outras formas de interação social é criadora de capital social, porque tem efeitos na socialização política, “ampliando a aquisição de normas e valores de cooperativos, bem como de confiança necessária para o funcionamento adequado da democracia. As associações funcionam como escolas para se aprender democracia” (STOLLE e HOOGHE, 2002, p.3).

Nesta direção, os índices de capital social dos jovens brasileiros sofrem o impacto dos graves problemas socioeconômicos que afligem o país, diante da influência das mudanças científico-tecnológicas atuais. Estas mudanças levaram ao conflito de como se adaptar à nova realidade,

tendo ainda uma cultura política com nuances arcaicas de autoritarismo e clientelismo político. Neste sentido, as questões levantadas a seguir procuram verificar se as alterações das transformações nas estruturas sociais e no comportamento dos jovens vêm redefinindo os espaços democráticos e a ampliação da cidadania entre eles.

Sabe-se que, para ampliar o grau de participação dos jovens em entidade associativas, estes devem acreditar na eficácia de sua participação. Neste sentido os jovens foram argüidos sobre: Você acredita que, se as pessoas participassem mais de atividades associativas, poderiam mudar muita coisa no nosso país? Dados estes apresentados na Figura 23 a seguir:

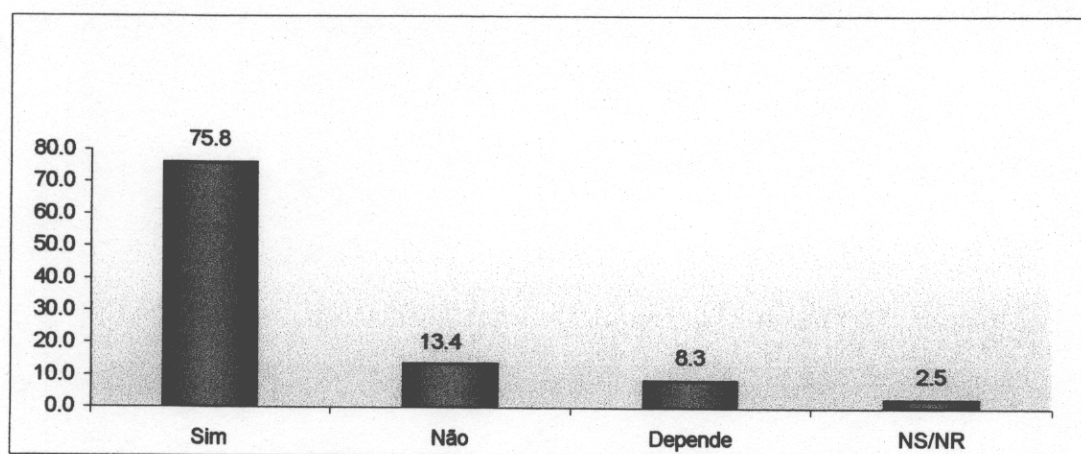


Figura 23 - Mudanças no país decorrentes da participação em atividades associativas (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Os dados sugerem que, para boa parte dos entrevistados (75,8%), existe um reconhecimento de que a participação em atividades associativas poderia colaborar para mudar muita coisa no país; 13,4% não acreditam; e 2,5% NS/NR. Os que acham que depende somam 8,3% das respostas. Entre os entrevistados que apresentaram dúvidas se a participação das pessoas poderia promover mudanças no país, 2,9% assinalaram que depende das pessoas; de atividades 2,6%, de incentivo 1,4%, outros 1,5%, e a maioria não soube responder do que

depende a participação em atividades associativas (91,7%).

Na ótica de gênero, 72,4% dos meninos e 79,3% das meninas acredita que, se as pessoas participassem mais de atividades associativas poderiam mudar muita coisa no nosso país; 18,0% deles e 9,4% delas não acreditam; 7,2% e 9,4% que depende; e 2,4% e 1,9% NS/NR, respectivamente.

Na perspectiva dos tipos de escola, destaca-se que 67,8% das respostas dos estudantes das escolas privadas e 77,1% das escolas públicas acreditam que, se as pessoas participassem mais de atividades associativas poderiam mudar muita coisa no nosso país; 18,3% e 12,7% responderam que não; e 11,4% e 7,9% assinalaram que depende, enquanto 2,5% e 2,3% NS/NR, respectivamente.

Em relação à percepção da participação em atividades associativas, as meninas apresentaram índices favoráveis, em cerca de 6,9% a mais que os meninos; as diferenças também são favoráveis às meninas no quesito depende, com 2,2%; as meninas apresentam índices menores de descrédito (8,6%), ou seja, a metade das respostas dos meninos. Quanto às escolas, observa-se que os estudantes das escolas públicas têm uma percepção mais positiva que os das escolas privadas (9,3% a mais). A diferença no quesito depende, com (3,5% a mais) para a escola privada; os estudantes das escolas públicas apresentam índices menores de descrédito (5,6%), ou seja, um terço das respostas dos estudantes das escolas privadas. Em relação aos jovens da capital e do interior observou empate técnico nesta questão.

Nesta direção, acredita-se que, se para a maioria dos jovens, a participação das pessoas em atividades poderia promover mudanças no país, isto pode indicar que existe uma perspectiva de participação futura dos jovens. Quanto à variável sobre a participação em atividades associativas para mudar o país, as meninas e a escola pública apresentaram índices mais elevados de estoque de capital social que os meninos e a escola privada.

A recente literatura sobre capital social destaca que o mesmo tem efeitos benéficos no funcionamento das instituições políticas, felicidade individual e crescimento econômico. Também incentiva o sucesso das redes de engajamento cívico, confiança generalizada e normas de reciprocidade dentro da sociedade. No entanto pouco se sabe sobre tipos de atitudes e comportamentos gerados, pois a maioria dos estudos tem seu foco no papel das instituições governamentais e sobre os efeitos das políticas públicas (BRAITWAITE e LEVI 1998; SKOCPOL 1999) (citados por PUTNAM (2000).

A abordagem centrada na sociedade mostra com frequência que a interação social é pré-requisito para a criação de confiança generalizada e reciprocidade (PUTNAM, 2000). A lógica da abordagem na sociedade implica que as associações desempenham uma função na socialização, porque a interação em associações voluntárias e as experiências de cooperação socializam os membros para a democracia e ampliam as redes de parcerias.

A intenção de investir mais na participação futura, que inclui uma vasta gama de atividade de participação política e civil, é um pouco maior entre as meninas do que nos meninos da amostra. No entanto, observar-se-á posteriormente que a participação política ocupa um lugar pequeno no elenco de atividades comunitárias. Pois participação política exige um envolvimento na vida política, como a adesão a um partido, participar das eleições, contatar os políticos para saber sua opinião sobre os temas de interesse. E os jovens demonstram a intenção de investir apenas ocasionalmente nas atividades de significados civis e políticos. No entanto, cabe-se destacar que o percentual de jovens brasileiros que votaram nas últimas eleições esta se elevando. Informações do Tribunal Superior Eleitoral indicam que, na “eleição de 2000, 43% dos adolescentes com 16 e 17 anos no Brasil tinham o título eleitoral. Entre os adolescentes entrevistados na pesquisa A Voz do Adolescente, o resultado chegou a 38,6% dos entrevistados” (UNICEF, 2002, p.122).

Segundo pesquisa da UNICEF (2002), entre os adolescentes em idade eleitoral, 41,3%

assinaram que não participam das eleições, porque acham que ainda não têm idade, 21,9% não participam porque não gostam de política e apenas 3,4% participam votando e fazendo campanha para candidato o candidato de suas preferência.

“O envolvimento dos jovens em associações comunitárias, grêmios escolares, discussões sobre problemas do bairro, organização de festas gincanas, revelam que 65% dos adolescentes entrevistados nunca participaram desse tipo de atividade” (UNICEF, 2002, p.124). Entre as 13% atividades associativas assinaladas pelos jovens aparecem os grêmios escolares e a organização de gincanas. Estes dados apontam a precária participação dos jovens na vida cívica.

A maior participação na vida cívica não somente contribui para a formação dos cidadãos, mas propicia um contexto de confiança social na nação. A participação poderia possibilitar o desenvolvimento de confiança e propiciar que a experiências de âmbitos restritos levem a participação em grupos mais organizados para a valorização do coletivo, “que podem estimular predisposições positivas em relação à eficácia política de cada cidadão” (BAQUERO, 2001, p. 40).

Nesta direção, torna-se pertinente examinar as predisposições dos jovens em participar de atividades associativas, pois pode ser um indicador de eficácia política. Dessa forma, formulou-se a pergunta que indaga sobre: Se fosse convidado a participar de alguma atividade, você: participaria, depende, ou não participaria? Os resultados dos dados foram apresentados na Figura 24.

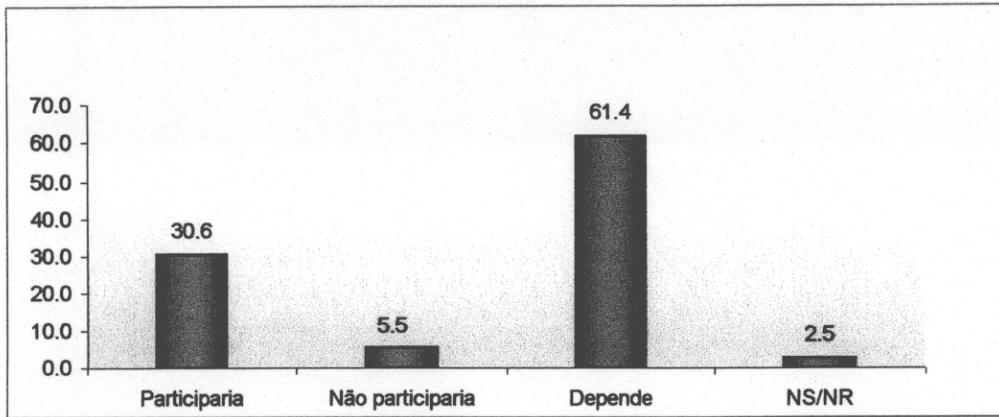


Figura 24 - Convite para participar de alguma atividade associativa (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Nota-se que o componente de eficácia política influencia na dimensão de participação dos jovens brasileiros. Percebe-se que atitudes de pouca participação vêm acompanhadas de um reconhecimento latente de participação futura. Ao mesmo tempo, os entrevistados reconhecem a necessidade de participar para mudar as coisas e os índices apontam para a intenção mediana de ampliar sua participação futura nas atividades associativas, caso fossem convidados, atitudes verificadas por meio dos dados coletados na amostra da presente pesquisa.

A maioria ainda não se sente segura para participar de alguma atividade, pois 61,4% responderam que depende; 30,6% participariam; enquanto 5,5% não participariam e 2,5% NS/NR a questão. Há, contudo, uma clara distinção entre a percepção subjetiva dos estudantes entrevistados de participarem das atividades associativas, e a sua disposição de realmente participar nelas. A questão aberta de cunho qualitativo pode reforçar esta análise.

Assim, quando foram questionados sobre o porquê, observou-se que a maioria (61,4%) não sabe ou não respondeu a questão. Entre os que responderam, destacam-se as seguintes

justificativas: 3,6% apontaram a falta de interesse; 1,3% dos entrevistados respondeu que não se importam de participar de alguma atividade associativa; falta de tempo, 1,7%; depende da atividade, 18,0%; por gostar de participar 7,0%; promover mudanças, 1,5%; interação social, 1,3%; outros, 4,3%. Estes dados indicam que os jovens brasileiros têm uma predisposição para ampliar sua participação política. No entanto, a sua socialização política ainda não incentiva e nem os prepara para atuarem nas questões públicas.

Em relação ao tipo de escola, 18,8% dos estudantes das escolas privadas e 32,4% dos estudantes das escolas públicas participariam de alguma atividade associativa se fossem convidados; depende foi à resposta de 71,7% e 59,9% dos entrevistados; não participariam, 6,3% e 5,4%; e NS/NR 3,3% e 2,3%, respectivamente.

Parece significativo verificar que, com respeito às diferenças de opiniões entre os gêneros da amostra, as meninas (33,9%) apresentam um índice maior de predisposição para a participação futura do que os meninos (27,0%), ou seja, aceitariam participar de alguma atividade se fossem convidadas; 62,2% deles e 60,7% delas apresentaram uma predisposição mediana; e não participariam 7,8% dos meninos e 3,5% das meninas; apenas 3,0% e 1,9% NS/NR.

Neste item, observou-se uma eficácia política maior na variável de predisposição para a participação futura em atividades associativas dos jovens brasileiros. Os jovens das escolas públicas apresentaram um índice maior que os das escolas privadas de eficácia política, e as meninas apresentaram uma predisposição maior que os meninos.

Em suma, os jovens têm uma percepção média de que sua participação teria alguma influência nas questões da comunidade, porém acredita-se que não vêm sendo socializados para a participação presente e efetiva nas associações e grupos de suas comunidades. Colabora para este comportamento o hibridismo da cultura política brasileira, que mescla elementos democráticos com autoritários, segundo Schmidt (2000).

Sabe-se, porém, que as associações exercem forte efeito sobre a socialização política. As conseqüências da participação em associações mostram que a organização dos membros amplia a democracia e atrai a participação dos não membros (STOLLE e HOOGHE, 2002, p.4).

Almond e Verba (1963) (citado por STOLLE e HOOGHE, 2002, p.4), em pesquisa realizada nos EUA, já apontavam que os membros das associações são mais ativos politicamente, mais informados sobre política e mais confiantes sobre sua habilidade de afetar a vida política, ou seja, têm sentimentos de eficácia política para a sustentação das normas democráticas. O efeito da socialização nas associações ocorre quando os membros convergem para a polarização entre a “seleção e adaptação” dos membros nas organizações e a influência e convergência dos padrões de valores dos membros das associações.

Os jovens estudantes das escolas públicas apresentaram índices de estoques de capital social 13,6% maiores que os da escola privada quanto à possibilidade de participação futura. A participação em associações indica uma implicação na vida comunitária do jovem, é fator importante para o estreitamento dos laços sociais, bem como é indispensável para o incremento do capital social entre eles.

Enquanto a vida política ocupa um lugar pouco importante no elenco das atividades dos jovens na sociedade, as questões religiosas se mostram igualmente sem importância na vida civil dos entrevistados. A participação constante em atividades religiosas, em geral pode ampliar a socialização no convívio em atividades associativas dos jovens. As igrejas costumam incentivar valores comunitários, tais como de confiança e solidariedade em relação ao próximo.

No entanto, percebe-se que essa participação não se vem consolidando na prática dos jovens da amostra. Assim, a Figura 25 abaixo aponta para os índices de participação dos jovens em associações religiosas.

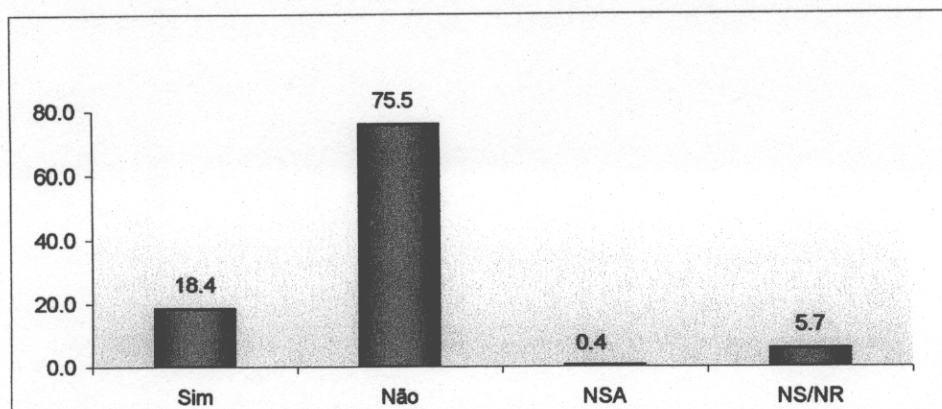


Figura 25 - Participação em associação religiosa (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Na Figura 25 sobre participação em associação religiosa, a maioria dos jovens (75,5%) não participa; 18,4% participam e 6,1% NS/NR. Quando perguntados sobre de qual associação religiosa participavam, as respostas foram variadas: grupos de jovens, de estudos para a crisma, pastoral, associação católica, batista, quadrangular, catequese, entre outras. No entanto, a maioria assinalou NS/NR, com 82,9% das respostas.

Segundo dados do ENEM (200) uma parte significativa dos jovens tem na religião um eixo central de orientação. Neste estudo, porém percebe-se uma participação mediana dos jovens em associações religiosas. Apesar do baixo nível geral de participação efetiva, são as meninas e os estudantes das escolas públicas que apresentaram índices um pouco maiores de participação em atividades religiosas.

“De fato, quase a totalidade dos participantes (99%) acredita em Deus ou tem alguma religião”. De um conjunto de valores positivos repassados por esta instituição tais como amizade, ética, justiça, igualdade e liberdade, 40,6% conferem o primeiro lugar em importância a Deus e à religião e 88% assinalaram que para conseguir alguma coisa na vida é

preciso ter fé. A religiosidade dos jovens se manifesta em suas atitudes, 34% procuram padres e pastores para resolver problemas pessoais, mais de 37% pertencem a alguma igreja ou grupo religioso e 48% vai pelo menos uma vez por semana à igreja (ENEM, 2001, p.45).

Neste sentido, percebe-se que, apesar da presença marcante das crenças religiosas entre os jovens brasileiros, destacada na pesquisa do ENEM (2001), isto não indica um envolvimento e participação efetiva nas associações religiosas, como mostram os dados desta pesquisa. No entanto, a igreja continua sendo a principal estrutura de participação dos jovens, apontada por 37,3% dos entrevistados; seguida do clube recreativo (18,6%); grupo de bairro (5,9%); grêmio estudantil (5,1%); movimento social ONGs (4,8%); partido (3,7%) e sindicato (3,1%), (ENEM, 2001).

Nesta direção, observa-se que os jovens brasileiros são pouco envolvidos com organizações políticas ou movimentos sociais. Contudo, sabe-se que a frequência de participação nas atividades associativas incentiva os membros a adquirir maiores níveis de confiança e tolerância, demonstrando que a experiência em participação social tem efeitos nas atitudes cívicas.

No entanto, a baixa influência da relação entre os estoques de capital social e participação em associações religiosas fica ainda mais visível com relação à frequência de participação dos jovens nas demais atividades associativas, como destaca a Figura 26 a seguir.

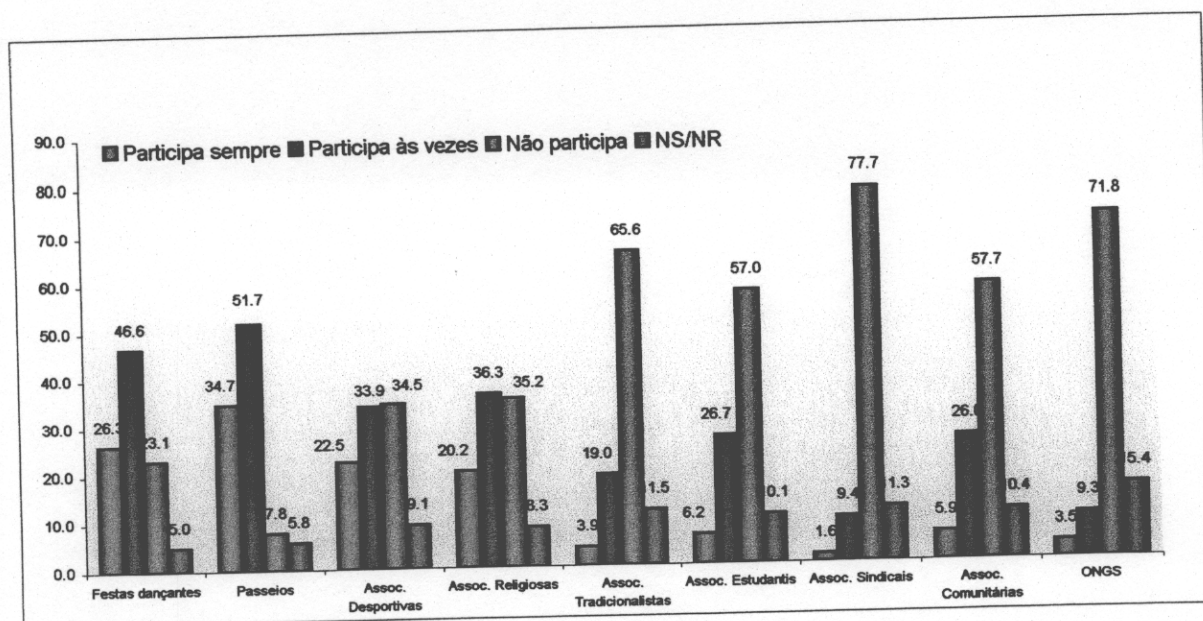


Figura 26 - Frequência de participação nas atividades associativas (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

A Figura 26 destaca a frequência da participação dos jovens nas atividades associativas. Passeios foram as atividades assinaladas pela maioria dos entrevistados (34,7%); as festas dançantes aparecem em segundo lugar, com (26,3%) na frequência de participação dos jovens em atividades associativas. Do total de entrevistados que participam sempre, escolheram as associações desportivas (22,5%); atividades associativas religiosas (20,2%); atividades ligadas às associações de estudantes (6,2%); atividades ligadas às associações comunitárias (5,9%); associações tradicionalistas (3,9%); frequência de participação dos jovens nas ONGs (3,5%); a frequência de participação dos jovens nas atividades ligadas às associações sindicais, ou seja, (1,6%) do total de entrevistados.

Na Tabela 7 verificam-se as diferenças entre as frequências da participação dos jovens nas atividades associativas entre os meninos e as meninas, no sentido de se fazer uma comparação de gênero.

Tabela 7 - Frequência de participação dos jovens em atividades associativas (%) gênero (2002)

GÊNERO	Participa Sempre		Participa às Vezes		Não Participa	
	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas
1. Festas Dançantes	25,7	26,8	46,5	47,5	23,4	21,2
2. Passeios	27,9	40,8	53,3	50,3	11,1	5,0
3. Desportivas	30,1	15,9	34,6	33,3	25,8	42,0
4. Religiosas	14,7	25,2	35,4	35,2	39,7	31,1
5. Tradicionalistas	4,3	3,6	17,8	20,2	66,3	65,2
6. Partidos Políticos	3,2	1,5	11,1	11,1	73,1	78,2
7. Estudantis	5,4	6,8	23,6	29,5	59,7	54,7
8. Sindicais	2,1	1,1	9,5	9,4	76,1	79,3
9. Comunitárias	3,8	6,0	20,3	30,9	62,4	53,6
10. Ongs	5,1	2,2	8,4	10,1	15,7	14,7
Média Geral	12,2	12,9	25,9	27,7	45,3	44,5

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

Na perspectiva de gênero sobre a frequência de participação em atividades associativas, observa-se apresentam, em média, de (13,4%) para os meninos e de (14,2%) para as meninas que participam sempre; participam às vezes (27,6%) dos meninos e (29,6%) das meninas; entre os que não participam, a média é de (48,9%) para os meninos e (40,8%) para as meninas. Destaca-se um nível de participação um pouco maior entre as meninas nos quesitos participa sempre e às vezes (2,8%); no entanto, a média dos meninos que não participam se amplia para (8,1%) em relação às meninas. Os meninos participam mais de associações desportivas, Ongs, tradicionalistas e sindicais. As meninas, por sua vez, participam mais de passeios, festas dançantes, associações religiosas, estudantis e comunitárias. Portanto, no indicador sobre frequência de participação em atividades associativas, as meninas apresentaram um índice um pouco mais elevado de estoque de capital social do que os meninos.

No sentido de verificar qual tipo de escola (privada ou pública) vem incentivando a elevação dos índices de capital social entre os jovens na variável sobre a frequência de participação em atividades associativas, destaca-se a comparação dos dados na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 - Frequência de participação dos jovens em atividades associativas (%) tipo de escola (2002)

GÊNERO	Participa Sempre		Participa às Vezes		Não Participa	
	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública
1. Festas Dançantes	29,2	25,9	58,3	44,9	11,8	23,6
2. Passeios	32,0	35,1	58,5	50,7	8,1	7,8
3. Desportivas	29,3	21,5	41,0	32,7	27,1	35,7
4. Religiosas	12,5	21,4	46,3	34,8	39,3	34,6
5. Tradicionalistas	4,8	3,8	26,4	18,0	64,1	65,8
6. Partidos Políticos	1,5	2,4	8,1	11,5	88,3	73,9
7. Estudantis	2,2	6,8	26,4	26,7	67,8	55,5
8. Sindicais	1,1	1,6	11,4	9,1	84,2	76,8
9. Comunitárias	4,4	6,1	26,0	26,0	67,4	56,2
10. Ongs	4,0	3,5	11,0	9,0	79,5	70,7
Média Geral	12,1	12,8	31,3	26,3	53,7	50,0

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Em relação ao tipo de escola quanto à participação dos jovens em atividades associativas, observou-se que os passeios têm a preferência de todos também em relação ao tipo de escola.

De maneira geral, as escolas privadas e públicas apresentam índice semelhante de frequência de participação em atividades associativas. Destaca-se, porém, que a participação em associações estudantis é maior entre os estudantes das escolas públicas, com diferença de (4,6%); associações religiosas (8,9%); bem como em associações comunitárias, em partidos políticos, associações sindicais e passeios, enquanto os estudantes das escolas privadas destacam-se na frequência de participação em festas dançantes (3,3%); associações desportivas (7,8%); associações tradicionalistas e ongs. De modo geral, os estudantes das escolas privadas (5,0%) têm mais de participação esporádica nas atividades e (3,7%) mais no quesito não participa.

Nesta direção, observa-se uma pequena tendência de frequência de participação em atividades associativas relativas ao campo político tradicional entre os estudantes das escolas públicas, e uma tendência para atividades recreativas e festas para os alunos das escolas privadas.

Sabe-se que variáveis demográficas e históricas influenciam na cultura e socialização política dos jovens. Nesta direção, a Tabela IX compara a frequência de participação dos jovens em

atividades associativas verificadas em relação às repostas dos jovens da Capital (Curitiba) e do Interior (Cascavel).

Tabela 9 - Frequência de participação dos jovens em atividades associativas (%) capital x interior (2002)

Capital X Interior	Participa Sempre		Participa às vezes		Não Participa	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
1. Festas Dançantes	25,6	28,9	44,9	47,1	25,7	17,7
2. Passeios	37,3	32,2	50,5	51,9	7,6	7,7
3. Desportivas	23,8	21,0	35,0	32,4	33,9	35,0
4. Religiosas	20,5	19,7	34,5	37,1	38,2	32,8
5. Tradicionalistas	3,1	4,8	17,1	21,7	70,4	58,9
6. Partidos Políticos	2,8	1,9	10,7	11,5	77,6	73,3
7. Estudantis	6,1	6,0	24,6	29,2	60,8	52,6
8. Sindicais	1,7	1,4	7,8	10,9	81,4	73,5
9. Comunitárias	5,5	6,4	25,3	28,0	60,7	52,6
10. Ongs	3,1	4,0	10,2	8,2	73,4	69,7
Média Geral	12,9	12,6	26,0	27,8	52,9	47,3

Fonte: Dados da pesquisa da autora (2002)

A opinião dos jovens com relação à frequência de participação em atividades associativas nos dados comparados entre Capital e Interior não demonstra grandes alterações. Merece destaque, no item participa sempre, que os jovens da capital priorizam a participação em passeios (37,3%) e associações desportivas (23,8%). Os jovens do interior preferem participar de festas dançantes, associações tradicionalistas e comunitárias.

Na segunda opção, participa às vezes são quase idênticas as escolhas. Destaca-se a maior participação religiosa, tradicionalista, estudantil, sindical e comunitária dos jovens do interior.

Na terceira, não participa, observa-se que os jovens da capital participam menos de atividades religiosas, tradicionalistas, partidos políticos, associações estudantis, sindicais, comunitárias e ongs. Entretanto, de maneira geral, observa-se que, na variável participação os jovens do interior possuem índices similares aos jovens da capital social.

Observou-se que a socialização política, até o presente momento, não vem incentivando nos jovens sentimentos e comportamentos relacionados à importância da frequência de participação em atividades associativas e políticas, e isto não propicia a estocagem de capital

social na comunidade, visto que a participação dos jovens é baixa e esporádica.

A participação nas atividades sociais e políticas na vida adulta é influenciada pelo processo de socialização política que incentiva a participação nas associações na juventude (NEWTON, 1997). A vida familiar, o trabalho, vida social informal, assistir televisão e ir para escola, são atividades preferidas pela maioria dos cidadãos.

In fact within the reference frame of political socialization studies, we would expect that secondary socialization experiences, socialization occurring later in the life cycle, will have a less lasting impact, as they happen in a later phase of life cycle, will have a less lasting impact, as they happen in a later phase of life and most of these experiences are rather short-lived and not necessarily influential to substantially change or shape people's attitudes and behaviors (STOLLE e HOOGHE, 2002, p.6).

Na pesquisa de Schmidt (2000, p.272-3), a comparação feita entre pais e filhos mostra que, em parte, os adultos apresentam opções mais amplas de participação nas greves, reuniões de partidos políticos, reunião política de estudantes, sindicatos e associações de moradores. Em outras opções, os índices dos jovens são maiores, tais como nas manifestações de rua, movimento ecológico, pastoral da juventude e movimento contra o racismo, pois se acredita ser efeito da geração juvenil dos anos 1990.

“No caso de organizações de direitos humanos e movimento feminista, os índices são semelhantes. A taxa de adultos que nunca participaram de nenhuma atividade ou organização política (14,6%) é um tanto inferior à taxa de jovens (18,9%)”. Sabe-se que, na idade adulta, as possibilidades de participação se ampliam, influenciadas, porém, pelas circunstâncias sociais e históricas de cada geração.

“O afastamento dos cidadãos do conjunto de instituições políticas do país é caracterizado pelo conceito de O’Donnell de democracia delegativa”, onde a participação política fica restrita ao voto e não se ampliam os espaços de participação política efetiva (SCHMIDT, 2000, p.275).

Nesta direção, a participação política é uma determinante do capital social. Assim, no próximo item verifica-se a participação política convencional dos jovens no Brasil.

6.3 Participação Política e Cidadania

Observou-se, no item anterior, que a participação dos jovens em associações aponta para um acréscimo frágil dos índices de capital social. No entanto, as pesquisas anteriores já apontavam para uma baixa participação dos jovens na política convencional.

A fim de aprofundar a análise, buscou-se, por meio de indicadores convencionais mais comumente utilizados e relacionados com o processo eleitoral e a cultura política, avaliar a participação política dos jovens, questionando-os com a seguinte questão: Em época de eleições, você participa em algumas das atividades listadas abaixo? As escolhas foram ilustradas na Figura 27, a seguir.

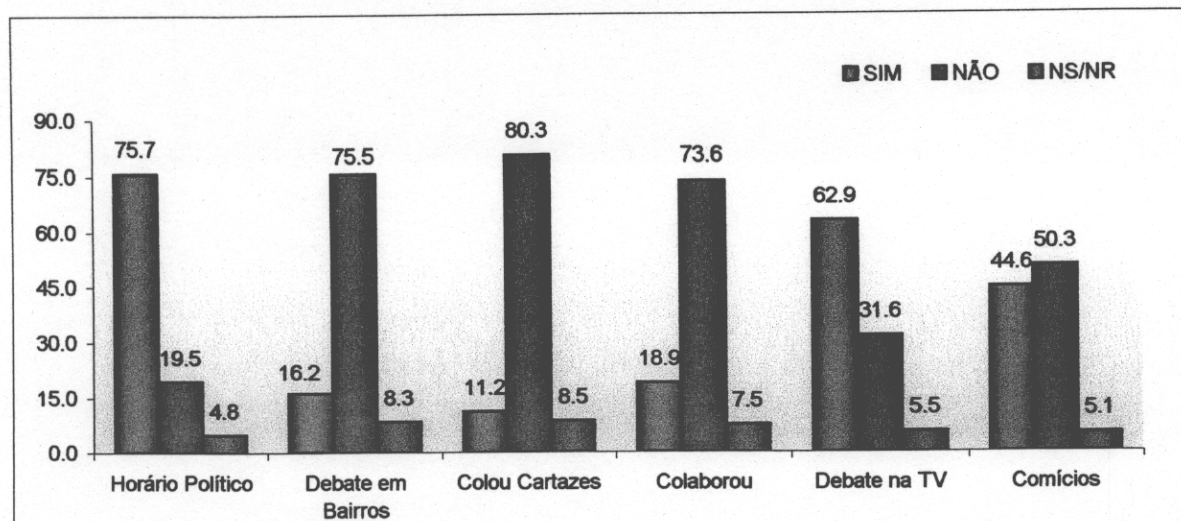


Figura 27 - Participação política convencional (%).

Fonte: Nazzari (1995).

Verificou-se que a *participação política* dos jovens é muito limitada. Em geral não participam de eventos políticos, muito menos colaboram com candidatos ou partidos. Os comícios ainda são os mais freqüentados, com (44,6%), dado importante quando se leva em conta a participação em eventos públicos.

As participações efetivas, mais ideológicas, são fracas, como demonstram os dados sobre colar cartazes, com (80,3%) na resposta não. O indicador colaborar diretamente é baixo, pois (73,6%) não colaboraram, o que demonstra fragilidade de orientações políticas participativas. O indicador sobre a participação em debates em bairros aponta que (75,5%) não participam. Isto aponta para a dificuldade de se incrementar a confiança e cooperação e de ampliar o capital social entre os jovens da pesquisa em relação ao engajamento em atividades de participação política convencional.

No entanto a freqüência mais significativa está nos indicadores televisivos, como horário político, onde (75,7%) o assistem e os debates na TV, onde (62,9%) os assistem. Esses

indicadores destacam a influência que a mídia eletrônica têm nos assuntos sobre política e a importância dos meios de comunicação de massa sobre o processo de socialização dos jovens que poderiam determinar comportamentos de *participação política* mais eficazes (NAZZARI, 1995, p.180).

Assim, observou-se que o índice de participação política convencional dos jovens é baixo. A televisão é a agência socializadora que exerce maior influência sobre as atitudes políticas. A falta de um envolvimento mais expressivo nas questões políticas não favorece a ligação desta variável com a ampliação do capital social e fortalecimento da democracia. Neste sentido, é importante comparar estes resultados com os das pesquisas posteriores (1995 e 2002), no sentido de verificar se houve alteração no comportamento político dos jovens brasileiros. Para tal, os mesmos responderam à pergunta: De que atividades sociopolíticas listadas abaixo você costuma participar? Marque as duas de que você mais participa (Figura 28).

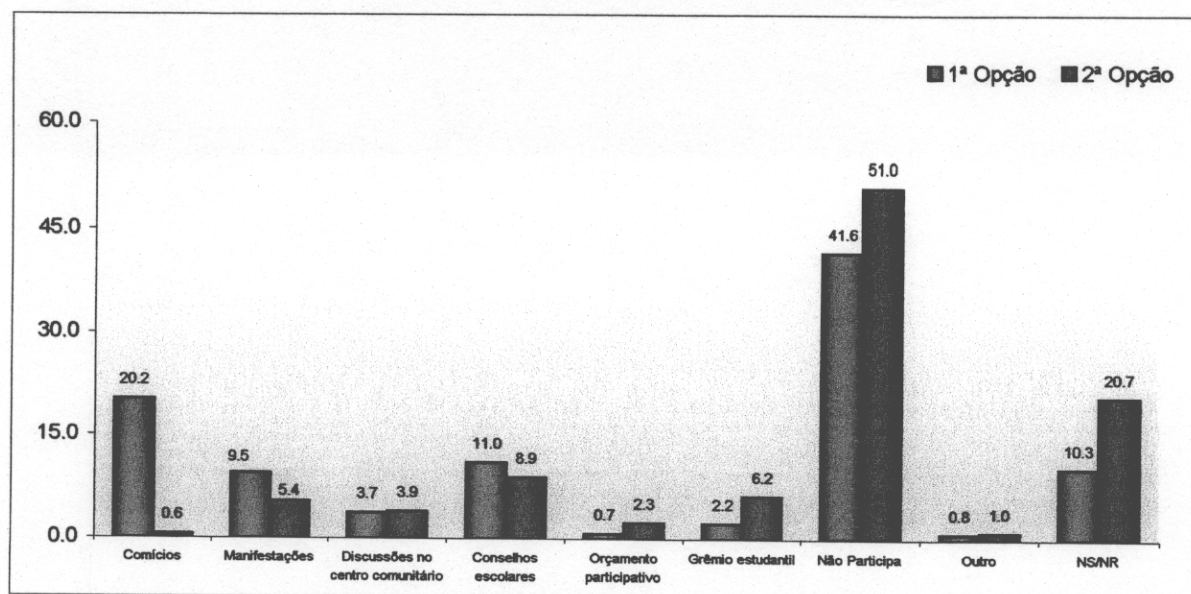


Figura 28 - Atividades sociopolíticas de que costuma participar (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

As respostas desta questão reforçam a permanência de um comportamento não participativo entre os jovens. A maioria respondeu que não participa, com 41,6% na primeira opção e 51% na segunda opção. Os entrevistados participam de comícios (20,2%), de conselhos escolares (11,0%) e de manifestações (9,5%); e, na segunda opção, de conselhos escolares (8,9%); de grêmios estudantis (6,2%) e de manifestações (5,4%).

Entre a maioria que não participa, 66,3% na apontaram os motivos. Entre os que apontaram, 22,0% responderam que falta interesse; 1,2% que não se importam; 2,4% que falta tempo; falta de estímulo e oportunidade, 4,8%; e outros, 3,3%.

Em ambos os estudos comparados, observou-se que os jovens não são incentivados à participação política na escola, principal local de socialização. A inserção dos grêmios estudantis apresenta características similares: no primeiro apenas 7,4% dos estudantes participam do grêmios na sua escola, enquanto 61% responderam que não participam

(SCHIMDT, 2000); no segundo, 75,7% responderam que não pertencem à organização estudantil, apesar de 78,1% acharem importante a participação dos estudantes em alguma organização estudantil (NAZZARI, 1995).

Sobre a participação política convencional, os resultados da pesquisa de Schimdt (2000, p.225) “mostram que 81,1% dos estudantes da amostra tiveram alguma participação em atividades ou organizações políticas, restando 18,9 % excluídos de qualquer envolvimento”. Embora não se saiba como e as circunstâncias deste envolvimento, a participação por si só é importante elemento. Neste sentido, acredita-se que a disseminação de informações sobre direitos humanos, ecologia e movimentos sociais, em geral, colaboraram para ampliar a participação política dos jovens brasileiros em outros espaços democráticos. “Quanto à participação política convencional em campanhas eleitorais, 27,2% dos jovens brasileiros já participaram”.

A pesquisa de Nazzari (1995), realizada no Paraná, aponta apenas 38,2 % de participação política convencional em épocas de eleições. Porém, o instrumento não aponta a participação em atividades e organizações políticas em outros espaços democráticos. Neste estudo, sobre a participação dos jovens nos partidos políticos, observa-se que, entre os 75,8% que não participam, 73,1% são meninos e 78,2% são meninas. Entre os 2,3% que participam, 3,2% são meninos e 1,5% são meninas; dos 11,1% que participam às vezes, 11,1% são meninos e 11,1% de meninas; e dos 10,8% dos entrevistados que NS/NR 12,6% são meninos e 9,2% são meninas. Estes dados apontam para a influência cultural sobre o comportamento dos jovens, onde o espaço público e o poder são ainda de alçada dos homens.

Com relação à questão de gênero, outros dados são importantes, os meninos participam mais dos comícios (20,5%) do que as meninas (20,1%); das manifestações (9,9%) e (9,2%); grêmios estudantis (2,8%) e (1,8%); do orçamento participativo (1,0%) e (0,4%) respectivamente. As meninas participam mais das discussões do centro comunitário com 4,6% das respostas e os

meninos 2,7%; dos conselhos escolares, 12,5% das meninas e 9,4% dos meninos; não participam 42,5% dos meninos e 40,8% das meninas; 11,4% dos meninos e 10,6% das meninas NS/NR.

Em relação ao tipo de escola, os estudantes das escolas públicas apontam como primeira opção a participação em comícios, com 21,7% das respostas contra 10,0% da escola privada; em manifestações, 9,9% contra 7,0%; em conselhos escolares 12,8% contra 10,8%; em discussões em centro comunitários, 4,0% contra 1,8%, respectivamente. Quanto à participação no grêmio estudantil, houve empate, com 2,2% cada; orçamento participativo, 0,7% contra 0,4%; outro, 0,7% e 1,8%; não participa, 39,1% e 58,7% e, NS/NR 10,9% e 5,5%, respectivamente.

No geral, quanto às diferenças de participação em atividades associativas, os jovens do interior apresentam índices superiores de participação de (10,5% a mais) que os jovens da capital, principalmente em comícios (28,3%) contra (13,1%). Os jovens da capital costumam participar mais de manifestações (11,7%) contra (7,0%) dos jovens do interior.

Observa-se que as meninas participam mais de atividades sociopolíticas ligadas às questões do cotidiano do bairro e da escola, em espaços delimitados e que influenciam diretamente em suas vidas, enquanto os meninos participam do espaço público mais amplo, tal como em manifestações e comícios.

No geral, as meninas participam um pouco mais que os meninos em atividades sociopolíticas, Assim, neste item, elas vêm apresentando um pequeno percentual positivo de capital social em relação a eles. A participação em atividades associativas é maior nas escolas públicas e no interior, portanto estes apresentaram estoques maiores de capital social na variável participação política. Neste sentido, um tema que pode contribuir para a compreensão desta questão é o item que destaca os sentimentos de eficácia política dos jovens brasileiros e seu impacto nos índices de capital social.

6.3.1 Eficácia política e capital social

Analisados os dados sobre a família, no Capítulo III, observou-se que 48,5% dos jovens concordam que as pessoas de sua família não têm influência nas decisões do governo, 61,3% acham que as pessoas deveriam ter mais influência nas decisões do governo, enquanto 44% discordam e 7,5% não sabem ou não responderam. Os índices de eficácia política apontam para um acréscimo significativo. Como índice complementar, está a importância da participação dos jovens na política, destaque na Figura 29, a seguir:

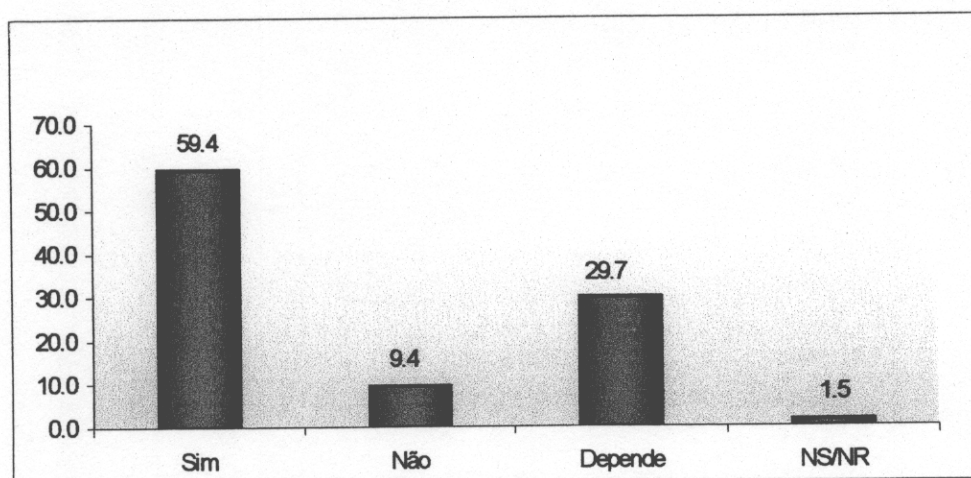


Figura 29 - Importância da participação dos jovens na política (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Em relação à importância da participação dos jovens na política, 59,4% concordam que é importante, enquanto que 9,4% responderam que não, 29,7% assinalaram que depende e NS/NR somam 1,5% apenas. Na ótica de gênero, 57,9% dos meninos e 60,5% das meninas acham importante a participação na política; depende para 28,4% meninos e para 31,0% das

meninas; não para 12,4% dos meninos e 6,8% das meninas; 1,3% dos meninos e 3,5% das meninas NS/NR.

Em relação ao tipo de escola, 47,1% dos estudantes das escolas privadas e 61,2% das escolas públicas acham importante os jovens participarem da política; depende 37,9% e 28,4%; não 13,2% e 8,8% e NS/NR 1,9% e 1,5%, respectivamente.

Sobre a percepção da importância da participação política os jovens da capital apresentam índices mais favoráveis que os jovens do interior, ou seja, uma diferença de (9,7%). Os jovens do interior apresentam insegurança quanto a este ponto verificada no item depende (7,8% a mais) que os da capital.

Observa-se que a maioria reconhece a importância de se participar na política e isto sugere uma intenção para a participação futura. A diferença entre os sexos é de 2,6% a mais do reconhecimento da importância de participação política para as meninas, e na categoria depende também as meninas superam os meninos em 2,6%. Em relação ao tipo de escola, os estudantes das escolas públicas apresentam índices mais favoráveis sobre a importância da participação que os das escolas privadas, ou seja, uma diferença de 14,1% a mais na afirmação sim e 4,4% a menos nas afirmações não; no quesito depende, os estudantes das escolas privadas assinalaram uma diferença a mais de 9,5% em relação aos da escola pública. Quanto aos índices regionais os jovens da capital apresentaram índices mais favoráveis de eficácia política.

Neste item, observa-se novamente uma distinção entre a disposição dos estudantes entrevistados de participarem de atividades sociopolíticas e sua percepção sobre a necessidade subjetiva de participação nelas. A contradição está no fato de acharem importante participar, sem que isso se concretize na prática. Neste sentido, os dados apontam para a existência de uma falha no processo de socialização política dos jovens brasileiros. Contudo é importante considerar que as meninas, os estudantes das escolas públicas e da capital apresentam

estoques um pouco maiores de capital social que os meninos, os estudantes das escolas privadas e do interior. Nesta direção, procurou-se verificar de maneira qualitativa qual a percepção dos jovens sobre a importância da participação política da juventude, analisada na Figura 30 a seguir:

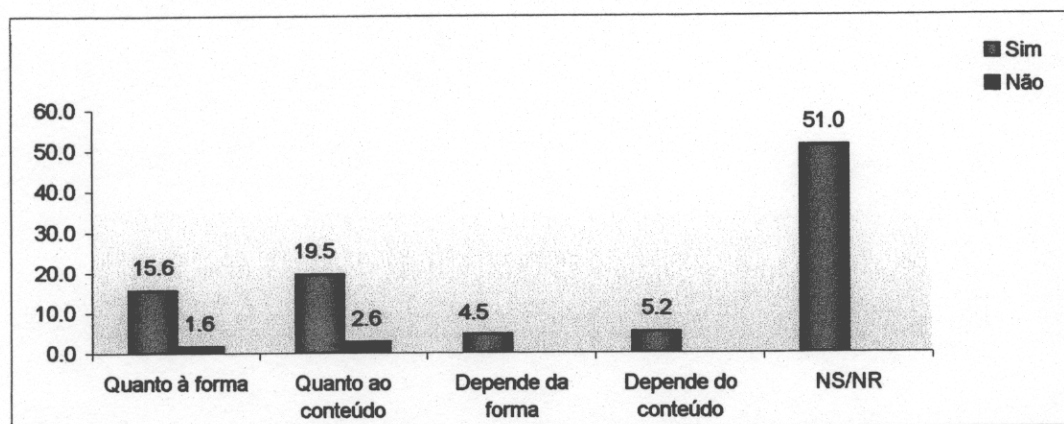


Figura 30 - Porque é importante a participação dos jovens na política (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002)

A maioria não soube identificar o porquê de ser importante a participação política dos jovens. Ao mesmo tempo que reconhecem a importância desta atitude, não vislumbram formas de como efetivamente participar. Os dados sugerem que os adolescentes internalizam formas idênticas tanto em relação à forma como no conteúdo, tanto em relação aos procedimentos quanto na dimensão social, em relação à importância da participação dos jovens na política.

Assim, observou-se que a motivação por meio da socialização política pode alterar a participação política dos jovens e ampliar as redes de capital social na comunidade. Para tal, foram questionados se: Atualmente não há motivação para os jovens participarem de atividades com outras pessoas?

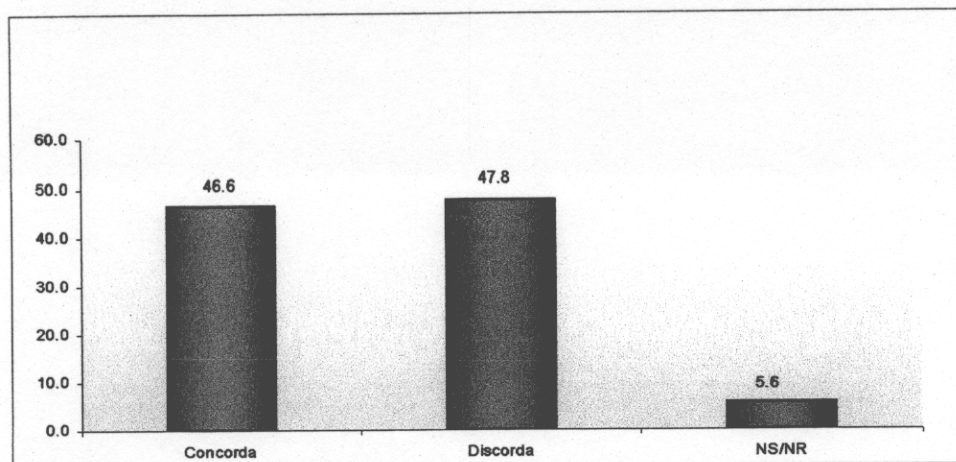


Figura 31 - Motivação para os jovens participarem de atividades com outras pessoas (%)

Fonte: dados da pesquisa da autora (2002).

Os dados indicam que 46,6% dos entrevistados concordam que atualmente não há motivação para os jovens participarem de atividades com outras pessoas; 47,8% discordam e 5,6% NS/NR. Entre os porquês, os jovens assinalaram: 5,2%, o individualismo; 9,7% afirmam que o jovem não é respeitado; 6,7% têm senso de anomia; 2,9% pensam na coletividade; 7,6% que os jovens têm direitos iguais; participa porque acredita na mudança 15,7%; outro 10,5%; e 41,5% NS/NR.

Os jovens, em geral, mostram certa homogeneidade de avaliações sobre as variáveis do conceito de capital social. Na maioria das vezes, optam pela indiferença, tanto nos temas públicos como nos da vida privada. No entanto, existem premissas básicas que relacionam o conceito de capital social com a conservação dos bens públicos, tema do próximo item.

6.3.2 Respeito aos bens públicos

Na pesquisa anterior (1995), em relação à atitude das pessoas frente à ameaça da deteriorização dos bens públicos, foram detectadas incongruências nas respostas dos cruzamentos entre a teoria e a ação referente aos bens públicos.

A maioria ou 72,4% responderam que os bens públicos relacionados na pesquisa, tais como bancos de praça, orelhões, placas de trânsito, livros de bibliotecas públicas, são da comunidade; 14,2% que são seus, ou não têm dono; 6,1% que são do governo, e 4,3% não sabem ou não responderam.

No entanto, quando se comparou com a questão: “Se você está passando pela rua e vê alguém estragando um orelhão, o que você faz?”. Nota-se que o comportamento é contraditório, sendo que 39,4% assinalaram que deixariam estragar, porque não adianta reclamar, ou seja, por um lado têm a consciência de que esses bens são da comunidade, por outro lado, como não confiam nas instituições, preferem não reclamar e passam indiferentes diante do fato. Por sua vez, 36,9% chamariam alguém da polícia; 18,9% pediriam para a pessoa parar de estragar e 4,8% não sabem ou não responderam.

Os jovens têm como modelo uma sociedade onde se é conivente com a falta de respeito com os bens públicos, e a noção de comunidade não é respeitada na prática, nem pelas instituições, nem pelos indivíduos que a compõem. Há grande tolerância e indiferença com o descaso das coisas da comunidade. Há falta de cuidado e preservação, convertidos politicamente em cinismo, apatia, desrespeito e falta de capital social. Neste estudo observa-se que houve algumas alterações no comportamento dos jovens em relação à atitude frente à destruição dos bens públicos, destaque da Figura 32 a seguir:

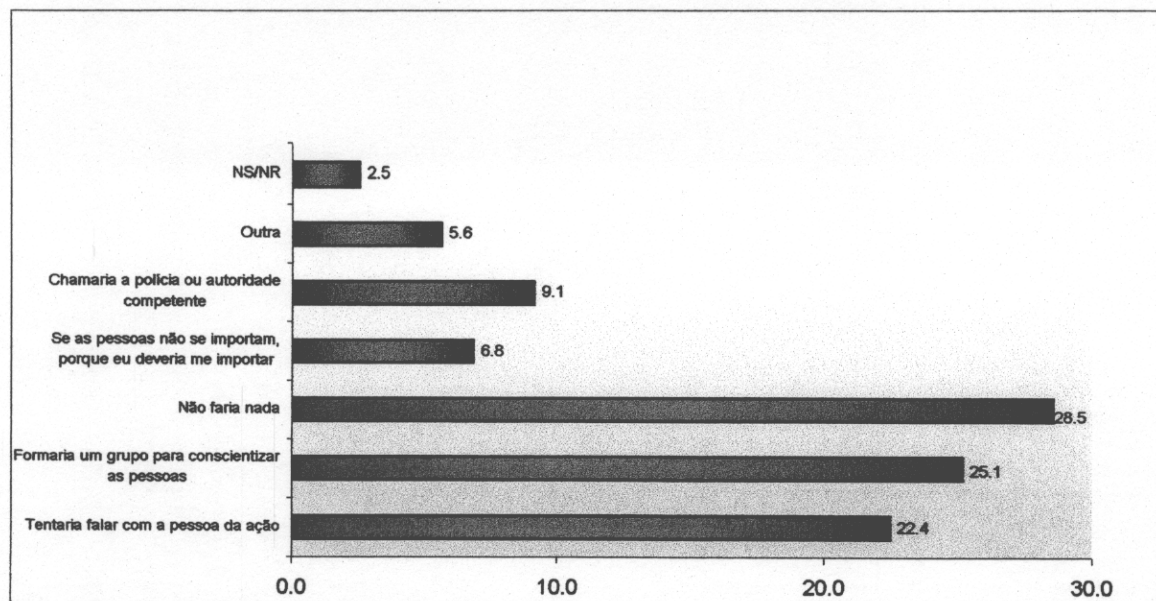


Figura 32 - Atitude frente à destruição de alguma propriedade pública (%)

Fonte: dados da pesquisa da autora (2002).

Quando questionados sobre o que fariam se assistissem à destruição de alguma propriedade pública como um orelhão, abrigo de ônibus ou placa de sinalização, 28,5% responderam que não fariam nada; 22,4%, que tentariam falar diretamente com a pessoa que estivesse tendo a atitude; 25,1%, que formariam um grupo para procurar conscientizar as pessoas da necessidade de conservação dos bens públicos; 6,8% responderam que, se as pessoas não se importam por que eles (os jovens) deveriam se importar; 9,1% chamariam a polícia ou alguma autoridade competente; 5,6% responderam outros e 2,5% NS/NR.

A diminuição de 10,9% entre os que não fariam nada frente à destruição dos bens públicos apresenta uma alteração favorável em relação aos índices de capital social dos jovens entrevistados.

Por sua vez, a tentativa de falar com a pessoa subiu de 18,9% para 22,4%. Por sua vez, os 36,9% que chamariam a polícia na pesquisa de (1995) passou para (9,1%) em (2002). Este

dados revela o crescente descrédito pela autoridade competente para resolver a questão, é isto e muito negativo para os estoques de capital social, pois, além da desconfiança, geram insegurança e vulnerabilidade entre os jovens.

“Com relação à importância da polícia para a sociedade, varia pouco o índice de citação” nas diferentes raças. “A rejeição à polícia como instituição foi expressa nas respostas de 16,9% dos adolescentes identificados como pretos”, 13% entre amarelos e pardo e 11,5% de brancos. Para “79,4% das garotas e 77,7% dos garotos consideraram a polícia uma instituição importante para a sociedade. Os índices de rejeição (não-importância da instituição) ficam em 13,2% entre os meninos e 12,7% entre as meninas”, a indiferença é de 4% dos entrevistados em ambos os sexos (UNICEF, 2002, p.121).

Também se percebe, nas respostas de 25,1% dos jovens que fariam um grupo para conscientizar as pessoas, que existe uma tendência de uma participação maior da sociedade. No entanto, acredita-se que este fator deve mais ao descrédito nas instituições competentes, e menos à conscientização de participação da sociedade nos problemas de ordem pública.

Neste item observou-se que o índice de capital social aliado à conservação dos bens públicos evoluiu positivamente. Contudo, necessita-se de maiores avanços para a ampliação da credibilidade nas instituições que defendam e preservem os interesses públicos. Para tal, a avaliação do governo e do sistema político poderá colaborar para a análise dos estoques de capital social entre os jovens brasileiros.

6.4 Avaliação do Governo e do Sistema Político

Mudanças na opinião pública sobre a confiança no governo têm chamado atenção dos estudiosos desde a década de 1960, que empreendem estudos para a avaliação dos governos e desempenho do sistema político para intermediar as demandas e as relações das sociedades atuais.

Os primeiros debates discutiam se a queda na confiança refletia o descrédito no regime ou sistema político (MILLER, 1974a; 1974b), ou se refletia simplesmente a insatisfação com líderes políticos (CITRIN, 1974, CITRIN et al. 1975). Estudos subsequentes apontaram para vários outros fatores. Para Nye (1997), os fatores são econômicos, socioculturais ou políticos (CHANLEY; RUDOLPH e RAHN, 2001).

Num primeiro momento, os estudos sugeriam que a confiança no governo é influenciada pela *performance* da economia e avaliação da economia pelos cidadãos. Num segundo momento, a queda na confiança tem sido atribuída a fatores culturais, tais como o aumento da criminalidade e pobreza infantil. Por último, “a confiança no governo tem sido ligada a numerosos fatores políticos, incluindo a avaliação das instituições, o crescente número de escândalos políticos e o aumento da atenção da mídia nos casos de escândalos e corrupção” (CHANLEY; RUDOLPH e RAHN, 2001, p. 2).

Nos estudos de cultura e socialização política, as variáveis principais para verificar os índices de participação dos cidadãos, contempladas em uma série de questões que procuram detectar os índices de percepção sobre a eficácia política dos cidadãos, são: influência nas decisões das instituições e governo, interesse por política e credibilidade nos personagens e no sistema político.

Aliados às variáveis de socialização política estão os indicadores que podem colaborar no incremento do capital social, quais sejam: o entendimento e interesse por política, que ampliam os índices de confiança social e influência das pessoas nas ações do governo, bem como melhoram a cooperação sistêmica e a participação política. Para tal, neste estudo procura-se avaliar a credibilidade dos políticos e sua atuação depois de eleitos. O interesse por política pode incentivar a participação e o envolvimento dos jovens na comunidade, e fazê-los interagir com as boas políticas públicas. Neste sentido, a ampliação dos índices de capital social é fundamental para o aprimoramento da democracia.

Enquanto um bom governo pode favorecer o interesse por política e credibilidade nos políticos e no sistema democrático, inversamente os escândalos políticos também têm um impacto negativo sobre os índices de confiança no governo, desde quando a mídia tem ampliado suas atenções aos escândalos políticos, especificamente desde o caso de Watergate nos Estados Unidos, e desde a abertura e democratização na América Latina.

Leva-se em conta o aperfeiçoamento da democracia em nosso país, a vitória nas eleições de 2000 e 2002 por partidos de esquerda, potencializados pelos últimos acontecimentos que incitaram uma necessidade de mudança na direção política nacional. A mudança é contra fatos tais como, os escândalos que envolveram tanto o executivo como o legislativo, e que contribuíram para fortalecer o descrédito destes políticos e do modelo político praticado até então, bem como, a fragilidade histórica de nossas instituições democráticas.

Tendo em vista essa problemática, nesta seção, procurou-se entender como os jovens vêm incorporando em seus valores e comportamentos essas mudanças recentes. As frequências levantadas por Nazzari (1995) sobre a percepção dos jovens em relação a itens políticos estão destacadas na Figura 33 a seguir na questão sobre o que os jovens acham a respeito das seguintes afirmações sobre assuntos políticos?

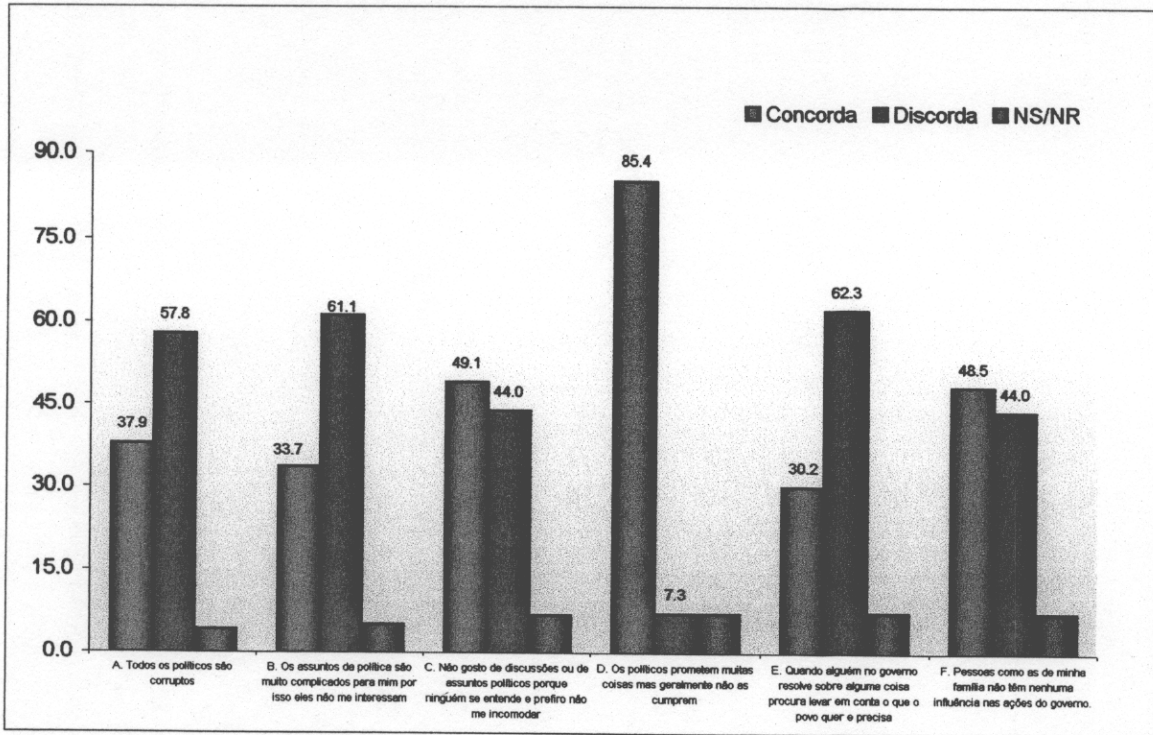


Figura 33 - Influência, eficácia e credibilidade política

Fonte: Nazzari (1995).

Segundo Nazzari (1995,p.181) o que chama a atenção na Figura 33 acima é a primeira questão (A), “onde o número dos que discordam de que todos os políticos sejam corruptos é de 57,8% contra 37,9% que concordam, e, apenas, 4,3% não responderam”. Quando as respostas são comparadas a outras pesquisas, como a do CEDEC-Data Folha, do trabalho de Cardoso (1990) (citada por NAZZARI, 1995), a maioria dos jovens não confia nos representantes do povo, duvida até mesmo de sua lealdade às parentelas, onde apontam que, para 66% dos jovens entrevistados, corrupção e política andam juntas.

Nessa pesquisa (1995), contudo, a categoria (D), sobre as promessas não cumpridas e falta de lealdade é expressivo, com 85,4% que concordam e 7,3% que não concordam. No cruzamento, as variáveis (A) e (D) são controversas, pois, ao mesmo tempo em que a maioria

discordava de que todos os políticos são corruptos, ao mesmo tempo em que não faziam ligação com a seriedade, a fidelidade e o respeito do candidato ao seu programa de governo ao mesmo tempo, contudo, a maioria concordava que os políticos não cumprem as promessas feitas em campanha.

O que importa saber, no entanto, é se a falta de interesse por política, a falta de lealdade dos políticos, a falta de atendimento às questões populares, tem a ver com o modelo democrático ou significa desilusão com o sistema representativo e compromete a participação política e a democracia.

Os jovens confiam no sistema democrático em geral. Para decidir, a maioria acredita que o país melhoraria se o povo tivesse mais influência no poder decisório. Além disso, observa-se o interesse pelo tema pela proporção de não respostas. Entre os que são indiferentes à política, boa parte concorda que uma maior influência das pessoas seria salutar para a democracia.

Questão complementar aos dados relacionados, a confiança nas instituições foi dada nas repostas dos jovens sobre corrupção, onde a opinião destes, na pesquisa de Nazzari (1995) registrou que algumas pessoas acham que a desonestidade acontece só no governo; outras, que ela existe tanto no governo como na sociedade brasileira. Dos jovens entrevistados na ocasião, 3,0% acham que a corrupção existe só no governo; 2,4% que existe só na sociedade; 1,6% acha que não existe; 4,8% se mantiveram indiferentes, porém maioria (88,2%) concorda que ela existe tanto no governo como na sociedade.

Quanto às questões que indiquem mais diretamente a eficácia política, nota-se uma pequena percepção de possibilidade de efetiva participação política. Para tanto foi apresentada uma série de afirmações para que os estudantes respondessem se concordam ou não com elas.

Frente à afirmação analisada na Figura 34 sobre: “os assuntos relacionados à política são muito complicados e que não despertam o interesse das pessoas”. Os jovens apontaram que

24,5% concordam e 49,1% concordam em parte, e apenas 14,3% discordam, o que indica pouca disposição à participação política e pouca ampliação dos índices de capital social.

Destaca-se que os desvios nos comportamento dos políticos continuam interferindo de modo desfavorável para o fortalecimento das instituições democráticas e para a ampliação da confiança dos jovens na política e nos políticos. O presente estudo destaca a opinião dos jovens em relação às seguintes afirmações da Figura 34 a seguir:

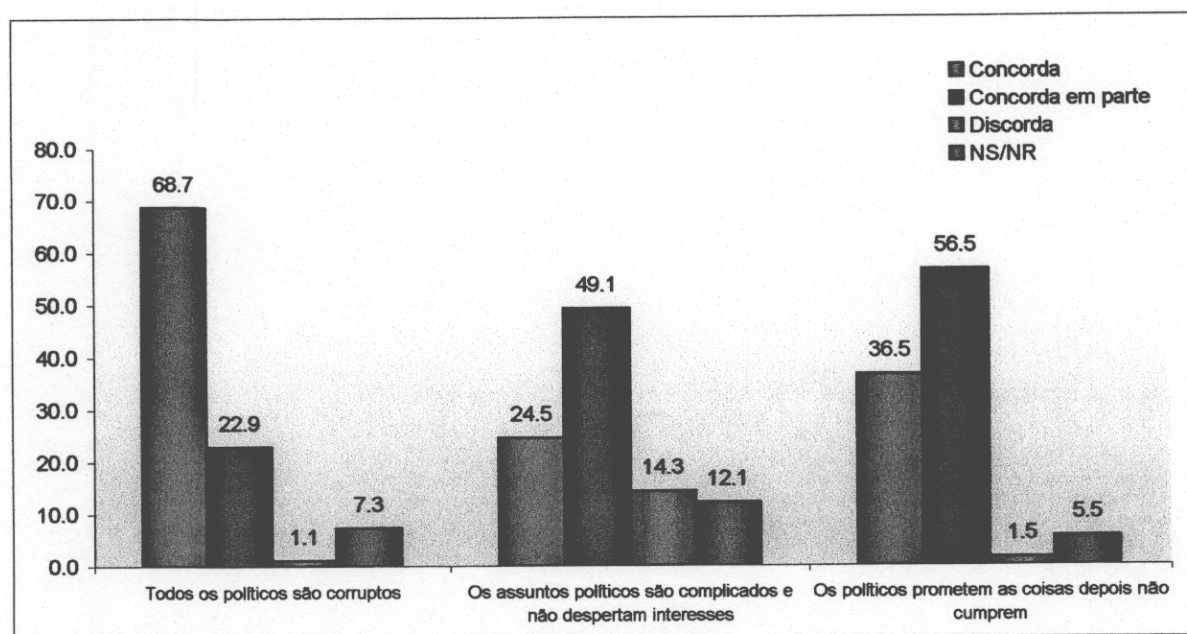


Figura 34 - Interesse por política e credibilidade dos políticos (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Neste estudo (2002) percebe-se que o descrédito aumentou muito em relação à pesquisa anterior, pois a maioria (68,7%) dos jovens concorda com que todos os políticos são corruptos, enquanto (1995) o índice entre os que concordavam era de 37,9% e discordavam de 57,8%. Neste estudo apenas (1,1%) discordam e 22,9% concordam em parte.

A segunda questão, sobre o interesse por assuntos sobre política e se são muito complicados para eles, destaca-se uma alteração nos índices comparados, de 33,7% diminuíram para 24,5%. Isto indica a queda nos índices de eficácia política.

Até aqui, as respostas dadas indicaram uma imagem precária das instituições políticas entre os jovens, ou seja, a contradição é evidente quando os entrevistados pareceram acreditar que podem influenciar na política, no entanto demonstram uma desconfiança nos políticos e na política praticada. Nesta direção, está a opinião sobre a credibilidade nos políticos, fortalecida pelas opiniões do senso comum, que imputam a todos os políticos a chancela de corrupto. E os jovens, em média não acreditam em promessas de políticos, além do fato de que a maioria assinalou que todos os políticos são corruptos, demonstrando os baixos índices de popularidade da classe política brasileira.

Considerando as causas e conseqüências da confiança no governo, as variáveis endógenas indicam que o acréscimo de aprovação dos políticos aumenta a confiança no governo, o qual, por sua vez, encontra apoio público para o aumento dos gastos públicos em setores básicos: saúde, educação, segurança, transportes, apoio aos pequenos municípios, entre outras. A interferência de variáveis exógenas indica os fatores de preocupação pública, medindo-se a proporção pública que opina sobre o principal problema enfrentado pelo país.

Com o aumento da preocupação com a criminalidade, indica-se que os índices de confiança no governo também baixam. No entanto, quando o principal problema apontado se refere aos negócios e às relações exteriores, os índices de confiança e aprovação à autoridade governamental tendem a se ampliar.

A literatura sobre capital social aponta a forte influência do crescimento da economia na ampliação dos índices de confiança dos cidadãos no governo, e os resultados dos estudos têm confirmado esta hipótese. Também foi achada uma relação positiva entre as expectativas relativas à importância da confiança no governo para com a disposição pública de submeter os

recursos públicos para fins políticos (CHANLEY; RUDOLPH e RAHN, 2001).

Tendo em vista a importância da solução dos problemas econômicos para a ampliação da aprovação dos governos, a questão abaixo verifica que os principais problemas apontados têm vínculo com soluções de ordem econômica. O pouco envolvimento em atividades associativas e organizações parece não impedir que os jovens estejam interessados nos problemas políticos e sociais. O relatório do ENEM (2001, p. 46) destaca que “os jovens têm muito interesse (34,6%) pela política nacional, (48,5%) economia e inflação, (46,1%) política local, (64,8%) meio ambiente, (77,8%) questões sociais”, pobreza e miséria e assuntos polêmicos como as drogas (64,7%). Neste sentido, como destaca Figura 35 a seguir, os jovens foram questionados sobre o principal problema enfrentado pelo Brasil hoje e que afetam a sua família.

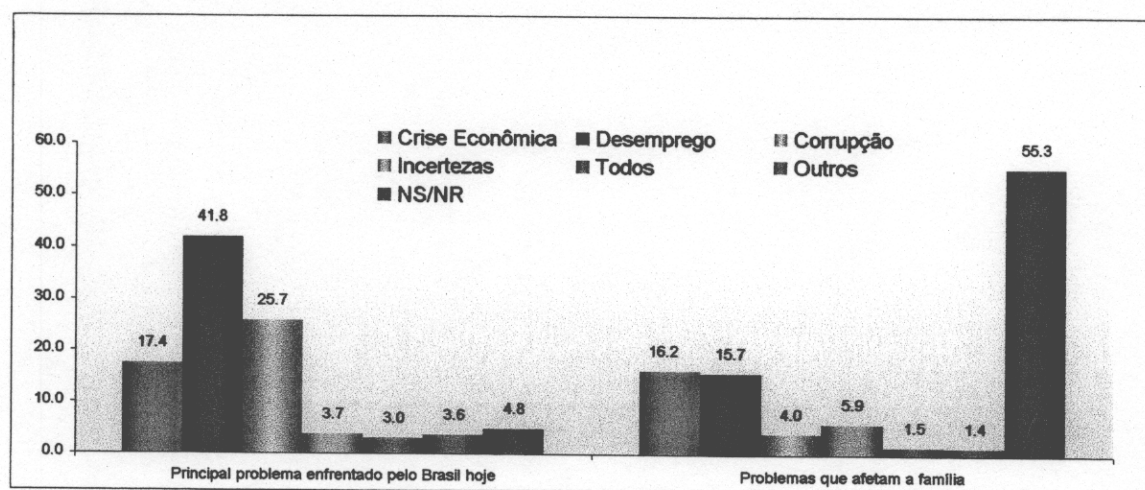


Figura 35 - Principal problema enfrentado pelo Brasil hoje e que afetam a família (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

A Figura 35 acima aponta o desemprego como principal preocupação dos jovens, com 41,8% das respostas; a corrupção, com 25,7%; a crise econômica, com 17,4%; as incertezas, com

3,7%; todos, com 3,0%; outro, com 3,6% e NS/NR, com 4,8%. A escolha de fatores econômicos confirma a hipótese do forte vínculo entre fatores de natureza econômica para a ampliação da aprovação dos governos. A questão abaixo verifica a percepção dos jovens em relação ao efeito que os principais problemas apontados exercem na sua família.

Neste sentido, 47% dos jovens admitiram que os principais problemas afetam suas famílias, enquanto 39,5% responderam que não e 15,8% NS/NR. Na percepção dos jovens, a influência dos problemas na família é mediana. Porém, entre os 47% que admitiram quando questionados sobre os principais problemas, verifica-se novamente a interferência da crise econômica em suas vidas familiares, como destaca a Figura 35.

A crise econômica apresenta-se com 16,2% das opções e o desemprego com 15,7% das respostas dos jovens sobre os problemas listados que mais afetam as suas famílias, enquanto 5,9% apontaram as incertezas; 1,5%, todos; 1,4%, outro e NS/NR, 55,3%. A maioria vinculou suas dificuldades relacionadas com problemas econômicos.

Outra forma de estudar a eficácia política e a adesão aos princípios democráticos é verificar se as pessoas crêem na sua efetividade na resolução de problemas concretos. Questionando então se o governo está resolvendo os problemas do país, a pesquisa realizada por Nazzari (1995, p.178) apresenta outra variável esclarecedora da participação política. Trata-se da credibilidade e eficiência no governo em resolver os principais problemas nacionais, destacadas nas respostas dos jovens para a questão: “De maneira geral, você acha que o governo está resolvendo os problemas de”, ilustrados na Figura 36 a seguir:

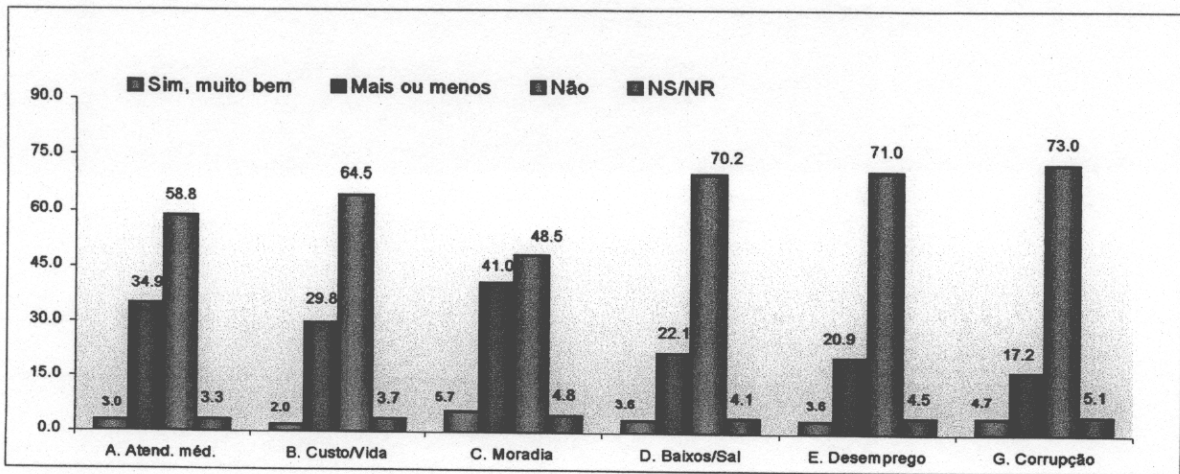


Figura 36 - O governo está resolvendo os problemas (%)

Fonte: Nazzari (1995).

Como se observa, os adolescentes parecem ter uma clara noção de que o governo não está desempenhando seu papel com a sociedade, levando-se em conta a grande frequência dos que responderam negativamente em todas as categorias. A mais preocupante, segundo dados qualitativos da pesquisa de (1995), é a inflação, e a menos importante é a questão de moradia. Condiz com a crença de que a inflação é inimiga principal da nação, para todas as classes sociais.

Quanto à falta de credibilidade no governo, os dados observados em sua maioria mostram o elevado grau de descrédito na capacidade do governo para resolver os problemas nacionais, tais como corrupção, desemprego, baixos salários, custo de vida, saúde. Nesse sentido, os adolescentes paranaenses demonstram o conhecimento da emergência em resolver os problemas econômicos e sociais no Brasil.

Em suma, a falta de posturas ideológicas delimitadas e o desinteresse das agências socializadoras, incluindo os meios de comunicação, no sentido de orientar e motivar os adolescentes para atitudes participativas, questiona sobre a possibilidade de alguma mudança

com vistas à elevação dos índices de capital social e a consolidação da democracia no Brasil.

6.4.1 Aceitação da democracia

Um ponto fundamental no Brasil de hoje, no processo de consolidação democrática, é aquele que se refere às atitudes dos cidadãos em relação à democracia. Duas questões estão envolvidas na análise desta dimensão. A primeira diz respeito ao valor que os brasileiros e, particularmente os jovens, dão à democracia; e, em segundo lugar, qual é o significado de democracia para os jovens.

Desta forma, foi colocada a seguinte questão: Falando sobre política, você concorda ou discorda com as seguintes afirmações, como se vê na Figura 37 a seguir.

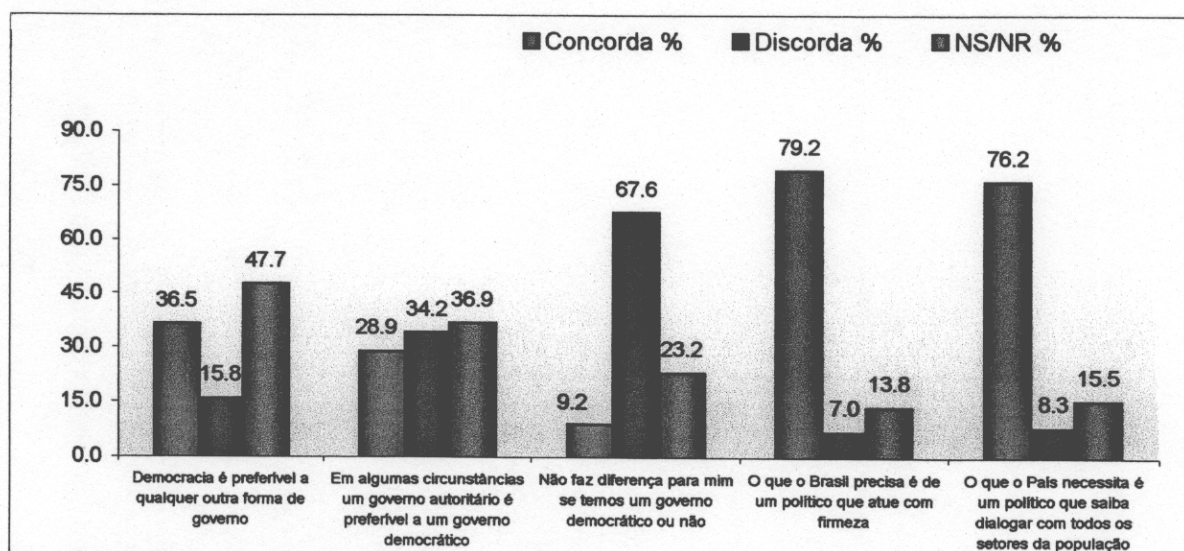


Figura 37 - Falando sobre política (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

As respostas dadas indicaram que 36,5% dos entrevistados concordam com que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, 15,8% discordam, e 47,7% NS/NR. Entre os entrevistados, 28,9% concordaram que, em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível a um governo democrático; 34,2% discordaram e 36,9% NS/NR.

No outro item, 9,2% concordam que não faz diferença se temos um governo democrático ou não; 67,6% discordam e 23,2% NS/NR. Sobre se o Brasil precisa de um político que atue com firmeza, foi assinalada por 79,2% que concordam; 7,0% discordam e 13,8% NS/NR. Também 76,2% concordam que o país necessita é um político que saiba dialogar com todos os setores da população; 8,3% discordam e 15,5% NS/NR.

Chamou a atenção, neste ponto, o alto índice dos que preferiram se abster sobre a preferência pela democracia, apesar de não ser elevado o índice, 28,9% concordarem com que, em algumas circunstâncias, não fazem diferença entre os governo democráticos e autoritários. No entanto, um índice elevado de autoritarismo e personalismo político é revelado quando 79,2% dos entrevistados concordam com que o Brasil precisa é de um político que atue com firmeza, o que pode ser amenizado pela preferência de 76,2% dos jovens pelos políticos que sabem dialogar com todos os setores da população e apresentam características mais democráticas.

A comparação com o estudo de Schmidt (2000, p.78) mostra que, “as convicções dos 55,1% jovens e 59,6% dos adultos são semelhantes no que diz respeito a considerar a democracia como forma de governo preferida”. A ditadura é desejável em certas circunstâncias para 9,9% dos jovens e 10,4% dos adultos, aspecto que segundo o autor não permite apontar uma mudança significativa da cultura política entre as gerações acerca da democracia nos anos 90 do século XX.

Além da influência da cultura política híbrida, os jovens estão desiludidos e desengajados da

política formal, apesar de considerarem o processo democrático necessário e importante para a sociedade.

Porém, devido às últimas mudanças no processo produtivo global, sua orientação na atualidade está mais voltada para a formação do capital humano, deixando-lhes pouco tempo livre para a prática da política. Assim, a sua participação política pode ser definida como imediata e preferencialmente nas mais variadas formas de participação, dependendo de sua concepção de política.

Além disso, os jovens são pressionados para o bom desempenho na carreira e no sucesso, e o seu tempo livre está mais voltado para se preparem para a sua inserção no mercado de trabalho futuro, tornando-os individualistas e distantes das relações de solidariedade requeridas para se ter capital social, como se destaca no próximo item.

6.5 Perspectivas em Relação ao Futuro

A tendência verificada nas nações sugere que os adultos no futuro deverão ter notável versatilidade social, incluindo habilidades nas funções dos relacionamentos menos escritos nas normas da comunidade e que atravessam a multiplicidade social do mundo. As mudanças nas experiências interpessoais deixam dúvida se as instituições e as relações sociais estão proporcionando aos jovens os recursos necessários para prepará-los a desenvolver as competências indispensáveis para a sua felicidade.

A preocupação do estudo de Larson, et. al., (2002 p. 31-32) foi de verificar se “mudanças nas experiências interpessoais dos adolescentes estão preparando os mesmos para os relacionamentos da vida adulta no século XXI”. Alguns pontos que podem contribuir para o

entendimento da questão são: as famílias menores, a diversidade de capital social e mais responsabilidade dos adolescentes, bem como as mudanças nas experiências extra-familiares, que incluem maior tempo de convívio institucional, maior envolvimento com seus pares e ampliação de relações com uma heterogeneidade de adultos, amigos e pares românticos. A análise sugere que as mudanças virão de alguns jovens que adquirirem competências, devido à elevada oportunidade de desenvolver mais versatilidade interpessoal e recursos necessários para seu futuro.

These and other historic changes are altering the daily social experiences of adolescents, and thus the socialization they are getting interpersonal skills. These changes are also altering the repertoire of social resources and competencies that adolescents will need to be fully functioning adults in the future (LARSON et. al., 2002, p.32).

Tendo em vista a necessidade de proporcionar aos jovens melhores expectativas em relação ao futuro, Baquero (2001) assinala a necessidade de incorporar outras variáveis, como por exemplo, recursos econômicos ou parcerias mais amplas, para transformar capital social numa dimensão positiva permanente na formação da juventude.

Assim, questiona-se como se pode gerar confiança além de associações. Para Baquero (2001) é necessário incorporar uma dimensão mais ampla que inclua instituições estatais convencionais (governo, judiciário, congresso). Não são todas as associações que podem gerar capital social. As associações verticais podem reforçar aspectos clientelistas da cultura política que não resolvem o problema da ação coletiva.

Nos escritos de Peres (2000), o Nordeste brasileiro é descrito como marcado por relações clientelísticas entre os detentores do poder público e a população, que acaba desestimulando a formação de grupos, instituições e outras iniciativas cívicas baseadas na confiança mútua e

em redes de relacionamentos, ou seja, acaba reduzindo os estoques de capital social nesta região. A população acaba se acomodando ao caráter paternalista que assume o Estado. Este fato desestimula os movimentos, a cooperação, e a participação grupal.

Knack e Keefer (1997) citados por Peres (2000) investigaram os impactos dos estoques de capital social em 30 países, incluindo a maioria dos desenvolvidos. O Brasil revelou evidências de sérios problemas quanto aos seus estoques de capital social, nas suas variáveis de confiança, cooperação e participação grupal. Quanto à primeira variável, confiança, o país ficou em último lugar.

O descrédito é quanto aos governos, que não conseguem equacionar a questão do desemprego e a desesperança de grande parte da população. Neste cenário, a cooperação se torna a aliada perfeita dos governos na defesa da democracia, e para o desenvolvimento equilibrado das nações, pois permite que, por meio da coesão social e da confiança, indivíduos se fortaleçam fazendo negócios, com resultados satisfatórios para as partes envolvidas e para a coletividade.

No caso das diferenças regionais brasileiras, é ilustrativo o volume de cooperativas, cooperados e empregados por Estados.

Nas regiões Sul, Sudeste e, pelo menos em parte do Centro-Oeste, os estoques de capital social devem ser mais altos que no Nordeste, por exemplo. As iniciativas cívicas de formação de grupos de preservação de folclore, a participação da população em grupos de arte, clubes de serviços e associações esportivas e filantrópicas parecem ser maiores naquelas que nesta região (PERES, 2002, p.6).

A evidência dessa possível diferença de estoques está no movimento cooperativista entre as regiões, ou seja, nas regiões do Sul e Centro-Oeste o movimento vem se afirmando com muito mais ênfase. Assim, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Rio Grande

do Sul, são que possuem maior número de cooperativas, 1.119, 956, 925 e 776, respectivamente. São Estados de grande população e onde as iniciativas cívicas, formação de grupos, associações e clubes, etc; são maiores que nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo (PERES, 2002).

Os dados sobre a participação das pessoas em cooperativas, e o número de cooperativas por regiões e Estados brasileiros, quando comparados com o mapa da exclusão social organizado por Pochmann e Amorin (2003) que confirmam a hipótese de que as regiões mais prósperas são as que possuem participação mais expressiva das pessoas em cooperativas.

Assim, o capital social ajuda a explicar a melhor *performace* econômica das nações, regiões ou grupos. Ou seja, além dos capitais físicos, financeiro, natural e humano, que já estavam condicionados ao crescimento das economias, o capital social se mostra como de importância crucial para o crescimento econômico e social.

Como destaca Amartya Sen (1999), o capital social é a cola invisível que mantém a coesão do tecido social, e este está baseado na confiança entre as pessoas, redes de relacionamentos, e grupos sociais que formam as comunidades.

Na perspectiva sobre a situação econômica das pessoas nos próximos anos pode delinear um quadro positivo ou negativo para a ampliação dos estoques de capital social no país.

No estudo da UNICEF (2002, p.85-7), os adolescentes demonstraram “forte esperança quanto ao seu futuro: 59% acreditam que sua vida será melhor em relação à de seus pais e 4% acham que será pior”. Em relação à pergunta sobre o que falta para que as suas vidas melhorem, a maioria não respondeu “com 21%, 15% assinalaram a falta de bens materiais, emprego 10% e estudo com 8%, e 12% não responderam”. Os adolescentes também foram perguntados se tinham um sonho a ser realizado, “78,5% responderam que sim, 18,9% disseram que não e 2,6% não responderam”. A capacidade de sonhar transcende a classe social e o gênero. O tipo

de sonho mais indicado foi ter uma profissão, seguido de dinheiro e bens materiais. “A frequência de sonhos ligados à coletividade, ao bem-estar da população foi de 5%, igual ao sucesso nos esportes. O principal mecanismo para atingir seus sonhos foi o estudo, seguido de recursos financeiros e outros.

As perspectivas que os jovens têm em relação ao futuro vão indicar seu envolvimento nas questões coletivas ou não, desde que incentivados pelas agências socializadoras. Nesta direção, o apoio governamental é essencial para resgatar a confiança no futuro, a cooperação para a construção de uma comunidade cívica e a efetiva participação em associações que favoreçam o desenvolvimento regional sustentável. Neste sentido, a Figura 38 verifica os índices sobre as perspectivas dos jovens brasileiros em relação ao futuro, referente às respostas a seguinte pergunta, “Quanto ao seu futuro você o vê com:”

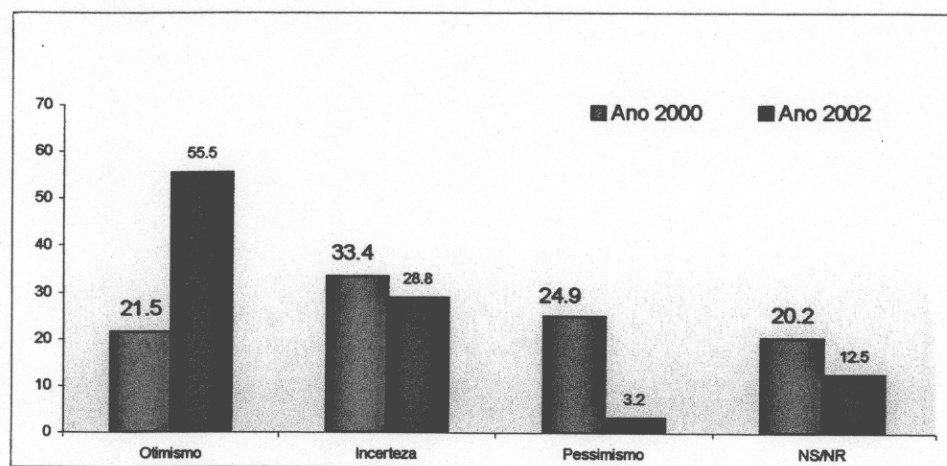


Figura 38 - Perspectivas dos jovens em relação ao futuro (%)

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Na presente pesquisa, o índice de otimismo se apresenta mais elevado, ou seja, 55,5%, em relação à pesquisa de Schmidt (2000). Este fator pode ser explicado pela conjuntura em

relação às eleições de 2002, que mostrou ser motivadora de uma perspectiva de mudança para toda sociedade brasileira. Esses dados mostram-se também em relação à incerteza 28,8% e 33,4% respectivamente, e pessimismo 3,2% e 24,9%, bem como, NS/NR 12,5% e 20,1%. Acredita-se que conjuntura política apontou para índices de confiança maiores em relação aos candidatos do pleito de 2002.

Assim, Chanley; Rudolph e Rahn (2001, p.3-7) sugerem que a queda ou elevação da confiança no governo é um fenômeno complexo e com múltiplas causas potenciais. “Entre as variáveis endógenas, que são as maiores responsáveis pela flutuação da confiança pública, está o acréscimo na aprovação tanto da presidência quanto do Congresso”. Também o aumento da confiança no governo é avaliado pela extensão do apoio público a extensão dos gastos do governo em áreas como saúde, educação, segurança, bem-estar e auxílio às cidades em desenvolvimento.

A queda da confiança no governo reduzirá o apoio ao aumento dos gastos governamentais e atividade na arena política doméstica. Entre as variáveis exógenas, destaca-se a avaliação pública da economia, usando a seguinte pergunta: “Considerando o futuro, o que você acha mais provável? Que no país teremos bons períodos, nos próximos cinco anos, ou que teremos períodos de elevação do desemprego ou depressão?”. Se as expectativas são favoráveis, a confiança no governo será grande e irá aumentar bastante (CHANLEY; RUDOLPH e RAHN, 2001, p.3-7).

Assim, isto relaciona às perspectivas dos jovens sobre a situação econômica, a fim de identificar a confiança no governo e na sociedade, como se observa na Figura 39 sobre a questão. “Você acha que a situação econômica das pessoas nos próximos 5 (cinco) anos vai:

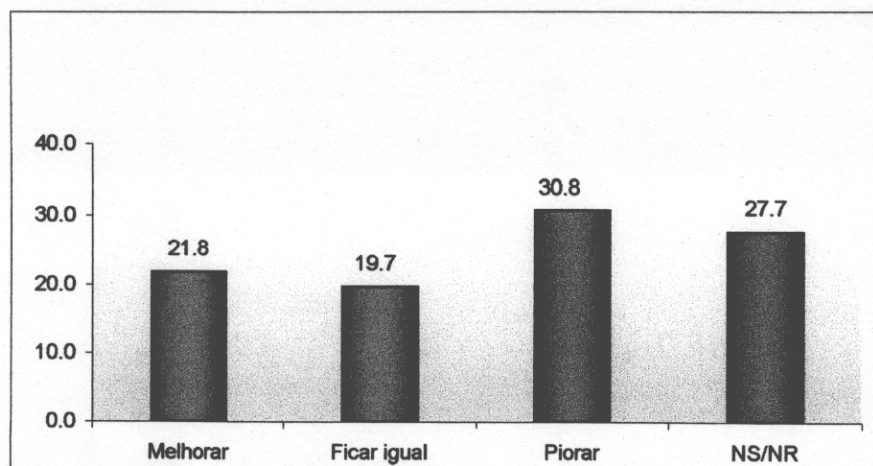


Figura 39 - Perspectiva sobre a situação econômica das pessoas(%)

Fonte: dados da pesquisa da autora (2002).

Infelizmente, a maioria (30,8%) assinalou que a situação econômica das pessoas vai piorar nos próximos cinco anos, 21,8% que vai melhorar, 19,7% que vai ficar igual e 27,7% não sabem ou não responderam. No entanto, na questão abaixo, sobre as oportunidades para os jovens no Brasil, 34,9% acreditam que vão melhorar, 24,6% que vão ficar iguais e 19,3% que vão piorar, enquanto 21,2% não sabem e não responderam.

Os adolescentes manifestam visões claras dos problemas brasileiros, “apontando a má distribuição da riqueza como principal responsável pelo problema do País” (SOUZA, 2002 p.53). Em geral, nos estudos das décadas de 80 e 90 os jovens associavam a política à corrupção e mostravam-se pessimistas em relação ao futuro, principalmente em relação às questões econômicas, contraditoriamente, no entanto, neste estudo, observou-se uma ampliação nos índices de otimismo em relação ao futuro e à crença em oportunidades para os jovens no Brasil. Acredita-se que isto seja devido à perspectiva de otimismo e confiança despertada pelas eleições presidenciais de 2002.

Assim, por um lado, o pessimismo dos jovens em relação ao futuro pode estar relacionado ao efeito do ciclo-de-vida, pois a juventude é uma fase em que as pessoas têm muitas interrogações sobre o seu futuro profissional e estão buscando uma identidade para sua inserção na vida adulta.

Os fatores acima apontam para a consciência dos jovens em relação aos problemas sociais, tais como desemprego, violência, drogas, entre outros problemas que afligem as novas gerações, impedidas de ascender nas escalas sociais por conta das políticas ligadas à globalização e ao receituário neoliberal que priorizou resolver questões como estabilidade econômica, antes que solucionar os problemas da exclusão social.

Quanto às expectativas em relação ao Brasil, o número de adolescentes que acredita que o País está tornando-se um lugar melhor para se viver (27,6%) está muito próximo da porcentagem que acha que o País está tornando-se um lugar pior para se viver (27,1%). “O número de pessoas que acredita que o País vai ficar igual também não é tão diferente (25,8%)”. (UNICEF, 2002, p.88).

Por outro lado, a Figura 40 aponta algumas alterações em relação aos índices de otimismo destacados neste estudo, mostrando uma elevação dos níveis de confiança social e de que as oportunidades para os jovens tendem a melhorar no País:

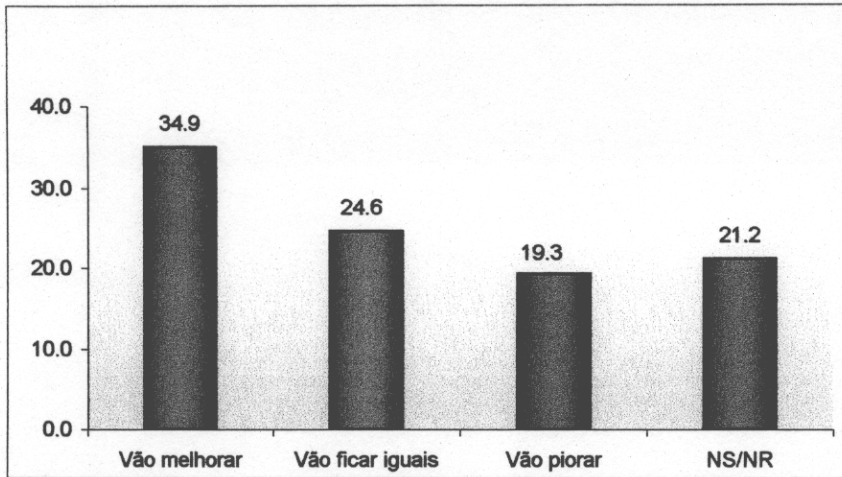


Figura 40 - Oportunidades para os jovens no Brasil

Fonte: dados da investigação da autora (2002).

Para 34,9% dos jovens as oportunidades para os jovens brasileiros vão melhorar; para 24,6%, vão ficar iguais; para 19,3%, as oportunidades vão ficar piores e 21,2% NS/NR.

Porém, na questão sobre a escolha profissional, apesar de 47% não se terem definido, a maioria escolheu as mais variadas profissões, com pequena margem de preferência para as engenharias e medicina.

Este índice sobe para 75% entre os jovens do ENEM (2001). As expectativas profissionais e de inserção social e os valores do jovem participante da pesquisa permitiu verificar que a preocupação dos jovens em relação ao futuro está aliada ao capital humano. A maioria (57,6%) tinha como principal decisão prestar vestibular e continuar seus estudos. Para 18%, a decisão era prestar vestibular e continuar trabalhando.

O futuro em geral é a principal preocupação dos jovens (33,8%); para 27,1% conseguir entrar na universidade; para 14,7%, conseguir trabalho e para 8,6%, terminar os estudos. As “expectativas com a profissão e com as chances de cursar o ensino superior são fortes. Pouco

mais de 60% dos jovens planejam para seu futuro de médio prazo, 4 ou 5 anos, vir a ter um diploma universitário e conquistar um bom emprego”. Apenas 11% dos jovens planeja abrir um empreendimento próprio e ganhar dinheiro (ENEM, 2001, p.43).

“Os estímulos para a escolha profissional são vários, como a família, o mercado de trabalho e a própria identidade profissional”. Segundo dados divulgados no relatório do ENEM (2001, p.44), no entanto, foi possível verificar algum grau de associação entre algumas profissões e tipos de escola. As áreas de humanas, biológicas e saúde parecem ocorrer mais entre os que freqüentam as escolas privadas durante o ensino médio. Destaca-se também, a baixa escolha do magistério de 1º e 2º graus entre os que freqüentam a escola pública. A identidade com a profissão foi a opção de 59,6% dos entrevistados; 36,5% apontaram a influência dos pais; 22,1%, facilidade para obter emprego; 20,8%, próprio trabalho; 20,2%, a escola; 19,8%, estímulo financeiro.

No entanto, cabe destacar que os jovens vêm sofrendo os efeitos dramáticos e devastadores de transformações e exclusões profundas deste período de transição atual, chamado pelos pensadores de “pós-modernidade à brasileira”. A juventude, “como categoria social e como categoria de subjetividade, são caracterizadas, antes de tudo, por sua fragmentação e pelo seu caráter difuso e de difícil contorno”. Assim, no Brasil, “à crise de valores, dos símbolos” e das agências socializadoras clássicas – “entre as quais a escola e a família – se conjugam as mutações tecnológicas e econômicas profundas, comparáveis, em sua envergadura e extensão, à Revolução Industrial” (SOUZA, 2002 p.57).

Os efeitos negativos dessa conjuntura sobre os jovens, conjuntura caracterizada pelo individualismo e consumismo, na gravidez indesejada, na AIDS e nas drogas, e principalmente na violência e exclusão, não podem deixar de nos permitir observar também os aspectos positivos, na procura de saber quem são, como pensam e como reagem os jovens brasileiros. Nesta direção, observa-se que, apesar dos obstáculos, impasses e conflitos a que

estão submetidos, muitos jovens criam alternativas e estratégias originais de sobrevivência psíquica, emocional, intelectual, socioeconômica, cultural e política entre outras. Alguns conseguem mesmo transcender os limites impostos pelas mudanças e pela crise atual, desenvolvendo mecanismo de confiança nas pessoas, cooperação sistêmica e participação nas questões coletivas, ampliando o capital social de suas comunidades.

CONCLUSÃO

Os países da América Latina tiveram que se adaptar as premissas ditadas pela mundialização, sem ao menos, terem garantido uma autonomia e desenvolvimento suficientes para a convivência igualitária com os países desenvolvidos. O risco deste modelo de desenvolvimento imposto pelo processo de globalização reflete-se na miséria e concentração da renda crescente nos países latino-americanos. Estes problemas sociais graves comprometem o processo de consolidação democrático na região, delineando na esfera política um crescente descontentamento e frustração por parcelas significativas de suas populações com as perspectivas desencadeadas pelas novas experiências democráticas no continente.

As orientações da Ciência Política contemporânea sugerem alternativas para solução dos dilemas da ação coletiva e para o fortalecimento da democracia nos países latino-americanos e, nesta direção, a cooperação social ocupa um lugar de destaque nas análises. É neste contexto contraditório e complexo que se dá a socialização dos jovens brasileiros no início do século XXI, na emergência de ampliar a igualdade de oportunidades dos cidadãos e de diminuir a servidão imposta pela pobreza.

No perfil da juventude brasileira nas últimas décadas pode se destacar as implicações da cultura política híbrida e da forte influência dos meios de comunicação e da conjuntura mundial sobre o comportamento juvenil. Neste sentido, a socialização política necessita de alternativas para diminuir as falhas na produção de benefícios coletivos que poderiam melhorar o bem-estar de toda sociedade, pois a falta de coordenação e compromisso mútuos não incentiva a cooperação e reciprocidade nas ações que viabilizem o bem coletivo e a responsabilidade cívica.

O conceito de capital social aliado ao processo de socialização política dos jovens contribui para ampliar as implicações da participação política no bom funcionamento da democracia. O capital social pode atuar tanto no aprimoramento e envolvimento dos cidadãos nas políticas públicas específicas, nas áreas industriais, de educação, de combate ao crime e à violência, e políticas de melhoria do desempenho da administração pública, quanto no aprimoramento de mecanismo de socialização das pessoas para conviver em comunidades cooperativas.

Os resultados desta investigação evidenciaram que são incipientes no Brasil pesquisas relacionadas ao conceito de capital social e socialização política. Também foi observada a deteriorização de algumas redes sociais, contraditoriamente à aparente revitalização da vida política e comunitária em nível nacional. Sendo assim, a socialização política dos jovens transcorre num panorama delineado por uma cultura política híbrida, onde se mesclam valores autoritários com expressões democráticas. E, nesta direção, percebe-se a existência de baixos índices de confiança, cooperação e participação na vida comunitária, variáveis que evidenciam níveis baixos de estoque de capital social.

Sabe-se, porém que o capital social só pode ser desenvolvido com a cooperação das comunidades e não bastam apenas incentivos institucionais e em alguns casos o Estado até colabora para desmobilizar as redes sociais de forma sistemática. No entanto, a miséria e a exclusão social apontam um longo caminho para a superação dos problemas causados pela fragmentação do tecido social nas cidades brasileiras, e o conseqüente impacto negativo no comportamento dos jovens em relação à sustentação das redes de associações voluntárias.

Observa-se também, que muitos são os elementos positivos na nova situação, quando comparados os dados de pesquisas aplicadas em gerações anteriores. Assim, é evidente a necessidade de se identificar os problemas que as pessoas e grupos enfrentam e entre as alternativas para enfrentamento destas questões esta a viabilização de uma socialização política da juventude comprometida com a elevação do capital social no País.

A socialização política é o processo pelo qual os indivíduos adquirem seus valores políticos, atitudes, informações e opiniões. As agências de socialização são os caminhos que desenham o comportamento político dos indivíduos para o futuro. A família continua a ser o agente de socialização mais importante, apesar da diminuição dos valores familiares na atualidade. Os primeiros valores absorvidos pelos jovens são os dos pais. São nas conversas e discussões e principalmente, na participação nas tomadas de decisão em casa que as crianças e os jovens adquirem um sentimento de eficácia e são incentivados para a participação política no futuro.

A transformação da estrutura atual das famílias brasileiras, tais como as mudanças na composição e nos tipos das famílias, promovem alterações significativas na socialização dos jovens. Apesar de manter muitas nuances de uma cultura política com padrões autoritários, patriarcal e promotora ainda de desigualdade entre sexo e idade dos filhos, a família brasileira apresentou melhoras significativas na socialização política da juventude.

A vida social dos jovens passa por inúmeras mutações na sociedade moderna. Recebem os impactos das transformações econômicas, da divisão social do trabalho e mudanças no papel do Estado. Estes fatores delineiam novos cenários sociais e culturais na forma como a família se organiza e se estrutura. Neste sentido verifica-se alteração no processo de transmissão de normas, valores, processo de socialização e construção da identidade.

O impacto das mudanças na sociedade contemporânea levou as famílias a priorizarem o capital humano dos filhos e sua futura inserção no mercado de trabalho, visando êxito de suas carreiras profissionais. O fato de estarem estudando e adquirindo habilidades, para o bom desempenho profissional no futuro, garante-lhes participação nas decisões familiares, o que tornou o ambiente familiar mais democrático.

Os resultados apontam que os jovens ampliaram seu espaço nas estruturas do poder de decisões familiares, apesar de não colaborarem com o sustento da família. Isto demonstra a mudança na matriz de cidadania regulada pelo trabalho e pelo ganho, que está sendo

substituída por uma ampliação da participação dos jovens no contexto familiar, consentida pelo amadurecimento de habilidade de relacionamentos, incentivadas pela necessidade de aquisição de capital humano e inserção no mercado de trabalho futuro.

As mudanças significativas em relação à participação dos filhos na estrutura de decisões de poder da família, devem-se menos à ampliação da escolaridade dos pais e mais em relação à possível conscientização dada pelas mudanças das sociedades atuais, que requerem a ampliação da participação das pessoas nas estruturas de decisões, e promovem uma mudança nas relações de poder e autoridade. Estas mudanças se expressam nas representações sociais dos jovens desafiados pelos novos tempos e propondo novos comportamentos que exigem sua participação.

Assim, a família está se tornando uma agência promotora do capital social, fazendo os jovens sentirem-se mais eficazes para participar das decisões em casa. Acredita-se que estes sentimentos poderão contribuir para aquisição de sentimentos de eficácia política, tornando estes jovens aptos para participarem de associações voluntárias ampliando os espaços democráticos.

Ampliou-se o acesso às informações via *internet* e outras formas virtuais, bem como alterações importantes no mercado de trabalho com o crescimento do desemprego formal. Nota-se o crescimento da influência de gênero no sentido de que as mulheres estão ocupando espaços importantes nas estruturas sociais, alterando padrões de comportamentos estabelecidos.

No entanto, nem a ampliação da participação familiar, nem o acesso mais amplo as informações, nem o interesse por política conseguiram romper com a fragilidade das instituições políticas brasileira, visto que esta participação não se converte em ampliação da identificação partidária e participação política dos jovens nas instituições democráticas tradicionais, como os sindicatos e partidos políticos. Acredita-se que neste sentido, a escola, a

mídia e outras não vem promovendo uma socialização política que promova verdadeiramente o aprendizado democrático.

É a escola o meio pelo qual se busca a inserção destes sujeitos sociais em novas experiências sociais diferente das adquiridas em casa, onde trocam experiências comuns com os colegas, tem influências de comportamentos mais uniformes, adquirem valores cívicos, tais como tolerância e respeito ao outro, além de poderem exercitar sua participação, cooperação e confiança, indicadores importantes de capital social.

A educação é fonte importante para os governos estimularem a geração de maior capital social entre os jovens. Ela cria oportunidades para a interação dos jovens dentro e fora das salas de aula, expandindo seus relacionamentos e ampliando suas redes de conhecimento com diferentes etnias, religiões, classes sociais e gênero. A atitude de eficácia política apresenta-se favorável ao interesse dos estudantes em participar das decisões da escola, no entanto, apesar de a maioria dos entrevistados assinalarem que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas na sua escola, não se verificou a utilização dos canais representativos dos estudantes para as suas demandas. As tendências verticais das relações de poder não favorecem a utilização de mecanismos de democracia horizontal, e os jovens ainda não conseguem vislumbrar o fortalecimento dos grêmios que poderia incrementar maior participação e cooperação entre eles, possibilitando acréscimo no capital social da escola.

Nesta direção, observa-se que existe uma ampliação da participação dos filhos nas decisões em família. Assim, a família tem se mostrado mais eficiente que a escola na promoção do capital social, na escola os adolescentes manifestam um padrão de baixa eficácia política subjetiva, quanto à participação nos grêmios estudantis, por exemplo. Assim, verificou-se entre os estudantes a existência de sentimentos democráticos que, por falta de incentivo por meio da socialização na escola, não permitem o fortalecimento de suas associações representativas. Assim, a escola, que poderia ser uma incentivadora de crenças e valores

democráticos, não está desenvolvendo o seu papel de promotora de uma educação participativa, que poderia incentivar a promoção da confiança, da cooperação e da participação entre os estudantes para ampliação do capital social.

Por um lado positivo, percebe-se a existência de um forte sentimento de desconfiança e cautela dos jovens brasileiros em relação às notícias divulgadas pela televisão, principal fonte de informação dos jovens, porém verificou-se a ausência de fontes de informação alternativa mais críticas. O crescente acesso dos jovens a Internet abre a possibilidade de reversão da posição passiva dos jovens à posição de sujeito do processo de comunicação, mecanismo utilizado por muitas escolas.

A democracia é a forma de governo preferida pelos jovens e há um entendimento entre os eles de que as mudanças necessárias no Brasil passam pela otimização dos mecanismos da democracia representativa. A desconfiança em relação a democracia pode ser verificada no desencanto pelas instituições políticas e sociais. A democracia no Brasil aparece com um sentido utópico e vago na subjetividade dos jovens: sabe-se apenas que ela pode contribuir para melhorar a vida das pessoas. Os jovens não possuem referenciais partidários e ideológicos e delineiam um comportamento para o centro do espectro político. Estes comportamentos de centro são frequentes na cultura política brasileira e não contribuem para o fortalecimento das instituições democráticas e nem incentivam a transmissão de crenças e valores subsidiados por referenciais ideológicos.

A orientação para o consumo e para o mercado vem aliada aos sentimentos de alienação e impotência diante das graves denúncias de corrupção que marcam a história política brasileira. Os baixos índices de avaliação da política e de seus personagens e instituições refletem-se nas dificuldades para a elevação dos índices de capital social. O não conhecimento quanto à legítima representação política desempenhada pelos partidos cria sérios obstáculos para o envolvimento cívico e para a utilização dos partidos como

tradicionais canalizadores das demandas coletivas em uma democracia.

Os índices que vinculam a democracia ao capital social são ínfimos e a sua importância não se revela para os jovens brasileiros. A relação da democracia com as principais variáveis do capital social: a confiança, a cooperação e a participação, e sua relação com os estudos de socialização política dos jovens aponta para a necessidade de alternativas para solucionar esta questão e aprimorar a socialização política dos jovens para a aquisição de capital social.

Em relação a variável confiança, observou-se que, apesar da baixa crença nas instituições, poucos adolescentes ficam indiferentes aos problemas sociais que geram, entre outros problemas, miséria, injustiças e marginalidade. Porém, como não confiam nas instituições democráticas, como os partidos e os políticos, não conseguem vislumbrar um canal efetivo de participação a fim de colaborar na solução dos problemas do país.

A pesquisa aponta os familiares como principais agentes da confiança dos jovens, seguida da escola e da igreja, consideradas importantes na sociedade em todas as raças, classes, gênero e regiões. A confiança nos irmãos e amigos manifesta-se medianamente nas atitudes políticas dos jovens. Percebe-se assim, que os pais são os campeões da confiança entre os jovens brasileiros e que este sentimento diminui na escala das demais relações sociais: vizinhos, parentes, colegas de trabalho e conhecidos e acaba por ficar frágil em relação à confiança nas instituições.

Os baixos índices de confiança nas pessoas não incentivam níveis de reciprocidade e cooperação necessários para a participação em associações, bem como nas relações entre o Estado e a sociedade. A ausência do senso de pertencer e fazer parte de uma comunidade enfraquece os laços sociais e não motiva a participação nas associações voluntárias. Estes fatores de desconfiança podem gerar alienação e impotência frente à eficácia em relação às redes de envolvimento cívico e contribuem para os baixos níveis de confiança institucional: os escândalos, a corrupção e a falta de fidelidade e ética dos políticos.

De maneira geral, observa-se que os índices de confiança nas instituições são baixos nos três cruzamentos de variáveis analisadas: gênero, tipo de escola e capital ou interior. A confiança social e a confiança interpessoal são um pouco maiores entre as meninas e, também, nas escolas privadas. No entanto, a confiança institucional é um pouco maior entre os meninos e, inclusive nas escolas privadas. Porém, de maneira geral, os estoques de capital social ainda são baixos, somente amenizados em relação à confiança pessoal dos jovens nas pessoas mais próximas. No geral, em relação ao conceito de confiança social, os jovens do interior demonstraram índices superiores de capital social do que os jovens da capital.

O nível de capital social pequeno é observado principalmente em relação à participação política efetiva dos brasileiros. A cultura política existente não colabora para elevar os níveis de engajamento cívico, redes de cooperação que colaborem com o desenvolvimento do País. Uma geração cooperativa requer confiança mútua, incrementada por um processo de socialização política que transmita crenças e valores de eficácia política e contribuam com o engajamento e participação política dos adolescentes e jovens nas instâncias decisórias de poder, o que, por sua vez, pode promover incentivo para a formação do capital social e o fortalecimento da democracia em nosso País.

Apesar dos jovens entenderem a necessidade de cooperação, na atualidade, seus índices de reciprocidade e engajamento são fracos. Nota-se uma percepção mediana que pode promover, no futuro, a compreensão sobre a importância de um comportamento cooperativo. De maneira geral, verifica-se uma propensão dos jovens para a cooperação sistêmica, porém, como nas demais análises, estes não conseguem vislumbrar a maneira de fazê-lo. Acredita-se que, neste sentido, exista uma falha na socialização política dos jovens brasileiros do ponto de vista da construção democrática. Observa-se que, o incentivo e o senso de coletividade são elementos importantes na socialização política dos jovens, bem como auxiliam na cooperação sistêmica e estimulam a participação dos jovens em atividades associativas.

A participação em atividades associativas, por sua vez, poderia contribuir para o fortalecimento da democracia no Brasil. Em relação à percepção dos jovens sobre a participação em atividades associativas, as meninas apresentaram índices mais favoráveis e os estudantes das escolas públicas têm uma percepção mais positiva que os das escolas privadas, os dados sobre os jovens da capital e do interior são similares.

Nesta direção, acredita-se que, se para a maioria dos jovens, a participação das pessoas em atividades coletivas poderia promover mudanças no país. Isto pode indicar que existe uma perspectiva de participação futura dos jovens nas associações voluntárias. Contudo, as meninas e os estudantes da escola pública apresentaram índices mais elevados de estoques de capital social que os meninos e a escola privada sobre a necessidade de participação das pessoas para mudar o País.

A predisposição dos jovens é de pouca participação e vem acompanhado de um reconhecimento da necessidade de participação futura para melhorar o País. Os jovens possuem uma intenção mediana de ampliar sua participação futura nas atividades associativas, caso fossem convidados. A maioria ainda não se sente segura para participar de alguma atividade. No entanto existe uma contradição entre a percepção subjetiva dos estudantes entrevistados de participarem das atividades associativas e a sua disposição de realmente participar nelas. Tudo indica que os jovens brasileiros têm uma predisposição para ampliar sua participação política. No entanto, a sua socialização política ainda não incentiva e nem os prepara para atuarem nas questões públicas.

A eficácia política é maior na variável de predisposição para a participação futura em atividades associativas dos jovens brasileiros. Os jovens das escolas públicas apresentaram um índice maior que os das escolas privadas de eficácia política, e as meninas apresentaram uma predisposição maior que os meninos. No entanto, o interesse e a importância da política é maior entre os jovens da capital.

Os jovens brasileiros têm uma percepção média de que sua participação teria alguma influência nas questões da comunidade e são pouco envolvidos com organizações políticas ou movimentos sociais. Acredita-se que não vêm sendo socializados para a participação presente e efetiva nas associações e grupos de suas comunidades, pois apresentaram baixa frequência de participação em atividades associativas. As meninas participam mais das questões próximas ligadas ao se cotidiano e os meninos das questões mais amplas do espaço público: uma característica da cultura política que indica que o espaço político é dos homens. No entanto, ambos gostam mais de festas e brincadeiras, do que de atividades que envolvam atitudes cívicas.

Observou-se que a socialização política, até o presente momento, não vem incentivando, nos jovens, sentimentos e comportamentos relacionados à importância da frequência de participação em atividades associativas e políticas, e isto não propicia a estocagem de capital social na comunidade, visto que a participação dos jovens é baixa e esporádica. Os assuntos de política não despertam o interesse dos jovens brasileiros. A televisão é a principal fonte de informação dos jovens e exerce maior influência sobre as atitudes políticas. Os jovens da capital se informam mais, lêem mais jornais e têm maior acesso a Internet.

No geral, as meninas apresentam índices um pouco maiores de capital social que os meninos em relação à participação em atividades sóciopolíticas, apesar de acreditarem ser importante a participação. A participação em atividades associativas é maior nas escolas públicas e no interior, portanto, estes apresentaram estoques maiores de capital social na variável participação política. Observam-se assim, falhas no processo de socialização dos jovens na escola e em outras instituições promotoras de relações sociais porque a maioria não soube identificar o porquê de ser importante a participação política dos jovens, pois estes não vislumbram formas de como efetivamente participar e nem mesmo sentem-se motivados a participarem de atividades com outras pessoas.

Os jovens, em geral, mostram certa homogeneidade de avaliações sobre as variáveis do conceito de capital social. Na maioria das vezes, optam pela indiferença, tanto nos temas públicos como nos da vida privada. Os índices de capital social, aliados à conservação dos bens públicos evoluíram positivamente. Contudo, necessita-se de maiores avanços para a ampliação da credibilidade nas instituições que defendam e preservem os interesses públicos.

Destaca-se que os desvios nos comportamento dos políticos indicam uma imagem precária das instituições políticas entre os jovens e estes fatores continuam interferindo de modo desfavorável para o fortalecimento das instituições democráticas e para a ampliação da confiança dos jovens na política e nos políticos e isto justifica sua alienação das questões públicas e o reforço aos comportamentos individualistas.

O pouco envolvimento em atividades associativas e organizações parece não impedir que os jovens estejam interessados nos problemas políticos e sociais. No entanto a falta de credibilidade no governo, demonstra alto grau de descrédito na capacidade do governo para resolver os problemas nacionais, tais como corrupção, desemprego, baixos salários, custo de vida, saúde.

Os jovens têm conhecimento da emergência em resolver os problemas econômicos e sociais no Brasil, no entanto, a falta de posturas ideológicas delimitadas e o desinteresse das agências socializadoras - incluindo os meios de comunicação - impede a formação de indivíduos críticos e participativos.

Além da influência da cultura política híbrida, os jovens estão desiludidos e desengajados da política formal, apesar de considerarem o processo democrático necessário e importante para a sociedade. Nesta direção, o menor empenho das agências socializadoras na promoção do capital social entre os jovens não colabora com a consolidação da democracia em nosso País.

Em conclusão a literatura e os resultados da pesquisa permitem sugerir que, a preparação dos

jovens para aquisição de habilidades para sua inserção no mercado de trabalho, ditadas pelas últimas mudanças no processo produtivo global, não colabora para permitir o envolvimento maior destes nas questões de cunho associativos e comunitários e para prática da política. Assim, a sua participação política pode ser definida como imediata e específica nas mais variadas formas de participação, dependendo de sua concepção de política.

As perspectivas que os jovens têm em relação ao futuro são otimistas e acreditam que as oportunidades para os jovens brasileiros vão melhorar. No entanto, não acreditam que a situação econômica das pessoas possa melhorar em curto prazo. Este otimismo poderia indicar seu envolvimento nas questões coletivas ou não, desde que incentivados pelas agências socializadoras, o que não ocorre. Assim, o apoio governamental é essencial para resgatar a confiança no futuro, a cooperação para a construção de uma comunidade cívica e a efetiva participação em associações que favoreçam o desenvolvimento regional sustentável e ao fortalecimento da democracia e do capital social.

Os fatores acima apontam para a consciência dos jovens em relação aos problemas sociais, tais como desemprego, violência, drogas, entre outros problemas que afligem as novas gerações impedidas de ascender nas escalas sociais por conta das políticas ligadas à globalização e ao receituário neoliberal que priorizou resolver questões como estabilidade econômica, antes que solucionar os problemas da exclusão social.

Sabe-se que, os jovens vêm sofrendo os efeitos dramáticos e devastadores de transformações e exclusões profundas deste período atual de transição sócio-econômica. Assim, neste cenário conturbado é que nossos jovens vêm desenvolvendo crenças e sentimentos contraditórios e difusos. A crise de valores e a mutação dos símbolos dada pelas profundas mudanças de forma e conteúdo das agências socializadoras clássicas (escola e a família, entre outras), se aliam às mudanças científicas, tecnológicas e econômicas amplas.

Os efeitos perversos dessa conjuntura individualista e consumista sobre os jovens, se

manifestam nos problemas que se figuram nas questões de gravidez indesejada, AIDS, drogas, e principalmente na violência e exclusão. Fatores que não podem deixar de nos permitir observar também os aspectos positivos do cenário juvenil, na procura de saber quem são, como pensam e como reagem os jovens brasileiros.

Nesta direção, observa-se que, apesar dos obstáculos, impasses e conflitos a que estão submetidos, muitos jovens criam alternativas e estratégias originais de sobrevivência psíquica, emocional, intelectual, sócio-econômica, cultural e política entre outras. Alguns conseguem mesmo transcender os limites impostos pelas mudanças e pela crise atual, desenvolvendo mecanismo de confiança nas pessoas, cooperação sistêmica e participação nas questões coletivas, ampliando o capital social de suas comunidades.

Neste sentido a presente pesquisa procurou contribuir com o conhecimento sobre a juventude brasileira, e propõem a inclusão de tópicos relacionados ao capital social na agenda do processo de socialização dos jovens brasileiros. Para tal, sugere-se a emergência de pesquisas que aprimorem a análise sobre o conhecimento da juventude brasileira. Neste sentido, propõem uma educação política alternativa, que envolva toda a comunidade na produção dos meios reivindicatórios dos grupos juvenis e promova a eficácia educativa dada antes pela cultura e pela arte, do que para e pelo trabalho, proporcionam novas alternativas de socialização para os jovens pobres. As artes e a cultura podem promover a interação mais plena com o mundo, refinando a sensibilidade e desenvolvendo a criatividade e a imaginação e revitalizar o capital social entre os jovens e a comunidade.

A família começa a apresentar bons resultados na socialização dos jovens para o capital social. O que não se registrou nas demais agências socializadoras (escola, mídia, Igreja, grupos comunitários e associações) que não apresentaram índices satisfatórios de contribuição, no sentido de incentivar mecanismo que desencadeiem no comportamento juvenil o envolvimento em associações voluntárias, ampliando nestes a incorporação de

crenças e valores de confiança e solidariedade, de modo a permitir o incremento de capital social.

As variáveis principais do capital social: confiança, cooperação e participação grupal, não estão sendo favorecidas pelo processo de socialização política vigente, o que por sua vez, estaria predispondo os jovens a desenvolverem atitudes de apatia e indiferença ou de envolvimento e participação em atividades associativas. Contribuem para estes efeitos perversos os efeitos conjunturais do processo de globalização e os efeitos estruturais indicados por uma cultura política híbrida e de desconfiança entre os jovens, que incide sobre a socialização destes de forma a não permitir a ampliação dos índices de capital social. Assim, como não estão contribuindo suficientemente para revitalizar ou recriar espaços democráticos, para estimular novas formas de cooperação, organização e de participação política, bem como para ampliar a esfera de participação na sociedade civil.

No Brasil a promoção do capital social pode promover novas relações nas instituições de formação dos jovens e alterações nas formas de relacionamentos sociais que, via processo de socialização, potencializem o desenvolvimento de atividades comunitárias e eliminem a precária afiliação dos jovens em associações voluntárias. Considerando a possibilidade de haver este incremento, pode-se argumentar que isto possibilitaria o surgimento de uma comunidade cívica, capaz de gerar espaços sociais para promover o amadurecimento democrático no Brasil.

Assim, segundo Prá (2001), capital social filia-se à lógica esposada pelos setores sociais subalternos em defesa da afirmação da identidade cultural de cada povo, elevando a auto-estima por meio de transmissão de valores relacionados a confiança, cooperação, identidade comum e respeito pelas instituições. Esta promoção deve-se ser feita em conjunto entre a sociedade e o Estado para promover o desenvolvimento humano e sustentável, equitativo e democrático.

As últimas eleições presidenciais brasileiras apontam para a ampliação dos índices de confiança dos brasileiros no sistema político, o sonho de um país desenvolvido não apenas economicamente, mas com ampla melhora da vida das pessoas que levará ao desenvolvimento humano, ampliação da democracia e da participação dos cidadãos nas tomadas de decisões em relação aos bens públicos que levará ao desenvolvimento social, abrindo caminhos e desenhando novos horizontes para o planeta e para as futuras gerações que levará ao desenvolvimento socioeconômico.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural, In: **Economia Aplicada**, Vl. 4, n. 2, abr/-jun, 2000, FEA/USP.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. "Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica". **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – ANPOCS – BIB**, nº 47. Rio de Janeiro: Relume – Dumará. 1º semestre de 1999, p 5-94.

AED – **Agência de Educação para o Desenvolvimento**. Brasília, 2001. Disponível www.aed.org.br acesso em 05 de janeiro de 2003 p. 32.

AIEX, Nola Kortner. **Home schooling and socialization of children**. Eric Digest. ED 372460. Indiana University, 1994.

ARRAES, Ronaldo A. E BARRETO, Ricardo C.S. **Capital social, políticas públicas e desenvolvimento Econômico**, UFC, Fortaleza, 2003, p. 17.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da Unesp, 1996 ps 408.

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in feve nations**. Boston: Little, Brown & Co., 1965.

BAQUERO, Marcello e CASTRO, Henrique. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política, In: **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996, p. 11- 40.

_____. "Os desafios da democracia na América Latina: Globalização e Capital Social." Trabalho apresentado no simpósio "Los procesos de modernidad, democratización y nuevas relaciones entre Estado y Sociedad" no **X Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre América Latina y el Caribe (FIEALC)**. Moscou. Rússia de 25 a 29 de junho de 2001a.

_____. (org.) **Reiventando a sociedade na América Latina. Cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Universidade, 2001b. p. 208.

_____. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil – Um estudo preliminar de socialização política. In: **Cadernos de Ciência Política**. Programa de pós-graduação em Ciência Política, IFCH, UFRGS. Evangraf: Porto Alegre, 1997. p. 34.

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. 4ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, (1977).

BELL, David V. J. "A Cultura da Sustentabilidade". In: KRISCHKE, Paulo J. (org.) **Juventude e Socialização no Sul do Brasil in: Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000, pp. 27-58.

BENNETT, Stephen Earl. **Young Americans' Indifference to Media Coverage of Public Affairs**. PS Political Science & Politics Review. EUA. Vol XXXI, Nº 3, set.1998.

BERTHET, Thierry & PALARD, Jacques. Culture Politique réfractaire et décollage économique l'exemple du nord-est Vendéen, In: **Revue Française de Science Politique**, Vol 47, nº 1, février, 1997, p. 29-47.

BIOLOSKORSKI NETO, Sigismundo e BALIERO, Carolina de Figueiredo. **Capitais Sociais e Cooperativas na Agricultura do Estado de São Paulo; Um ensaio Analítico**, Belo Horizonte, Vanguarda Econômica, 1993, p. 80-89.

BOB, Edwards & FOLEY Michael W. Editor's Introduction: Escape from politics? Social Theory and the social capital debate in: **American Behavioral Scientist**. March-April 1997a p. 550-561.

_____. Edwards & FOLEY Michael W. Social capital and political Economy of our discontent. debate in: **American Behavioral Scientist**. March-April 1997b p. 669-678.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995. p.129

BOURDIEU, Pierre. **Sociology in question**, London: Sage (1993)

_____. "Epilogue: on the possibility of field of world sociology", In: P. Bourdieu and J. S. Coleman (eds), **Social theory for changing society**, Boulder, Colorado: Westview Pres. (1991).

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987 p. 367.

_____. "The forms of Capital", In J. G. Richardson (ed), **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, (1986).

_____. **Distinction. A social critique of the judgement of taste**, London: Routledge, (1984).

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOYLAN, James. Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times. In: **Columbia Journalism Review**, New York: Nov/dez, 1999.

BUARQUE, Cristovam. **Capital Moral**. Disponível em www.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/c_buarque/id020301.htm. Acesso em 16/10/2002. p. 3.

CABALLERO, Doris Réniz. En qué consiste el compromiso de informar al receptor. in: **Contribuciones**. Publicación trimestral de la Konrad-Adenauer Stiftung A. C. CIEDLA, Buenos Aires/ Argentina vol 02/1999.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Jovens e participação política. SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). In: **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, p.7-33.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. **O colonialismo global e a democracia**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura - A Sociedade em Rede**, vol. I, São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura - O Poder da Identidade**, vol. II, São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CAYROL, Roland. **Médias et démocratie la dérive**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1997.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião - o novo jogo político**. Petrópolis, RJ: Vozes 1998.

CHANLEY, Virginia; RUDOLPH, Thomas J. and RAHN, Wendy M. The origins and consequences of public trust in government. A Time Series Analysis. **Public Opinion Quarterly** Volume 64:239-256, American Association for Public Opinion Research. Disponível em www.journals.uchicago.edu/POQ/journal/issues/v64n3/640301.text.html, 21/02/2001.

CHALMERS, Douglas A. **What is about associations in civil society that promotes democracy?** Institute of Latin American and Iberian Studies. Disponível em: <http://www.columbia.edu/cu/ilais/chalmers48.html>, 20/10/2000.

CHILCOTE, Ronald H. **Teorias de política comparativa – A busca de um paradigma reconsiderado**. Petrópolis: Vozes, 1998 p. 556.

COELHO, Teixeira. O imaginário e a pedagogia do telhado. In: **Cadernos do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Painel (61) – Educação e Imaginário Social. Tema: Educação e Imaginário Social: Revendo a Escola. Brasília, 1994 p.107-111.

COLEMAN, James S. **The adolescent society**. The social life of the teenager and its impact on education, New York: Free Press of Glencoe, 1961.

_____. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**. Vol 94, Supplement, 1988, p. 95-120.

_____. **Foundations of social theory**. Cambridge, Harvard, University Press, 1990.

COLLIER, Paul. Social Capital and Poverty. Social Capital Initiative Working Paper nº 4 **The World Bank**. Sustainable Development Network, November, 1998.

CORROCHANO, Maria Carla e NAKANO, Marilena. Jovens, mundo do trabalho e escola, In: **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Série: Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, p. 95-134.

CORTI, Ana Paula de Oliveira e SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). A pesquisa sobre juventude e os temas emergentes. In: **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, p.203-221.

COSTA, Márcia Regina da. Juventude, indisciplinas e novas formas de sociabilidade In: **Margem/ Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP/Fapesp**. São Paulo: Educ, 2000, pp 91-107.

CREIGHTON, Millie R. “Edutaining Children: Consumer and Gender Socialization in Japanese Marketing.” In: **Ethnology**, Vol.33, 1994, pp 35-52.

- DAHL, Robert. **The future of democratic theory**. Center for Advanced Study in the Social Sciences of Juan March Institute, on May 24, 1996.
- DAYRELL, Juarez. Juventude e Escola. In: **Juventude e Escolarização (1980-1998)**. Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, p. 67-93.
- DERVILLE, Gregory. **Le pouvoir des médias - Mythes et réalités**. Presses Universitaires de Grenoble, 1997.
- EASTON, David & DENNIS, Jack. **Children in political system: origins of political legitimacy**. New York. Mac Graw-Hill, 1969.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994 p.201.
- ENEM. Exame Nacional de Ensino Médio. In: **Relatório pedagógico**. INEP-Ministério de Educação. Brasília, dez. 2001.
- ERIKSON, Bonnie H. Culture, class, and connections, In: **American Journal of Sociology**, Vol. 102, nº 1 july 1996 p 217-25.
- EVANS, Peter. "Introduction: Development strategies across the public-private divide." In: **World development**, Vol.24 (6), 1996, pp.1033-1037.
- FERGUNSON, Robert. **The mass media and education of students in a democracy: some issues to consider**. Disponível: www.ProQuestsupport.bellhowell.infolearning.com, Acesso em 13.12.1999.
- FERNÁNDEZ, Eduardo. Medios de comunicación: ? Sustitutos de la actividad política? in: **Contribuciones**, Publicación trimestral de la Konrad-Adenauer Stiftung A. C. CIEDLA, Buenos Aires/ Argentina vol 02/1996.
- FOUNTAIN, Jane E. Social capital: a key enabler of innovation. In Science and Technology. Published In L. M. Branscomb and J. Keller, eds. **Investing in Innovation: Toward a Consensus for Federal Technology Policy**. Cambridge: MIT Press, 1997. Disponível: www.ksg.harvard.edu/prg/fountais/soccap.htm. Acesso em 14/08/2000. p. 9.
- FORRESTER, Viviane. **O Horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997 p. 154.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção: O Mundo Hoje. Vol 21).
- FUCHS, Ester R; MINNITE, Loraine C and SHAPIRO Robert Y. Political capital and political. In: **Communications Centers. National Health and Human Services Employees Union**. The surveys analyzed in this paper, New York, 1997, p. 37.
- FUKUYAMA, Francis. Trust: The social virtues and the creation of prosperity. New York: Free Press, 1995a.
- _____. Social capital and global economy. **Foreign Affairs**. Vol 74, nº 05, september/october, 1995b p. 89-103.
- _____. Social Capital and civic society. The Institute of Public Policy, George Mason University, October 1, 1999. **International Monetary Fund**. Conference Second Generation Reforms. Disponível em

www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm acesso em 06/12/1999.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra. 1998, p 81.

GARSON, G. David. Evaluating Implementation of Web-Based Teaching. In: *Political Science. PS Political science & Politics Review*. EUA. Vol XXXI, Nº 3, set.1998.

GATES, Bill. **El futuro electrónico de la democracia**. Entrevistado por Jonh Kennedy Jr. *Tcétera Semanario de Política y Cultura*, México. Disponível em www.caligrafi/etcetera/dialogos.htm. Acesso em 19.09.1997.

GAVIRIA, Margarita Rosa. Família e educação na trajetória de vida dos meninos de rua. In: *Revista AQUILA*. Vol 1, n. 1 (jan-jun.). Rio de Janeiro. Editora da Universidade Veiga de Almeida, 1997. p-p 49-70.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Stanford. Stanford University Press, 1990.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 237p.

GREELEY, Andrew. The other civic America: religion and social capital, In: *The American Prospect*, may-june 1997 p. 68-73.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fatima. A criança e a representação social do poder e autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta. In: SPINK, Mary Jane Paris (org). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 212-233.

HADENIUS, Axel Fredrik Hadenius. Making civil society work, promoting democratic development: What can states and donors do? In: *World Development*. Vol 24 Nº 10 (1996) p 1621-1639.

HELLER, Scott. "Bowling Alone." In: *The Chronicle of Higher Education*. March 1, 1996, pp. 10-12.

HENN, Matt; WEINSTEIN, Mark and WRING, Dominic. A generation apart? Youth and political participation in Britain. In: *British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 4, Nº 2, June 2002, pp. 167-192.

HIMMELWEIT, Hilde T. La socialisation politique. In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Revue trimestrielle publiée par l' UNESCO, Vol. XXXV, Les Dimensions Politiques de la psychologie 96, nº 2, 1983, p. 263-283.

HYMAN, Herbert. **Political socialization: a study in the psychology of political behavior**. Glencoe: The Free Press, 1959.

HUNTER, James Davison. Bowling with the social scientists. Robert Putnam surveys America. In: *Books & Arts*. Vol. 5, Nº 47, aug 28/ set 4, 2000. Disponível em www.weeklystandad.com/magazine/mag_5_47_00/hunter_bkart_5_47_00.asp, 24/09/00. P 12.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996,228p.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. MEC, **Ministério da Educação**. Disponível em www.inp.gov.br. Acesso em 30.07.2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Associativismo, representação de interesses e intermediação política**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 05.06.2000.

JOIGNANT, Alfredo. La socialisation politique stratégies d'analyse, enjeux théoriques et nouveaux agendas de recherche, In: **Revue Française de Science Politique**. Presses de Sciences PO. Vol. 47 n° 5 octobre, 1997.

KENNETH, Newton. Social Capital and democracy. In: **American Behavioral Scientist**. Vol. 40 n° 5 march-april 1997 p 565-586.

KRISCHKE, Paulo J. (org.) Juventude e Socialização no Sul do Brasil, In: **Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2000, p. 189.

KRISHNA, Anirudh. Creating and harnessing social capital. In: **Social capital – A Multifaceted Perspective**. The World Bank, Washington, 2000, p. 71-93.

KUSMA, Lynn M. The World Wide Web and Active Learning in the International Relations Classroom. In: **PS Political Science & Politics Review**. EUA. Vol XXXI, N° 3, set.1998.

LAGOS, Marta. ? Quo vadis, América Latina? El estudio de la opinión pública regional em Latinobarómetro in **Contribuciones**. Vol 2 Santiago/Chile 1999 p. 31-68.

LAGROYE, Jacques. La socialisation politique – La pensée vivante d'Anick Percheron, In: **Revue Française de Science Politique**. Presses de la fondacion nationale des sciences politiques. Vol. 44 n° 1 Fevreur, 1994.

LAKE, Ronald La Due. **Social capital in context: Implications of social capital networks structure and neighborhood context on civic and political participation**. Dissertation, chapter 3. Disponível em www.indiana.edu/~iupolsci/pplace/lake3.htm. Acesso em 22/02/2001, 25 p.

_____. **Social interaction as a determinant of attitude strength: social capital, attitude rehearsal, and attitude-behavior processes**. Prepared for delivery at the 2000 Annual Meeting of the American Political Science Association. Washington, 2000. 23 p.

LARSON, Reed W.; WILSON, Suzanne; BROWN, B. Bradford; FURSTENBERG JR, Frank F. e VERMA, Suman. Changes in Adolescents' Interpersonal Experiences: Are They Prepared for Adult Relationships in the Twenty-First Century? In: **Journal of Research on Adolescence**. 12(1), Illinois, 2002, p. 31-68.

LIN, Nan. Democracy, diversity, and social capital. In: **National Civic Review**. Vol. 86. N° 2 Summer 1997, p 141-147.

_____. **Social capital: a theory of social structure and action**. Cambridge: University Press, 2001.

MAGAREY, Kristy. **The Internet and australian parliamentary democracy**. www.Proquestsupport.llhowell.infollearning.com, Acesso em 10.12.1999.

- MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. Bauru/SP: EDUSC, 2000 p.192.
- MARTINS, C. E. Da globalização da economia à falência da democracia. In: **Economia e Sociedade**, Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas nº 1, ago. (6): 1-23, 1996.
- MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000 p. 319.
- Mc BRIDE, Allan. **Television, Individualism, and Social Capital**. PS Political Science & Politics Review. EUA. Vol XXXI, Nº 3, set.1998.
- MISZTAL, Bárbara A. **Trust in modern societies: the search for the bases of social order**. Printed in Great Britain, Polity Press: Cambridge, 1998, p. 296.
- MONTORO FILHO, André Franco. **Manual de Economia**, 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MOREIRA, Constanza. "Cultura política". In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). **Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000, pp. 149-170.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo - II. Necrose** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- MORROW, Virginia. Conceptualizing social capital in relation to the well being of children and young people: a critical review. In: **The Sociological Review**. Volume 47 nº 4 November Oxford, USA, 1999. p. 744-65.
- NAZZARI, Rosana Katia. **Socialização Política e Construção da Cidadania no Paraná 1993-1994**. Porto Alegre, 1995. **Tese de mestrado em Ciência Política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- _____. **Socialização política e construção da cidadania no Paraná**. EDUNIOESTE: Cascavel, 2002, 201 p. (Coleção Thésis). ISBN: 85.86571-80-4.
- NEUMAN, W. Russel. **The paradox of mass politics: Knowledge and opinion in the american electorate**. Cambridge e London: Harvard University Press, 1986.
- O'DONNELL, Guillermo. **Teoria democrática y política comparada**. Desarrollo Económico, v. 39, nº 156, enero-marzo, 2000, p. 519-570.
- OTAYEK, René. Démocratie, culture politique, sociétés plures: une approche comparative a partir de situations africaines. In: **Revue Française de Science Politique**. Vol 47 nº 6 décembre, 1997. P. 25.
- PAGÉ, Michel et CHASTENAY, Marie-Hélène. **Jeunes citoyens du Québec, du Nouveau-Brunswick et de l'Alberta**. Département de psychologie et GREAPE, Université de Montreal, 2003. p.8.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p 161.
- PATRICK, John J. Global trends in civic education for democracy. **ERIC Digest**. Indiana, 2000. p. 5.

- PERCHERON, Annick. La formation politique de l'individu. In: **PARODI, Jean-Luc. La politique.** Paris: Hachette, 1972, p.142-168.
- PERES, Fernando Curi. Capital Social: a nova estrela do crescimento econômico, In: **Revista Preços Agrícolas.** Maio de 2000. Disponível <http://pa.esalq.usp.br>, acesso em 06/11/2002. p.04.
- PETRAS, James & VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio.** Petrópolis: Vozes, 2000, p.268.
- PIAGET, Jean. **A epistemologia genética, sabedoria e ilusões da filosofia, problemas de psicologia genética.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.
- POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo (orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003, p. 224.
- PORTO, Mauro Pereira. Dilemas da Racionalidade: O Caso dos Efeitos da Mídia no Comportamento Político. In: CAMINO, Leôncio; LHULLIER, Lousse e SALVADOR, Sandoval. **Estudos sobre comportamento Político.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997, p. 39-53.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: **Reinventando a sociedade na América Latina, cultura política, gênero, exclusão e capital social,** organizado por BAQUERO, Marcelo. Editora da Universidade, Porto Alegre, 2001, p 173-208.
- PUTMAN, Robert D. Tuning in, Tuining Out: The strange disappearance of social capital, In: **America Political Science & Politics.** 1995a, p. 664-683..
- _____. **Bowling Alone: America's declining social capital.** In: **Journal of Democracy,** 6(1), 1995b, p 65-78.
- _____. **The strange disappearance of social capital in America. The American Prospect** 24 (winter1996^a).
- _____. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996b p 260.
- _____. **Bowling Alone. The collapse and revival or American community.** New York: Simon & Schuster, 2000.
- RATTNER, Henrique. **Prioridade construir o capital social.** Disponível em <http://www.abdl.org.br/rattner/inicio.html> acesso em 12.03.2003 p.7.
- RIED, José Joaquín Brunner. Comunicación y política en la sociedad democrática. in: **Contribuciones,** Publicación trimestral de la Konrad-Adenauer Stiftung A. C. CIEDLA, Buenos Aires/ Argentina vol 02/1996.
- ROCHA, Claudia Regina Menezes da; TASSITANO, Cleide Maria Lopes Miranda e SANTANA, Judith Sena da Silva. Acompanhamento do Adolescente na Família. In: **Adolescer, compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher/Associação Brasileira de Enfermagem.** Brasília: ABEn, 2001. 304 p.

- RODRIGUES, Roberto. **A Segunda onda cooperativa**, SESCOOP Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo, Dinâmica, 2001.
- ROITMAN, Marcos Rosenmann. **Las razones de la democracia: poder político, orden social y realidad económica**. Toledo: Sequitur, 1998.
- ROSSETI, José Paschoal. **Política e Programação Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1987.
- ROTHSTEIN, Bo. **Social Capital and Institutional Legitimacy**. Presented at the 2000 Annual Meeting of the American Political Science Association. Washington DC. August 31 – September 3, 2002. p.28. paper.
- ROY, William G. **Class conflict and social change in historical perspective**. In: **Annual Review of Sociology**, Vol 10, 1984 p. 483-506.
- RUA, Maria das Graças e ABRAMOVAY, Miriam. **Os novos riscos da juventude: a vulnerabilidade às DST/Aids**. In: **Estatuto da Criança e do Adolescente e a Construção da Cidadania. Revista do Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude**. Ano II n. 5 Universidade de Brasília, 2001. pp.79.88.
- SARTORI, Giovanni. **A Teoria da democracia revisada**. Vol I - O Debate Contemporâneo. Ática: São Paulo, 1994.
- SARTORI, Giovanni. **Videopolítica**. In: **Rivista italiana di Scienza politica**, agosto, 1989.
- SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil**. Porto Alegre, 2000. **Tese de Doutorado em Ciência Política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- _____. **Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século**. In: **Reinventando a sociedade na América Latina**, cultura política, gênero, exclusão e capital social, organizado por BAQUERO, Marcelo. Editora da Universidade, Porto Alegre, 2001, p 173-208.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. Círculo do Livro, São Paulo, 1977.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SIGEL, Roberta S. (ed). **Political learning in adulthood: a sourcebook of theory and research**. Chicago/Londres: The University Chicago Press, 1989.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SINGER, André V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2000.
- SIRIANNI C. e LEWIS, F. **Social capital**. Disponível em : <http://www.cpn.org/sections/models/social-capital.html> , may, 1998ª p. 1-9
- SIRIANNI Carmem. e LEWIS, Friedland. **Social capital and civic innovation: learning and capacity building from the 1960s to the 1990s**. 1998b.

SOUZA, Ayda C. **Socialização política: a família e a escola na formação das atitudes e comportamentos políticos dos adolescentes de Porto Alegre**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande Sul, 1983. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

SOUZA, Maria Cecília Cortez C. Aspectos psicossociais de adolescentes e jovens. In: **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, p. 35-65.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). Considerações em torno do conhecimento sobre a juventude na área da educação. In: **Juventude e Escolarização (1980-1998)**. Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, p.7-33.

STARK, Wener. **The Social Bond: Na investigation into the basis of law-abidingness**. Fordham University Press, 1978. Disponível em: <http://wbln/0018.worldbank.org>. Acesso em 25.09.00.

STOLLE, Dietlind and HOOGE, Marc. Preparing for the learning school of democracy: The effects of youth and adolescent involvement on value patterns and participation in adult life, In: **Paper prepared for the McGill University workshop on Citizenship on Trial: Interdisciplinary Perspective on Political Socialization of Adolescents**. Montreal June 20-21, 2002. p.34.

STONE, Wendy and HUGHES, Jody. Social capital: linking family and community. In: **Social capital – papers and presentations – Australian Institute of Family Studies (AIFS)**. Disponível em: www.aifs.org.au/institute/pubs/papers/stone5.html. Acesso em 31/12/2002.

STREET, John. Review Article: **Political culture – from civic culture to mass culture**. Cambridge University Press, 1993, pg. 99-113.

SUDARSKY, John. “The Barometer of social capital.” In: Presented to the Research Committee 18. **Political Sociology**, World Sociology, Montreal, July 1998, pp. 1-40.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT INDICATOR GROUP. **Social capital**. Working Draft Framework, Version 2, June 4, 1996. Disponível em: <http://www.hq.nasa.gov/iwgsdi/Social-Capital.html>. 06/06/2001. P.25.

TARDE, Gabriel. Theorizing diffusion: Tarde and Sorokin revisited. In: **Annals of American Academy of Political Science**, Thousand Oaks, nov 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. Globalização e resistência: desafio para as políticas públicas. In: **Seminário Internacional Trabalho e Economia Solidária, Políticas Públicas para o Desenvolvimento**, Salão de Atos/UFRGS, Porto Alegre, 21 de novembro de 2000 (vídeo).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Capital social na educação In: **Cadernos do NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**. Disponível em www.nead.gov.br/home/contaglista03.htm, acesso em 12/03/2003. p. 8.

THURROW, Lester C. **O futuro do capitalismo – Como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã**. RJ: Rocco, 1997.

- TURNER, Jonathan H. The formation of capital social. In: **Social capital – A Multifaceted Perspective**. The World Bank, Washington, 2000, p. 96-146.
- UNESCO, United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization - **UNESCO statistical yearbook**. Lanham, MD: Author and Bernan Press (1999)
- UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **A voz dos adolescentes**. Unicef/Fator OM, 2002, p. 132.
- VÁZQUEZ, Francisco Herreros. Social capital and civic republicanism. Estudio/Working Paper 2000/149, **part of his research for his doctoral dissertation**. Center Advanced Study in the Social Sciences, Juan March Institute, Madrid, 2000, p. 1-24.
- VERBA, Sidney; SCHOZMAN, Kay and BRANDY, Henry. **Voice and equality: civic voluntarism in american politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- WALL, Ellen Gabriele Ferrazzi e SCHRYER, Frans. Getting the goods on the social capital. In: **Rural Sociology**. Vol. 63, nº 2, 1998.
- WARREN, Mark Russell. Social capital and community empowerment: religion and political organization in the Texas industrial areas foundation. **Ph.D. dissertation Harvard University**, 1995.
- YOUNG, Jerome. Computers and Teaching: Evolution fo cyberclass. In: **PS Political Science & Politics Review**. EUA. Vol XXXI, Nº 3, set.1998.